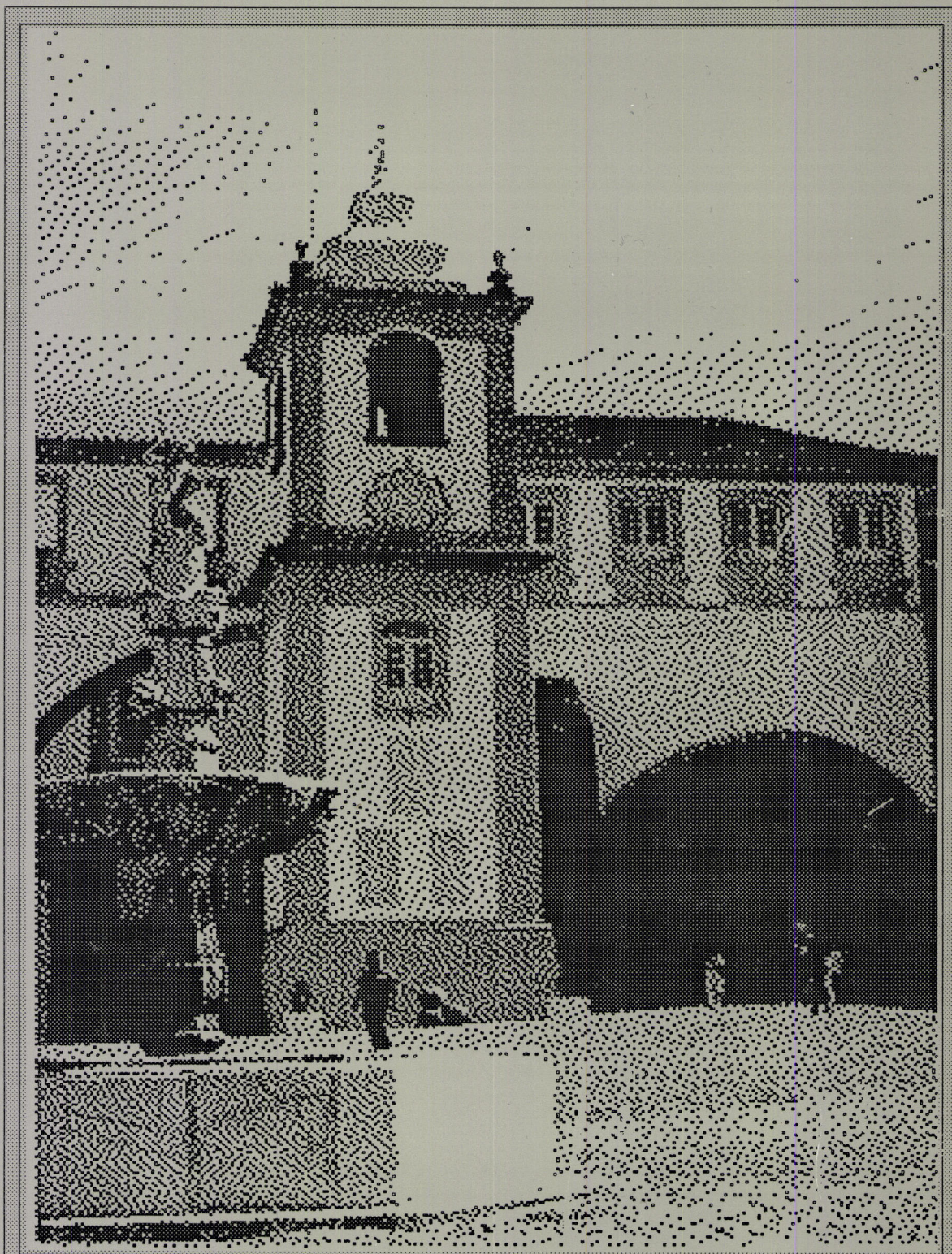


MOSTEIRO DE S. BERNARDO DE PORTALEGRE

Estudo histórico-arquitectónico
Propostas de recuperação e valorização do património edificado

Domingos Almeida Bucho

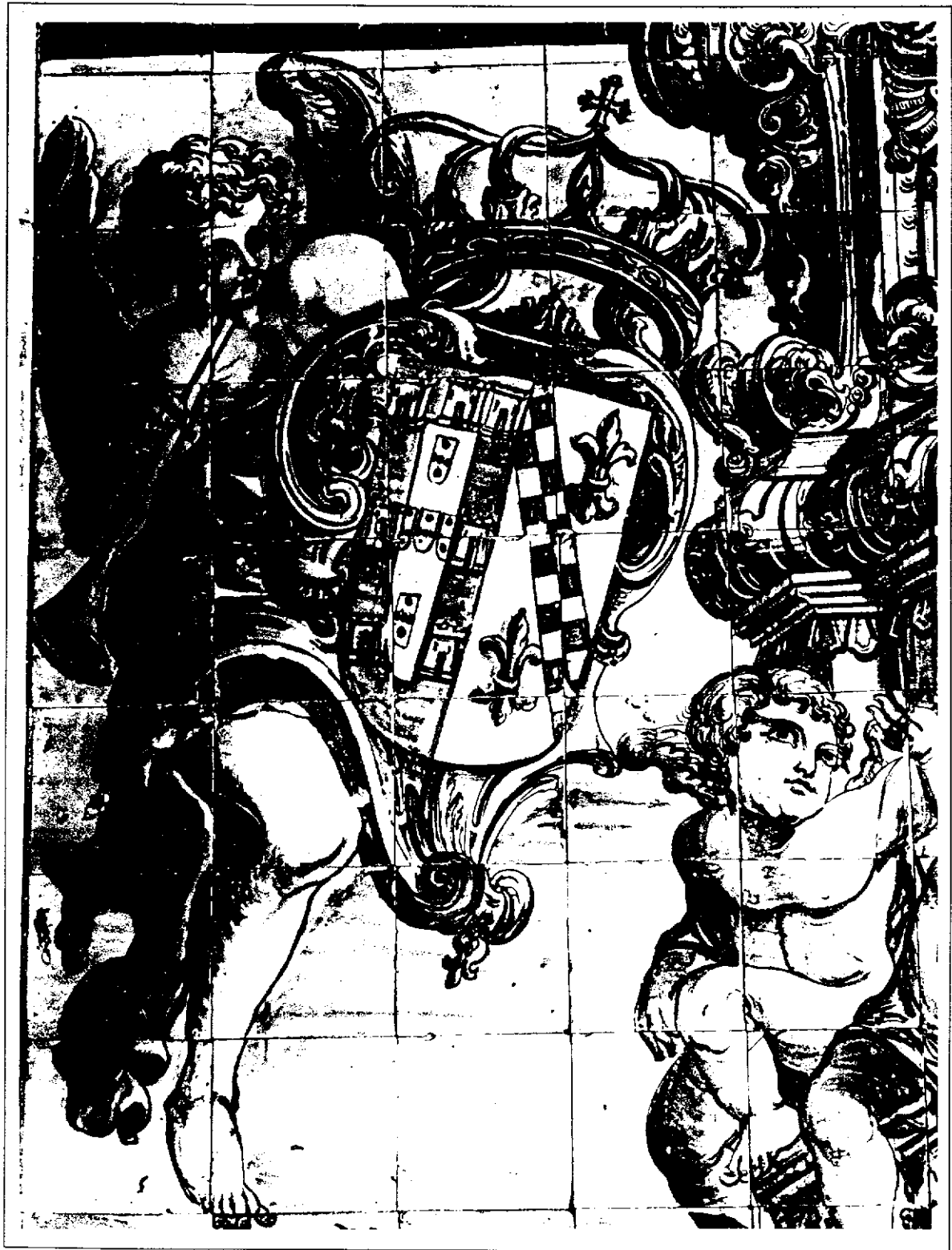


Universidade de Évora

Dissertação

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Púrgstico

Junho de 1994



Na pág. anterior:

- Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Pormenor dos azulejos do alpendre da igreja.
Anjo segurando um escudo com as armas do reino e da Ordem de Cister.

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre

Estudo histórico-arquitectónico

Propostas de recuperação e valorização do património edificado

Domingos Almeida Bucho

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre

Estudo histórico-arquitectónico
Propostas de recuperação e valorização do património edificado



Universidade de Évora
Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico
Junho / 1994

Agradecimentos

Queremos deixar expresso agradecimento ao Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge, pelo rigor, saber partilhado e disponibilidade com que orientou este trabalho.

Agradecemos também aos Sr.(s) Comandantes do Centro de Instrução de Praças da Guarda Nacional Republicana, Tenente- Coronel José de Matos Correia Barradas e Major Jorge Vasco Azevedo Moura, a disponibilidade sempre manifestada no franqueamento do mosteiro às nossas frequentes e demoradas visitas.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	17
-----------------	----

I PARTE

Estudo histórico-arquitectónico

Capítulo I FUNDAÇÃO

1.1 Fundador.....	25
1.2 Da fundação à extinção:nota histórica.....	27

Capítulo II SITUAÇÃO E SÍTIO

2.1 Situação.....	33
2.2 Sítio.....	34

Capítulo III PLANTA E ALÇADOS

3.1 Igreja	
3.1.1 Programa arquitectónico.....	47
3.1.2 Leitura e organização interna	
3.1.2.1 Cabeceira.....	48
3.1.2.2 Transepto.....	48
3.1.2.3 Nave dos fiéis.....	49
3.1.2.4 Coros.....	50
3.2 Claustros	
3.2.1 Claustro nascente.....	50
3.2.2 Claustro poente.....	51

Capítulo IV MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

4.1 Materiais de construção.....	69
4.2 Técnicas de construção.....	70
4.2.1 Fundações, paredes, faixas, cimalkhas, cunhais, portas e janelas.....	70
4.2.2 Pavimentos	
4.2.2.1 Pavimento de ladrilho.....	72
4.2.2.2 Pavimento de soalho do coro alto e tecto do coro baixo.....	73
4.2.3 Escadas.....	73
4.2.4 Abóbadas.....	74

4.2.5 Coberturas	
4.2.5.1 Cobertura com asna.....	74
4.2.5.2 Cobertura da igreja.....	75

Capítulo V
SISTEMA CONSTRUTIVO

5.1 Fundações.....	85
5.2 Paredes.....	85
5.3 Contrafortes e arcobotantes.....	86
5.4 Pavimentos	
5.4.1 Piso térreo.....	87
5.4.2 Piso superior.....	87
5.5 Portas e janelas.....	87
5.6 Escadas.....	87
5.7 Tectos e coberturas	
5.7.1 Tectos.....	88
5.7.2 Coberturas.....	88

Capítulo VI
CRONOLOGIA DAS OBRAS
ESPAÇOS E FUNÇÕES

6.1 Primeira campanha de obras (1518 - 1533).....	103
6.1.1 Estado da obra em 1533.....	104
6.2 Segunda campanha de obras (1533 - 1550).....	109
6.2.1 Estado da obra em 1550.....	109
6.3 Terceira campanha de obras (1587 - 1607/8).....	110
6.4 Quarta campanha de obras (séc. XVIII).....	112
6.5 Intervenções nos sécs. XIX e XX.....	113
6.6 A evolução da cerca.....	113
6.7 A tapada das freiras e a horta.....	114

Capítulo VII
ESPAÇO E EURITMIA

7.1 Medidas.....	125
7.2 Proporções e simetria.....	127
7.3 Módulo e seu desenvolvimento.....	131
7.4 A questão do desenvolvimento modular <i>ad quadratum</i>	133

II PARTE

*Propostas de recuperação e valorização
do património edificado*

Capítulo VIII

PATOLOGIA, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAIS INERTES

8.1 Pedras	
8.1.1 Objectivos e metodologia.....	139
8.1.2 Colunas dos claustros	
8.1.2.1 Tipos de granitos.....	140

8.1.2.2	Decaimento	
8.1.2.2.1	Considerações gerais sobre a alteração das rochas graníticas. Identificação de patologias.....	141
8.1.2.2.2	O decaimento e o tipo de granito (coloração geral).....	142
8.1.2.2.3	O decaimento e a orientação geográfica das peças.....	143
8.1.2.2.4	Taxa de decaimento.....	146
8.1.3	Portal da igreja e túmulo de D. Jorge de Melo	
8.1.3.1	Tipo de rocha carbonatada.....	146
8.1.3.2	Considerações gerais sobre a alteração das rochas carbonatadas. Identificação de patologias.....	147
8.1.4	Reabilitação e manutenção	
8.1.4.1	Colunas dos claustros.....	148
8.1.4.2	Túmulo e portal da igreja.....	148
8.2	Madeiras	
8.2.1	Objectivos e metodologia.....	149
8.2.2	Conclusões	
8.2.2.1	Ataques de carunchos.....	149
8.2.2.2	Ataques de térmitas.....	151
8.2.2.3	Ataques de fungos.....	151
8.3	Alvenarias, rebocos e coberturas	
8.3.1	Detecção de infiltrações de águas.....	152
8.3.2	Medidas de carácter curativo e preventivo.....	152

Capítulo IX
**PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO
ALA NORTE DO CLAUSTRO POENTE.
AFECTAÇÃO DO ESPAÇO A NOVAS FUNÇÕES**

9.1	Objectivos e metodologia.....	173
9.2	Reconstituição da ala primitiva.....	173
9.2.1	Piso térreo.....	174
9.2.2	Piso superior.....	176
9.2.3	Piso acrescentado.....	178
9.3	Proposta de recuperação e afectação do espaço a novas funções	
9.3.1	Filosofia.....	178
9.3.2	Tipo de intervenção.....	178
9.3.3	Proposta	
9.3.3.1	Indicações gerais.....	180
9.3.3.2	Algumas sugestões.....	181

Capítulo X
VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO 193

CONCLUSÃO.....	199
ANEXOS.....	203
BIBLIOGRAFIA.....	245

Tu, filho do homem, mostra o plano deste Templo à casa de Israel para que eles se envergonhem das suas iniquidades. Que eles meçam o plano, e se eles tiverem vergonha da sua conduta, ensina-lhes a forma do Templo e o seu plano, as suas saídas e entradas, a sua forma e todas as suas disposições, toda a sua forma e todas as suas leis. Põe tudo isto por escrito diante dos seus olhos, para que eles observem a sua forma e todas as suas disposições e se conformem a elas.
Eis a lei do Templo: - No cimo da montanha, todo o espaço que o cerca é um espaço muito santo. - Tal é a lei do Templo.

(Ez. 43, 10 - 12)

INTRODUÇÃO

Todas as épocas da história da humanidade podem testemunhar o interesse do Homem pelo seu passado, nomeadamente pelos artefactos que dão corpo a essa memória, ganhando valor simbólico. Individualmente, também é verdade que todos nós seleccionamos e guardamos as recordações da vida, desde os primeiros brinquedos. E tão ciosos somos dessa "tralha"... como se quiséssemos imortalizar, nessas pequenas coisas, a vida que flui sem retorno, inexorável.

Mas o carácter distintivo dos nossos tempos, é que vivemos uma nostalgia pelo passado, como um todo, sem seleccionarmos alguma das suas partes constituintes, como o fizeram renascentistas e românticos, por exemplo. Dá-nos a impressão de vivermos numa sociedade que se teme a si própria, atemorizando-se pela velocidade com que tudo se desvaloriza, pelo precário, pelo provisório, pela instabilidade, pela falta de referências. Gera-se, talvez mais do que uma nostalgia pelo passado, uma angústia pelo presente, sobretudo porque nos escapa ao controlo, ganhando como que uma entidade autónoma. Mais ainda, a preocupação por esses restos subsistentes à voragem dos tempos impregna toda a sociedade, faz parte do programa político dos partidos, tem departamentos governamentais próprios, beneficia de avultada legislação protectora, possui técnicos especializados, instituições nacionais e internacionais e verbas próprias para a sua preservação. Por outro lado, o distanciamento temporal deixou de ser condição para a classificação do património. Hoje, classificam-se obras de arquitectura recentemente acabadas como património a salvaguardar. E tudo isto poderá ser sintoma, como observa Paulo Varela Gomes, de que *a ideia de património é uma ideia da velhice do Mundo* (1).

Apesar dos atentados que continuam a praticar-se contra esses objectos classificados, longe vão os tempos em que o património era bandeira de luta de uns quantos clarividentes como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Mendes Leal, Gabriel Pereira ou Ramalho Ortigão (2). Longe vai o tempo em que o património constituía passatempo de coleccionadores, antiquários ou arqueólogos mais ou menos "extravagantes"...

Acompanhando essa progressiva consciencialização colectiva pelo valor cultural e económico (visão pioneira de Alexandre Herculano em Portugal) das coisas do passado, gerou-se uma nova e apaixonante problemática: como preservar o património? A sistematização e o debate académico desta problemática teve o seu *forum* na segunda metade de oitocentos.

O arquitecto parisiense Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc (1814 - 1879) foi o teórico e o prático mais seguido até ao fim do século XIX. Segundo ele, os monumentos deviam ser restaurados em estilo, refazendo-os segundo a forma prístina, em completo alheamento pelo estado actual do monumento, nomeadamente pelos estilos "espúrios" que o tempo foi estratificando sobre os períodos românico e gótico. Estes estilos ganham a simbologia das pátrias. Para este arquitecto, acrescentos ou decorações renascentistas e barrocas eram aberrações a purificar.

O radicalismo da destruição liberal e a pura invenção da escola francesa indignaram homens de cultura comprometidos com os novos ideários político-culturais, como Víctor Hugo, em França, ou Alexandre Herculano e Gabriel Pereira, em Portugal. No entanto, o autor de *Portugaliae*

Monumenta Historica manifestava a mesma concepção de restauro que Viollet-le-Duc, filosofia que influenciará arquitectos e engenheiros portugueses, como Rosendo Carvalheira (m. 1919), no restauro da Sé da Guarda, Palácio de Sintra e Jerónimos, Ernesto Korrodi (1870-1944), na intervenção no Castelo de Leiria ou Augusto Fuschini (1843-1911) no restauro da Sé de Lisboa. Com a escola francesa nasceu o falso histórico, o *pastiche*, mas ficaram estudos monumentais de História da Arte Medieval, ainda hoje avidamente consultados, como o *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle* e o *Dictionnaire du mobilier français jusqu'à la Renaissance*, ambos de Viollet-le-Duc.

Opondo-se acidamente à teoria e à prática do restauro em estilo, para o escritor inglês John Ruskin (1819-1900) a arquitectura e a natureza têm algo em comum. Os monumentos devem ser conservados, tal como os seres vivos, não interessando por vezes a forma brutal do socorro, mas chegará inevitavelmente o seu fim, natural, e nenhuma substituição desonrosa e falsa (restauro) o deverá privar da sua dignidade. Finalmente, em ruína, tal como a natureza, os monumentos ganham uma nova qualidade artística, consubstanciando o que os românticos de oitocentos apreciaram com a designação de pitoresco, ou pintoresco.

A conciliação entre as posições extremadas das escolas francesa e inglesa, é feita pela escola italiana, representada por Camilo Boito (1836-1914). Pioneiro ideológico e prático da escola do *restauro científico*, Boito partilha a crítica de Ruskin contra o falso histórico, sem contudo aceitar a visão fatalista do desaparecimento inevitável do monumento. Em *Questioni pratiche di Belle Arti* (Milão, 1893), Boito advoga as acções de conservação mas admite também o restauro sob várias condições: diferença de estilo e de materiais entre o antigo e o novo, austeridade estética nas partes novas, exposição das partes substituídas em lugar anexo ao monumento, marcação da intervenção nas partes novas, constituição e exibição, ou publicação, de uma memória descritiva sobre a intervenção; sobretudo, exigia-se uma clara diferença visual da intervenção. Estes princípios, adoptados já no II Congresso de Arquitectos e Engenheiros Civis de Roma (1883), foram considerados como a primeira carta do restauro, influenciando posteriormente quer a *Carta de Atenas sobre o restauro dos monumentos* (1931), quer a *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos* (Veneza, 1964).

Em Portugal, como já referimos atrás, Alexandre Herculano interpreta a visão lúcida do intelectual de oitocentos, para quem o corte político com o Antigo Regime não significava necessariamente a eliminação dos vestígios artísticos do passado: *fui eu, se não me engano, o primeiro que proclamei a possibilidade e a necessidade de conciliar o amor dos foros de homens livres com a veneração às tradições gloriosas e santas do passado* (3). Reconhecendo que já antes, sobretudo a partir da criação da Academia Real da História Portuguesa (1720) e do Alvará de 1721, que confere àquela academia competências no âmbito da salvaguarda do património, é visível a preocupação de determinados sectores mais esclarecidos da sociedade portuguesa por esta temática, é mais do que ninguém aquele militante liberal e romântico que agita as consciências, influencia toda uma geração e faz desencadear uma série de acontecimentos posteriores de assinalável alcance. Destacaremos, até ao fim da Monarquia, os seguintes:

- 1840, fundação da efémera Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais, com sede no Convento do Carmo em Lisboa, e início dos restauros dos principais monumentos portugueses, sob influência das teorias de Viollet-le-Duc;

- 1858, Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896) inicia o cadastro dos edifícios que poderiam considerar-se monumentos nacionais, desconhecendo-se o paradeiro deste trabalho;

- 1864, fundação da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, sob influência do arquitecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva. Publicação do *Boletim de Architectura e Arqueologia* a partir de 1876;

- 1866, início da publicação do *Arquivo de Architectura Civil* da Associação dos Arquitectos Portugueses;

- 1875, relatório do Marquês de Sousa Holstein, director da Comissão dos Monumentos

Nacionais, sobre o estado do património português;

- 1880, elaboração da primeira lista intitulada de *Monumentos Nacionais e padrões históricos e comemorativos de varões ilustres e que são elementos apreciáveis para o estudo da história das artes em Portugal*;

- 1898, é publicado o *Regulamento do Conselho Superior de Monumentos Nacionais*;

- 1899, é publicado o primeiro volume do *Dicionário dos Arquitectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou ao Serviço de Portugal*, de Francisco Sousa Viterbo;

- 1909, publica-se a primeira lista oficial dos monumentos nacionais;

- 1910, 16 de Junho, Decreto que consagra em lei a lista dos monumentos nacionais.

Depois da reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos pelo Decreto nº 1 de 26 de Maio de 1911, o acontecimento mais importante do ponto de vista da defesa do património cultural foi a criação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a 25 de Maio de 1929, cuja filosofia de restauro se filia nas concepções oitocentistas ultrapassadas de Viollet-le -Duc. A opção pelo estilo gótico como estilo nacional ia ao encontro dos propósitos ideológicos do Estado Novo, de *renovação nacional*, bem patente na concepção estética da Exposição do Mundo Português de 1940.

A década de 40 apresenta alguns factos importantes na defesa do património histórico edificado. Salientaremos a definição de zonas *non aedificandi* dos monumentos a partir de 1940, a publicação do *Inventário Artístico de Portugal* pela Academia Nacional de Belas Artes, a partir de 1943, e a atribuição às Câmaras Municipais de algumas competências na classificação e salvaguarda do património artístico municipal (Lei nº 2032, de 11 de Junho de 1949). Esta lei, avançando com conceitos inovadores, como *conjunto* e *valor paisagístico*, nunca foi, contudo, regulamentada.

As décadas de 50 e 60 marcam o início do arejamento ideológico do Estado Novo no que diz respeito à filosofia da conservação do património. Na senda desta viragem podemos apontar a publicação da *Carta de Atenas* de 1931, de que já falámos, adoptada no ano seguinte pela Sociedade das Nações, a *Carta do Urbanismo de Atenas* (1933), a fundação do ICCROM - *Centro Internacional de Documentação e de Estudo de Problemas do Restauro* (1956), no âmbito da UNESCO, o *I Congresso Internacional de Especialistas de Conservação*, em Paris (1957), e a participação de arquitectos e técnicos portugueses no *II Congresso Internacional dos Arquitectos e dos Técnicos dos Monumentos Históricos*, em Veneza, de 25 a 31 de Maio de 1964. Na sequência desta participação, é criada a secção portuguesa do ICOMOS - *Conselho Internacional de Monumentos e Sítios*, fundado entre 1964 e 1965. Em 1969 realiza-se em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, o *Congresso para a Salvaguarda das Paisagens e dos Sítios Históricos*, o que é sintomático da actualização portuguesa face às novas concepções europeias sobre conservação do património. De 1965 até aos nossos dias são acordadas internacionalmente variadíssimas convenções, dentre as quais destacamos a relativa ao *Património Mundial* (1972), a *Carta Europeia do Património Arquitectónico* (Amsterdão, 1975) e a *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa* (Estrasburgo, 1985), sendo a primeira ratificada na legislação portuguesa através do Decreto - Lei nº 49/79 de 6 de Junho.

A partir de 25 de Abril de 1974 acentuou-se a abertura ao ideário europeu, pela aderência às convenções europeias reguladoras da conservação e da recuperação do património e pela publicação de legislação marcadamente progressista e actualizada, de que destacamos:

- 1979, assinatura da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, de 1972 (Decreto nº 49/79, de 6 de Agosto);

- 1980, Decreto Regulamentar nº 34, de 2 de Agosto, que cria o Instituto Português do Património Cultural (IPPC);

- 1985, Lei nº 13, de 6 de Julho, Lei do Património Cultural Português;

- 1987, Lei nº 11, de 7 de Abril, Lei de Bases do Ambiente;

- 1989, criação do primeiro curso de mestrado em Portugal, especializado em Recuperação

do Património Arquitectónico e Paisagístico, na Universidade de Évora (Portaria nº 525, de 10 de Julho de 1989);

- 1992, Decreto-Lei nº 106-F de 1 de Junho, criação do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR).

O trabalho que aqui se apresenta surge como prova de dissertação do curso de mestrado acima referido. Reflectindo sobre esse primeiro curso, pensamos que o seu grande contributo terá sido a sistematização inovadora duma metodologia de estudo histórico-arquitectónico e duma metodologia de recuperação do património edificado. Tentando aplicá-las, afigurou-se-nos necessário e útil dar corpo, num só objecto de estudo, a uma visão holística.

Assim sendo, a escolha desse objecto deveria ser criteriosa. Ele deveria reunir potencialidades que justificassem o estudo a que nos propúnhamos e urgir de recuperação e de valorização evidentes. Estava nestas condições o Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.

Este mosteiro é a instituição cisterciense mais importante a Sul do Tejo. Erigido na primeira metade do séc. XVI e beneficiando de melhoramentos nos sécs. XVII - XVIII, mantém ainda preservados espaços significativos da edificação, não obstante as constantes intervenções com vista à sua afectação a caserna, desde a implantação da nossa República. Exibe ainda peças de valor artístico nacional, na escultura (túmulo de D. Jorge de Melo e portal da igreja, atribuídas a Nicolau de Chanterenne), no mobiliário e na arte sacra, constituindo o seu património móvel o cartão de visita do Museu Municipal. Por outro lado, o facto do Arquivo Distrital de Portalegre possuir o espólio do seu cartório, fez do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre, como também é conhecido, um objecto de estudo aliciante.

Seguindo a metodologia orientada pelo Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge, dividiu-se o nosso estudo em duas partes fundamentais. Na primeira, procedemos ao estudo histórico-arquitectónico do mosteiro. Para o efeito, houve que sistematizar a investigação através da aplicação dos seguintes itens:

1. *Fundação* - resumo histórico de carácter genérico.
2. *Situação e sítio* - estudo da localização do objecto, nomeadamente das razões naturais e culturais da escolha do lugar.
3. *Planta e alçados* - descrição arquitectónica.
4. *Materiais e técnicas de construção* - levantamento dos materiais usados e inventariação das técnicas de construção que lhes foram consequentes.
5. *Sistema construtivo* - caracterização do sistema construtivo adoptado.
6. *Cronologia das obras. Espaços e funções* - investigação histórico-arquitectónica tentando estabelecer, para cada espaço e em cada fase da existência do objecto de estudo, a respectiva função.
7. *Espaço e eurtimia* - levantamento e registo das medidas principais, determinação do módulo de desenvolvimento e estudo das proporções e simetrias.

Na segunda parte, foram elaboradas *propostas de recuperação e valorização do conjunto edificado*, partindo-se de um levantamento de *patologias*, de potencialidades em termos de recuperação de espaços e sua afectação a novas funções e do potencial turístico-cultural. Na definição deste programa, tivemos em conta, ao nível dos princípios, a *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos* (Veneza, 1964), embora a não tivéssemos seguido de forma rígida. E nunca perdemos de vista a premissa de que o mosteiro se encontra, actualmente, ocupado por uma instituição paramilitar, sendo irrealista e retórico alhear-mo-nos deste facto e projectarmos fantasiosamente. Impôs-se então uma atitude realista, para ser eficaz, e também modesta, para ser inteligente. Tal o respeito que nos merece esta construção secular, levantada com saberes empíricos, ainda de pé, exibindo, no seu prospecto, uma altivez quase provocante face à sofisticação e precariedade modernas.

NOTAS

- (1) GOMES, Paulo Varela - "Longe de Jerusalém", Revista *VÉRTICE*, nº 54, 1993, pp. 14 ss.
- (2) Referimo-nos às seguintes obras:
- GARRETT, Almeida - *Obras de João Batista de Almeida Garrett*, t. VIII e IX, *Viagens na Minha Terra*, Tipografia da Gazeta dos Tribunais, Lisboa, 1848. (Obra editada anteriormente na *Revista Universal Lisbonense*, em capítulos sucessivos, mas que sofreu alterações na passagem para a edição em livro).
 - HERCULANO, Alexandre - "Os Monumentos", Revista *O PANORAMA*, nº 69, Ed. Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa, 1838.
 - HERCULANO, Alexandre - "Os Monumentos II", Revista *O PANORAMA*, nº 70, Ed. Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa, 1838.
 - HERCULANO, Alexandre - "Mais um brado a favor dos monumentos I", Revista *O PANORAMA*, nº 93, Ed. Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa, 1839.
 - HERCULANO, Alexandre - "Mais um brado a favor dos monumentos", Revista *O PANORAMA*, nº 94, Ed. Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa, 1839.
 - LEAL, Mendes - *Monumentos Nacionais*, Lisboa, 1868.
 - PEREIRA, Gabriel - "Restaurar e Conservar", Revista *Arte Portuguesa*, Centro Artístico Portuense, Porto, (1882 - 1884).
 - ORTIGÃO, Ramalho - *O Culto da Arte em Portugal*, Ed. António Maria Pereira, 1ª edição, Lisboa, 1896.
- (3) HERCULANO, Alexandre - *Cartas*, "Carta a José Maria Latino Coelho, de 6 de Abril de 1868", t. I, 4ª edição, Bertrand, Lisboa, s.d., p. 262.

I PARTE
ESTUDO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICO

Capítulo I

FUNDAÇÃO

1.1 Fundador

D. Jorge de Melo, de seu nome secular Simão de Melo, nasceu em Évora (1), provavelmente na década de setenta do século XV, e faleceu em Portalegre a 5 de Agosto de 1548. Era filho segundo de Garcia de Melo, alcaide-mor de Serpa, e de D. Filipa Pereira da Silva.

Estudou em Paris e, como acontecia vulgarmente com os filhos segundos, ingressou na vida eclesiástica, acolhendo-se em Roma à protecção do célebre Cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa (1406-1508), uma das figuras mais ilustres e influentes do Sacro Colégio.

Tomando o nome próprio do seu protector, foi sucessivamente nomeado por ele bispo de Frascati, abade de Pombeiro e depois, em 1504, comendatário de Alcobaça, recebendo posterior confirmação pelo papa Júlio II (2).

Regressado a Portugal, frequentou a corte de D. Manuel I como seu valido e esmoler-mor, e entrou para um curtíssimo noviciado no mosteiro de Alcobaça (1508) (3). Logo de seguida, tomou o hábito branco como abade regular, sendo o último antes da instituição dos abades trienais pela Congregação Autónoma Portuguesa (1567) (4). Governou aquela rica abadia, o lugar mais rendoso depois do Priorado do Crato (5), durante 14 anos, constituindo avultada fortuna, ao mesmo tempo que deixava um rasto de imoralidade (6).

Em 1518 (segundo a tradição), fundou o Mosteiro de S. Bernardo, para nele albergar donzelas sem dote, conforme consta do epitáfio gravado na base do seu sumptuoso túmulo:

D. Jorge de Melo, bispo das Idanhas, varão claríssimo em nobreza de geração e virtude de ânimo, fez este templo e sumptuosas casas pera nelas se sustentarem donzelas sem dote, dadas ao instituto da ordem de Cister por sua insigne piedade e religião, e as dedicou à sempre Virgem Maria Senhora Nossa da Conceção, e de sua fazenda as dotou de vasos, vestiduras, dinheiro, herdades, campos, pera as cousas sagradas necessárias à sustentação dos sacerdotes e religiosas. Enquanto vai aparelhando a partida pera alcançar o prémio de suas virtudes (pera que aquilo que de si era terra o desse e entregasse à mesma terra), vivendo pôs este moimento de sepultura pera si, na era de mil quinhentos e quarenta e oito (7).

No dia de Reis de 1519, D. Jorge recebe em Alcobaça a segunda mulher de D. Manuel I, D. Maria, que lhe pede a abadia com carácter de exigência para seu filho D. Afonso, que tinha na altura 9 anos de idade. E como à dos reis não há resistência... (8), é obrigado a deixar aquele rendoso lugar. Em troca, é nomeado bispo da Guarda (1519) (9) e, contrafeito, desde logo afirma não querer ir à terra onde matam os bispos. Na verdade, ali tinha sido assassinado um seu predecessor, D. Álvaro de Chaves (10), por um criado que o assaltara. Contudo, este não terá sido o verdadeiro motivo da

sua relutância, uma vez que entre o assassinato daquele bispo e a provisão de D. Jorge decorrem 23 anos e dois prelados de permeio.

Mas na Guarda nunca D. Jorge pôs os pés, mantendo na sede da diocese egitaniense um bispo de anel, o franciscano Frei Baltasar (11), para grande rancor do cabido e população da Guarda, que logo lhe deitou o chiste: *O Bispo que deixa a Sé / Por se metter na Mesquita / Mouro foi e mouro é / Pois d'ella se não desquita* (12).

Deve-se a quadra, de verdade indesmentível, ao facto de D. Jorge estabelecer moradia em Portalegre, talvez a 28 de Abril de 1526, depois da sua passagem por Abrantes, no Mosteiro de S. Bernardo (13), até ao fim dos seus dias. Em Portalegre, gozou a doce vida familiar, na companhia da sua concubina, D. Helena Mesquita, filha de Pedro Mesquita e de Filipa Borges, residente na Quinta da Provência, e de seus filhos, D. Joana, D. António e D. Bernardo (14). Esta ligação amorosa deu origem à família que ficou conhecida pela expressão chocarreira *Mellos do bispo* ou *Mellos com dom*, querendo significar menos pura stirpe. Vem a propósito um pensamento de S. Bernardo: *Erra de todo o que cuyda poderse misturar a doçura celestial cò a cinza do deleite carnal; e o balsamo espiritual cò veneno sensual* (15).

Por esta vida herética, pecaminosa, *homem de não boa vida* (16), e contumaz, *muito desobediente às coisas de Roma* (16), D. Jorge foi excomungado, proibido de entrar em qualquer igreja e multado em 25 000 ducados de ouro (Anexos I). Era também obrigado a contribuir com 5 000 ducados para a fábrica da catedral da Guarda. Seriam ainda punidas todas as cidades, castelos, vilas e lugares que albergassem o prelado, ainda que por simples passagem, sendo encarregado o nuncio da corte de Lisboa da administração do bispado da Guarda (17).

Com enorme fortuna e a protecção do Cardeal de Alpedrinha, nada moveu o bispo, que no mosteiro, pomposa e profusamente marcado pelo seu brasão, como se do seu palácio se tratasse, construiu resistência tenaz e imperturbável.

Compreende-se assim a filiação da abadia de S. Bernardo de Portalegre directamente na de Claraval, sem intermediários, para que Alcobaça não pudesse reivindicar posse e direitos, nomeadamente o de visitação e reforma. E foi durante a visita do Monsenhor de Claraval a Portalegre, em 15 e 16 de Fevereiro de 1533 (18), que esta filiação é consumada, recebendo depois como confessor de confiança Frei Bernardo Roberti, *persona non grata* das abadias espanholas, por solicitação de D. Jorge, em carta enviada a 10 de Março de 1533 (19).

Assim morreu D. Jorge, antes quebrar que torcer, deixando para a posteridade um monumento sintomático da sua afirmação pessoal, o seu túmulo, no estilo que havia aprendido em Roma, e que aqui patrocina como qualquer mecenas ou príncipe italiano da época. O maior e um dos mais belos túmulos da renascença portuguesa, que suscitará de Filipe II o célebre comentário: *uma grande gaiola para um pequeno pássaro* (20).

Sem pretender estabelecer relações mecânicas e ligeiras de causa e efeito, será razoável admitir que a persistência do bispo terá contribuído para que o enorme bispado da Guarda se tenha cindido e criado o de Portalegre, autónomo, a instância de D. João III, pelo Papa Júlio III, no ano de 1550, como consta da bula de erecção dada em Roma aos 2 de Abril daquele ano. Ainda no mesmo ano, aos 23 dias de Maio, D. João III eleva a vila de Portalegre a cidade e a Sé Catedral começa a ser construída seis anos mais tarde.

A cidade não será filha deste bispo teimoso e moderno, já que possuía ao tempo um centro económico relevante, conhecido pelos tecidos que produzia, sendo o imposto sobre judiarias o quarto mais importante de Portugal (21), mas deve-lhe aquela sua afirmação carismática, e uma acção de mecenas que deu à cidade uma peça arquitectónica e escultórica de valor nacional.

Ao nível da escrita, deixou-nos duas obras: *Estatutos para o Mosteiro das Religiosas Cistercienses de Portalegre* (22); *Constituições do Bispado da Guarda feitas no Sínodo que o bispo D. Pedro Gavião celebrava, etc...*

1.2 Da fundação à extinção: nota histórica

Desde 1504 (23) que D. Jorge de Melo constituía avultado património na abadia de Alcobaça, com toda a renda e massa que naquele tempo rendia, *e por mão do abade corria tudo* (24). *Não deu grandes provas de administrador, pelo menos no que se refere a moralidade. Mas deve-se-lhe o início do enriquecimento em manuelino e reforma do gótico remoto do mosteiro*(25).

Utilizando provavelmente estes avultados cabedais, D. Jorge funda o mosteiro cisterciense de Portalegre, em honra de Santa Maria, Rainha do Céu e da Terra, conforme disposição canónica da Ordem (26). Daí ser também conhecido o mosteiro de S. Bernardo por Mosteiro da Virgem Nossa Senhora da Conceição (27).

Figura atrabiliária e com um passado pouco edificante, destinou o mosteiro ao recolhimento de fidalgas sem dote, e passou a viver *junto a este sagrado mosteiro* (28) para aí expiar os delitos de uma juventude desregrada (29).

Aos 14 dias de Junho de 1526, D. João III, em alvará dado em Santarém (Anexos II), confirma a doação do sítio da Fontedeira e chão anexo (feita pelo concelho da vila de Portalegre ao novo mosteiro) e, em apostilha datada de Lisboa a 27 de Novembro de 1549, concede à abadessa e religiosas a mercê de poderem edificar a cerca.

Segundo Luís Keil (30), em 1530 já estavam concluídos o dormitório, a casa do capítulo, o refeitório e a igreja. Em 1538 estava construído o belo portal da igreja em estilo renascença e, em 1540, também estava concluído o célebre túmulo do fundador. Ainda no mesmo ano, em Breve expedido pelo Tribunal da Penitenciária aos 22 de Setembro de 1530, no pontificado de Clemente VII, concede-se ao bispo D. Jorge de Melo, entre outras prerrogativas, a de incorporar o mosteiro na Ordem de Cister (31).

Data de 20 de Agosto de 1531 a assinatura dos estatutos redigidos por D. Jorge (Anexos IX), continuando-se as obras até à morte do fundador e por todo o séc. XVI. Na fundação do mosteiro gasta D. Jorge a vultuosa quantia de 10 000 cruzados (32). Sabemos que a 16 de Fevereiro de 1533 o mosteiro possuía apenas oito monjas: a abadessa, três religiosas e quatro noviças (33).

O instituto funda-se em regime de abadessas perpétuas, sendo D. Branca de Vasconcelos e Melo a primeira, desde 1531 até à sua morte em 1537, e D. Joana de Melo a segunda e última, até ao seu falecimento, ocorrido em 1587. Depois de 1587, o instituto é administrado por abadessas trienais (34).

D. Jorge morreu sem deixar testamento. Os avultados bens, nomeadamente fundiários, haviam sido comprados, ficticiamente por certo, pela administradora D. Helena Mesquita, sendo disputados mais tarde por esta, por D. António de Melo, (m. 15 de Agosto de 1549), pelos 1^o e 2^o bispos de Portalegre e pelo bispo da Guarda, então abade de Alcobaça. A contenda terminou com um legado *a latere* a favor das religiosas (35).

A 16 de Março de 1572, e a pedido da segunda abadessa, D. Joana de Melo, é consagrada a igreja pelo bispo de Portalegre, D. André de Noronha (36).

Registaram-se obras importantes no séc. XVIII, nomeadamente a colocação dos azulejos (1739), e em 1776, *pela ímpia lembrança de Pombal e mandado do Padre Geral da Ordem, foram todas as religiosas em duas partidas para Odivelas* (37). Um ano mais tarde, manda D. Maria I reparar todas as ruínas, começando a obra a 28 de Julho de 1777 e, a 13 de Novembro do mesmo ano, *com grande alegria e alvoroço dos habitantes*, regressam as religiosas a Portalegre (38).

Pela Portaria de 3 de Novembro de 1821, expedida pela Comissão de Fazenda, é requisitado um inventário dos bens do mosteiro bem como a descrição da sua situação económica. A resposta a esta portaria (39) constitui um documento de grande importância para a história económica e social da instituição. O considerável e variado património do mosteiro fora constituído por grandes doações efectuadas nos séculos XVI e XVII por D. Jorge de Melo, D. Helena Mesquita e por inúmeras religiosas, das quais podemos destacar D. Maria Sequeira e D. Maria de Castelo Branco. Pelo *mapa de toda a renda anual*, ficamos a saber que o mosteiro tinha interesses na Alfândega de Lisboa, dinheiro a juros, propriedades arrendadas a dinheiro, outras a géneros, recebia dízimos e explorava directamente

algumas propriedades. Dentre estas, destacamos a Herdade do Retaxo - ainda hoje uma das melhores e maiores das redondezas - e terrenos anexos ao mosteiro, de que trataremos mais adiante. Não sabemos se o faziam por suas próprias mãos, mas a empresa era sua. Relativamente à localização das incontáveis propriedades agrícolas, a sua maior parte situava-se no termo da cidade, havendo no entanto algumas em Arronches, Assumar, Avis, Cabeço de Vide, Carreiras, Crato, Estremoz, Fronteira, S. Gens, Marvão, Monforte, Ouguela, Seda e Sousel. Quanto a prédios urbanos, eles situavam-se em Portalegre (40).

À primeira vista, este património bastaria confortavelmente ao sustento do mosteiro. No entanto, os documentos falam-nos duma grave crise que começa com o governo filipino e se estende muito para além do fim da Guerra da Restauração, merecendo um alvará de socorro de D. Pedro II, escrito em Lisboa a 29 de Março de 1704 (41). Neste documento (treslado), queixam-se as religiosas de terem perdido propriedades de que não tinham licença, durante o governo filipino, e do tremendo abalo económico causado pela guerra: terras incultas, rendas muito baixas, litígios quanto à propriedade de algumas terras, dívidas contraídas que venciam juros, etc...vendo-se as religiosas obrigadas a tomar dotes e até a mendigar, o que era contra os seus estatutos.

Muito se poderia investigar ao nível da história económica do mosteiro, mas não é esse o propósito deste trabalho. Contudo, o documento é importante porque nos dá uma visão clara da base económica em que o mosteiro assentava e da fragilidade da economia de Antigo Regime, ainda mais em período de guerra. Avança também com um precioso dado demográfico: 150 pessoas no princípio do séc. XVIII; dado importante pelas implicações arquitectónicas que comporta. Outro dado demográfico importante é avançado por Dom Maur Cocheril: citando um manuscrito de Frei Manuel de Figueiredo (42), refere que primitivamente o mosteiro tinha 40 religiosas, mais tarde foi autorizado a aumentar o número para 70, e que, no último quartel do século XVIII, teria 48.

Com a revolução liberal é proibido o noviciado, sendo extinto o mosteiro em 1878, por morte da última freira, Dona Maria Joana Cardoso, a 23 de Abril desse ano (43). De 1878 aos nossos dias, tiveram as instalações usos diversos. Em 1879 instalou-se o Seminário Diocesano, e entre 1880 e 1887, funcionou o Liceu em parte das dependências. Por decreto de 16 de Junho de 1910, a igreja é classificada de Monumento Nacional, secularizando-se. Nas suas instalações funcionará o museu municipal, entre 1932 e 1961, enquanto que as restantes instalações, a partir de 1911 e até aos nossos dias, foram afectadas a instituições militares e paramilitares (44).

NOTAS

- (1) CASTRO, José Osório da Gama e - *Diocese e Distrito da Guarda*, Typographia Universal (a Vapor), Porto, 1902, p. 434.
- (2) Id., *Ib.*, passim.
- (3) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, v. XVI, Ed. Enciclopédia Ldª, Lisboa / Rio de Janeiro, s. d., p. 813.
- (4) COCHERIL, Dom Maur - *Routiers des abbayes cisterciennes du Portugal*, F. C. Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, Paris, 1986, p. 399.
- (5) SOTTO MAIOR, Diogo Pereira - *Tratado da cidade de Portalegre* (Introdução, leitura e notas de Leonel Cardoso Martins), Co-edição Imprensa Nacional - Casa da Moeda / Câmara Municipal de Portalegre, Vila da Maia, 1984, p. 110.
- (6) S. BOAVENTURA, Fr. Fortunato de - *História Chronológica e Crítica da Real Abbadia de Alcobaca*, Lisboa, 1827, cap. IV, p. 151.
- (7) SOTTO MAIOR, Diogo Pereira, *ob. cit.*, pp. 113 e 114. Como assinala Leonel Martins na mesma obra (p. 117), a data referida por Sotto Maior não consta na inscrição.
- (8) Id., *Ib.*, p. 110.
- (9) Em 1516, segundo KEIL, Luís - *Inventário Artístico de Portugal*, vol. I (Distrito de Portalegre), Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943, p. 142. Em Janeiro de 1519 segundo CASTRO, *ob. cit.*, p. 435. Em 1517, segundo COSTA, Padre António Carvalho da - *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Reino de Portugal*, Tomo II, Lisboa, 1708, p. 343. Em 1518, segundo S. BOAVENTURA, Fr. Fortunato de - *História Chronológica e Crítica da Real Abbadia de Alcobaca*, Lisboa, 1827, p. 151. Em 1519, segundo FONSECA, Padre Francisco da - *Évora Gloriosa*, Roma, 1708, p. 324 e SANTOS, Fr. Manuel - *Alcobaca Illustrada*, 1710, tit. XII.
- (10) CASTRO, José Osório da Gama, *ob. cit.*, p. 346.
- (11) SOTTO MAIOR, Diogo Pereira, *ob. cit.*, p. 110.
- (12) CASTRO, José Osório, *ob. cit.*, p. 347.
- (13) BRONSEVAL, Frère Claude de - *Peregrinatio Hispanica 1531-1533*, 2 vols., Paris, 1970, cit. in COCHERIL, Dom Maur, *ob. cit.*, p. 399.
- (14) SOTTO MAIOR, Diogo Pereira, *ob. cit.*, p. 115, diz-nos que D. Illena de Misquita era mãe das primeiras três abadessas: D. Branca de Vasconcelos, D. Joana de Melo e D. Francisca da Silva. Seriam todas elas filhas de D. Jorge? Quanto à primeira, o apelido Melo não aparece gravado na lápide tumular, mas é referido em documentos avulsos existentes no Arquivo Distrital de Portalegre. Aliás, Cocheril, *ob. cit.*, p. 400, refere-se a ela como irmã de D. Jorge e José Hermano Saraiva, em programa televisivo (História de Cidades), aparentou-a como mulher do fundador do mosteiro. O nome de D. Bernardo de Melo é indicado por GUSMÃO, F. A. Rodrigues de - "Memória Histórica do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Monjas da Ordem de Cister da cidade de Portalegre", in *O Instituto*, v. VI, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1858, p. 148 e seg.. Na continuação do mesmo artigo, no v. X (1861), em nota de rodapé na página 20, Gusmão avança que D. Helena de Mesquita terá falecido em 1551 ou 1552, sendo enterrada na igreja do mosteiro, havendo-se perdido a tradição do lugar em que fora sepultada.
- (15) Cit. in ARRAIS, D. Frei Amador - *Diálogos*, Lello e Irmão - Editores, Porto, 1974, p. 82.
- (16) HERCULANO, Alexandre - *Opúsculos IV*, (Organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia), Ed. Presença, Porto, 1985, p. 371. Também em DIAS, José Sebastião da Silva - *Correntes de Sentimento*, p. 37, cit. in COCHERIL, *ob. cit.*, p. 399. A caracterização de D. Jorge de Melo é feita em instruções dadas pelo Papa Paulo III, em 1542, ao Núncio em Portugal.
- (17) ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, t. II, Livraria Civilização - Editora, Porto / Lisboa, 1968, p. 626.
- (18) BRONSEVAL, Frère Claude de, *ob. cit.*, pp. 577 - 587.
- (19) COCHERIL, *ob. cit.*, p. 401.
- (20) Id., *Ib.*, p. 417.
- (21) SILVA, Aurélio Nunes - *Portalegre na História Militar de Portugal*, Comissão Executiva das Comemorações do IV Centenário da Cidade de Portalegre, Portalegre, 1950, p. 39.
- (22) Biblioteca Nacional de Lisboa, Códices Alcobacenses, códice 223, fólios 273 - 291.
- (23) Quanto à data em que D. Jorge recebe a comenda da abadia de Alcobaca não há unanimidade:
 - 1504, segundo CASTRO, José Osório, *ob. cit.*, p. 434.
 - 1505, segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, v. XVI, Ed. Enciclopédia Ldª, Lisboa / Rio de Janeiro, s. d., p. 813.
 - 1508, data referida pela mesma enciclopédia, v.. e p., assinalando a entrada de D. Jorge no mosteiro.
- (24) SOTTO MAIOR, Diogo Pereira, *ob. cit.*, p. 109.
- (25) *Grande Enciclopédia e Portuguesa Brasileira*, v. XVI, Ed. Enciclopédia Ldª, Lisboa / Rio de Janeiro, s. d., p. 813.

- (26) FARINA, Federico e VONA, Iginio - *L'organizzazione dei Cistercensi nell'epoca feudale*, Casamari, 1988, p. 243.
- (27) SOTTO MAIOR, Diogo Pereira, *ob. cit.*, p. 109.
- (28) SOTTO MAIOR, Diogo Pereira, *ob. cit.*, p. 114.
- (29) V. nota 3.
- (30) KEIL, Luís, *ob. cit.*, p. 144.
- (31) EUSÉBIO, José Almeida - *Convento de S. Bernardo*, Álbum Alentejano, t. III, Distrito de Portalegre, s.d., p. 924.
- (32) *Id.*, *Ib.*, *passim*.
- (33) BRONSEVAL, Frère Claude de, *ob. cit.*, p. 583.
- (34) Segundo Sotto Maior, Diogo Pereira, *ob. cit.*, pp.115 e 116, a primeira abadessa eleita trienalmente foi D. Francisca da Silva, fidalga natural de Lisboa, depois D. Filipa de Meneses, natural de Évora e parente do bispo, depois D. Ana da Silva, natural de Guimarães, depois D. Joana de Melo, também parente de D. Jorge, tornou depois a ser eleita D. Francisca da Silva a quem sucedeu D. Isabel Pereira Corte Real. Seguiram-se D. Isabel Tavares, natural de Sabugal (*deu ordem a se fazer a cerca nova que hoje parece*), D. Margarida da Silva, natural de Lisboa, da geração dos Teles, D. Joana da Silva, natural de Portalegre e, finalmente, D. Filipa Henriques, até ao tempo em que o Tratado da Cidade de Portalegre foi escrito (1619). Pelo documento em Anexo IV sabemos que em 1776 governou o mosteiro a Madre D. Joaquina Leonor Quifel Barbarino de Almeida.
- (35) EUSÉBIO, José de Almeida, *art. cit.*, p. 924.
- (36) KEIL, Luís, *ob. cit.*, p. 139.
- (37) EUSÉBIO, José de Almeida, *art. cit.*, p. 925. A história desta atribuição pode ser lida em inscrição nas costas do cadeiral norte do coro alto (Anexo IV).
- (38) *Id.*, *Ib.*, *passim*.
- (39) *Resposta aos requisitos da Portaria de 3 de Novembro de 1821 expedida pela Comissão de Fazenda*, Arquivo Distrital de Portalegre, doc. avulso, Caixa 12, Convento de S. Bernardo, cota provisória. Do referido documento compulsámos os seguintes dados:

a) *Doadores*

- D. Jorge de Melo (1547): herdades, fazendas, tapadas, vinhas, soutos, uma sapada, prazos e prédios urbanos num total de 28 bens, e ainda dízimos de algumas igrejas da Beira.
- D. Helena Mesquita (1549) e Madre D. Leonor de Sequeira (1623): muitas e variadas propriedades agrícolas e prédios urbanos num total de 68 bens, sem discriminação do doador.
- D. António de Melo (1549): herdade de Mateus.
- D. Maria Sequeira e D. Maria de Castelo Branco (1640): propriedades agrícolas e prédios urbanos num total de 16 bens.

Dottes (constituídos geralmente por uma só propriedade agrícola):

- Madre D. Margarida Mascarenhas (1595 e 1628)
- D. Luísa de Macedo Rebelo (1580)
- Madre D. Maria da Costa (1618)
- Madre D. Marianna Coutinha da Fonceca (1655)
- Madre Brittes da Guerra (1666)
- Madre D. Catarina Vaz Castelo Branco e Isabel Gracia (1668)
- Madre D. Antónia de Lemos (1691)
- Madre D. Maria Moreira e ainda outra religiosa cujo nome não figura (s. d.)

Legítimas de religiosas (constituídas geralmente por uma só propriedade ou foro):

- Madre D. Antónia de Mesquita (1574)
- D. Maria da Costa (1653)
- Madre D. Leonor Zuzarte (1660)
- Madre D. Catarina Zuzarte (1660)
- Madre Inês Mendes (1665)
- Por compra (1667)
- Por arrematação a Martinho de Mello e Sousa e a Pantalleão e Paes de Lacerda (1668)
- Por contrato feito c/ Pantaleão e Paes Lacerda (1675)
- Madre D. Antónia de Mendonça (1675)
- Por execução e arrematação a Catherina Madeira (1675)
- Madre Ignez de Brito (1676)
- Madre Brites Tavares (1676)
- Transacção c/ Henrique de Paiva Godinho (1698)

- Por provisão de D. Pedro II (1704)
- Por escritura em 1716
- Madre Ignez Maria (1729)
- Posses imemoriais

b) *Mapa de toda a renda anual*

- Interesses na Alfândega de Lisboa ou Casa da Índia (*Padrão ou Juro Real*)
- *Propriedades - Total do foros = 463\$245*
- *Dinheiro que tem o Mosteiro a juro - Total dos juros = 1:803\$850*
- *Rendas das Herdades e Tapadas a dinheiro = 2:239\$800*
- *Rendas e Foros de Trigo = 2869 Alqueires*
- *Renda da Cevada = 314 Alqueires*
- *Dízimos = 148\$000*

- *Fazendas que o Mosteiro fabrica por sua conta:*
 - *A Herdade do Retacho = 450\$000*
 - *A tapada d'Abadeça que consta de olival (e)*
 - *Huma tapada junto á cerca do Mosteiro que consta de olival = 320 Alqueires*
 - *Hum bocado d'orta e vinha junto a residencia dos Padres = 30 Alqueires*
 - *Tem mais h~ua coutada aonde tras os Carvoeiros (?) para a Comonidade*

(40) *Livro do Tombo em que estam lamçadas as fazendas todas, de que o Convento de S. Bernardo desta Cidade de Portalegre hé direyto senhorio; feyto no anno do nacimiento de nosso Senhor Iesus Christo de mil e seissentos e nouenta e hum 1691, fl. 315 ss., Arquivo Distrital de Portalegre.*

(41) *Id., Ib., fl. 247 v e 248 (Anexos VII).*

(42) COCHERIL, Dom Maur, *ob. cit.*, p. 401. Cita o Fundo Geral nº 1493 da Biblioteca Nacional de Lisboa, *Notícias dos Mosteiros da Congregação* (Frei Manuel de Figueiredo). - *Treslado verdadeiro da carta de extinção do Mosteiro de S. João de Vale de Madeiro.*

(43) COCHERIL, Dom Maur, *ob. cit.* p. 401.

(44) Em 1911 o mosteiro foi afectado ao Exército. Por lá passou o Regimento de Infantaria nº 22, o Batalhão de Caçadores nº 1, o Batalhão de Infantaria de Portalegre e, por último, o Centro de Instrução da Polícia do Exército (C.I.P.E.) em 1979. As instalações são utilizadas presentemente pelo Centro de Instrução de Praças da Guarda Nacional Republicana.

Capítulo II

SITUAÇÃO E SÍTIO

2.1 Situação

Entre o mosteiro de S. Bernardo e as muralhas de D. Dinis (Porta da Devesa) medeiam uns escassos 500 metros. Por comparação, observemos que os franciscanos haviam construído o seu convento três séculos antes, a 250 metros das Portas de Alegrete. Ora, fácil será admitir que, ao longo de três séculos, o tecido urbano se terá expandido, o que parece dar alguma equivalência às duas situações. Assim, são de assinalar a existência da mouraria, precisamente entre a muralha e o mosteiro, e a construção da Igreja do Espírito Santo (Séc. XIV), no Rossio do mesmo nome, para onde a cidade se expandiu através da Rua Direita, a escassos 150 metros de S. Bernardo (Fig. 2.1).

No entanto, o Convento de S. Francisco situava-se num dos dois arrabaldes de que nos fala Sotto Maior (1), o de S. Francisco (em que há notícia de ter vivido Iria Gonçalves, mãe de D. Nuno Álvares Pereira, nos finais do século XIV), ao passo que S. Bernardo foi edificado para além do outro arrabalde, o da Devesa. E o que existia entre S. Bernardo e a cidade era, ainda no princípio do século XX, pouco menos que uma mata (Fig. 2.2).

Assim, diremos que o mosteiro de S. Bernardo se situava nas cercanias da vila de Portalegre, no seu extremo norte, sendo ainda hoje um tanto marginal à urbanização, mercê da sua longa e alta cerca, com um perímetro de 700 metros, e dos terrenos agrícolas anexos, na encosta da serra. De facto, o crescimento tentacular da cidade ainda hoje não envolveu o mosteiro, apenas o bordejou. Era de facto um lugar recatado, mas não ermo, mesmo no início do século XVI.

Tal como a cidade, o mosteiro situa-se na falda da encosta da Serra de S. Mamede (Figs. 2.3 e 4), virada a sul e a oeste, vulgarmente conhecida por Serra de Portalegre, a 480 metros de altitude (Fig. 2.5) e a uma escassa vintena de quilómetros da fronteira com Espanha, contrariando a ideia segundo a qual S. Bento construía nos montes, S. Bernardo nos vales e S. Francisco nas cidades.

Nos Estatutos do Capítulo Geral da Ordem de Cister, referentes ao ano de 1134, pode ler-se, sobre a localização das abadias, o seguinte: *Não é necessário construir os nossos mosteiros nas cidades, nos lugares fortificados ou nas aldeias, mas em lugares remotos, afastados da frequência das gentes* (2).

Como se compreende facilmente, o evoluir dos tempos atenuou a exigência destas regras. Refutando o feudalismo, ao monge branco, lendário empreendedor agrícola, interessava sobretudo a qualidade da terra e a condição da sua propriedade directa. Com o território português definitivamente conquistado aos muçulmanos no século XIII, a acção dos cistercienses constituiu factor importante na fixação das populações, no desenvolvimento agrícola e na defesa das regiões fronteiriças, através da Ordem de Cristo. Nos séculos XII e XIII, as abadias portuguesas, fundadas ou afiliadas, distanciaram-se cuidadosamente dos lugares habitados: São Cristóvão de Lafões

(1138) a 10 km de S. Pedro do Sul, S. João da Tarouca (1143/4) a 5 km de Tarouca, Santa Maria de Bouro (entre 1182 e 1195) a 12 km de Amares, Santa Maria de Seiça (1195) a 15 km da Figueira da Foz, Santa Maria de Ermelo (princípios do séc. XIII) a 15 km de Arcos de Valvevez, Santa Maria de Tamarães (1217) a 4 km de Vila Nova de Ourém, Santa Maria de Júnias (1247) a 20 km de Montalegre, só para dar alguns exemplos. Depois do interregno construtivo dos séculos XIV e XV (apenas S. Bento de Xabregas a 1429), as abadias dos séculos seguintes situaram-se, na sua maioria, nos arredores de grandes burgos: Tavira, Coimbra, Lisboa. Foi também o caso de S. Bernardo de Portalegre. A *solidão* bernardina foi perdendo o carácter paradisíaco de outras eras.

Tal como a cidade, S. Bernardo encontra-se como que numa varanda altaneira, tendo a sul e a oeste uma clara visão de planície pouco relevada com menos 200 a 250 m de altitude, e daí talvez as vistas *pera as religiosas estenderem os olhos* de que nos fala o Padre Sotto Maior (3).

Que características naturais teria a Serra de S. Mamede, no séc. XVI, onde o mosteiro está integrado? Oiçamos Frei Amador Arrais numa bela descrição coeva, inserta nos célebres "Diálogos":

He a serra de Portalegre h~ua das melhores da Lusitania do seu tamanho, em que parece estremarse a natureza na fresquidão de arvoredos, a muytos prados, & diversidade de boas fruitas, suavidade de ares apraziveis, que correndo entre flores, & hervas cheirosas sopram muy suavemente roido musico, & soidoso de varias plantas, multidão de claras fontes, doces, & frias agoas. He toda cuberta de sombrios soutos, pomares vinhas, olivaeas, & de muy altos castanheiros, & outras arvores tecidas per obra da natureza em troncos de graciosa era, & della cingidas & suas ramas, que representam em todo o anno o mes de Mayo, & nunca perde de todo a fermosura da sua primavera. E de todas ellas se corta tanta madeyra, que provèe grande parte dos lugares d'Alentejo, & dos da arraya de Castella. Corre pelo meio della hum fresco arroyo de cristalinas aguas, que todo anno a regão, & provèe de muytas acenhas, & pizões, em que se pizoão as graciosas mesclas de varias cores, que na cidade em grande abastança se fazem (4).

Apesar da situação geográfica do mosteiro se reportar claramente a uma serra, a descrição da região envolvente aproxima-a mais das características naturais dum vale do que propriamente duma serra inóspita, pedregosa, ventosa e agreste ao gosto de S. Bento. O que importará reter será o cenário natural, vivencial, em que as freiras bernardas viviam. Ora o simbolismo espiritual do vale bernardino (*o lugar fértil em que corre a água que desce ao longo das encostas das montanhas, é o símbolo da alma que recebe a fecundidade da graça de Deus*) (5), de natureza pródiga, de abundância de água purificadora a descer das alturas, de frescura e perfumes, ambientes propícios à meditação e à paz espiritual, eram sobejamente conseguidos nesta encosta duma serra generosa e serena. Assim, 365 anos depois da morte de S. Bernardo, em 1518, vislumbra-se ainda alguma influência do seu misticismo contemplativo na escolha do sítio e situação para erguer o mosteiro de Portalegre.

2.2 Sítio

O sítio é denominado de Fontedeira. A sua raiz etimológica (aglutinação de *fonte* e de *eira*) leva-nos desde logo a pensar que estariam garantidas duas condicionantes naturais importantes para o estabelecimento de uma comunidade cisterciense:

- a água, para a higiene, para a alimentação e para a agricultura;

- a terra agricultável, o *chão* de que nos fala o documento (Anexos II), que englobava a *eira*, possivelmente de utilização vicinal, já que, sendo o espaço da pertença do concelho, seria provavelmente baldio.

A primeira imagem que nos fica da toponímia do sítio é de facto uma imagem de ruralismo, que ainda lhe é plenamente imputável na década de 1930, conforme o escreveu José de Almeida Euzébio:

Situado num lugar aprazível, rodeado de belas cercas, terras de horta e olival, com abundância de boa água, assemelha-se (...) a uma pequena vila, com muitas casas, janelas e telhados, circundado de muralhas. No meio do enorme

pátio um chafariz de mármore, com a figura de um Neptuno sobre uma coluna da mesma pedra, com 16 bicas (6) (Figs. 2.6 e 2.7).

Poderia o autor da descrição chamar-lhe "monte" em vez de vila.

Também numa descrição dos terrenos da Serra de Portalegre, pertencentes em parte ao mosteiro, se escreveu em 1801: (...) *y la Sierra de Portalegre (...) cubiertas (...) de carvañales en abundancia, y una gran porcion de viñas y algunos olivares* (...) (7).

Quanto à aludida abundância de água, bastará dizer que ainda hoje o quartel da GNR instalado no mosteiro possui uma rede paralela de água proveniente de três captações no lugar (Anexos XIV, XV e XVI).

A pedra para a construção também era abundante, já que o mosteiro assenta directamente em rocha granítica, sendo desta pedra toda a estrutura das edificações. No capítulo da riqueza natural do sítio, devemos ainda referir que a encosta era bem fornecida de madeiras indígenas, *carvañales*, utilizáveis não só na produção de energia como no vigamento, cofragens e demais aplicações construtivas.

Relativamente ao clima, o que hoje se apresenta não possui características que dificultassem o estabelecimento da comunidade religiosa (8). Mas a constante preocupação de D. Jorge com a *insalubridade* dos lugares - como veremos de seguida - fez-nos pensar no que José Pinto Peixoto chama de *Pequena Idade do Gelo - Idade Moderna*, em que as condições climáticas se agravaram a partir do séc. XV, cerca de 1430, atingindo um máximo de severidade no período de 1650-1700 (9).

A escolha do lugar para a edificação do mosteiro foi tarefa bem ponderada. O roteiro dessa escolha é-nos descrito pelo Padre Sotto Maior, constituindo um interessante documento esclarecedor das motivações que moviam o fundador e que eram apanágio dos tempos de modernidade em que viveu (10).

O percurso seguido por D. Jorge é interessante e conduz-nos às seguintes conclusões:

a) Sítio de Amaia ou Aramenha (Concelho de Marvão)

É provável que D. Jorge soubesse das características deste lugar mesmo antes de o visitar. D. Afonso II doara este seu reguengo ao mosteiro de Alcobaça, tendo sido depois escambado pelo de Beringel, junto a Beja, no reinado de Afonso III (11). Por esta ligação à memória patrimonial de Alcobaça e porque era famoso na antiguidade o Município Amaicense, talvez D. Jorge tivesse conhecimento prévio das suas características.

Do ponto de vista estritamente material, o lugar era bem provido de pedraria lavrada, cal, água e madeiras, mas pesariam mais os aspectos climatéricos e astrológicos, numa simbiose bem característica dos tempos modernos, em que se interligavam os pensamentos racional, religioso e mítico.

Correspondia o lugar ao vale bernardino, com o seu isolamento, num cenário repleto de luz, água purificadora do Rio Sever, frescura, frondosidade, fragâncias e paz espiritual (Figs. 2.8 e 2.9). Mas pesaram mais os aspectos "insalubres" do clima e os astrológicos. E depois, para D. Jorge, problemas financeiros não existiam. Podia muito bem prescindir das matérias primas locais.

b) Sítio de S. Brás (Concelho de Portalegre, freguesia de Ribeira de Nisa) (Figs. 2.10 e 2.11)

Muito diferente do primeiro lugar é este de *província de S. Brás*, também conhecido por *provença*, situado numa encosta com desanuviamento completo de vistas para poente, perto da estrada que liga Portalegre e o sítio anterior de Aramenha.

Aproveitamos a oportunidade para trazer alguma luz à obscura origem deste lugar meio arruinado:

- O lugar chamava-se de *Provencia*, sendo também denominado *pelos antigos Valle de Flores* (12).

- Sotto Maior chamou-lhe *província de S. Brás, onde esteve um mosteiro antigamente de biguinos, que naquele tempo eram ermitões de S. Paulo* (13).

- Hoje o lugar chama-se de Provença, por corruptela de *provincia* (< *lat. provincia*).

- Segundo Maria Ângela Beirante (14), ter-se-ão construído em lugares ermos do Alentejo, durante a Baixa Idade Média, os chamados *oratórios, provencias ou celas*, da iniciativa dos *adeptos da pobreza voluntária*. A irradiação destas comunidades parece ter-se verificado a partir dos ermitérios da Serra de Ossa. No séc. XVI, estes *oratórios da pobre vida* integraram-se na ordem dos ermitas de S. Paulo.

- Estas comunidades vieram instalar-se no termo da vila de Portalegre, nos finais do séc XIV, mais propriamente no ano de 1397, por doação de um lugar chamado de Vale das Flores, por Iria Gonçalves (15).

- Os ermitas de S. Paulo abandonaram o lugar que, já no séc. XVI, viria a ser reabilitado por D. Jorge de Melo. Aí viveu D. Helena Mesquita, vendo-se ainda cravado na parede, junto ao portão do pátio, do lado de fora, metade do escudete dos Melos.

Voltando ao percurso do nosso bispo, também em S. Brás havia pedra aparelhada disponível para ser reaproveitada na construção do mosteiro. Mas pesaram mais, e novamente, os aspectos relacionados com o microclima do lugar, com a sua *insalubridade*, e sobretudo pesou o facto de não poder o bispo dispor do físico, do barbeiro e do boticário com a facilidade que desejava (10).

c) Sítio da Fontedeira

Afastadas estavam assim, na mente do bispo, as ideias de ermamento que caracterizaram os primórdios cistercienses. Importava agora uma vida saudável, com fácil acesso aos bens e serviços urbanos, até porque, no deambular da sua escolha, já demonstrava o bispo a intenção de se instalar junto às sumptuosas casas que iria edificar, decidindo-se, portanto, pela Fontedeira, com todas as vantagens já enumeradas, e também porque, encostando-se às vistas da cidade, *possuía aquele Rissio e campo e vistas pera as religiosas estenderem os olhos* (10).

É claramente a opção dum homem moderno.

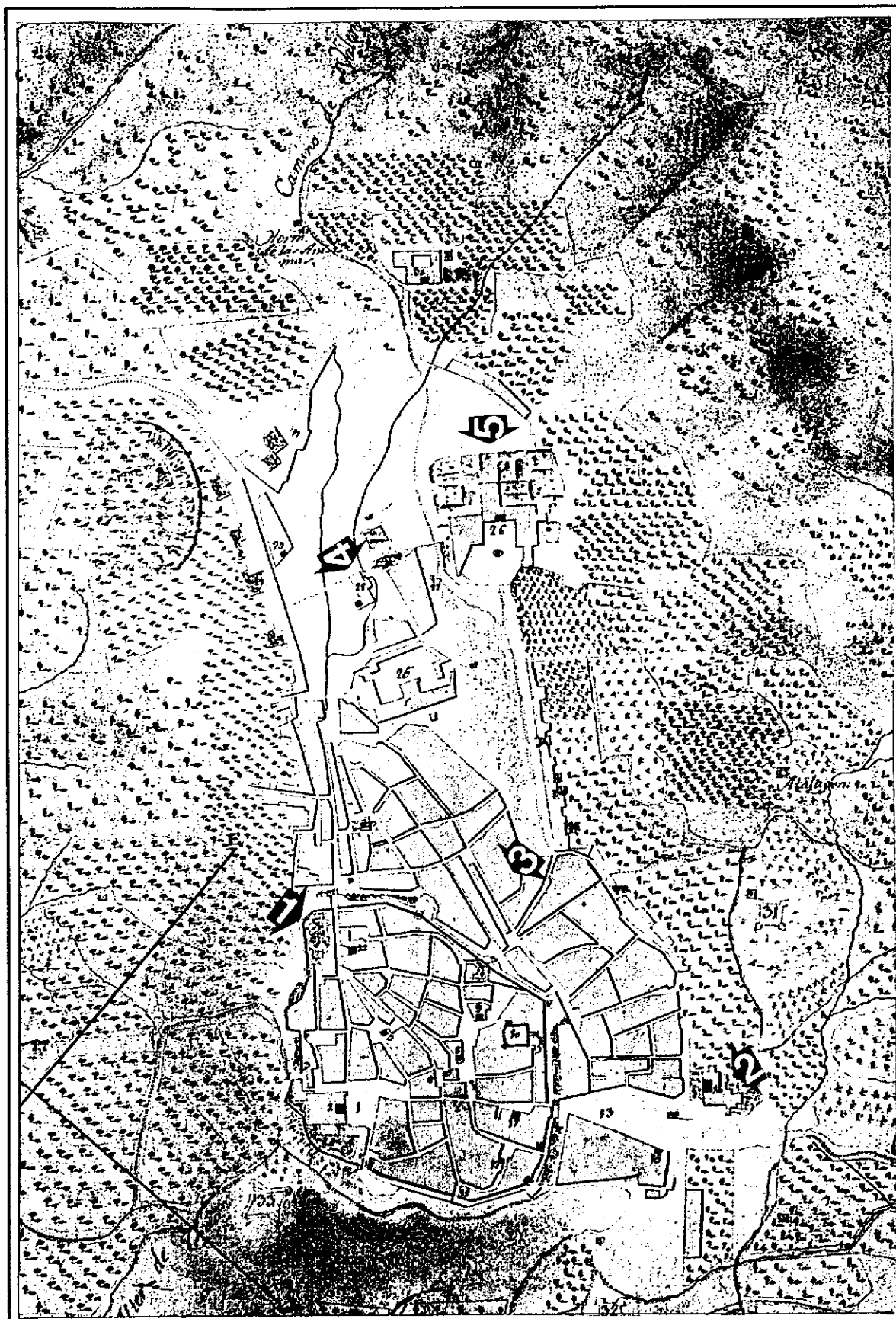


Fig. 2.1 - Extracto duma carta de Portalegre de 1801. Serviço Histórico Militar (Madrid) C - I-23 - 3684. Publicado em *A CIDADE - Revista Cultural de Portalegre*, nº 8 (Nova Série) 1993, pp. 265 e 266.

(1 - Cerca de D. Dinis; 2 - Convento de S. Francisco; 3 - Mouraria;
4 - Igreja do Espírito Santo; 5 - Mosteiro de S. Bernardo)

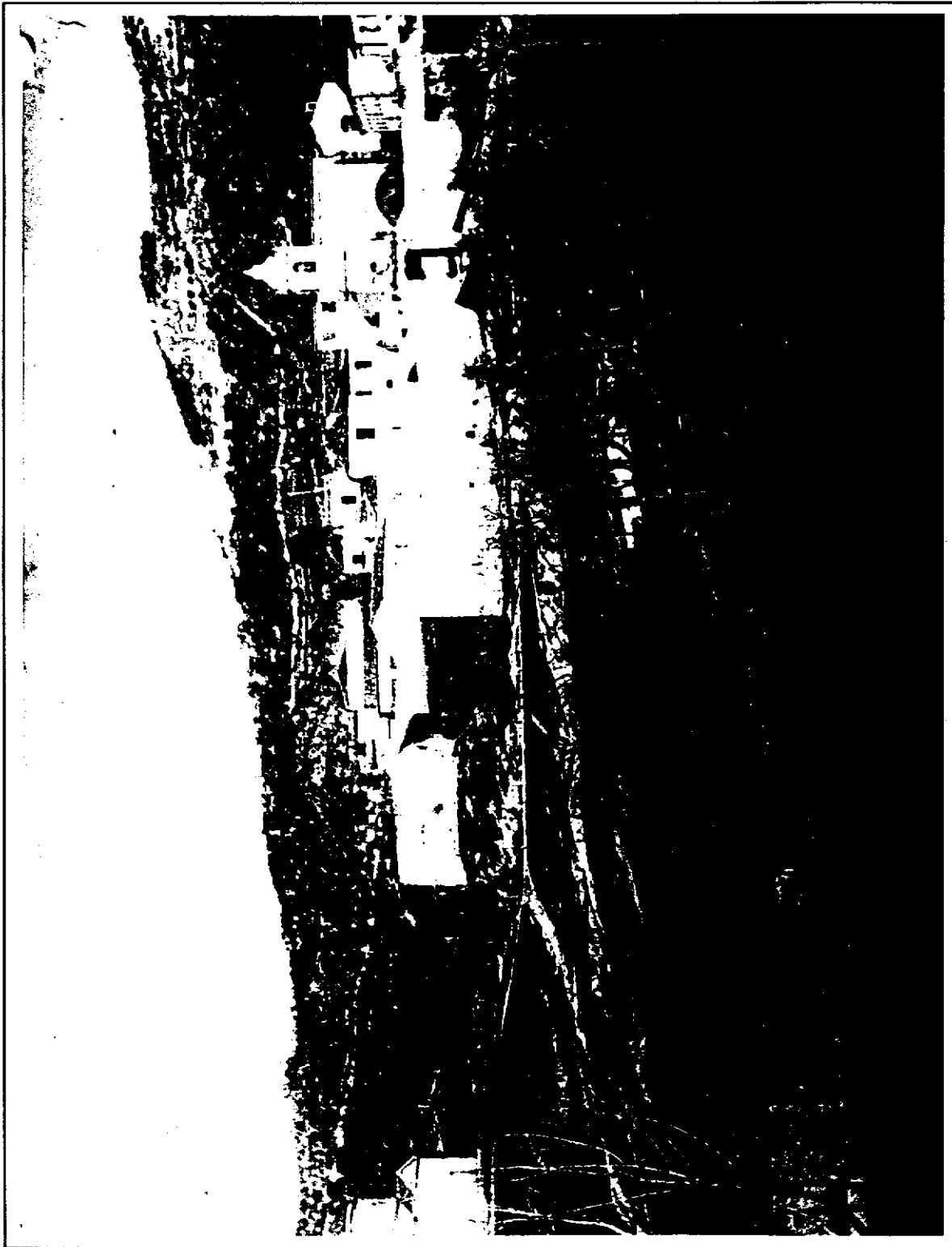


Fig. 2.2 - Portalegre. Terrenos entre o Mosteiro de S. Bernardo e a cidade no princípio do século XX.

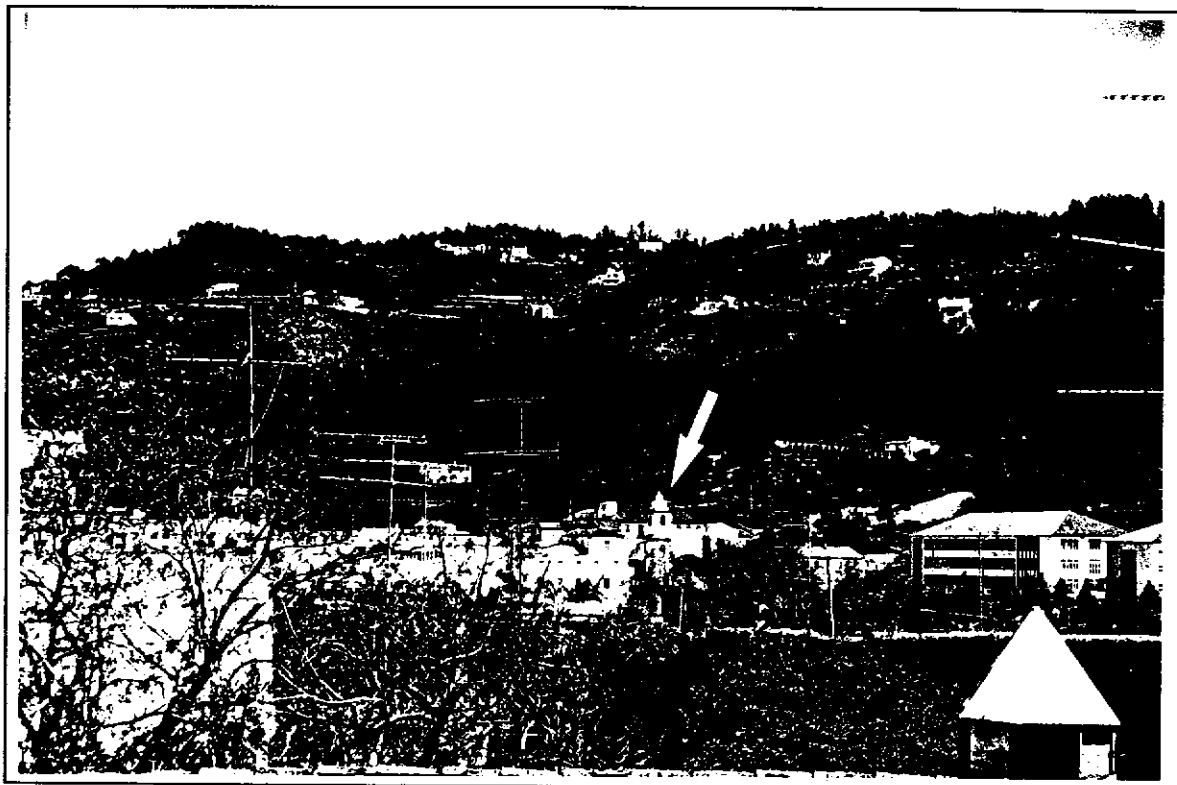


Fig. 2.3 - Serra de Portalegre. Implantação do Mosteiro de S. Bernardo, na falda da encosta.

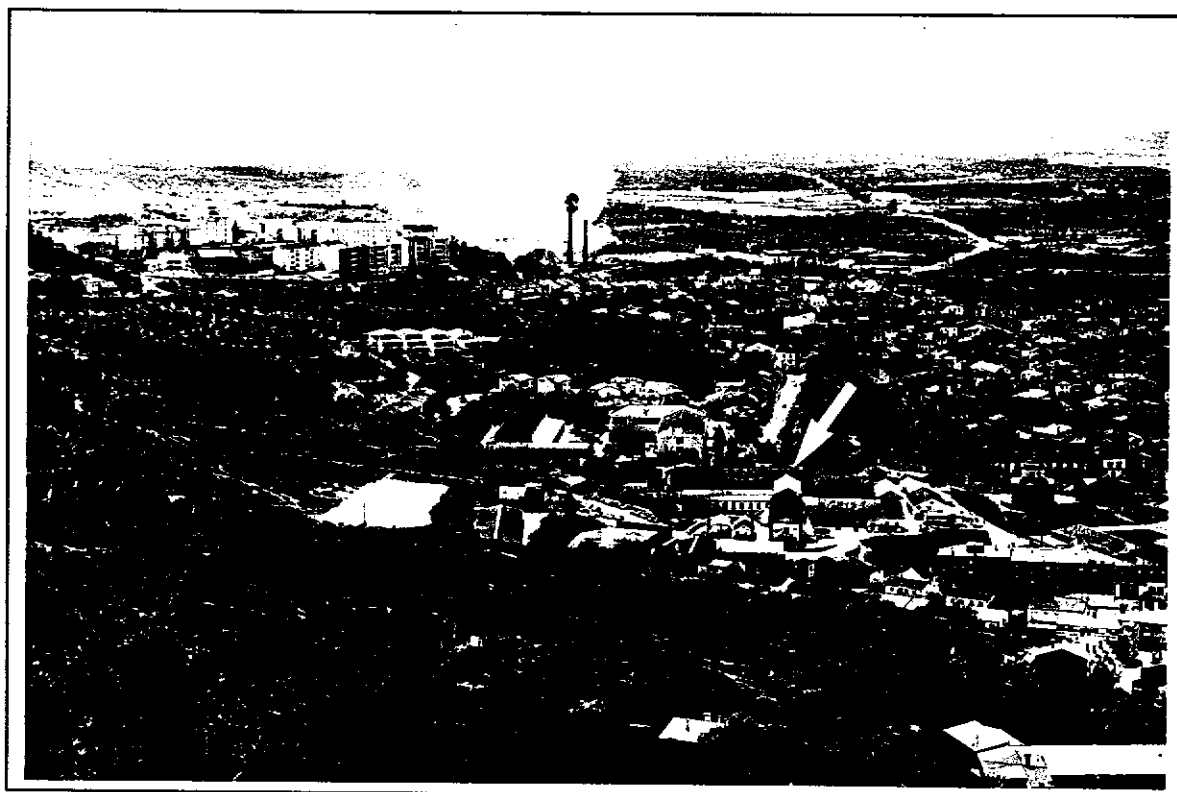


Fig. 2.4 - Serra de Portalegre. Implantação do Mosteiro de S. Bernardo, na falda da encosta.

1 Km

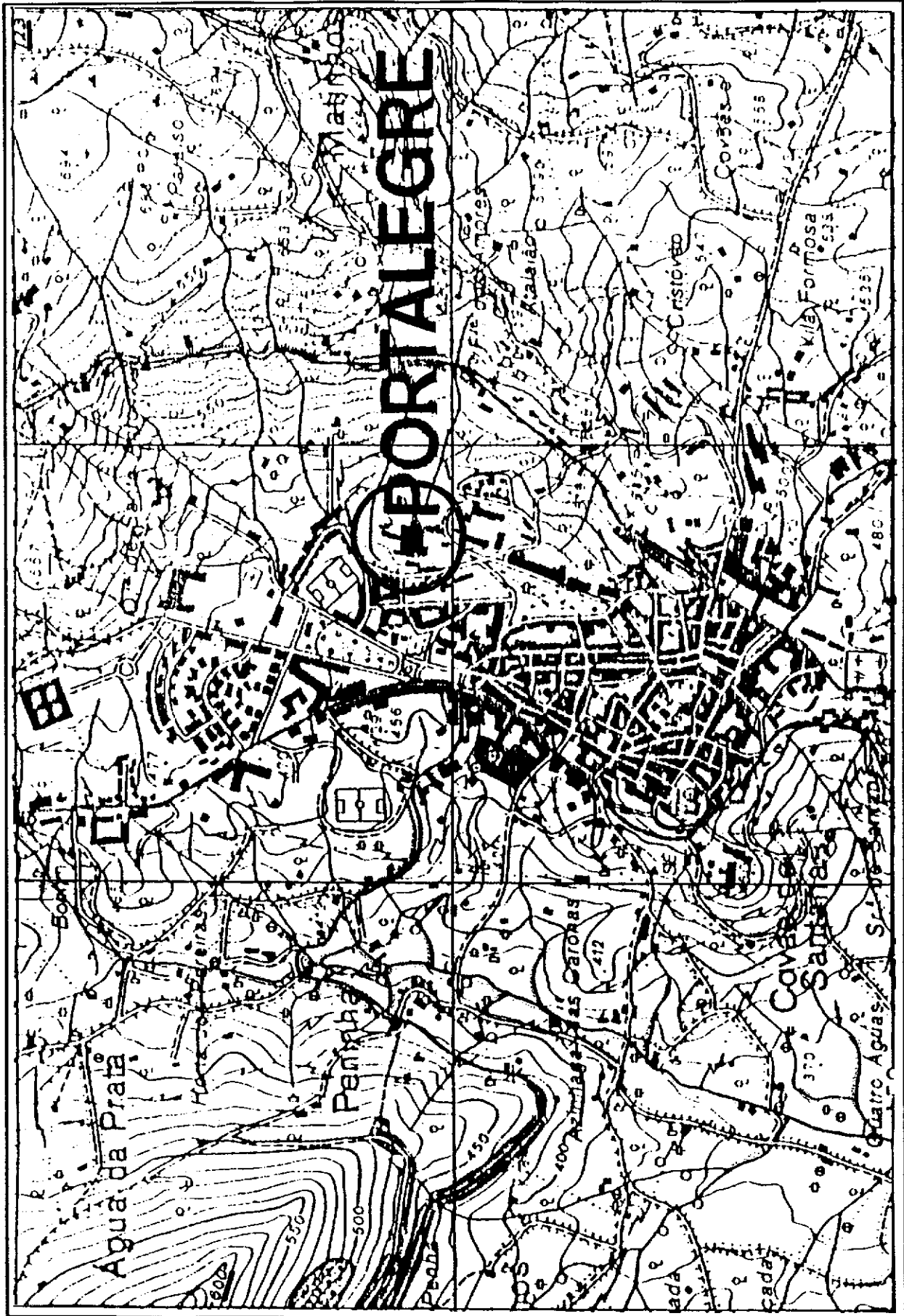


Fig. 2.5 - Localização do Mosteiro de S. Bernardo na Carta Militar de Portugal, (Portalegre), folha nº 359, escala de 1:25000, 1967.



Fig. 2.6 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Sector norte.

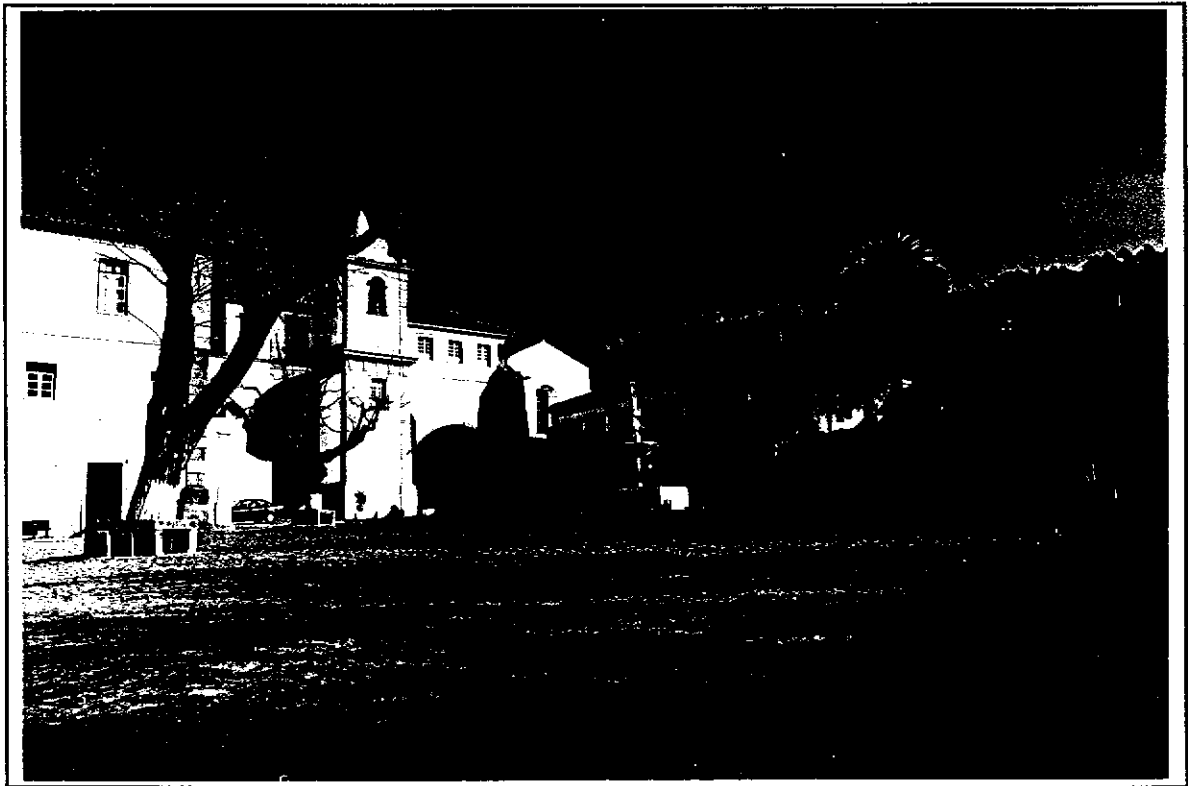


Fig. 2.7 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Pátio.



Fig. 2.8 - S. Salvador da Aramenha, Marvão.
Sítio onde esteve edificada a cidade romana de Amaia.

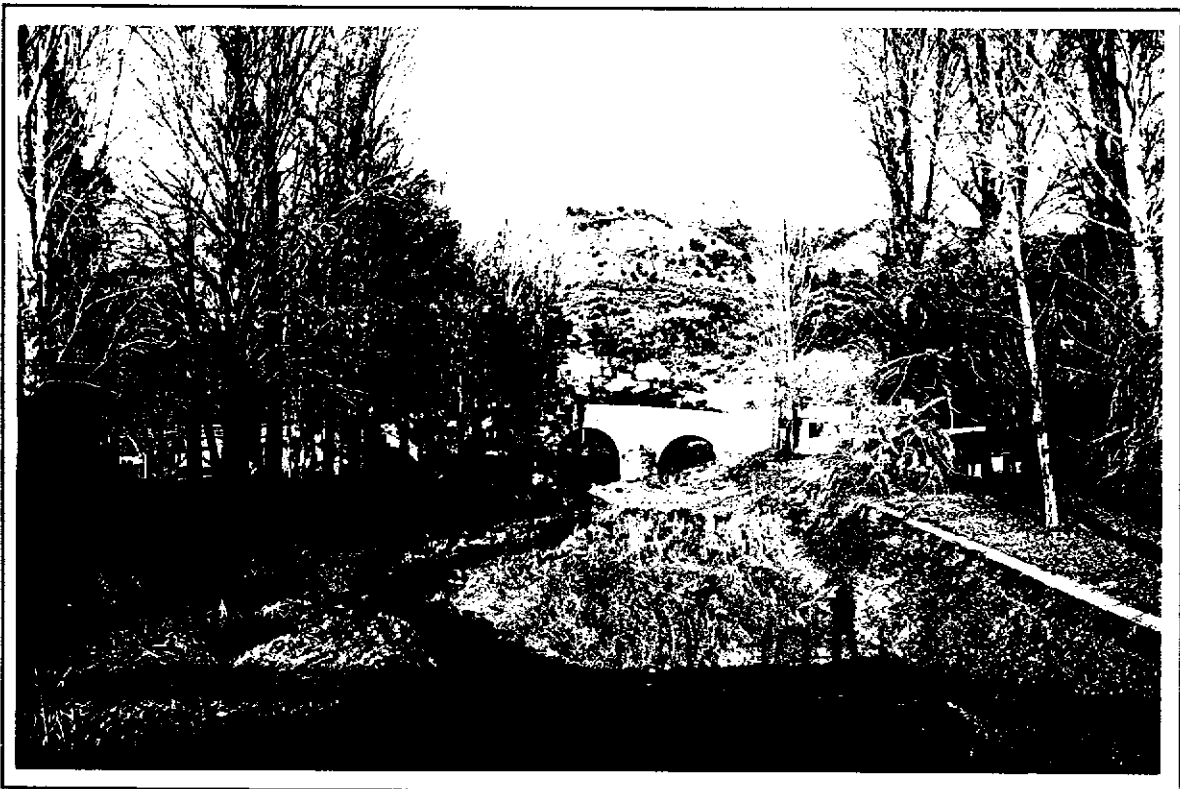


Fig. 2.9 - Portagem, Marvão. Ponte sobre o Rio Sever (séc. XVI).

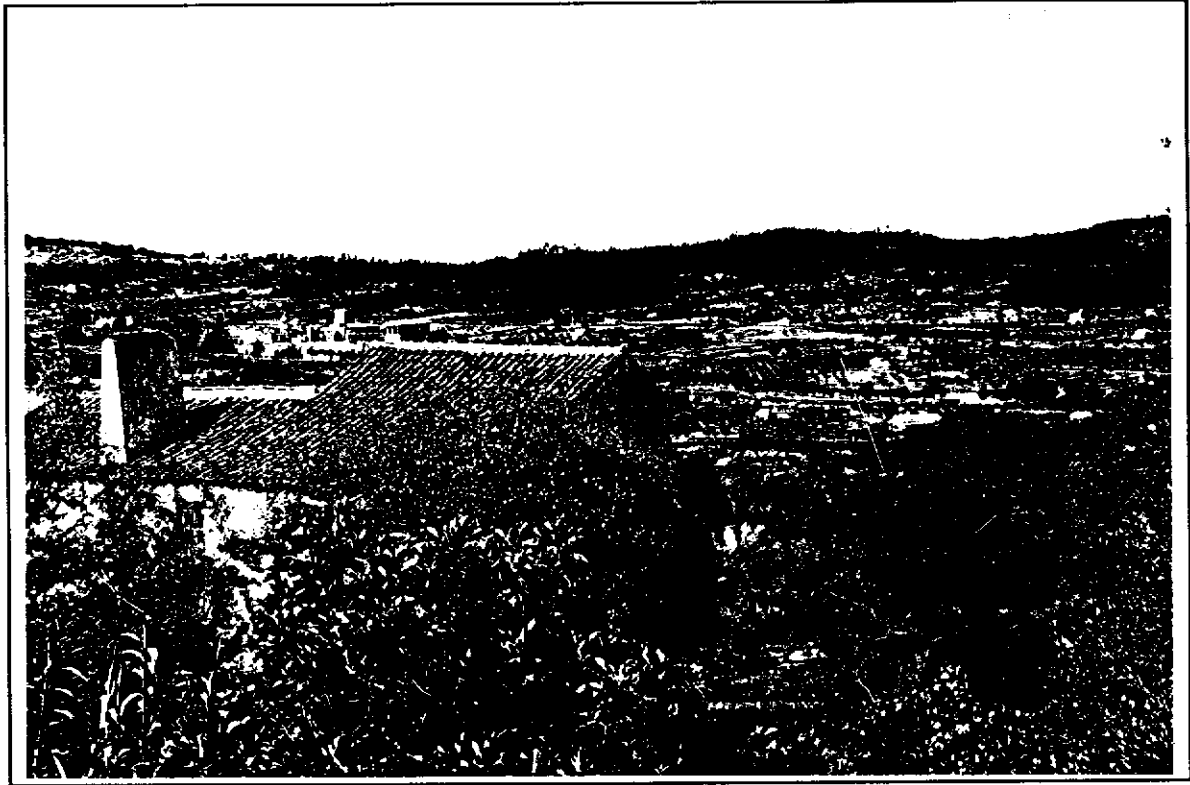


Fig. 2.10 - Ribeira de Nisa, Portalegre. Quinta da Provença.



Fig. 2.11- Ribeira de Nisa, Portalegre.
Ruínas da igreja da Provença.

NOTAS

- (1) SOTTO MAIOR, Diogo Pereira, *ob. cit.*, p. 53.
- (2) Cit in FARINA, Federico e VONA, Igino, *ob. cit.*, p. 243.
- (3) SOTTO MAIOR, Diogo Pereira, *ob. cit.*, p. 112.
- (4) ARRAIS, D. Frei Amador - *Diálogos*, Lello & Irmão - Editores, Porto, 1974, p. 236.
- (5) Sancti Bernardi, *Opera omnia*, t. IV, 1968, p. 3 e in P L, t. CLXXXIII, col. 377, cit. in FARINA, Federico e VONA, Igino, *ob. cit.*, p. 249.
- (6) EUZÉBIO, José de Almeida, *art. cit.*, p. 925.
- (7) Legenda dum mapa militar de Portalegre, de 1801. Arquivos do Serviço Histórico-Militar de Madrid, cota (C-1-23).
- (8) Dados fornecidos pelo Serviço Meteorológico Nacional, Estação de Portalegre, período entre 1951-1960:
 - a) Temperado (15,5 graus de temperatura média do ar)
 - b) Moderado (15,1 graus de amplitude)
 - c) Seco (64% de humidade relativa média do ar)
 - d) Moderadamente chuvoso (878 mm de precipitação total anual)
 - e) Ventos predominantes de Norte-Sul, com 14,5 km/h de velocidade média anual
 - f) Insolação: 2565,5 h anuais
 - g) Nevoeiro: 100,6 dias anuais
 - h) Trovoadas: 21,2 dias anuais
- (9) PEIXOTO, José Pinto - *O Homem, o Clima e o Ambiente - I. O Sistema Climático e as Bases Físicas do Clima*, Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, Lisboa, 1987, pp. 32 ss.
- (10) SOTTO MAIOR, *ob. cit.*, pp. 111 e 112.

E buscando sítio e lugar acomodado pera isso por estas partes, quis começar esta obra tam santa em um sítio que está ao pé da vila de Marvão, que dista desta cidade quasi duas légoas, onde foi a cidade de Medóbriga, que foi a mais populosa em grandeza, opulência e riquezas de quantas houve na nossa Lusitânia. [Está hoje definitivamente provado tratar-se do Município de Amaia] Pretendeu o bispo fazer ali aquele mosteiro, porque das ruínas daquela cidade estava ali muita pedraria lavrada e mármores, e a cal muito perto e ágoa, e todos os materiais necessários, de maneira que lhe houvera de custar muito menos do que custou. Mas tomado parecer como físicos e matemáticos, e tomado o clima do sítio e o planeta que sobre ele reina, acharam que era lugar muito doentio e que passariam ali as religiosas muito trabalho; e que ~uas das rezões por que aquela cidade se não tornou a povoar, depois de destruída, foi por ser o lugar pouco sadio. Depois o quis fazer no termo desta cidade, onde está ~ua quinta sua que chamam provincia de Sam Brás, onde esteve um mosteiro antigamente de biguinos, que naquele tempo eram ermitões de Sam Paulo, primeiro ermitão (agora são já reformados). Ali estão muitas ruínas e antiqualhas daqueles religiosos, que não sei a causa por que eles desemparraram aquele lugar. E porque ele pertencia à igreja, o bispo lançou mão dele e pagou a quem o possuía e fez nele muito grandes edificios e ~ua igreja de novo, que hoje está quasi arruinada como estão todos os mais edificios que ali fez o bispo, pretendendo pôr ali as freiras, e ali dizem que estiveram recolhidas por ~uas pestes. Mas atentando bem e considerando o lugar e sítio e o que ao diante se poderia seguir, e que ficava longe pera o físico e barbeiro e boticário e que, querendo-os ter lá, os não poderiam sustentar ou não queriam lá morar, e também o sítio não era muito sadio, alfim houve o bispo de mudar parecer, e pareceu-lhe que era bem fazê-lo nesta cidade. E buscando sítio, achou-se que aquele onde ora está, que se chama Fontedeira, era o milhor e mais acomodado, porque ficava à vista da cidade, e havia nele muito boas ágoas e aquele Rissio e campo e vistas pera as religiosas estenderam os olhos.
- (11) BARBOSA, Pedro Gomes - "Santa Maria de Alcobaça no termo de Elvas (a formação do seu património fundiário)", *A CIDADE, Revista Cultural de Portalegre*, nº 6 (Nova Série), Portalegre, 1991, pp. 7 ss.
- (12) GUSMÃO, F. A. Rodrigues de, *ob. cit.*, p. 149.
- (13) Ver nota 10.
- (14) BEIRANTE, Maria Ângela - "Eremitérios da pobre vida no Alentejo dos séculos XIV - XV", *Actas das Jornadas de História Medieval / 1383/1385 e a Crise Geral dos séculos XIV/XV, História & Crítica*, Lisboa, 1985, pp. 257 ss.
- (15) Id., *Ib.*, passim.

Capítulo III

PLANTA E ALÇADOS

Entre 1518 e os meados desse século - período de edificação do mosteiro no seu essencial - Portugal vivia ainda a fase manuelina. As concepções arquitectónicas deste período acusam, por vezes, uma estrutura ainda medievalizada. Aparece, então, simplificada, e decorada, quer com o formulário naturalista dos Descobrimentos, quer com a gramática clássica italiana (desde os anos 20 do séc. XVI), trazida por escultores como Nicolau de Chanterenne - o possível autor do túmulo de D. Jorge de Melo e do belo portal da igreja (1). Com o início dos anos cinquenta, desenrola-se o período das grandes sés maneiristas de que as catedrais de Portalegre, Leiria e Miranda do Douro, de Afonso Álvares, são os melhores exemplos nacionais. Simultaneamente, *foi um regresso ao mundo das formas claras e luminosas (...) da comum tradição meridional e mediterrânea (muçulmana e itálica a um tempo)* (2). *Clareza, ordem, proporção e simplicidade* (3), serão apanágio do que Kubler classificou de *estilo chão, plain style*, que se abre como um sub-período da nossa historiografia por toda a época sebástica até à arquitectura da Restauração.

Estabelecido em balizas amplas o tempo arquitectónico em que o Mosteiro de S. Bernardo se edificou, descrevamos o que ainda possui do período fundacional. E para já, é de salientar que, se exceptuarmos as ampliações e decorações barrocas e a adaptação de algumas alas a instalações militares já neste século, que envolveu a substituição dos pisos, tectos e coberturas antigas por materiais modernos, o mosteiro propriamente dito (igreja, claustros e algumas dependências monásticas) manteve uma invulgar coerência estilística, sendo um dos mais bem preservados conjuntos monásticos portugueses do séc. XVI.

3.1 Igreja

3.1.1 Programa arquitectónico

Genericamente, o programa arquitectónico da igreja é o seguinte:

- Traçado cruciforme, com a cabeceira orientada a nascente, segundo a tradição medieval (Fig. 3.1).
- Cabeceira com três capelas de profundidades escalonadas.
- Transepto de braços salientes com cruzeiro rectangular.
- Corpo longitudinal de uma só nave, segmentado transversalmente em duas compartimentações: a primeira, a nascente, é a nave dos fiéis, ocupando cerca de 1/3 do corpo longitudinal; a segunda, a poente, constitui os coros, estando o pavimento do coro alto sustentado por duas fiadas de colunas toscanas de granito, de secção circular, num total de 12.
- Cobertura de abóbada nervurada, num formulário de persistência tardo-medieval, apresen-

tando achatamento mais evidente na zona do cruzeiro.

- Iluminação unitária, tentando unificar o espaço.

- Ausência de fachada, substituída por um portal alpendrado, no alçado sul, que abre para o transepto.

(No séc. XVIII foi decorada, bem como o nártice, com azulejaria em azul cobalto, de evocação bernardina. Ainda do mesmo século, são as sanefas em talha dourada que a igreja ainda possui).

3.1.2 Leitura e organização interna

3.1.2.1 Cabeceira

A cabeceira é composta por três capelas escalonadas e intercomunicantes, sendo a capela-mor a mais profunda, com fecho em $5/8$ do polígono. As capelas colaterais possuem fechos rectos.

O acesso à cabeceira faz-se por um degrau sob arcos semicirculares, sendo o arco da capela-mor o mais elevado (Fig. 3.2). As capelas colaterais possuem gradeamento em ferro forjado. A passagem entre as capelas é feita por portas rasgadas nas paredes laterais das capelas, com ombreiras e frontão de mármore lavrado. Passada esta zona intercomunicante, o pavimento, ladrilhado de mármore branco e negro, situa-se a uma cota mais elevada em qualquer das capelas, com acesso por escadas de quatro degraus, nas capelas colaterais, e de seis degraus na capela-mor. Está assim a capela-mor em escalonamento de proeminência: é mais profunda, mais larga e possui o pavimento mais alto.

A secção das paredes apresenta uma espessura de cerca de 1,15 m, possuindo o conjunto contrafortes sob a forma de pilastras nos cunhais.

A capela colateral norte comunica com a sacristia através duma porta de verga recta, com ombreiras e verga de granito, precedida de degrau, com uma pia de água benta à entrada.

Os tectos são de abóbada nervurada. O da capela-mor parte de seis mísulas, elevando-se em terciarões em nervuras chanfradas que se cruzam em sete bocetes de decoração fitomórfica, possuindo um deles um "M" coroadado. O fecho possui o brasão dos Melos (Fig. 3.3). Os tectos das capelas colaterais são mais simples: quatro nervuras primárias partem de quatro mísulas cruzando-se no fecho, decorado com o escudo dos Melos. Quatro liernes unem, em quatro bocetes, quatro pares de terciarões (Fig. 3.4).

Todas as capelas têm iluminação directa, através de janelas abertas no topo dos seus alçados.

3.1.2.2 Transepto

O transepto é de braços salientes, com a forma de um rectângulo irregular, já que o alçado do topo norte não é perpendicular às paredes que intercepta. O pavimento é igual ao da cabeceira. A figura do cruzeiro é rectangular e no seu centro possuía uma cruz colocada hoje no jardim fronteiro ao pórtico do pátio. Esta escultura (cruzeiro) foi realizada em mármore de Estremoz e possui, na parte anterior, um Cristo crucificado, e na posterior, uma *Pietà* (Fig. 3.5). No braço norte do transepto, estão os túmulos das duas primeiras abadessas, embora o da segunda (D. Joana de Melo) estivesse primitivamente na sala do capítulo.

Em ambos os alçados de topo encontramos dois armários sob a forma de nichos, servidos com porta, sendo as ombreiras e a verga (recta) de mármore. Perto do tecto, em ambos os alçados, frente a frente, dois janelões enchem de luz todo o transepto.

Nas paredes poente encontramos, do lado norte, uma pequena divisão que comunicava com o claustro nascente e que talvez constituísse o primitivo *armarium*; do lado sul, uma pia de água benta sob uma lápide inscrita com o acto de consagração da igreja, o guarda-vento e o belo portal da igreja. Esta obra escultórica, em estilo Renascença, de apreciável valor artístico, foi executada

em mármore de Estremoz, no ano de 1538 (Fig. 3.6) . Sobre o degrau da entrada assentam as bases com decoração de grotescos, rótulos, festões, motivos guerreiros e mascarões. Destas bases partem os pés direitos ou ombreiras da porta, decoradas com grotescos, seguindo-se-lhe as aduelas do arco, ornamentadas com querubins. Também das bases partem os colunelos que ladeiam o arco; na parte inferior são canelados, passando depois à forma de balaústres na parte superior. Ao cimo, entre o arco e os colunelos, encontramos dois medalhões, com as figuras de uma mulher e de um homem.

O conjunto já descrito suporta uma arquitrave que possui ao centro um "M" coroadado. "M" de Maria ou de Melos? Sobre a arquitrave foi construído um frontão de remate concheado terminando em urna. Ao centro do frontão as armas prelatícias do fundador e a inscrição da data de 1538. O frontão é ainda ladeado de volutas e de animais fantásticos.

O tecto do transepto, que se prolonga pela nave dos fiéis, é de abóbada nervurada ao gosto manuelino, descrevendo as nervuras primárias arcos abatidos. Na zona central é claramente achatado (Fig. 3.7). Os inúmeros bocetes possuem decoração fitomórfica e as armas dos Melos (4).

3.1.2.3 Nave dos fiéis

É um espaço rectangular que, com os braços do transepto e com a capela-mor, desenha uma cruz grega. No pavimento, junto à grade do coro baixo, encontra-se a campa de António de Melo, filho do fundador do mosteiro, falecido a 15 de Agosto de 1549. A pedra tumular é de mármore e possui o brasão da família. O pavimento tem constituição idêntica à do transepto e cabeceira. Nas zonas remendadas com argamassa de cimento, situavam-se provavelmente os bancos destinados aos fiéis.

Antes de descrevermos a constituição e a ornamentação dos alçados, é de assinalar, desde já, a diferença de espessura das paredes sul e norte. A primeira tem uma secção semelhante à das restantes paredes do mosteiro, cerca de 1,15 m, a segunda possui 1,80 m. Da razão de tal facto trataremos em capítulo próprio.

Do lado da Epístola, situa-se um púlpito hexagonal em mármore de Estremoz, com as faces esculpidas em baixo relevo, ornamentadas com flores, rótulos, grifos e mascarões (Fig. 3.8). A seguir, para poente, encontramos o altar de Nossa Senhora da Piedade, esculpido em mármore de Estremoz (Fig. 3.9), que terá vindo do Convento de S. Francisco (5).

Por cima do púlpito e do altar, três janelões com enxalços rasgados orientam a luz para a parede fronteira onde, majestoso, a toda a altura da igreja, 11,15 m, e com uma largura de 7,70 m, se ergue o túmulo de D. Jorge de Melo (Fig. 3.10).

O túmulo foi esculpido em mármore de Estremoz e posteriormente pintado, possuindo ainda hoje ornamentos a dourado e restos de policromia. Podemos descrevê-lo simplifadamente dividindo-o em três corpos e um remate.

O corpo central inicia-se por uma base, com a inscrição do epitáfio em cartela segura por *putti*, e sobre ela assenta o sarcófago, com estátua jacente, tendo um cão aos pés, de corpo algo bizarro. Abre-se então como que um altar com portal de arco semicircular tendo ao centro S. Joaquim e Santa Ana às *portas do paraíso*. A lenda diz que estas duas figuras representam D. Jorge e sua mulher D. Helena. Ladeando a *porta do ouro*, em pequenas edículas, temos S. Simão e Santa Helena, e nos nichos menores S. Miguel e S. Jorge. Ao alto, ladeando o pórtico, dois medalhões com os bustos de S. Pedro e S. Paulo.

Os corpos laterais iniciam-se em bases com ressalto, profusamente decoradas com as figuras fantásticas típicas da decoração Renascença, onde assentam colunelos que ladeiam, em nichos com mísula e baldaquino, as figuras de S. Bento e S. Bernardo.

Sobre os três corpos já definidos, corre uma arquitrave com ressaltos, intensamente decorada com mascarões, rótulos e festões. Sobre a arquitrave, quatro atlantes ladeiam uma edícula com forma de portal em arco deprimido (6), dentro da qual a imagem de Nossa Senhora em Glória preside a todo o conjunto. Sobre esta edícula, ainda o escudo dos Melos.

Esta magnífica obra renascença é atribuída a Nicolau Chanterenne, apesar de existirem três enigmáticas iniciais numa das bases (Ã. I. O.).

3.1.2.4 Coros

a) Coro baixo

Entra-se para o coro baixo através da grade (Fig. 3.11), em ferro forjado, munida de porta do mesmo material, e de portadas de madeira do lado de dentro. Ainda do lado de fora, ladeando a grade, encontra-se, do lado sul, uma roda, e do lado norte, o confessionário, ambos servidos com porta de ombreiras e verga (recta) de mármore.

Transpondo a grade, deparamos com uma construção pesada e baixa que Keil datou do séc. XVII (7). Entre as duas fiadas de colunas toscanas de granito que sustentam o tecto, um cadeiral do séc. XVIII (Fig. 3.12), em madeira de casquinha e castanho, com quarenta assentos. Na parede norte, cinco nichos, quatro dos quais apresentando ainda guarnecimentos e portas em madeira pintada ao gosto do séc. XVIII. Possuíam estes nichos obras de arte sacra, hoje no Museu Municipal. Luís Keil, no seu *Inventário Artístico*, descreve parte deste recheio (8). Ainda na mesma parede, uma porta hoje emparedada, comunicava com o claustro nascente. Na confluência entre esta parede e o alçado poente, uma escada dá acesso ao coro alto. Junto a essa escada, mas já na parede do tardo, situava-se uma porta, hoje emparedada, que comunicava com o claustro poente. Na parede sul, encontramos quatro janelas e ainda dois nichos que parecem ter servido para encaixar altares.

O tecto, de vigas salientes formando caixotões, possui duas pinturas sobrepostas. A mais antiga é policromada e possui decoração vegetalista; a mais recente constitui uma imitação de mármore (Fig. 4.13).

b) Coro alto

O pavimento é de madeira e nele assenta um cadeiral duplo de cinquenta e quatro assentos cada, obra do séc. XVIII, em pau santo (Fig. 3.13).

No topo nascente, a grade de ferro; no topo poente, um janelão projecta a luz até ao altar-mor através da grade.

Na parede sul, há uma janela a meio do alçado. Mais para nascente, uma porta com a soleira muito desnivelada do pavimento, comunica com a torre sineira, construída no séc. XVIII, e com outras divisões construídas no mesmo século, sobre o nártice e sobre o alpendre do portal da igreja. É por estas divisões que se tem acesso ao aparelho primitivo de sinos, no telhado, hoje em ruína (Fig. 3.14)

Na parede norte situa-se, junto à grade, a escada de acesso à cobertura, e mais para poente, duas portas (emparedadas) que comunicavam com a galeria superior do claustro nascente. Uma pequena pia de água benta, em mármore, encontra-se fixada na parede, junto à ombreira de uma destas portas.

O tecto é de abóbada de nervuras, simples, apresentando dois bocetes. Um está decorado com o escudo dos Melos e o outro com um animal fantástico.

3.2 Claustros

3.2.1 Claustro nascente

O claustro nascente é o menor e o mais antigo, construído entre 1518 e 1533 (Fig. 3.15). Em planta (Fig. 3.1), o murete que delimita o jardim desenha um quadrado de cerca de 14 m de lado

(medida exterior) e é capeado a granito. Dentro do jardim, junto à ala norte, situa-se o lavabo, de planta rectangular. As galerias inferiores e superiores possuem cerca de 2,70 m de largura.

O lavabo apresenta-se de forma cúbica, é rasgado por quatro arcos semicirculares e tem terraço na cobertura. Apenas possui o alpendre, já que a fonte foi retirada em 1957 pela D. G. E. Monumentos Nacionais (Fig. 3.16).

Os alçados da crasta são constituídos, em cada ala, da seguinte forma:

- A superfície está dividida por três tramos, marcados por conjuntos de pilar e contraforte. Os contrafortes são quadrangulares até meia altura, passando depois a pentagonais com esquina saliente; na transição destas formas apresentam o papo-de-rola característico da fase manuelina.

- Sobre os muretes que delimitam o jardim, e por cada tramo, assentam três colunas que suportam arcos duplos semicirculares. Na decoração dos capitéis das colunas deste claustro predominam temas classicizantes, como óvanos, figuração geométrica em série e filetes vegetalistas (Figs. 3.17 e 3.18).

- A parede desta arcaria sobe até constituir novo murete, capeado a granito, onde assentam outras três colunas, sustentando agora arcos duplos deprimidos de tripla chanfradura. No piso superior, as colunas possuem dimensões mais reduzidas e a decoração dos capitéis é mais simples.

- Os beirais apresentam uma cimalha construída com imbrice.

- O tecto das galerias inferiores é ainda o original. É um tecto de abóbadas de aresta nervuradas. Nascem as nervuras chanfradas de mísulas de granito trabalhado, embebidas nas paredes interiores das alas e nos pilares das paredes que delimitam o jardim. Entre cada par de mísulas, correm os arcos torais que definem os tramos da abóbada. Das mísulas partem também as nervuras que se cruzam diagonalmente. As nervuras definem arcos abatidos, sendo a flecha dos torais inferior à dos arcos diagonais.

Do período fundacional, devemos ainda referir a sala do capítulo e as duas salas que se lhe opõem na ala de separação entre os dois claustros.

Para a sala do capítulo entra-se por uma porta de arco deprimido chanfrado, ladeada por duas janelas de arco semicircular de moldura dupla (Fig. 3.19). As molduras destes elementos ocupam toda a secção da parede e são de granito. Ainda do lado de fora, lado norte, encontra-se uma pia de água benta fixada na parede. A planta da sala é trapezoidal e ainda apresenta uma bancada de três degraus a toda a volta, só interrompida na zona de entrada e no alçado nascente, onde se encontra o nicho de um altar. Nesta zona estaria a cadeira da abadessa. O tecto é de abóbada manuelina, estrelada, achatada, nascendo as nervuras primárias de oito mísulas trabalhadas. Oito florões foram colocados nas intercepções das nervuras, possuindo o fecho o escudo dos Melos (Fig. 3.20).

Na ala oposta, no piso térreo, duas portas de moldura mudéjar (Fig. 3.21) (estando uma delas inacabada) servem duas salas de planta quadrangular com tectos de abóbada de nervuras.

3.2.2 Claustro poente

O claustro poente estaria concluído em 1547, a avaliar pela data que a portaria nova, que lhe dá acesso do exterior, ostenta na arquitrave. O murete que delimita o jardim descreve um rectângulo de 19 m por 18,5 m (medidas externas), e as galerias possuem também maior largura que as do claustro nascente: cerca de 3,5 m. No centro do jardim foi colocada uma fonte e quatro bancos possuindo no espaldar a data inscrita de 1767.

Os alçados possuem quatro tramos, definidos, tal como no claustro nascente, por conjuntos de pilares e contrafortes. A forma destes contrafortes é diferente: são quadrangulares, lisos, com lacrimal (Fig. 3.22). Todos os tramos apresentam a mesma constituição, ao nível dos alçados, que os do claustro nascente. Variam apenas as dimensões das colunas, mais esbeltas neste claustro, e a temática decorativa dos capitéis. Aqui, a decoração é mais variada e com temas arcaizantes - folhas, faces humanas (Fig. 3.23), dragões, possuindo alguns dos capitéis o brasão dos Melos. No piso superior, e tal como acontece no claustro nascente, as colunas possuem dimensões mais

reduzidas e os capitéis decoração mais simples.

O tecto das galerias inferiores é do mesmo tipo que o descrito relativamente às correspondentes galerias do claustro nascente. O mesmo diremos relativamente aos beirais e coberturas.

A ala norte apenas possui a parede interior, e a ala poente é completamente nova, com excepção, talvez, das paredes interior e exterior. Finalmente, a ala sul possui, no piso térreo, alguma construção ainda original. De poente para nascente:

- A portaria nova tem planta quadrada e a porta é moldurada em mármore de Estremoz, com verga recta, arquitrave e cornija apresentando uma decoração com volutas, taças e o escudete dos Melos (Fig. 3.24). Ladeando a porta temos uma roda, a sul, e a grade de comunicação a norte. Ao alto, encontramos duas janelas gradeadas para iluminação e ventilação. O tecto é de abóbada nervurada ostentando o brasão dos Melos, no fecho.

- A portaria comunica com uma outra saleta de planta rectangular, mais pequena, que possui escadas de acesso à galeria superior, sendo o tecto igualmente de abóbada nervurada, mas de desenho mais simples.

- A seguir, para poente, no piso térreo, encontramos mais duas salas com tectos de abóbada nervurada de desenho simples.

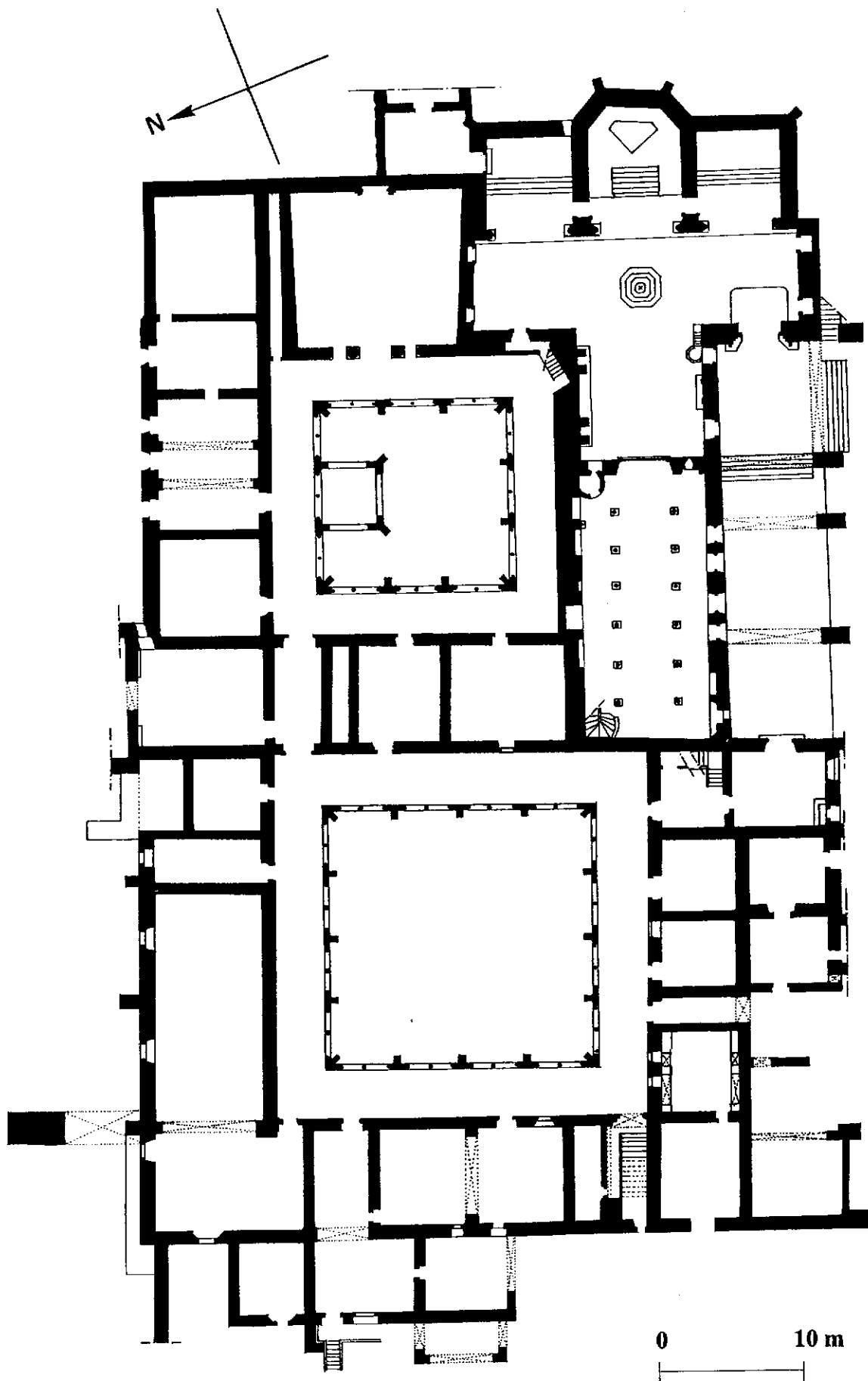


Fig. 3.1 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Planta do piso térreo (séc. XVI).



Fig. 3.2 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja, alçado da cabeceira.

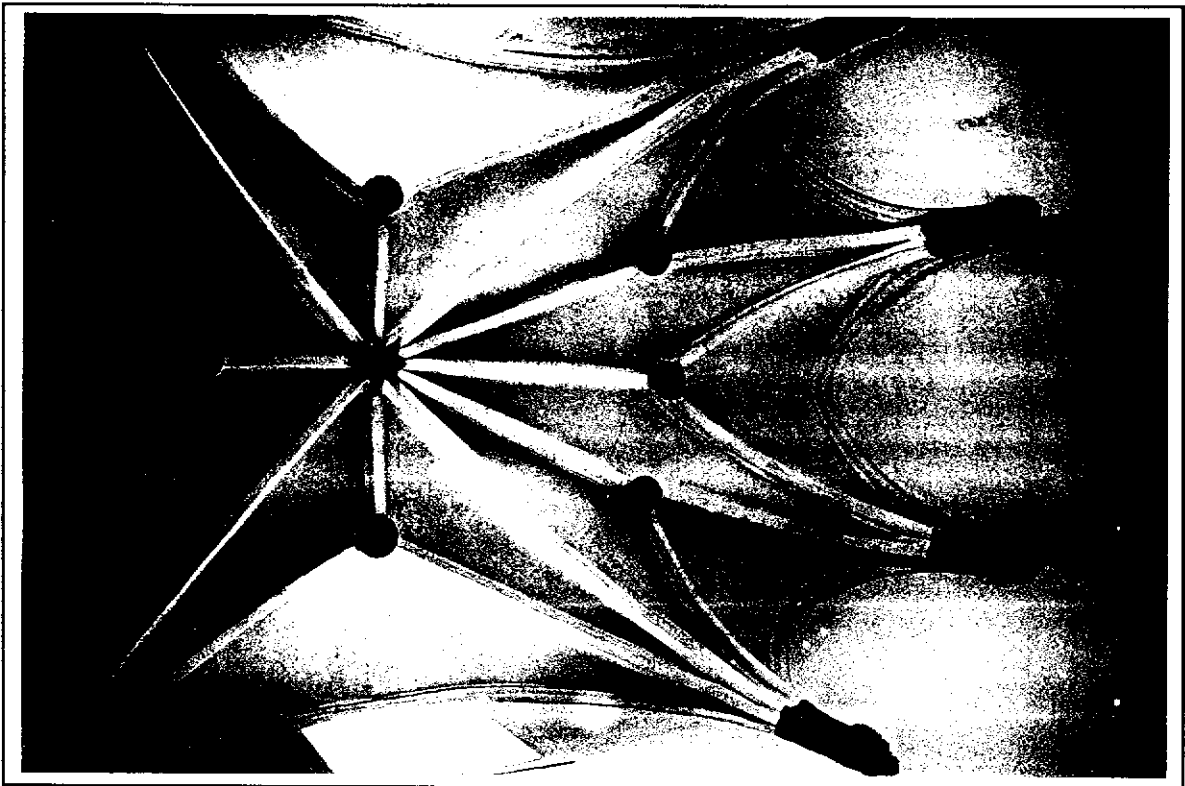


Fig. 3.3 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja, tecto da capela-mor.

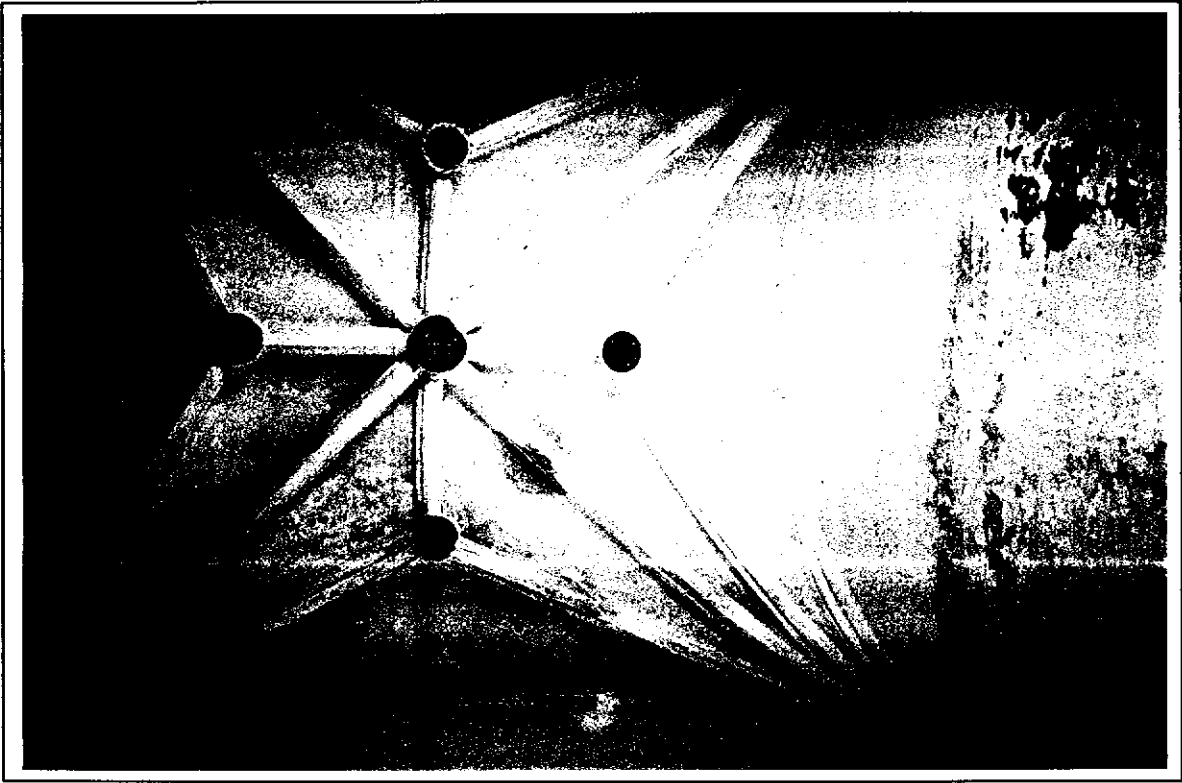


Fig. 3.4 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Igreja, tecto da capela colateral sul.

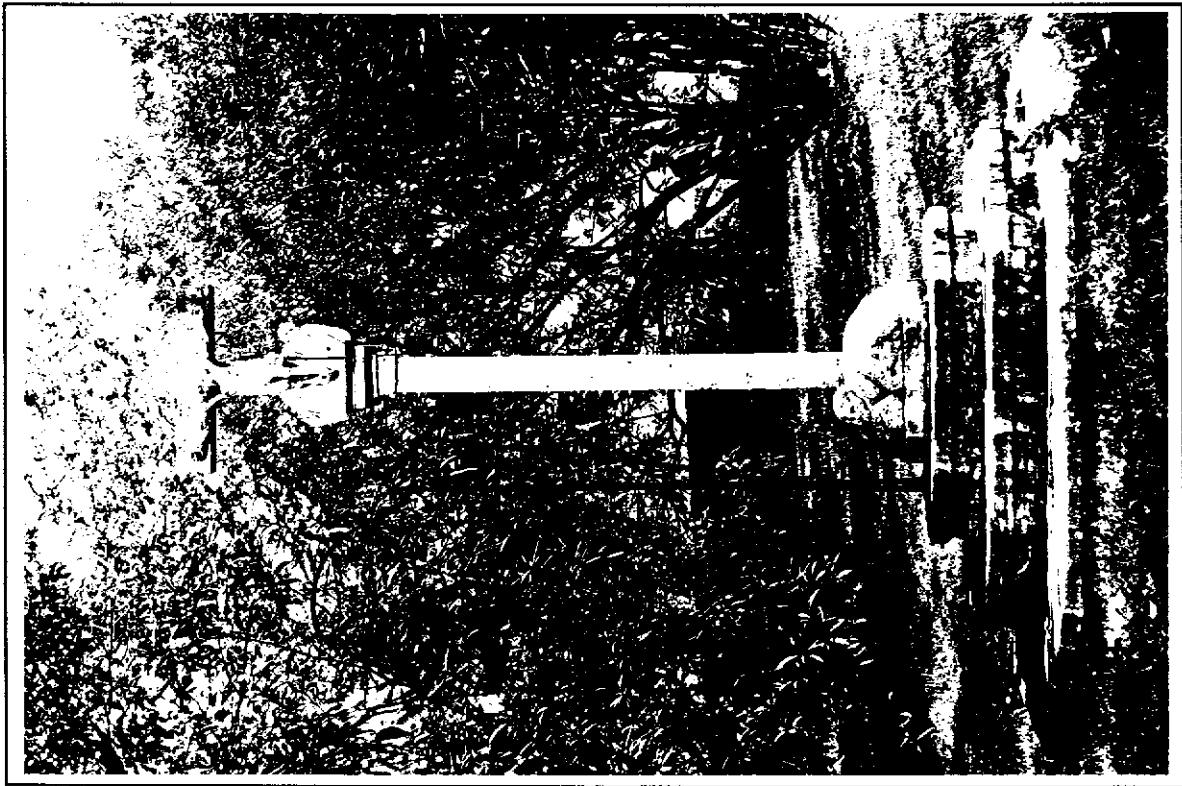


Fig. 3.5 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Jardim fronteiro ao portal de entrada. Cruzeiro.

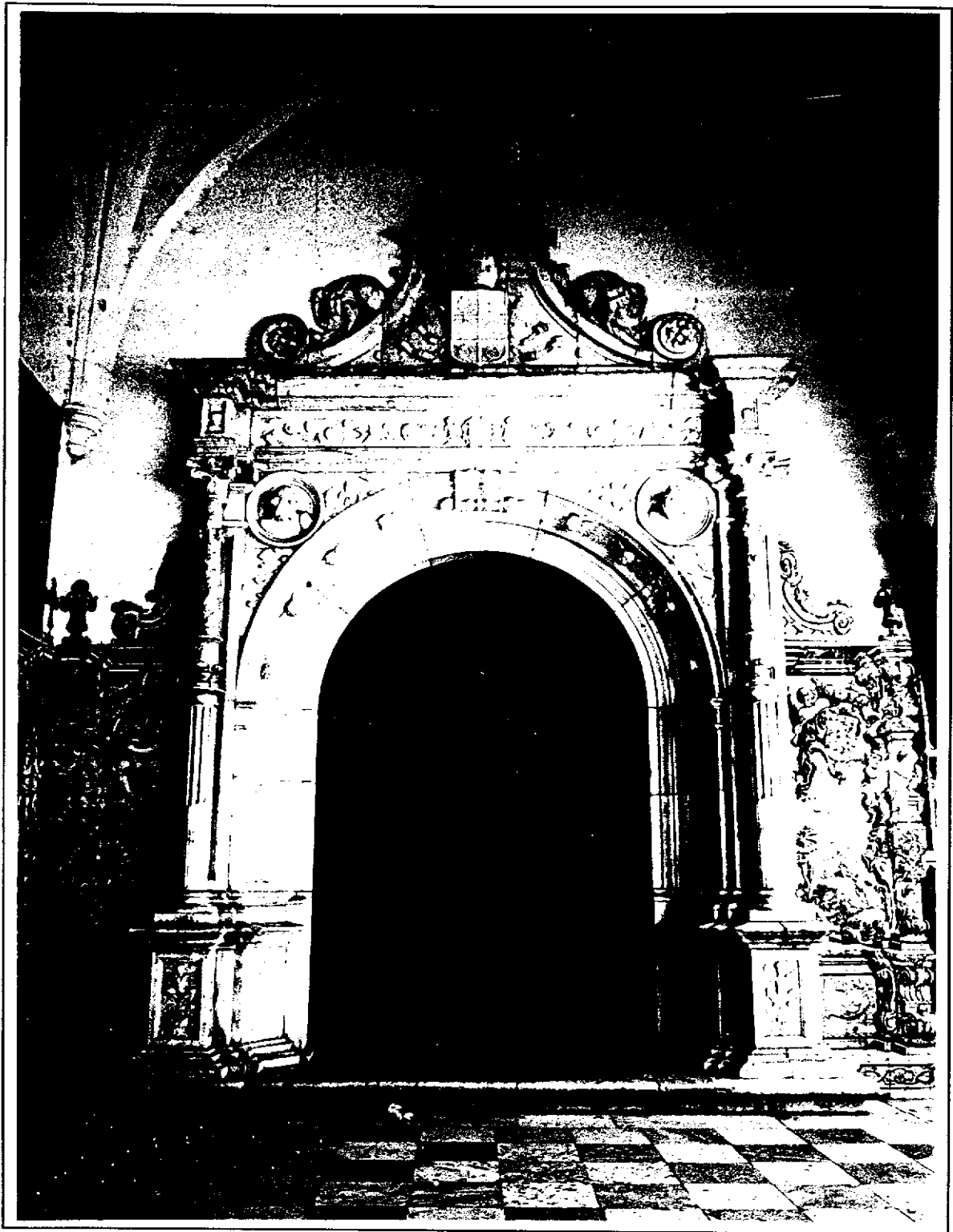


Fig. 3.6 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Portal da igreja.

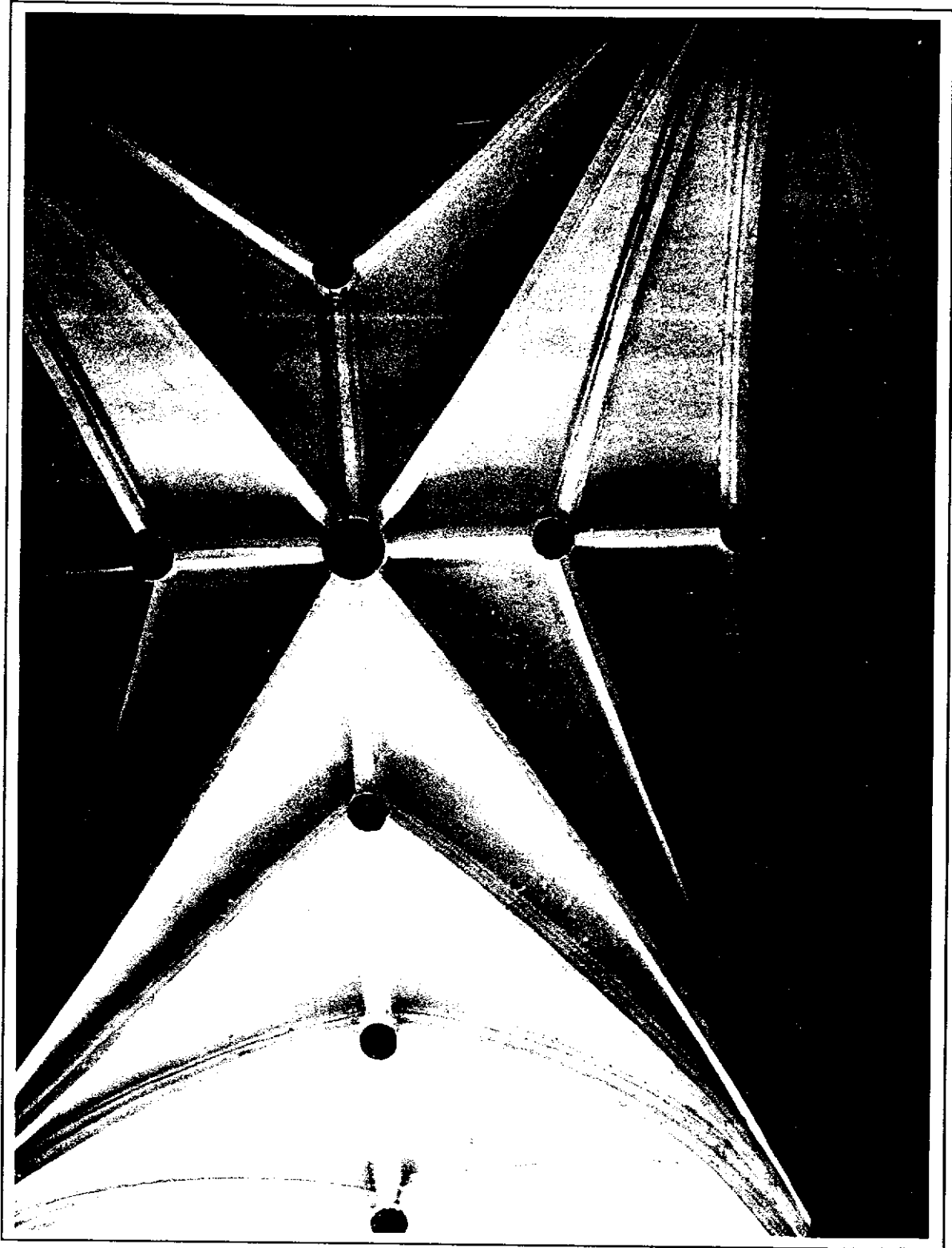


Fig. 3.7 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja.
Abóbada sobre o cruzeiro e sobre a nave dos fiéis.

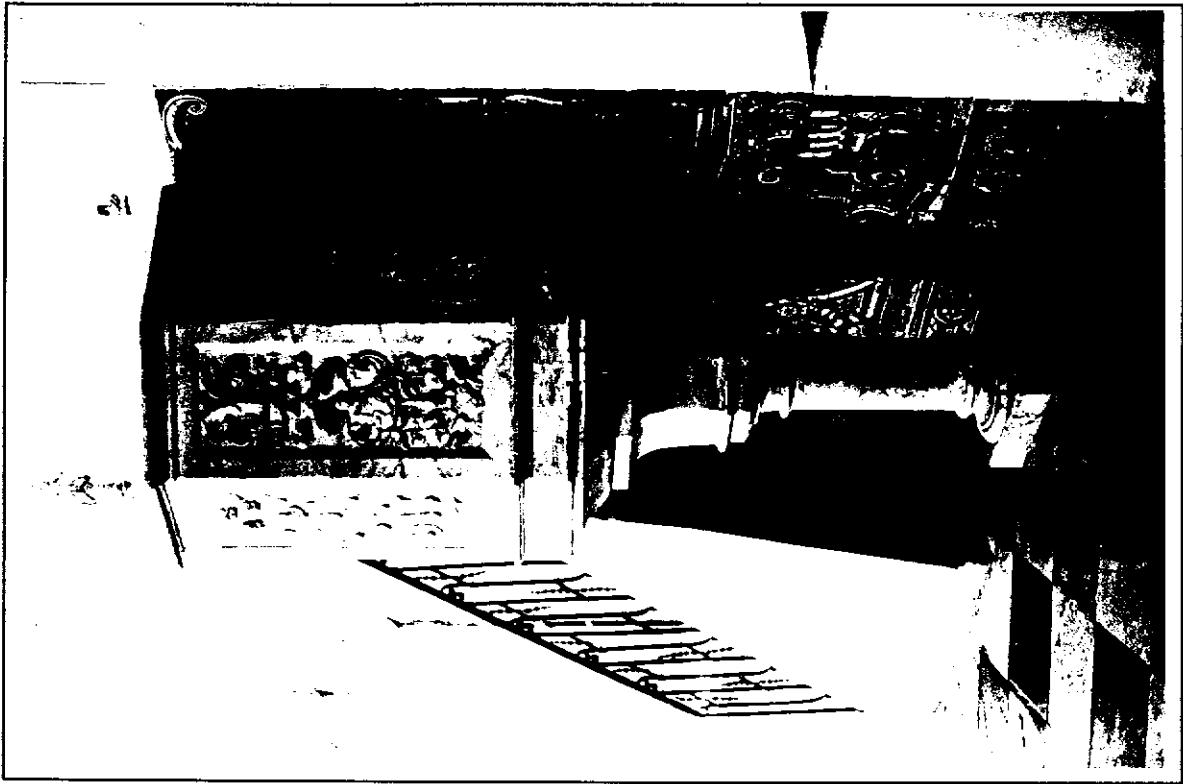


Fig. 3.8 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Igreja, púlpito.

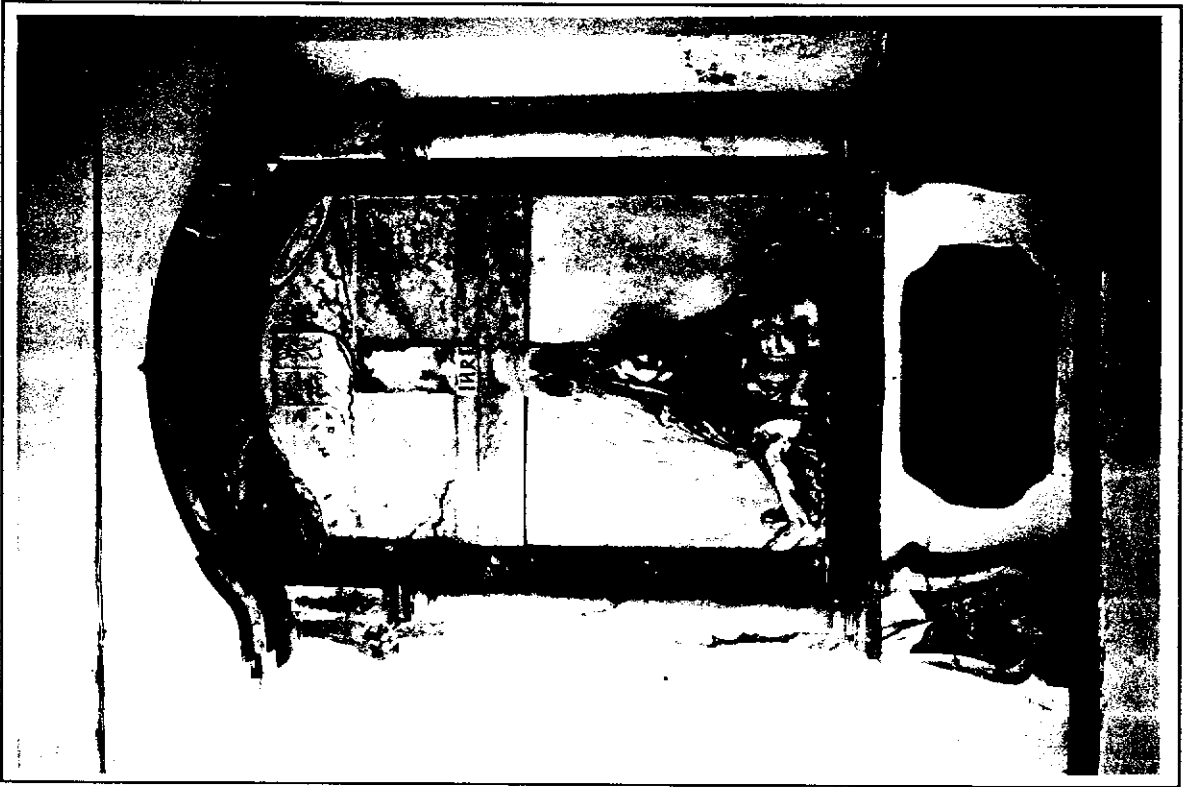


Fig. 3.9 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Igreja, *Pietà*.

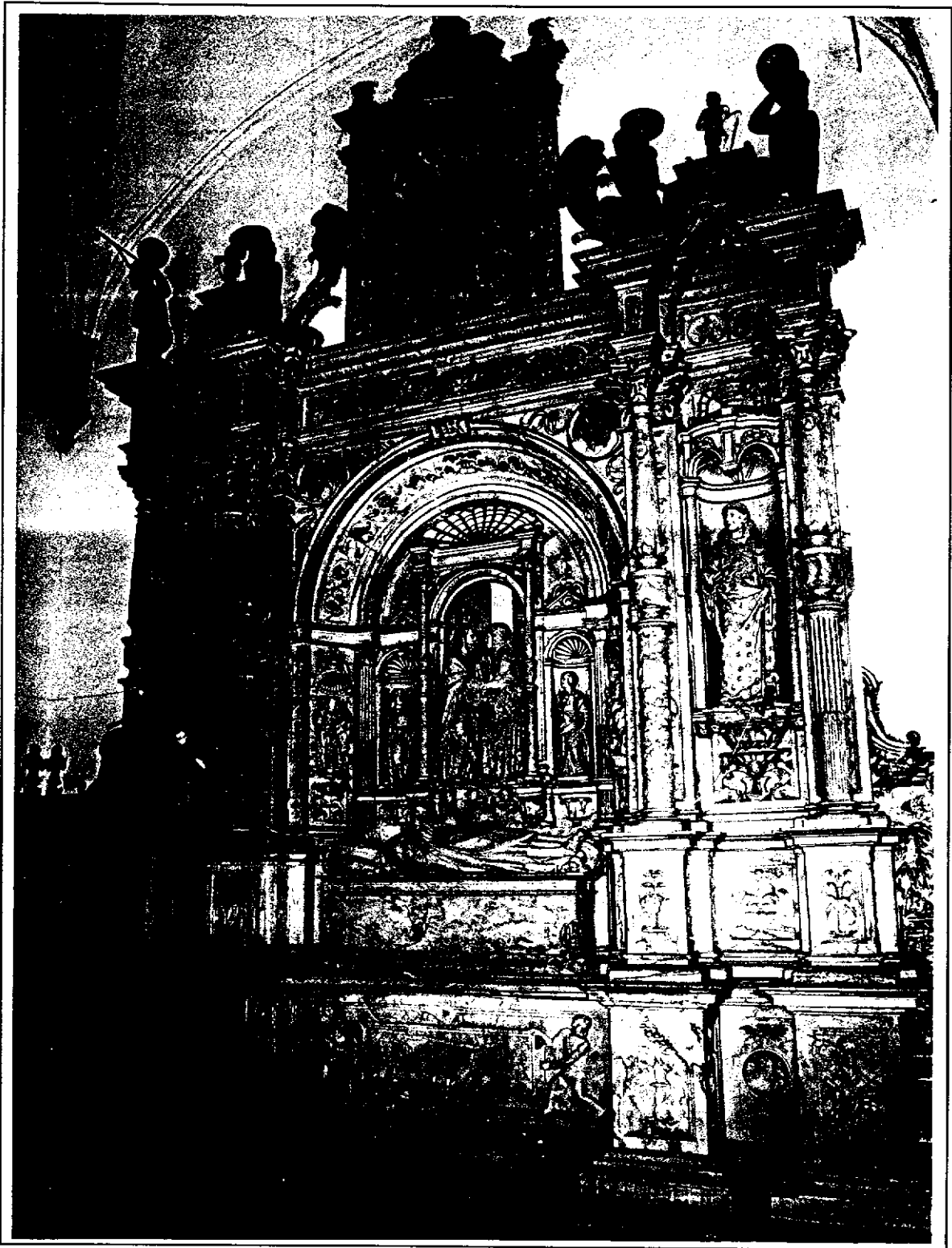


Fig. 3.10 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja, túmulo de D. Jorge de Melo.

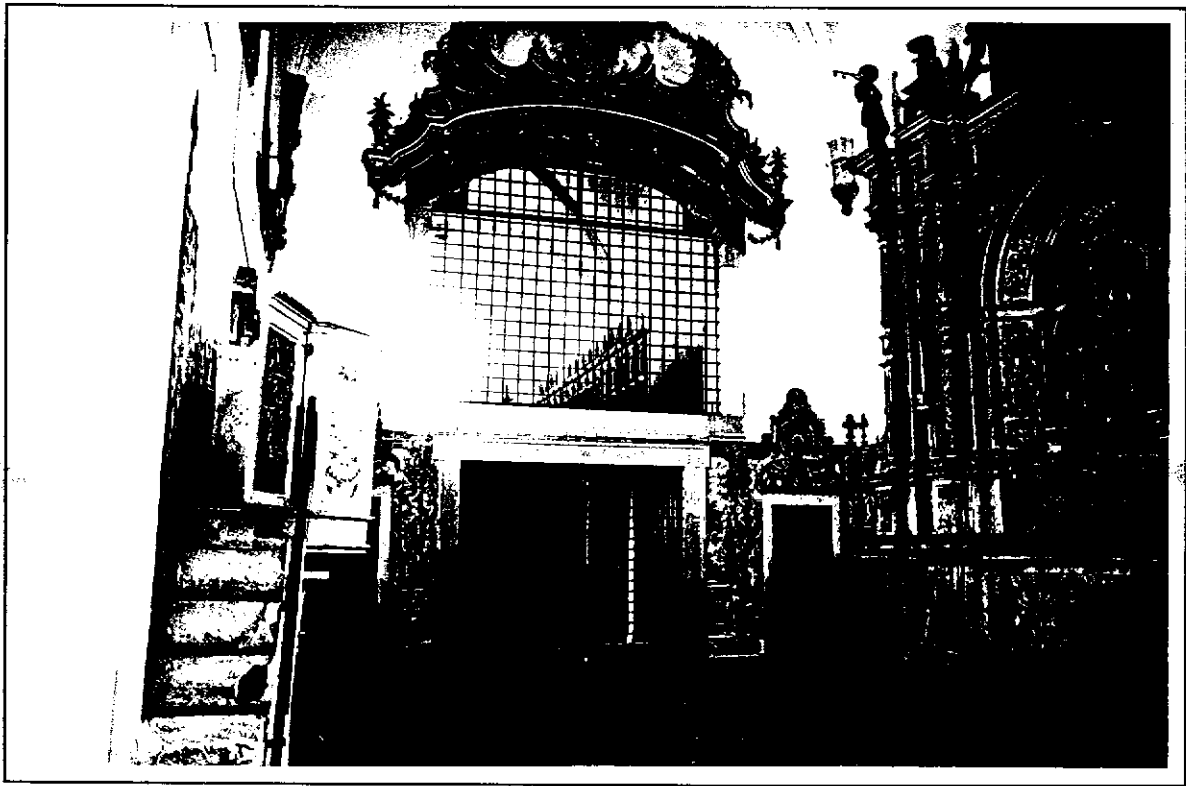


Fig. 3.11 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja, vista dos coros.

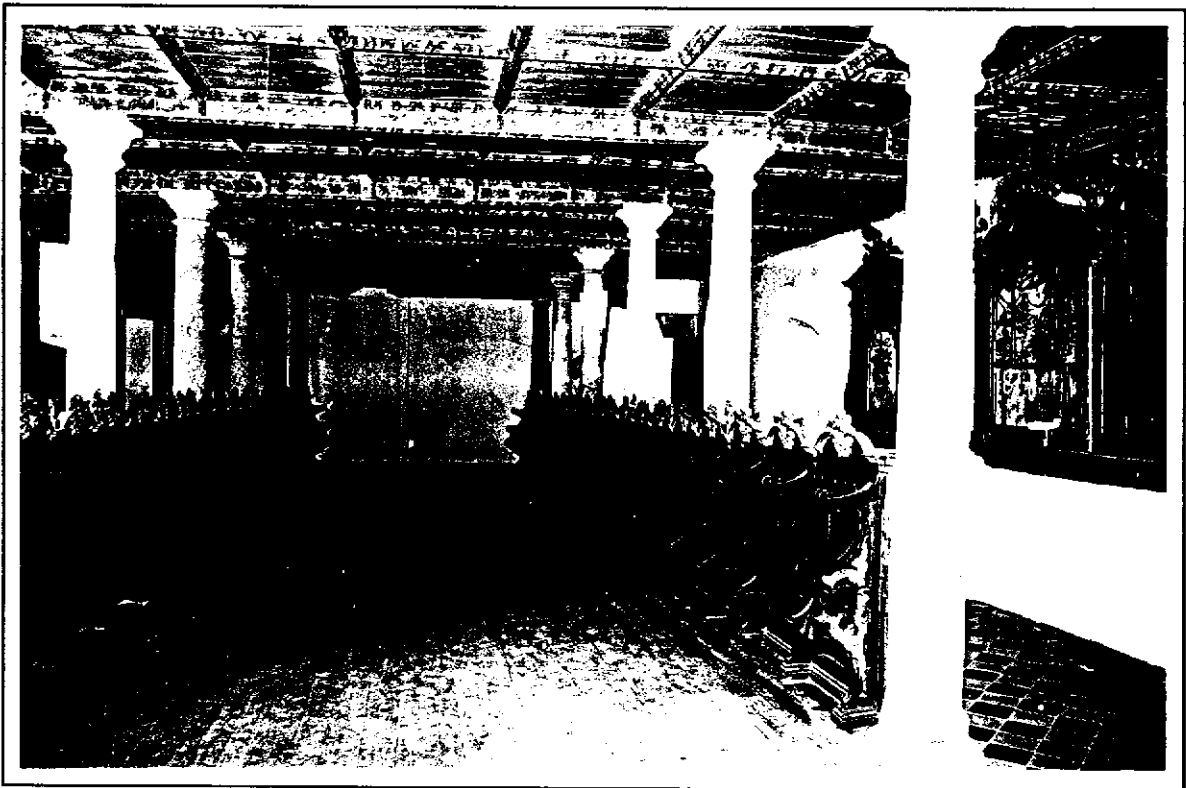


Fig. 3.12 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja, coro baixo.



Fig. 3.13 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja, coro alto.



Fig. 3.14 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja, aparelho primitivo de sinos.



Fig. 3.15 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Claustro nascente.



Fig. 3.16 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Claustro nascente, lavabo.
(Fotografia gentilmente cedida pela D.G.E.M.N. do Sul)



Fig. 3.17 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Capitel do claustro nascente.

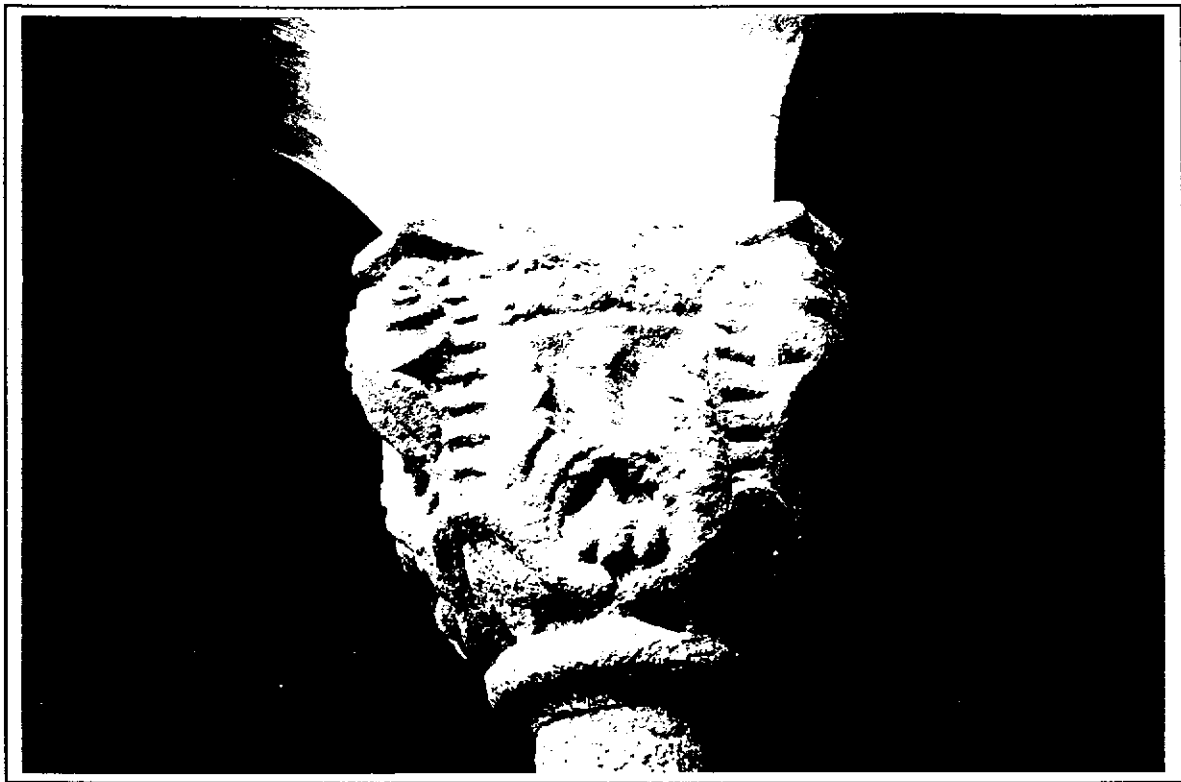


Fig. 3.18 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Capitel do claustro nascente.



Fig. 3.19 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Claustro nascente, entrada da sala do capítulo.

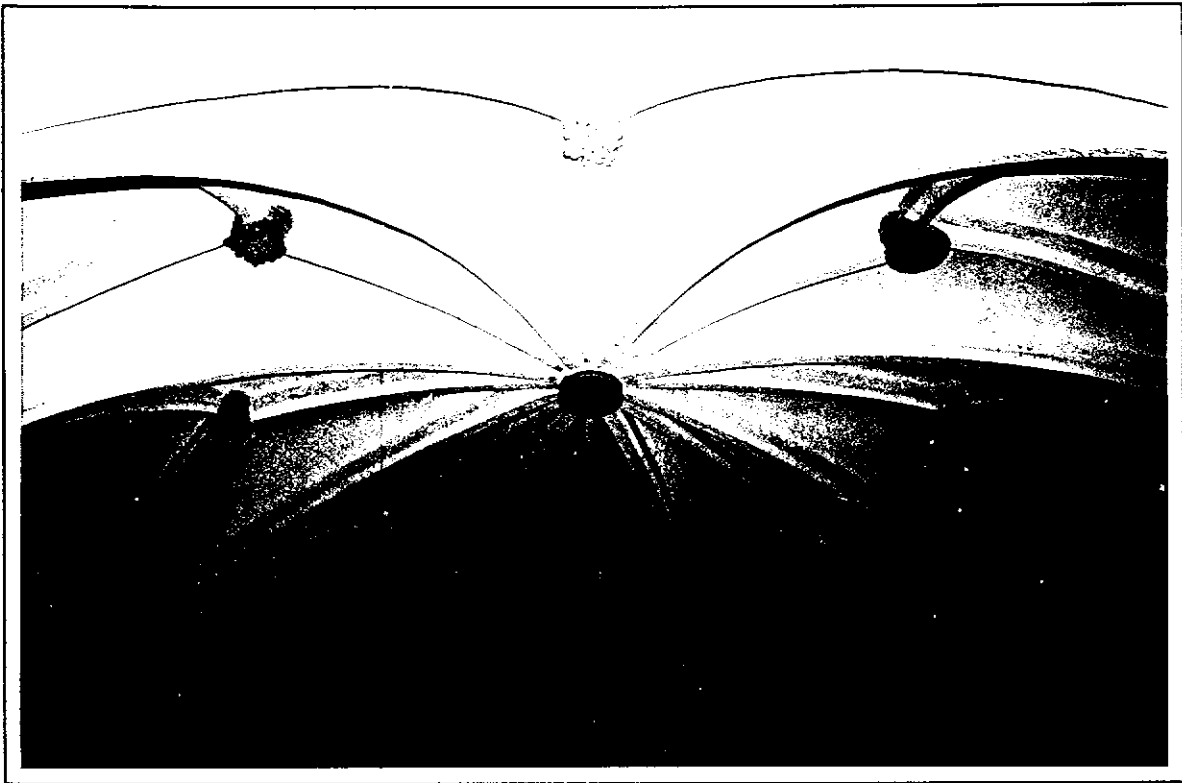


Fig. 3.20 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Tecto da sala do capítulo.



Fig. 3.21 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Claustro nascente, piso térreo, ala de separação dos dois claustros, porta de uma das salas.

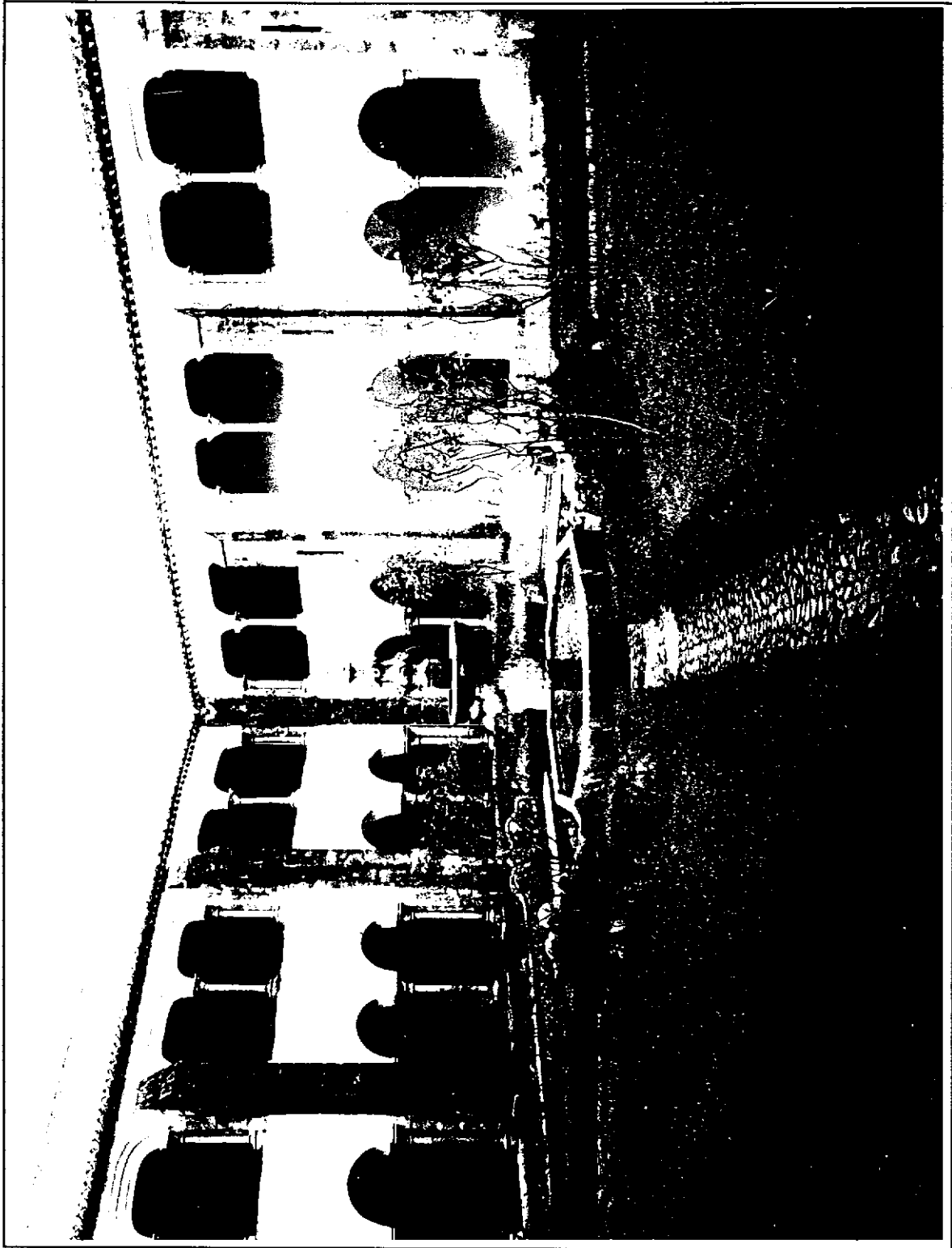


Fig. 3.22 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Claustro poente.



Fig. 3.23 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Capitel do claustro poente.



Fig. 3.24 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Portaria nova.

NOTAS

- (1) Segundo CHICÓ, Mário T. - *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Horizonte, Lisboa, s.d., p. 193: *são incluídos na arte manuelina: a) os monumentos do gótico final português em que a planta, a composição dos alçados, o espaço, a iluminação e as combinações de volumes ficam presos à arte tradicional e só a decoração e as proporções são diferentes; b) os que já acusam a influência decorativa e espacial do Renascimento, embora conservem a estrutura gótica (...).*
- (2) FERNANDES, José Manuel - *A Arquitectura*, INCM, Lisboa, 1991, p. 34.
- (3) HORTA CORREIA, José Eduardo - *Arquitectura Portuguesa / Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão*, Presença, Lisboa, 1991, p. 42.
- (4) O escudete está esculpido em incontáveis bocetes, capitéis, no portal da igreja, na portaria nova, como um *leitmotiv*. Mas a sua presença faz-se sentir sobretudo na igreja, onde repousa a família Melo. É bem um exemplo da arte triunfalista que o manuelino constituiu, da afirmação pessoal desse mecenas da arte renascentista em Portalegre. A propósito desta faceta do período manuelino, ATANÁZIO, M. C. Mendes - *A Arte do Manuelino*, Presença, Lisboa, 1984, p. 31, afirma: *Os atributos heráldicos, insistentemente aparecidos na arte Manuelina, são uma espécie de marcação do terreno, com intenções político-religiosas*. E noutra passagem da mesma obra, p. 71: *era a inscrição das suas pessoas na cidade de Deus de que o templo material era a prefiguração*.
- (5) KEIL, Luís - *Inventário Artístico / Distrito de Portalegre*, v. I, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943, p. XXXIII. Segundo este autor, o altar data de 1541 e foi mandado esculpir por Nuno de Sousa Tavares.
- (6) Por não conhecermos outra terminologia, utilizámos esta, um tanto ambígua, mas a única que conhecemos. Chama-se arco deprimido a um arco achatado cujo arranque é curvo. Dito de outra forma, é um arco adintelado, formado por dois quartos de circunferência traçados nos arranques. Consultar: GARCIA, Francisco Moreno - *Arcos y Bóvedas*, CEAC, Barcelona, 1992, p. 28, ou, RODRIGUES, Maria João Madeira *et alteri* - *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, Quimera, Coimbra, 1990, p. 36 ss.
- (7) KEIL, Luís, *ob. cit.*, p. XVIII.
- (8) Id., *Ib.*, p. 142.

Capítulo IV

MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

4.1 Materiais de construção

Os materiais utilizados na construção do mosteiro foram, na sua grande maioria, recolhidos no próprio sítio e na região envolvente:

- A rocha utilizada em alvenarias, pilares, contrafortes, gigantes, arcobotantes, cunhais, ombreiras e vergas de portas e janelas, pavimentos primitivos dos claustros ainda existentes, pavimento do pátio e muros da cerca, é granito de Portalegre; grande parte desta pedra terá resultado dos trabalhos de terraplanagem e abertura de caboucos, uma vez que a sua textura é idêntica à da rocha em jazida, como adiante demonstraremos.

- Nas argamassas, ter-se-á utilizado como ligante a cal hidráulica natural, proveniente das caleiras da Escusa, concelho de Marvão, a cal de que nos fala o alvará (Anexos III); a areia poderá ter sido recolhida no leito das inúmeras ribeiras e rios da região: Caia, Sever e Guadiana.

- A tinta utilizada no acabamento das paredes foi o leite de cal, provavelmente oriunda, também, das caleiras da Escusa.

- Relativamente a madeiras utilizadas na parte estrutural (pavimentos e coberturas) e em portas e janelas, devemos distinguir entre as originalmente empregues e as que existem actualmente. Quanto às primeiras, quase exclusivamente de castanho, terão sido recolhidas nos abundantes soutos e castinceiras da Serra de S. Mamede. Relativamente às segundas, devemos apontar o pinho, de colocação recente, que a região possui desde o século XIX.

- Os materiais cerâmicos (telha mourisca, tijolo para abóbadas e para vãos de portas e janelas, tijoleira para pavimentos) podem ter sido fabricados em Portalegre, dado existirem inúmeras barreiras na região e uma tradição secular em manufacturas deste tipo de materiais, inclusivamente ao nível do trabalho artístico.

- O granito empregue em obras de arte (colunas dos claustros, fonte do claustro poente, mísulas, arranques de abóbadas, bocetes e fechos de abóbadas, ombreiras e vergas de algumas portas e janelas, é de grão fino, mais trabalhável que o granito de Portalegre, e deverá ser originário das pedreiras de Alpalhão e de Gáfete.

- Já o mármore, utilizado nos túmulos, no portal da igreja, nas pias de água benta, no púlpito,

no cruzeiro, na portaria nova do mosteiro, na fonte de Neptuno e no portal do pátio, proveio de Estremoz. Provavelmente, também de Estremoz veio o mármore branco utilizado na pavimentação da igreja.

Como materiais não originários da região, apenas apontamos algumas madeiras empregues nos cadeirais dos coros (pau santo e casquinha) e a azulejaria empregue no guarnecimento da igreja e nártice.

4.2 Técnicas de construção

Como sabemos, são os materiais existentes numa determinada região que ditam as conseqüentes técnicas de construção. Aqui, as técnicas básicas de construção observadas foram:

- Alvenaria de pedra (fundações e paredes).
- Alvenaria de tijolo (abóbadas).
- Cantaria (portas e janelas, cunhais, muretes, escadas, pavimentos, contrafortes, pilares, gigantes, arcobotantes).
- Pavimentos de soalho, de ladrilho e de lajes de pedra.
- Coberturas utilizando asnas, forro de esteira, ripado e telha romana.

4.2.1 Fundações, paredes, faixas, cimalthas, cunhais, portas e janelas

a) Fundações contínuas em alvenaria de pedra

Trabalhos de terraplanagem para nivelar um terreno com um declive de 12%.

Caboucos pouco profundos, entre 0,40 m e 0,50 m de profundidade, já que, depois da terraplanagem, todo o terreno ficou firme (1). Por comparação, os caboucos da cerca, visíveis no tramo poente, têm aproximadamente 0,30 m de profundidade.

A espessura das fundações é maior do que a da base das paredes, entre 0,10 m a 0,45 m. Por vezes, essa diferença de secção mantém-se ao longo das paredes, chegando até ao piso superior, constituindo embasamentos (Fig. 5.1).

b) Paredes em alvenaria de pedra

Os tipos de alvenaria observáveis foram a alvenaria ordinária, de pedra irregular, com argamassa de cal, e a alvenaria de pedras assentes à fiada, com o mesmo tipo de argamassa.

c) Faixas e cimalthas

Pode observar-se, num dos edifícios do séc. XVIII que dá para o pátio (lado poente), uma faixa de cantaria que, como todas as faixas, visa impedir a escorrência de águas pluviais ao longo das paredes.

As cimalthas mais antigas foram construídas com uma fiada de telha mourisca, saliente em relação ao plano do paramento, fazendo-se depois o nivelamento para assentar o beiral (Fig. 5.23).

d) Cunhais

Os cunhais das paredes do mosteiro apresentam pedra aparelhada com dimensões variáveis

(Fig. 5.10), embora haja também cunhais de alhetas, ou seja, as pedras, que tomam a designação de juntóiras, são paralelepípedos de iguais dimensões (Fig. 4.1); quer umas quer outras são dispostas de tal forma que cada pedra posta ao comprido alterne com outra de topo em cada face da parede. No caso do aparelho ser feito com pedra de dimensões variáveis, é imprescindível que se gateiem e encavilhem entre si, podendo ainda travar-se através de gatos de unha rachada embebidos na parede.

e) Portas

Faremos face a uma certa diversidade de tipos de portas e janelas, estudando apenas as mais antigas, as que apresentam formas, técnicas e materiais de construção já pouco utilizados.

No caso das portas, há um tipo característico que aparece nas entradas e ligações entre os claustros, acesso a escadas e até a compartimentos das alas (Fig. 4.2). Possuem soleira, ombreiras e verga de granito chanfradas de razoáveis dimensões. A porta do refeitório, que possui um vão de 1,35 m de largura e 2,27 m de altura, tem ombreiras com cabeça de 0,35 m e 0,26 m de aduela. Quer as ombreiras quer a verga não são peças únicas: as ombreiras são constituídas por duas peças aparelhadas, onde descansa a verga, constituída por três aduelas em arco abaulado. Também a soleira é constituída por três peças.

Se a parede fosse da largura da porta assim descrita, não seria necessária qualquer outra estrutura, até porque a verga é arqueada. Mas a parede possui aqui 0,90 m de espessura. Então, para se escorar a enorme carga que se abate sobre o vão, foi construído um sobrearco de granito (a que alguns pedreiros também dão o nome de archete), em aduelas com soffito de voamento, que descansa em enxalços (2), também de granito, de 0,61 m de largura, sem rasgamento. Possui ainda a porta, como praticamente todas as outras do género, os orifícios superiores onde rodavam os gonzos. Os orifícios inferiores estariam abertos no pavimento primitivo.

Falando ainda das portas mais antigas, devemos aqui referir as de concepção artística. O portal da igreja (Fig. 3.6) não apresenta problemas importantes sob o ponto de vista das técnicas de construção: o vão, de 2,615 m de largura e 3,88 m de altura maior, é suportado por um arco semicircular. Como as ombreiras e verga não ocupam toda a espessura da parede, os restantes 0,70 m são escorados por um sobrearco de mármore, com soffito de voamento, apoiado em enxalços também de mármore, com rasgamento.

A portaria nova do mosteiro (Fig. 3.24), com um vão de 1,635 m de largura e 2,36 m de altura, apresenta ombreiras e verga molduradas, com arquitrave e cornija sustentando uma decoração de volutas, taças e o escudete dos Melos. Apresenta anomalias de fissuração na verga, possivelmente devido ao facto de a arquitrave ser constituída por duas peças unidas a meio do vão. Aliás, também a cornija é constituída por três peças. Esta porta possui sobrearco em granito, com soffito de voamento, assente em enxalços com rasgamento.

De referir ainda, no conjunto das portas mais nobres do mosteiro, a porta da sala do capítulo (Fig. 3.19), toda em granito aparelhado, com um vão de 2,34 m de largura e 2,90 m de altura, verga em arco deprimido, com aduelas a toda a secção da parede. Ladeiam esta porta duas janelas de granito, de moldura duplamente chanfrada e de arco semicircular, com vãos de 0,92 m de largura e 1,75 m de altura.

Curiosa é a disposição das portas da cozinha e calefactório (vãos de 0,80 m de largura e 1,75 m de altura), com enxalços e sobrearco para o lado exterior (Fig. 4.3), de leve rasgamento.

Nas edificações do séc. XVIII (edifícios do pátio), as portas têm vãos de 1,375 m de largura

e 2,82 m de altura, por exemplo, com ombreiras de granito de 0,215 m de cabeça, assentes em socos de 0,66 m de altura e mais 5 cm de sobrelargura em relação às ombreiras. As vergas também são de granito, de uma só peça. A restante largura da parede é escorada com sobrearco abaulado, sem voamento, assente em enxalços de pequeno rasgamento. Algumas destas portas possuem janelas com a mesma largura de vão, sobre as vergas, para arejamento ou iluminação (Fig. 4.4).

f) Janelas

É difícil sabermos quais as janelas que remontam ainda ao séc. XVI. Talvez as da igreja sejam primitivas. Os pisos superiores das alas sofreram grandes obras de reabilitação a casernas, e o que era dantes um espaço claustal muito reservado (Fig. 6.13) passou ao devassamento de pavilhões com inúmeros rasgos nas paredes, para iluminação e arejamento.

Começando pelas janelas da igreja, detenhamo-nos na parede sul da nave dos fiéis. Possui três janelas para iluminação da igreja. A primeira (Fig. 4.5), a grande altura, tem arco trilobado, enxalços e peitoris rasgados. A sua forma procura absorver do exterior e devolver para o interior um máximo de luz. Mais abaixo, a uma altura de 2,85 m, situam-se, de cada lado daquela janela, duas outras com vãos de 0,90 m de largura e 1,30 m de altura, apresentando grande rasgamento nos enxalços e voamento no sobrearco (Fig. 4.6). O peitoril tem 0,23 m de largura. É interessante verificar o rasgamento dos enxalços destas janelas: elas dirigem a luz para sentidos opostos, constituindo, como já dissemos, o sistema de iluminação do sumptuoso túmulo de D. Jorge de Melo. Do lado de fora, possui ombreiras relevadas de 0,25 m de largura. As janelas do coro baixo têm configuração semelhante.

No alçado ainda existente da ala norte do claustro poente, podiam ver-se, antes das recentes obras de construção dum alpendre, janelas de configuração semelhante, com grande rasgamento de enxalços, sobrearco e peitoril.

Nas edificações do séc. XVIII, as janelas têm vãos de 1,07 m de largura e 1,54 m de altura, por exemplo, com ombreiras, peitoril e verga em granito de 0,20 m de cabeça (Fig. 4.7). Do lado de dentro, a parede, que aqui tem 0,73 m de espessura, é escorada com um sobrearco abaulado, enxalços levemente rasgados e peitoril com grande declive (Fig. 4.8).

Outras janelas, pertencentes também ao mesmo período, são executadas inteiramente em alvenaria e possuem trabalhos em massa típicos do período barroco (Fig. 4.9).

No antigo dormitório das monjas, as janelas actuais apresentam risco que ainda hoje se pratica em paredes espessas de grande pé direito. Executadas concerteza já neste século, aproveitando possivelmente os vãos das antigas retetes, têm enxalços sem rasgamento até ao chão, o peitoril está a 0,95 m de altura e é de alvenaria com 0,29 m de largura, sendo o vão da janela de 1,10 m de largura e 1,97 m de altura. Possuem bandeira. Do lado exterior, o peitoril está saído da parede e não existem ombreiras relevadas: é apenas uma faixa de 0,10 m de largura, pintada com ocre amarelo, que emoldura a caixilharia.

4.2.2 Pavimentos

4.2.2.1 Pavimento de ladrilho

O pavimento estudado cobre o tecto da sala contígua ao coro alto, a sul, e pertence às ampliações do séc. XVIII. A sua largura é 3,60 m (direcção nascente/poente) e o seu comprimento

5,00 m (direcção norte/sul). Quatro vigas de madeira de castanho, de secção arredondada, com cerca de 0,20 m de diâmetro, dispõem-se paralelamente na direcção nascente/poente, com intervalos de cerca de 1 m, até ao vão da escada. Fixam-se por encastramento na parede.

Sobre as vigas, e perpendicularmente, correm travessas de castanho de secção rectangular, de 0,045 m x 0,10 m, afastadas entre si de 5 a 7 cm (Fig. 4.10).

Os ladrilhos são colocados com a disposição que a Fig. 4.11 apresenta. São assentes com argamassa de cal sobre os barrotos, levando também uma junta fina da mesma argamassa. Os ladrilhos têm as dimensões de 30 cm x 15 cm x 2 cm, embora o pavimento comporte peças de dimensões ligeiramente superiores. As peças assentam sobre cada par de barrotos os seus lados maiores, ou os menores mais a zona central.

Este pavimento tem continuação para nascente, cobrindo o alpendre abobadado do portal da igreja.

4.2.2.2 Pavimento de soalho do coro alto e tecto do coro baixo

O pavimento tem 19,64 m de comprimento e 8,73 m de largura (Fig. 4.12). Trata-se dum soalho de pinho constituído por um tabuado com dimensões médias de 2,49 m x 0,165 m x 0,02 m. As tábuas, dispostas paralelamente na direcção nascente/poente, ligam-se entre si à inglesa, com emparelhado ou emalhetado, possuindo nalgumas zonas alheta decorativa. A pregagem é feita com 50 cm de intervalo (ficando as cabeças dos pregos à vista), sobre barrotos de pinho de 7 cm de altura, perpendiculares às tábuas.

Na zona onde o cadeiral assenta, o pavimento é de tijoleira de 0,30 m x 0,30 m x 0,025 m, exigindo um sistema de barrotos de apoio próprio. O peso deste cadeiral duplo exerce-se na vertical sobre as duas séries de colunas do piso térreo.

Por sua vez, os barrotos onde o soalho está pregado encaixarão em barrotos que lhe estão perpendiculares, formando grade, e é nestes barrotos de baixo que o tecto do piso térreo se fixou. Esta grade é escorada por 6 vigas de madeira da largura do vão, encastradas nas paredes e apoiadas nas colunas de granito (Fig. 4.13).

Estas colunas, de 3,23 m de altura, com base quadrada de 0,48 m de lado, distam da parede 2 m, e entre si, entre 2,14 m a 2,30 m, pela base. As vigas que escoram têm uma secção quadrangular de 0,265 m x 0,21 m, aproximadamente, e encontram-se forradas e molduradas imitando mármore. Deverão ser de castanho, a julgar pelas que são visíveis no vão das escadas entre os dois pisos.

Quanto ao tecto do coro baixo, é do tipo esteira, apresentando duas pinturas sobrepostas. É constituído por tábuas de castanho de 0,23 m de largura e 0,01 m de espessura, e a sua união é por junta oblíqua. Este tabuado é moldurado em rectângulos de 1,19 m x 0,77 m, através de ripas também molduradas e pintadas, imitando mármore.

Não sabemos o comprimento do tabuado do tecto, uma vez que as juntas de topo se encontram camufladas pelas molduras. Mas a sua disposição é paralela às vigas e encontram-se pregadas à grade de barrotos através de duas séries de pregos perpendiculares às tábuas.

4.2.3 Escadas

A escada entre o coro baixo e o alto (Fig. 5.15) situa-se na confluência do alçado norte com o alçado de topo. É de caixa em trapézio rectângulo, possui um único lanço curvo de 16 degraus de granito com focinho, do tipo leque, sem gaveto autónomo, uma vez que o balanço dos degraus foi feito do primeiro ao último; a largura do lanço é variável, possuindo em média 1 m. Toda a escada possui corrimão de ambos os lados e principia com uma voluta assente em murete de alvenaria de pedra com reboco imitando mármore.

A escada entre a galeria inferior e a superior: situa-se entre o claustro da leitura e o das

monjas (Fig. 5.16). Trata-se duma escada executada no interior das paredes, sem guarda-chapim, possuindo dois lanços de 8 e 10 degraus de granito, talhados em ângulo recto, com patamar intermédio de forma trapezoidal. Os lanços formam ângulo obtuso entre si e possuem uma largura média de 0,85 m.

A escada que do coro alto dá acesso à cobertura (Fig. 5.17) é de caracol em caixa circular, sem bomba, em que os degraus se sobrepõem formando também o pião em peças únicas; os degraus são de granito, de forma triangular, talhados em ângulo recto.

4.2.4 Abóbadas

Escolhemos para estudo a abóbada da galeria inferior do claustro nascente, referindo-se as medições aos tramos que ladeiam a porta do refeitório (Fig. 5.18).

O vão coberto, ou seja, a largura da galeria, é de 2,70 m, e as mísulas encastradas nas paredes, onde nascem as nervuras das abóbadas e os arcos torais, situam-se a uma altura que varia entre os 2,38 m e os 2,45 m. Estas mísulas de granito trabalhado servem de impostas, e é o plano das impostas que se situa àquela altura.

As mísulas estão dispostas frente a frente, na parede interior da ala e nos pilares de granito aparelhado que, com os contrafortes que lhes estão adossados do lado do jardim, definem, como já referimos, os tramos do claustro. Assim se definem também os tramos da abóbada, porque entre cada conjunto de mísulas assim definidas corre um arco toral. Cada um dos quatro lados do quadrado definido pelas galerias do claustro possui três tramos de abóbada rectangulares, mais os tramos quadrados dos cantos.

As abóbadas são de aresta, e por estas arestas correm dois arcos que, como os torais, são nervuras chanfradas.

Detenhamo-nos sobre um dos tramos rectangulares da abóbada. Vejamos, a título de exemplo, as dimensões dos vários elementos:

- a) Distância interior entre os arcos torais: 4,29 m
- b) Distância entre as paredes que suportam a abóbada: 2,70 m
- c) Mísulas com 0,40 m de altura por 0,26 m de secção maior
- d) Nervuras chanfradas com uma secção de 0,30 m por 0,23 m
- e) Os arcos definidos pelas nervuras são abatidos, possuindo uma flecha de 0,64 m nos torais e de 0,90 m nos diagonais. Medida a espessura da abóbada mais a do pavimento que suporta, deu, no fecho, a medida de 0,45 m, sem contar com as saliências das nervuras.

f) Relativamente aos materiais empregues, as nervuras são constituídas por tijolo de 4 cm de espessura, rebocadas com argamassa de cal e caiadas. Sobre o restante material da abóbada, a pequena sondagem que nos foi possível fazer mostrou-nos material cerâmico. As juntas entre os tijolos das nervuras são de 1 cm.

4.2.5 Coberturas

4.2.5.1 Cobertura com asna

O pavimento estudado no ponto 4.2.2.1, que se estende para nascente sobre o alpendre abobadado da igreja, possui como tecto as próprias asnas que suportam o telhado.

A sala tem 12,45 m de comprimento e 6,50 m de largura.

As asnas suportam um telhado de quatro águas. As telhas assentam num forro de esteira pregado num sistema de barrotes de pinho de 15 cm x 8 cm de secção, afastados entre si cerca de 42 cm. Os barrotes são encastrados na parede a uma altura de 3,00 m do chão, formando uma inclinação de 35°.

A asnas não têm linha nem pendoral, mas apenas nível ou contralinha (Fig. 4.14), a 4,40 m de altura do chão. As ligações da contralinha com as pernas são feitas em meia madeira da contralinha e pregagem. As ligações entre as pernas fazem-se por simples encosto e pregagem.

4.2.5.2 Cobertura da igreja

Na cobertura da igreja (Figs. 5.19 e 5.22), as telhas fixam-se num ripado assente em traves que por sua vez são sustentadas por três vigas. Utilizando uma técnica recente de suporte das vigas, foram levantados vários panos de tijolo não compactos sobre o extradorso das abóbadas, ao jeito de empenas, perpendiculares às paredes da igreja.



Fig. 4.1 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Cunhal de alhetas da casa do confessor.

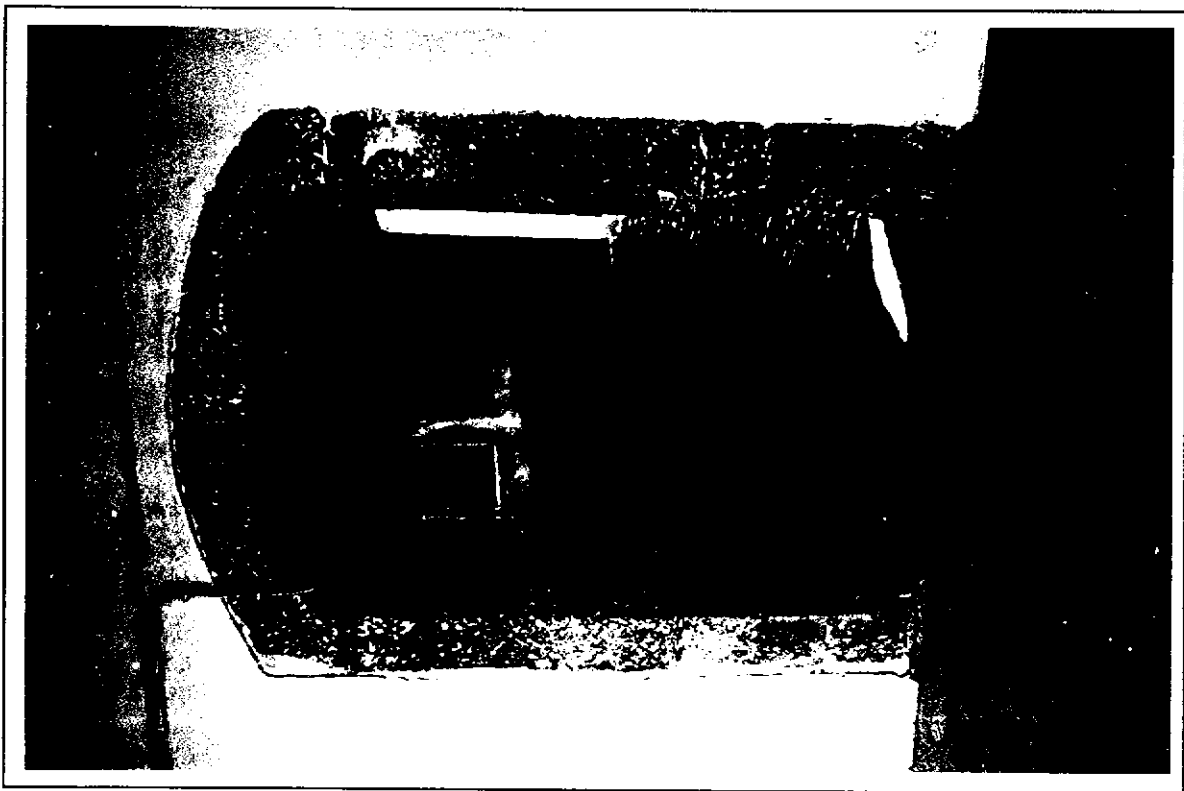


Fig. 4.2 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Claustro nascente. Porta do refeitório.

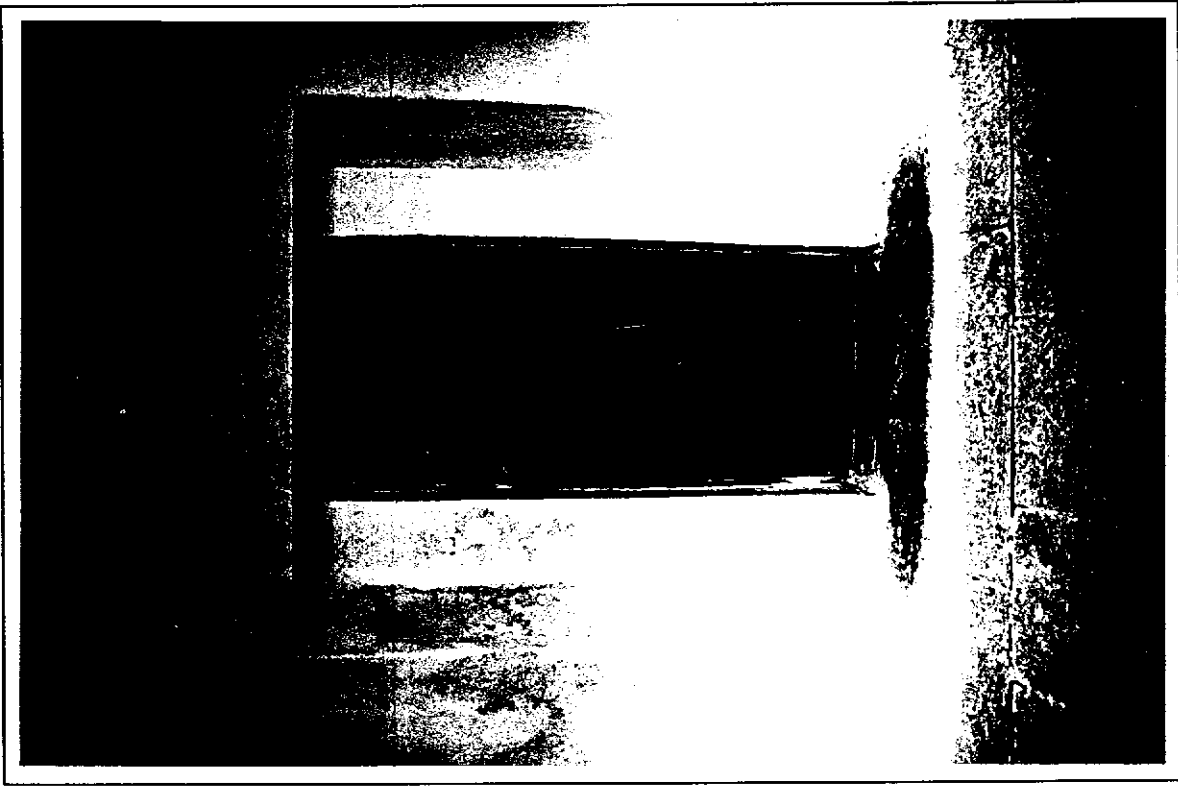


Fig. 4.3 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Claustro nascente. Porta da cozinha ou do calefactório.



Fig. 4.4 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Pátio.
Edifício a sul do mosteiro primitivo.
Porta com janela de arejamento e iluminação.

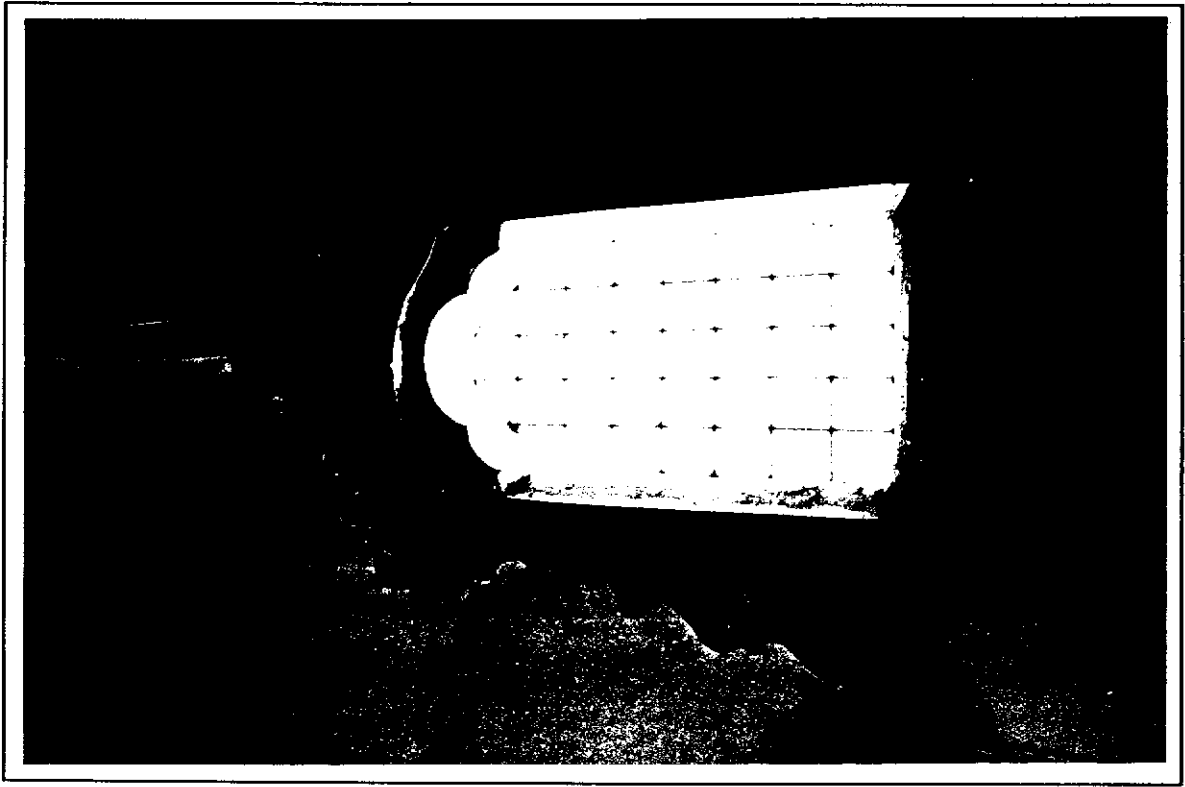


Fig. 4.5 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja.
Janela do alçado sul da nave dos fiéis.

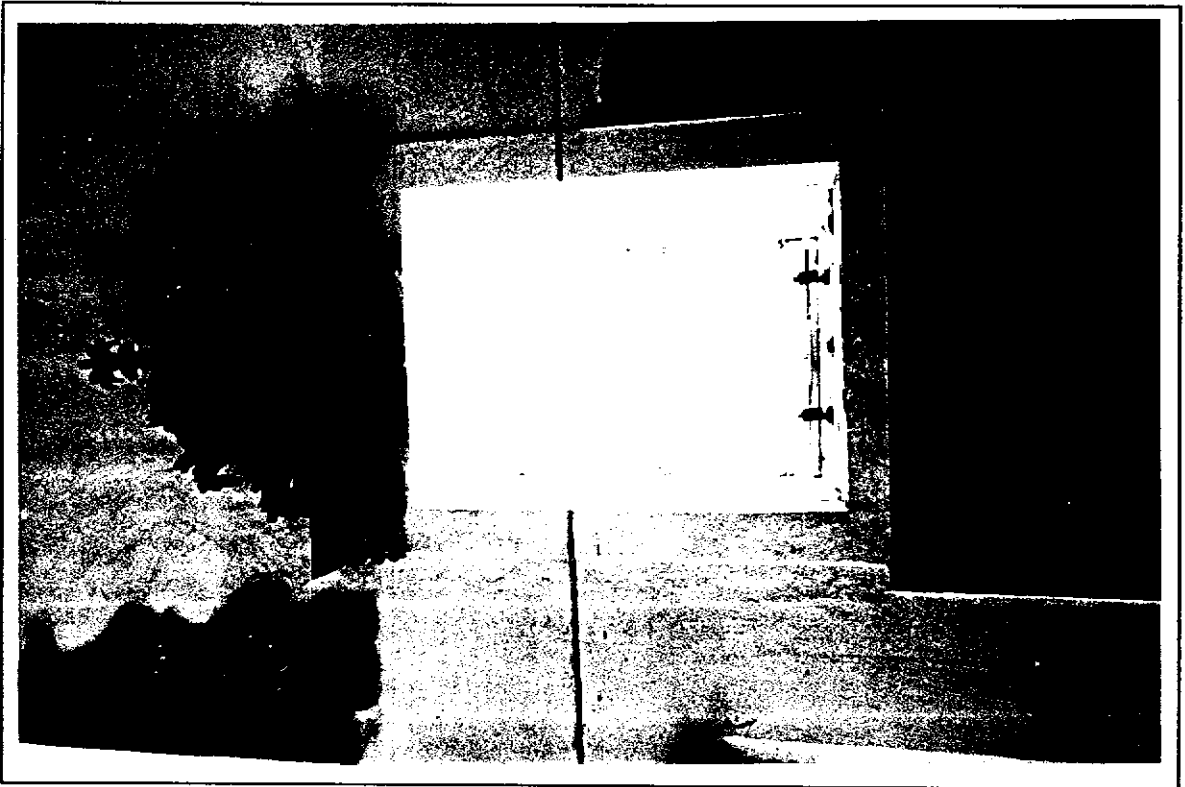


Fig. 4.6 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja.
Janela do alçado sul da nave dos fiéis,
com rasgamento orientador da luz.

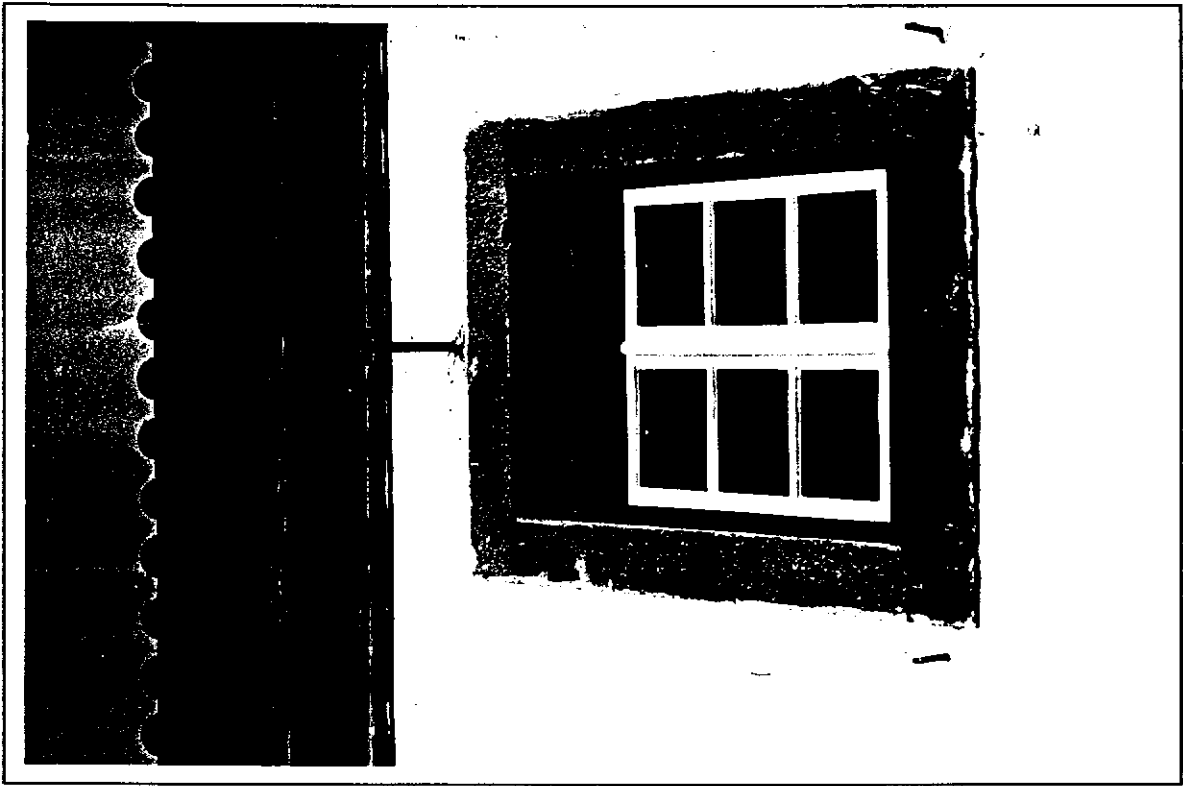


Fig. 4.7 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Casa do confessor. Janela vista do exterior.



Fig. 4.8 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Casa do confessor. Janela vista do interior.

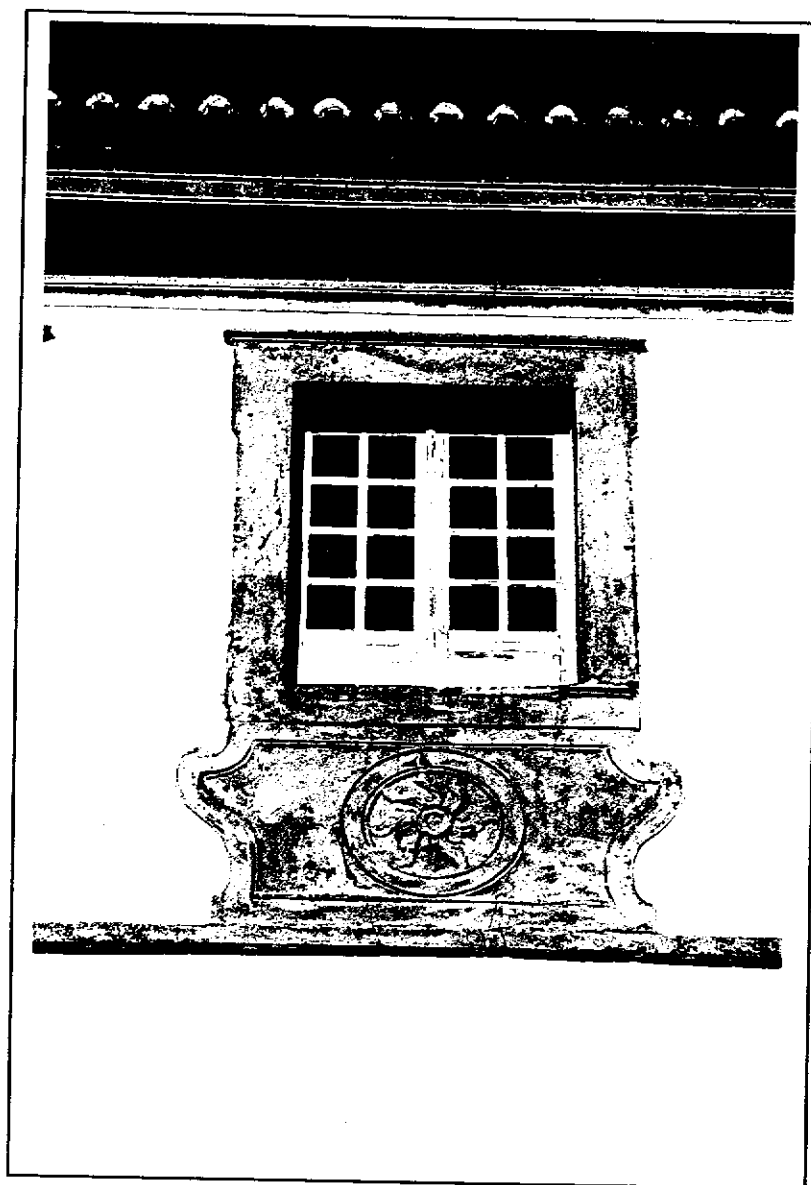


Fig. 4.9 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja.
Janela barroca com trabalho de massa pintado a ocre.



Fig. 4.10 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Salas contíguas à igreja. Pavimento de tijoleira visto de baixo.



Fig. 4.11 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Sala sobre o alpendre do portal da igreja. Pavimento de tijoleira.

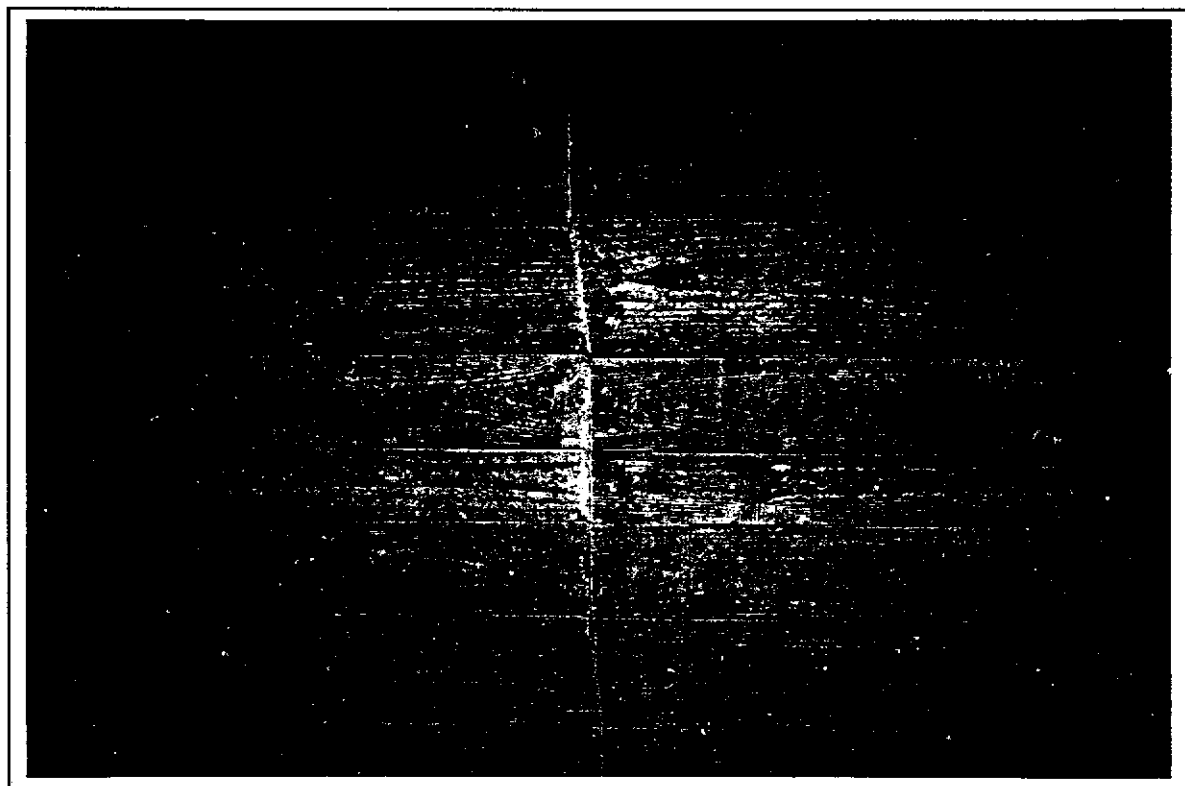


Fig. 4.12 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Igreja. Pavimento do coro alto.



Fig. 4.13 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja. Tecto do coro baixo.

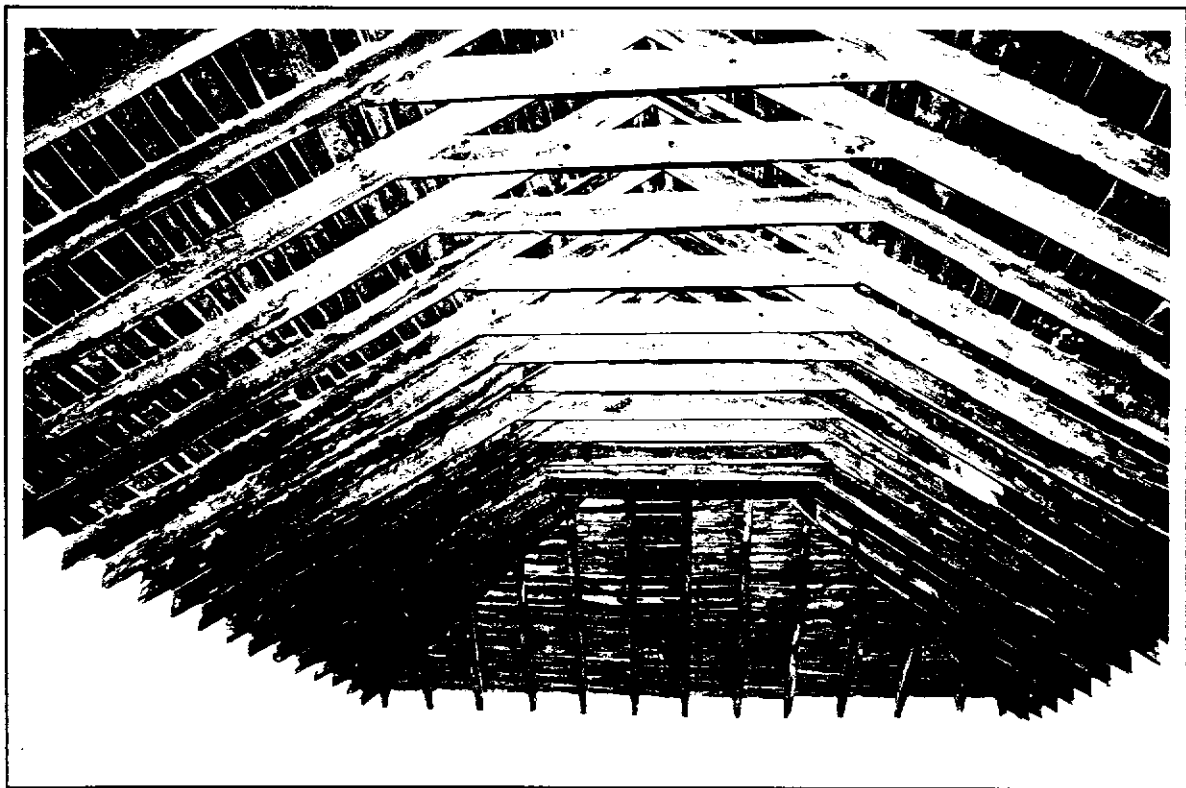


Fig. 4.14 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Tecto da sala sobre o alpendre do portal da igreja, em asna triangular de contralinha.

NOTAS

- (1) *Terraplanagens e Alicerces*, Biblioteca de Instrução Profissional, Livraria Bertrand, Lisboa, 5ª edição, s. d., p. 67.
- (2) Sobre a utilização da palavra *enxalço* nesta acepção e sobre outros termos técnicos ligados a portas e janelas de construção antiga, ver SEGURADO, João Emílio dos Santos - *Alvenaria, Cantaria e Betão*, Biblioteca de Instrução Profissional, Livraria Bertrand, Lisboa, s. d., p. 154 e ss..

Capítulo V

SISTEMA CONSTRUTIVO

Na primeira campanha de obras (1518 -1533) foi construído o claustro nascente com as diversas dependências que o rodeiam (1). O sistema construtivo aqui aplicado, esquecendo as diferenças de estilo arquitectónico e de um ou outro pormenor, é basicamente o mesmo, do séc. XVI ao séc. XVIII. Assim, analisaremos neste capítulo o sistema construtivo primitivo, servindo este de modelo aplicável às restantes edificações abaciais.

Na sua *Apologia*, S. Bernardo faz eco da concepção harmónica agostiniana a que deve obedecer o risco da arquitectura religiosa. Para o grande reformador da Ordem, a casa de Deus e o claustro (*paradisus claustralis*) devem estar construídos à semelhança da Jerusalém Celestial, e oferecer um sabor antecipado da sua harmonia luminosa (2). Esta harmonia traduz-se no desenvolvimento da quadratura, e é essa, de facto, a primeira imagem que retemos quando observamos a planta fundacional (Fig. 3.1). Esta preocupação de ordem geométrica constitui uma busca de perfeição:

- perfeição religiosa (o quadrado é a forma geométrica consagrada na Bíblia);
- perfeição geométrica (4 lados iguais, quatro ângulos internos iguais, de 90 graus);
- perfeição construtiva (do ponto de vista construtivo, os travamentos entre as paredes fazem-se perpendicularmente, resultando um sistema de forças equilibrado e mais resistente).

5.1 Fundações

Não foram feitas sondagens às fundações. No entanto, a simples observação do que elas deixam transparecer acima do nível do terreno, em pontos muito diversos do mosteiro, leva-nos a concluir tratar-se de fundações contínuas com uma espessura maior do que a secção das paredes, constituindo, por vezes, embasamentos (Fig. 5.1).

5.2 Paredes

Todas as paredes são resistentes, de alvenaria de pedra, de espessuras diversas consoante as cargas a suportar, estreitando à medida que sobem (Fig. 5.3).

As paredes mais espessas são as da igreja, já que suportam o peso das abóbadas dos tectos. Pese o facto do arañhço das abóbadas contribuir para uma maior distribuição de cargas, o facto de o arco ser abatido contribui para que as tensões oblíquas sejam importantes, obrigando a uma maior espessura das paredes, a contrafortes e a arcobotantes.

Das paredes da igreja, a mais espessa é a do alçado norte do corpo longitudinal e a que se

liga a esta perpendicularmente, para o transepto norte, com 1,80 m. Numa posição central de toda a construção, este alçado da nave é, digamos, a parede mestra. A parede do alçado sul é menos espessa (1,15 m / 1,19 m), porque beneficia de arcobotantes (Fig. 5.2). O vão entre estas duas paredes é de 8,77 m junto ao transepto. Também as outras paredes que suportam a abóbada do transepto têm espessuras importantes, de 1,23 m a 1,38 m.

As restantes paredes da área em estudo são menos espessas, mas todas elas são resistentes, ou porque constituem os alçados interiores ou exteriores das alas do claustro, ou porque compartimentam estas alas no piso térreo, sustentando o pavimento do piso superior. São paredes que vão de 0,90 m a 1,00 m de espessura.

Os alçados do claustro são ritmados por conjuntos de pilar de granito aparelhado, de secção rectangular chanfrada (de 1,04 m x 0,55 m ou de 0,94 m x 0,55 m, nos cantos) e contraforte (três tramos de cada lado) (Figs. 3.1 e 5.4). Os contrafortes são constituídos por pilares de granito aparelhado que possuem, em média, 0,55 m de largura e uma profundidade que vai dos 0,40 m aos 0,56 m. Ou seja, possuem uma secção rectangular com medidas levemente superiores à largura da parede que reforçam. Servem estes contrafortes para suportar as cargas das abóbadas das galerias inferiores, do pavimento do piso superior e da cobertura das alas. Aos cantos, nas galerias superiores, foram construídos arcos abatidos, na diagonal, que reforçam o travamento ortogonal das paredes do claustro e suportam também a cobertura (Fig. 5.5).

Os encontros das paredes, sobretudo das exteriores, são reforçados com cunhais de granito aparelhado (Fig. 5.10).

Uma nota especial para a parede exterior da ala norte do claustro que estamos a analisar: não possuindo contrafortes ou arcobotantes, ao contrário de todas as outras paredes exteriores dos claustros, optou-se aqui por um embasamento que, conjuntamente com a parede, possui, junto ao solo, 1,02 m de espessura, para atingir, ao nível do pavimento do piso superior, 0,84 m; só depois se adossou a este plano inclinado a coluna de esgotos (Fig. 5.7). O embasamento é suficiente para suportar as cargas vindas dos arcos que suportavam o pavimento do piso superior. Provavelmente, o tecto do piso superior desta ala não possuía abóbada.

5.3 Contrafortes e arcobotantes

Relativamente aos contrafortes e arcobotantes que firmam o alçado sul da nave da igreja e o alpendre fronteiro ao portal, podemos dizer o seguinte sob o ponto de vista do sistema construtivo:

- Para escorar o alpendre fronteiro ao portal da igreja, optou-se por dois gigantes de granito aparelhado (Fig. 5.8) com 1,29 m de largura na base (o nascente) e 1,09 m (o poente). As construções sofrem depois da base um estreitamento de 0,20 m na sua largura. A diferença de espessura entre os dois gigantes poderá explicar-se pelo maior trabalho desempenhado pelo gigante nascente, que suporta o encontro das duas paredes do transepto com o arco sul do alpendre.

- Para desempenhar o maior trabalho de descarga das tensões que se exercem no alçado sul do corpo longitudinal, por via das abóbadas, optou-se por arcobotantes (Fig. 5.2) que possuem cerca de 0,90 m de largura, descansando em botaréis com base de 1,06 m (o poente). Os arcos no seu intradorso são de granito aparelhado, e daí para cima foi construída uma parede de alvenaria de pedra protegida por telhado.

- Na área que estamos a analisar existem ainda contrafortes no escoramento das paredes e abóbada da capela-mor da igreja (Fig. 5.9), e ainda um arcobotante no encontro do alçado norte do corpo longitudinal com o alçado do topo poente (Fig. 5.5 e 5.11).

5.4 Pavimentos

5.4.1 Piso térreo

Igreja: mármore branco e preto aos quadrados com 0,44 m de lado (Fig. 5.6); o pavimento do coro baixo é de ladrilhos cerâmicos brancos e pretos aos quadrados de 0,20 m de lado.

Galerias do claustro: lajes quadradas de granito cinzento de grão miúdo, com 0,50 m de lado (Fig. 5.12). Este pavimento foi colocado em 1955/56 (3). Anteriormente, o pavimento era de simples empedrado de rua (4).

Capítulo das monjas: tijoleira de 0,33 m x 0,165 m; os degraus da bancada estão forrados com a mesma tijoleira, mas quadrada, resultante de corte (Fig. 5.14).

Ala poente, compartimento sul: grandes lajes de granito de forma rectangular; desconhecemos a constituição do pavimento do compartimento norte, uma vez que possui alcatifa colada.

O piso dos restantes compartimentos das alas foi nivelado com argamassa de cimento já no nosso século.

5.4.2 Piso superior

Coro alto: sobrado de pinho com tijoleira nos espaços em que assenta o cadeiral.

Galerias superiores do claustro: piso igual ao térreo, assente no extradorso das abóbadas da galeria inferior. O pavimento das galerias superiores do claustro poente parece-nos ser o primitivo, constituído por lajes de granito alterado de cor amarelada, rectangulares, de dimensões variadas, apresentando desgaste (Fig. 5.13).

Pavimento do piso superior da ala norte: placa de betão que constitui o tecto do piso térreo.

Pavimento do piso superior da ala poente: chão nivelado com argamassa de cimento, assente no extradorso das abóbadas do piso térreo.

5.5 Portas e janelas

Os vãos das portas e janelas primitivas possuem vergas em arco, e geralmente apresentam molduras de granito aparelhado com sobreato em aduelas de soffito de voamento a descansar em enxalços rasgados.

5.6 Escadas

Situam-se sempre aos cantos, na confluência de duas paredes, aproveitando-as estruturalmente (Figs. 5.15 a 5.17).

5.7 Tectos e coberturas

5.7.1 Tectos

Galerias inferiores do claustro: tecto de abóbada de arestas nervuradas, em arcos abatidos (Fig. 5.18).

Galeria superior do claustro: tectos inclinados constituindo o forro em que assentam os telhados; são compostos por um travejamento de madeira de pinho, de secção rectangular (0,15 m x 0,75 m), com as traves levemente molduradas e espaçadas de 0,21 m (Fig. 5.21); o espaço entre as traves é coberto por pranchas de pinho que suportam o ripado em que as telhas (romanas) se fixam.

Igreja e Sala do Capítulo (Figs. 3.7 e 3.20): tectos de abóbada nervurada, utilizando os arcos abatido e ogival.

Todos os outros tectos (piso térreo e superior da ala norte e piso superior da ala de separação dos dois claustros) são de construção recente em laje de betão; o do piso superior da ala norte é constituído por duas lajes inclinadas de betão onde assenta o telhado, o que obriga a múltiplos tirantes (Fig. 5.20).

5.7.2 Coberturas

Todas as coberturas são de reconstrução recente, apresentando telhado inclinado, de duas ou quatro águas, com telha romana assente num sistema de ripado, traves e vigas (Figs. 5.19 e 5.22).

Nos claustros, as quatro coberturas das quatro alas intersectam-se desniveladamente, formando-se rincões onde foram montados algerozes de chapa. Mas ainda persistem, encimando os contrafortes dos cantos dos claustros, as gárgulas que escoavam as águas das coberturas primitivas, votadas hoje a um papel quase só decorativo (Fig. 5.23). Resta dizer, ainda no capítulo das coberturas, que os beirais assentam sobre uma cimalha construída com telha mourisca (Fig. 5.23).

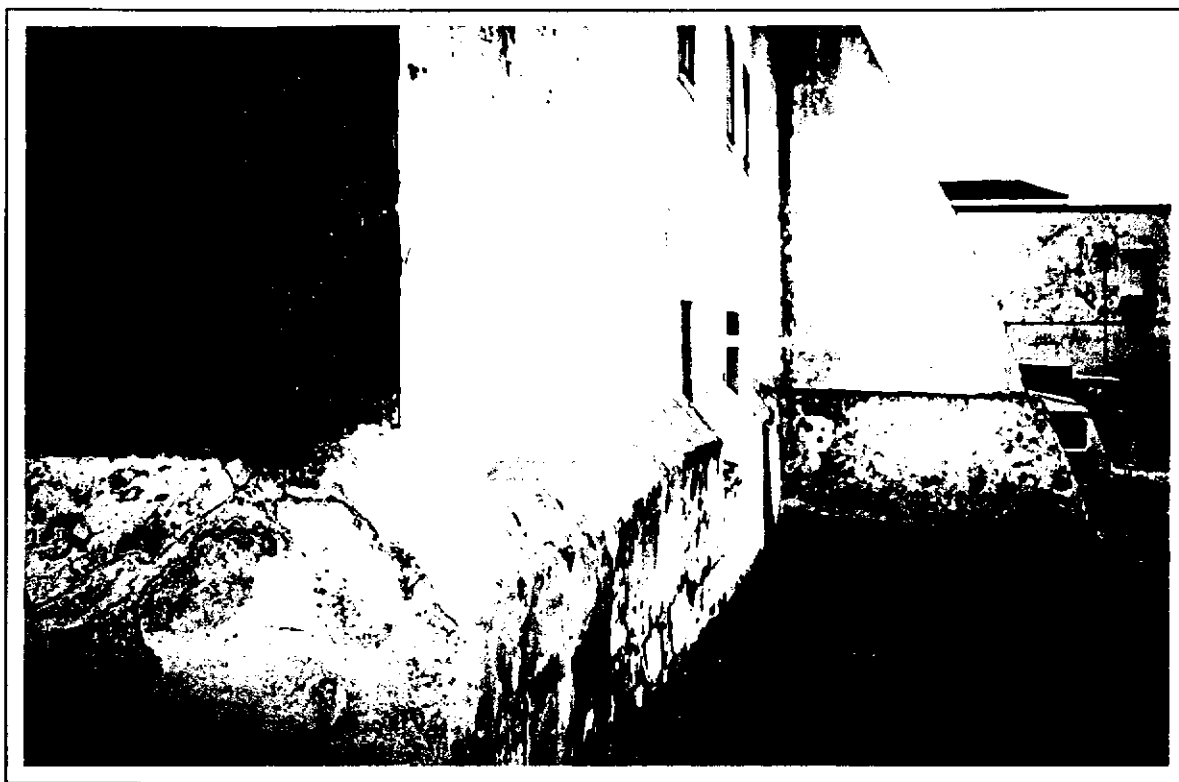


Fig. 5.1 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Sector norte, dormitório novo. Embasamentos.

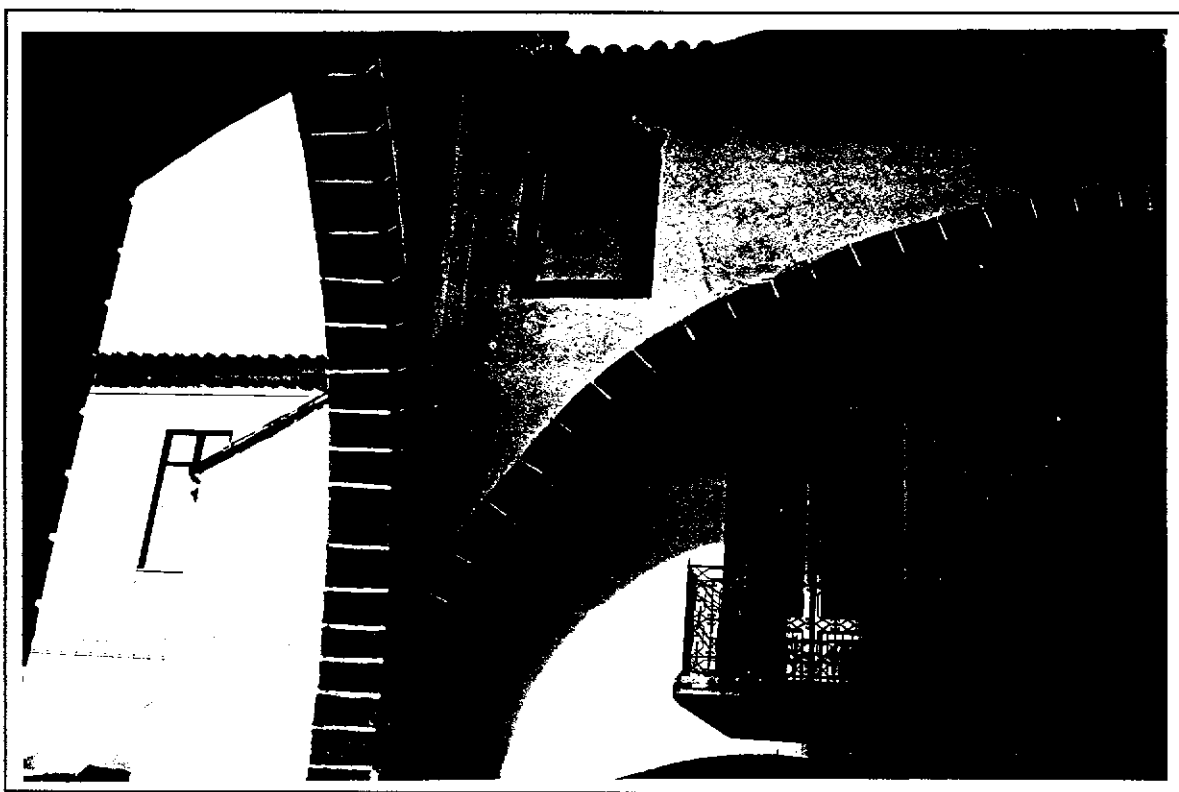


Fig. 5.2 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Arcobotante do alçado sul da igreja.

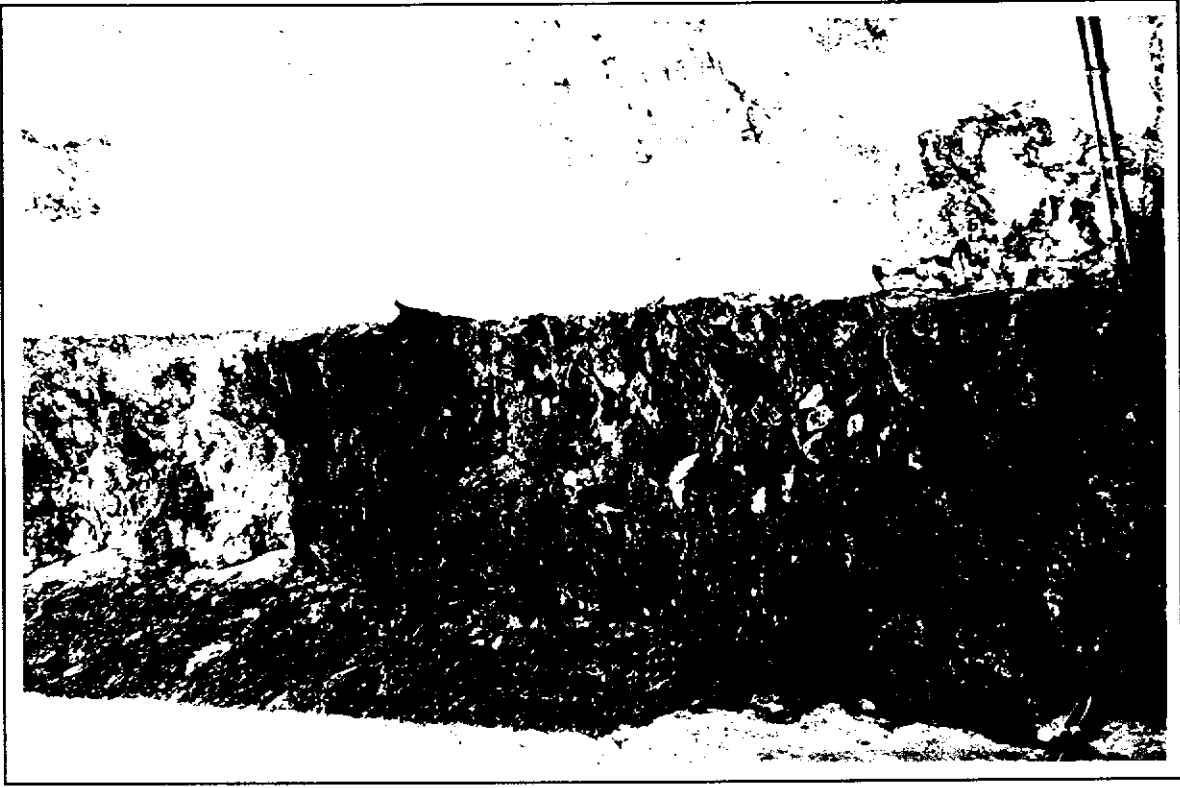


Fig. 5.3 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Sector norte. Resto de parede de alvenaria
ordinária de pedra, estreitando com a altura.

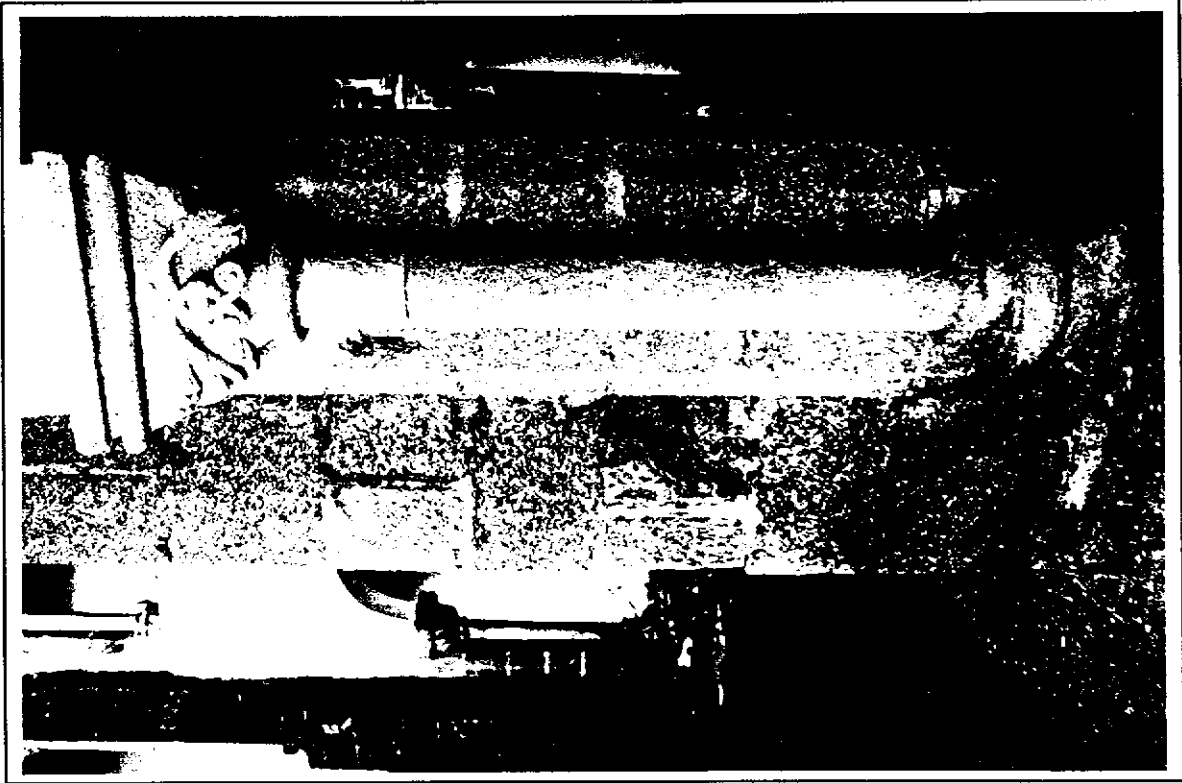


Fig. 5.4 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Claustro nascente. Pilares e contrafortes.

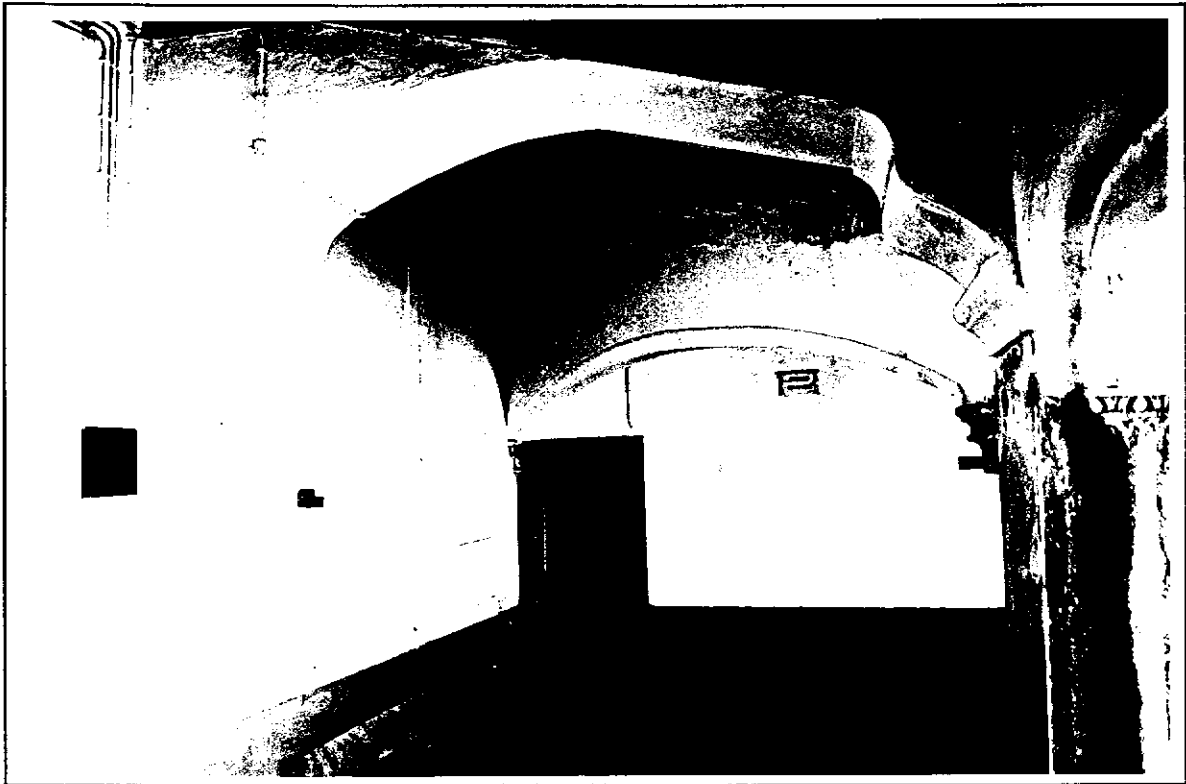


Fig. 5.5 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Claustro nascente. Arco de travamento no encontro dos alçados, em 2º plano. Arcobotante do topo poente da igreja, em 1º plano.



Fig. 5.6 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Pavimento do transepto, em mármore.



Fig. 5.7 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Alçado exterior da ala norte do claustro nascente.
Embasamento e coluna de esgotos.

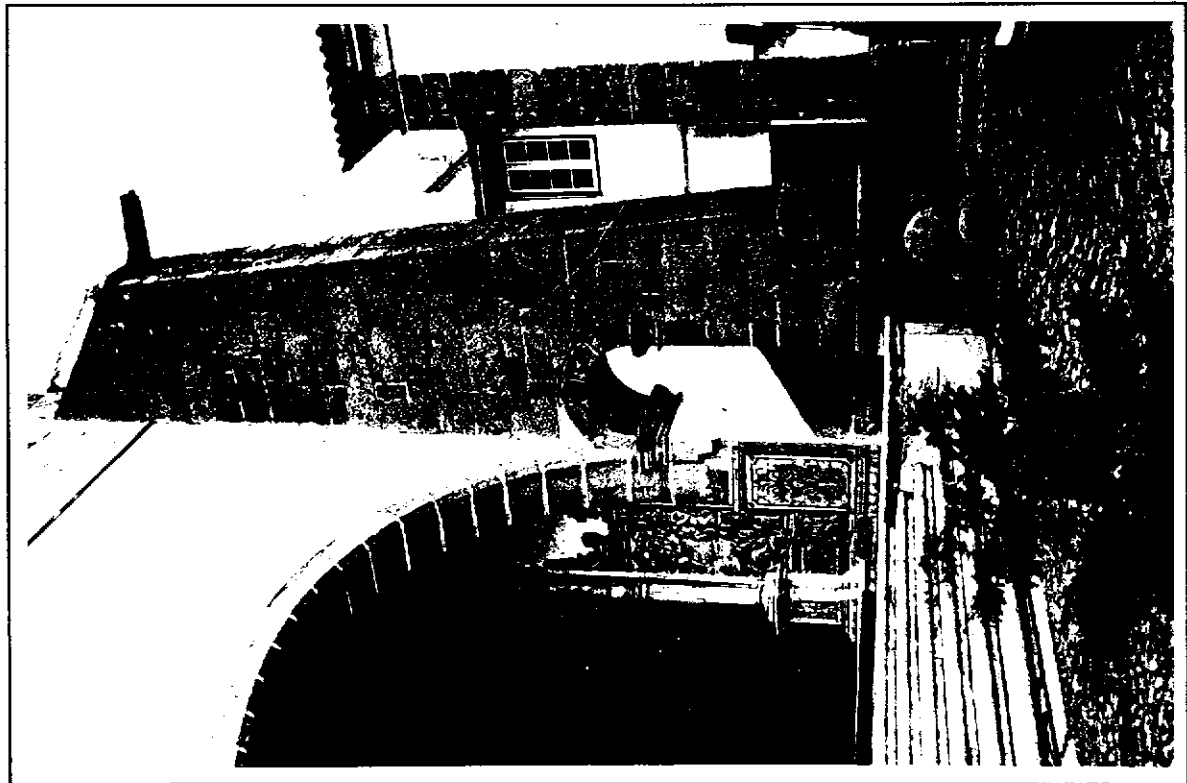


Fig. 5.8 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Gigante que escora o encontro do alpendre
com as paredes do transepto.

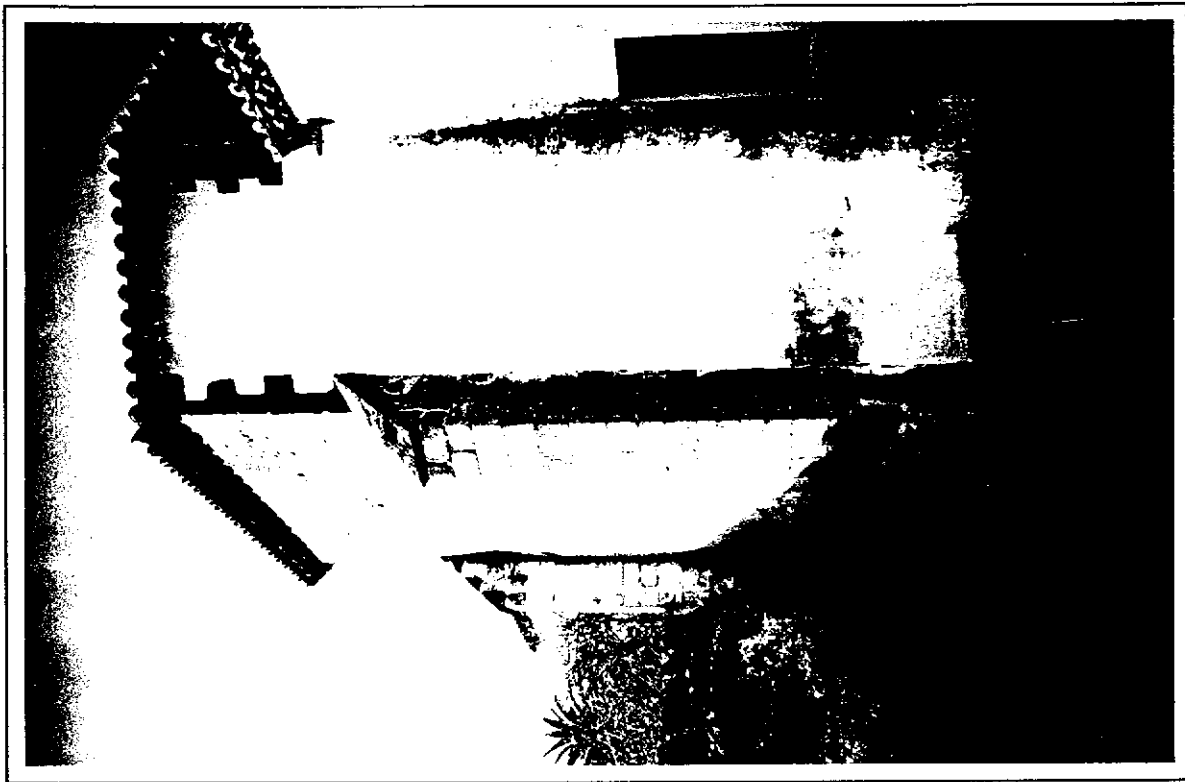


Fig. 5.9 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Contrafortes da capela-mor.



Fig. 5.10 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Sector norte, cunhais de granito aparelhado do dormitório novo.

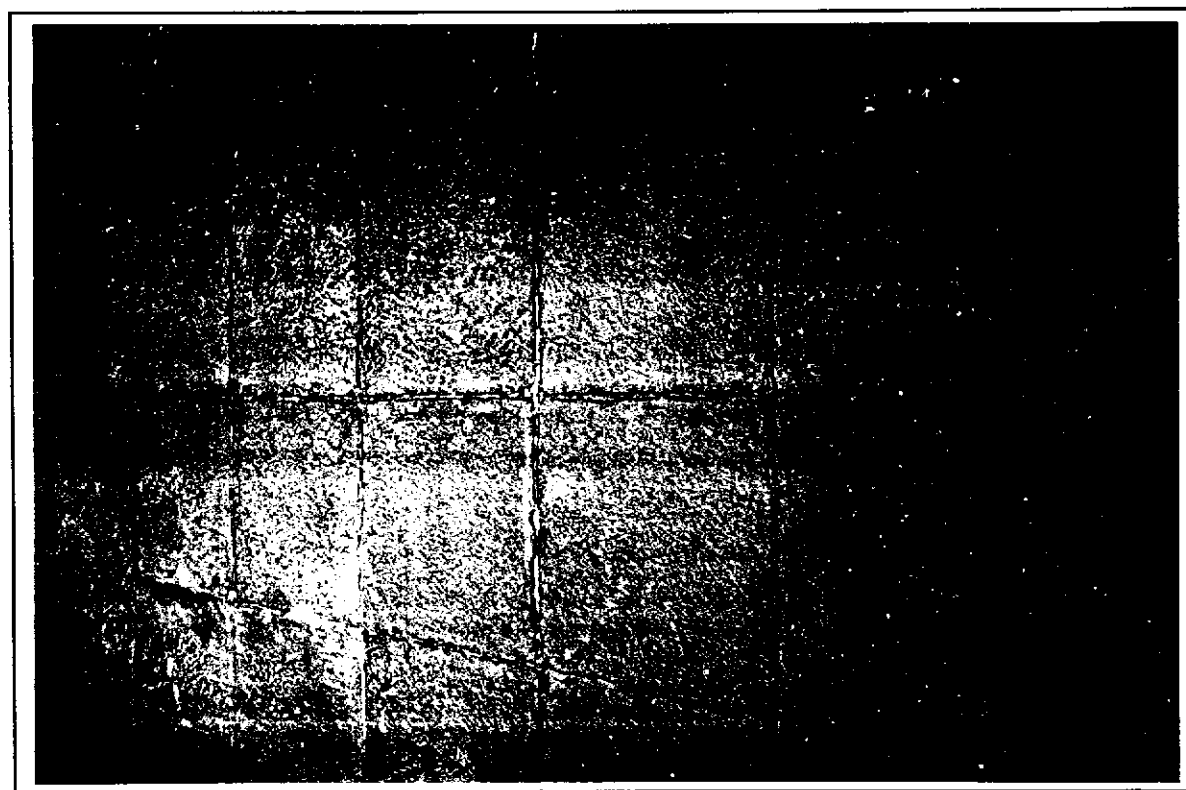


Fig. 5.12 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Claustro nascente. Pavimento da galeria inferior.

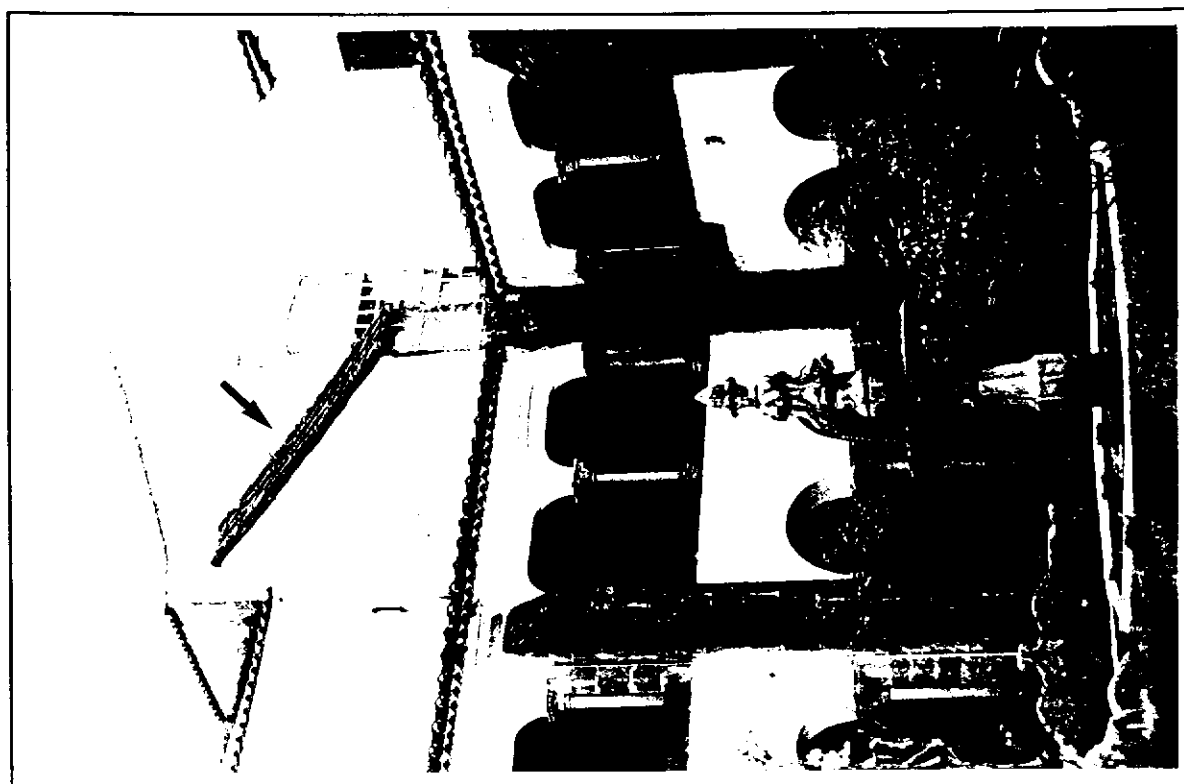


Fig. 5.11 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Claustro poente. Arcobotante no encontro do alçado
norte da igreja com o seu topo poente.

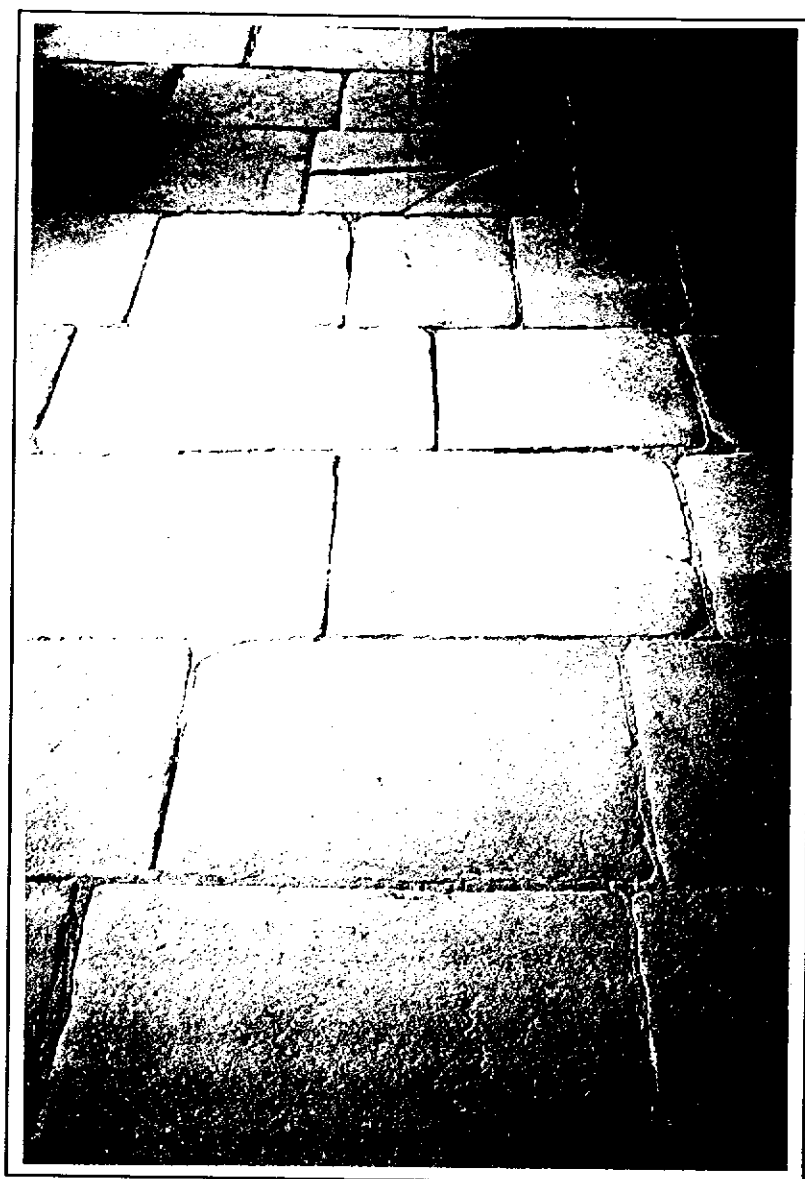


Fig. 5.13 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Claustro poente. Pavimento das galerias superiores.



Fig. 5.14 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Pavimento da sala do capítulo.

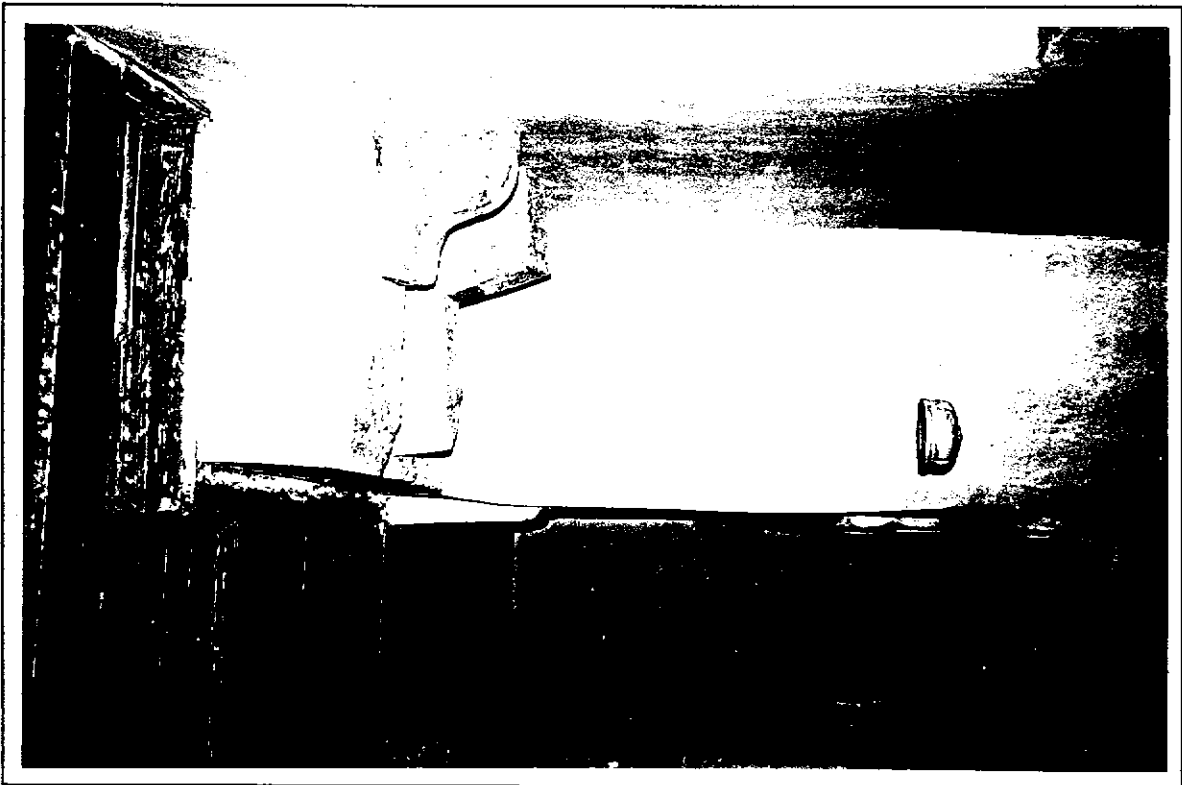


Fig. 5.15 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Igreja. Escada entre os coros.

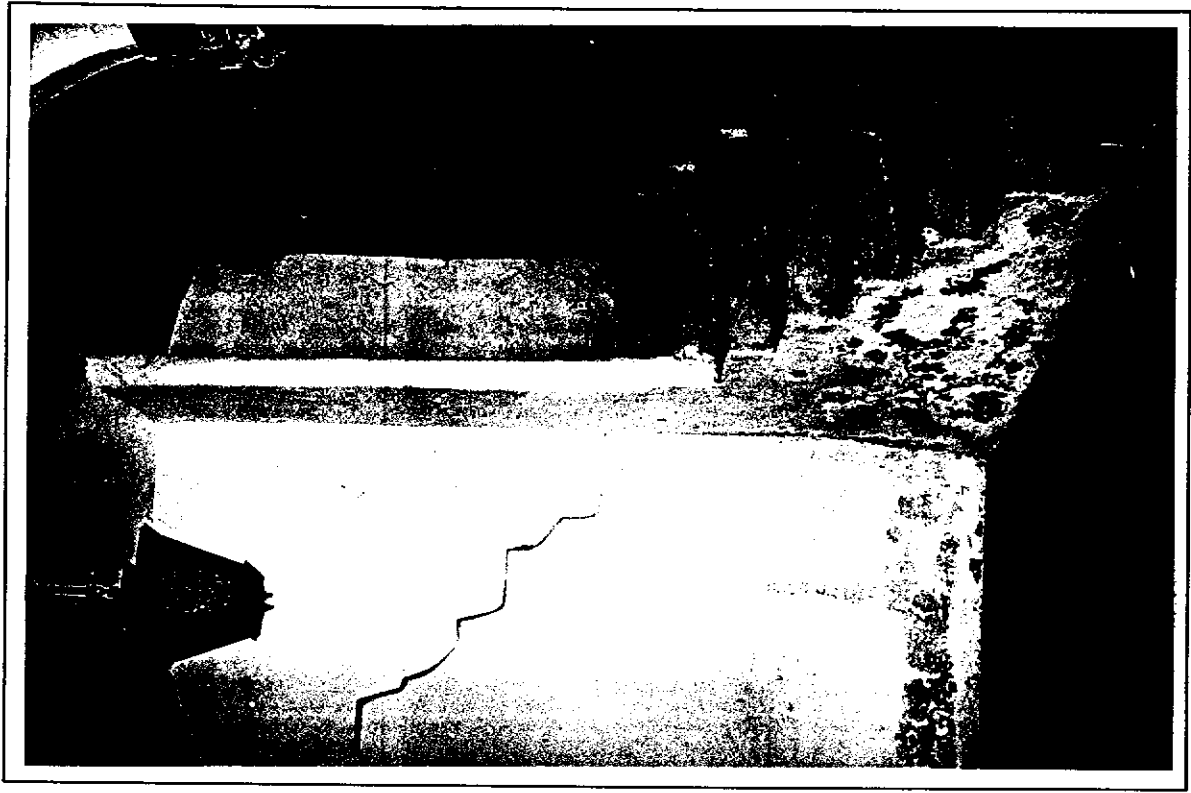


Fig. 5.16 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Claustro nascente. Escada de acesso às galerias superiores.

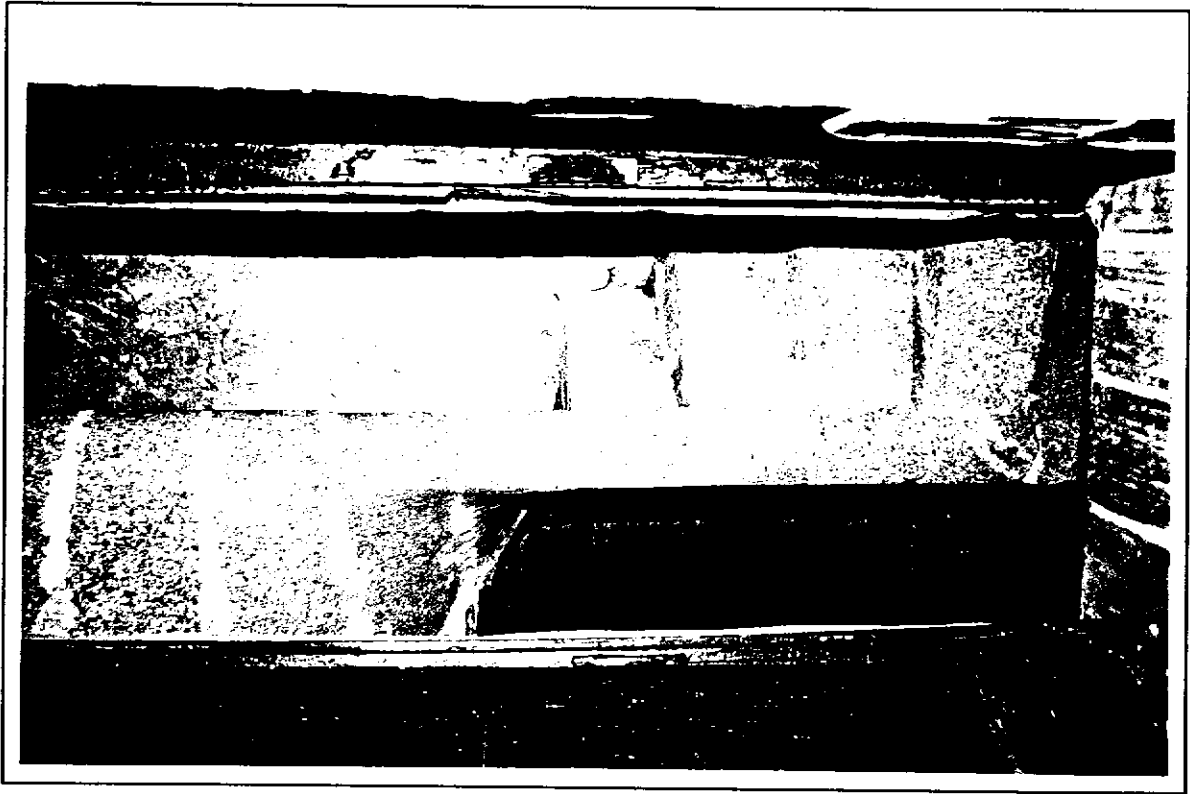


Fig. 5.17 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja.
Escada que do coro alto dá acesso à cobertura.

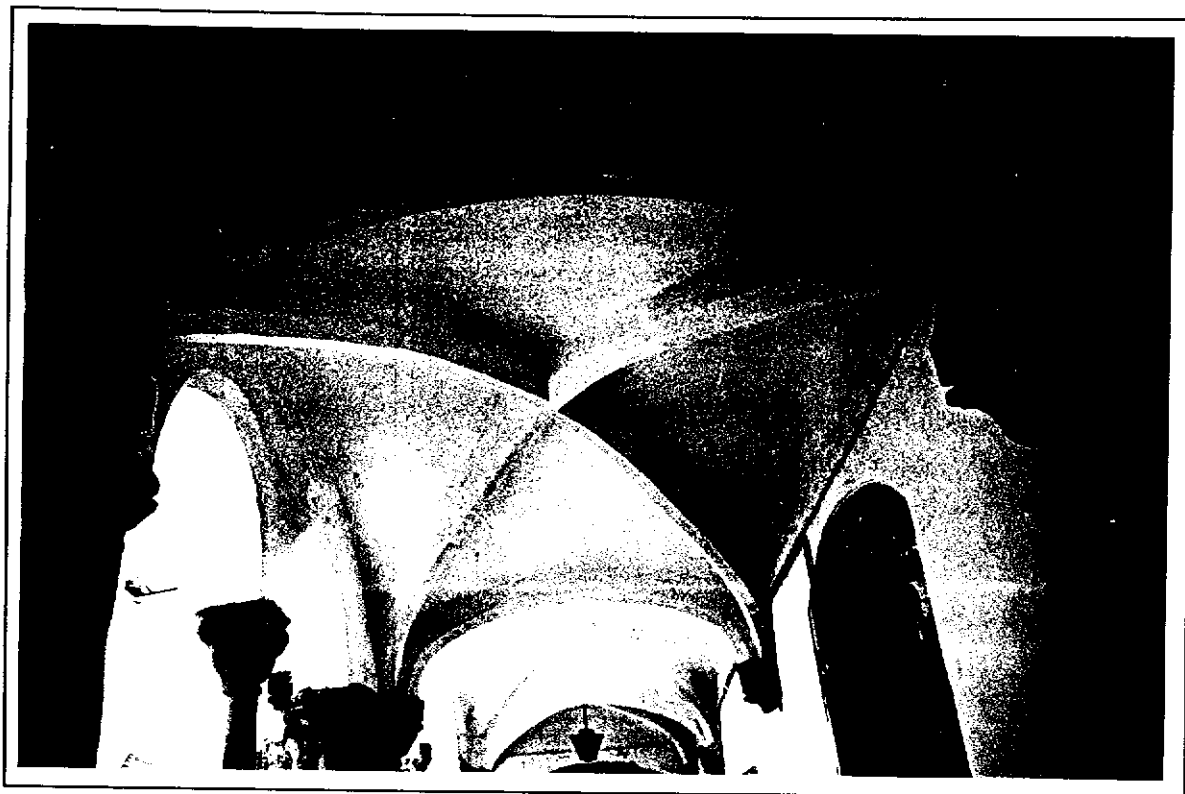


Fig. 5.18 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Claustro nascente. Abóbadas das galerias inferiores.

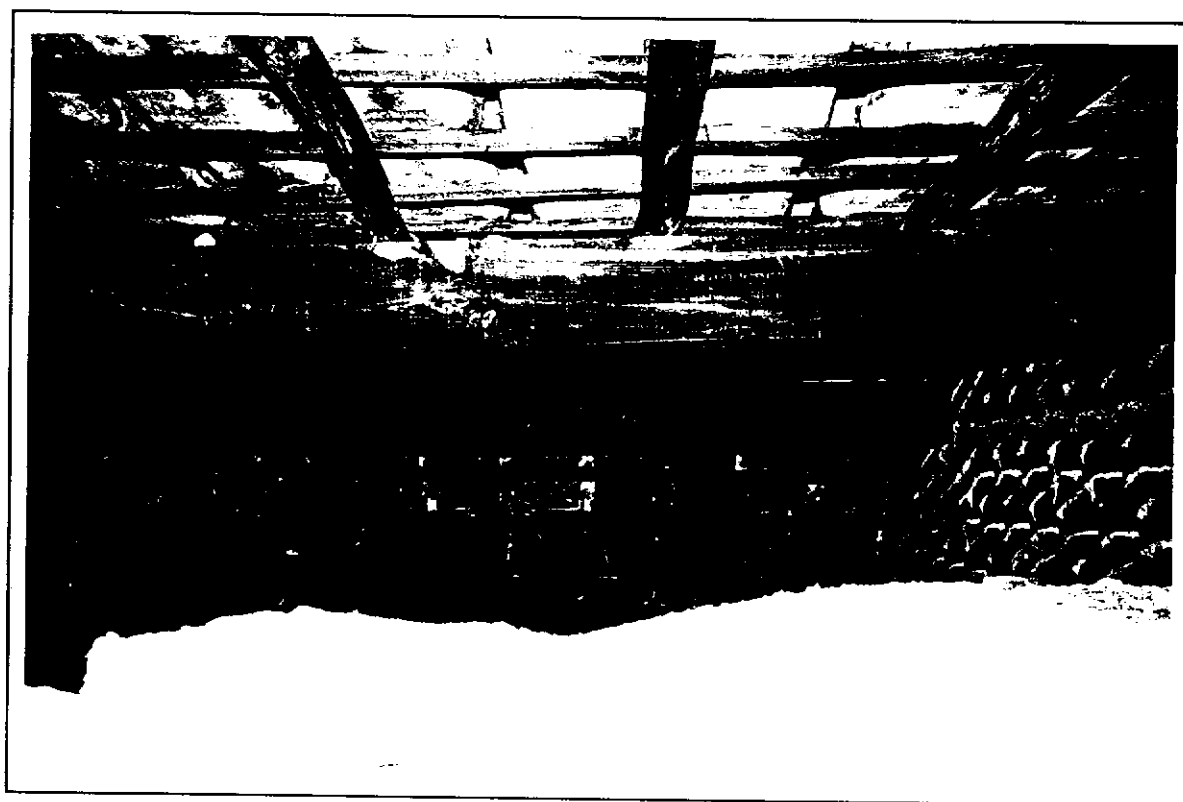


Fig. 5.19 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja. Cobertura.

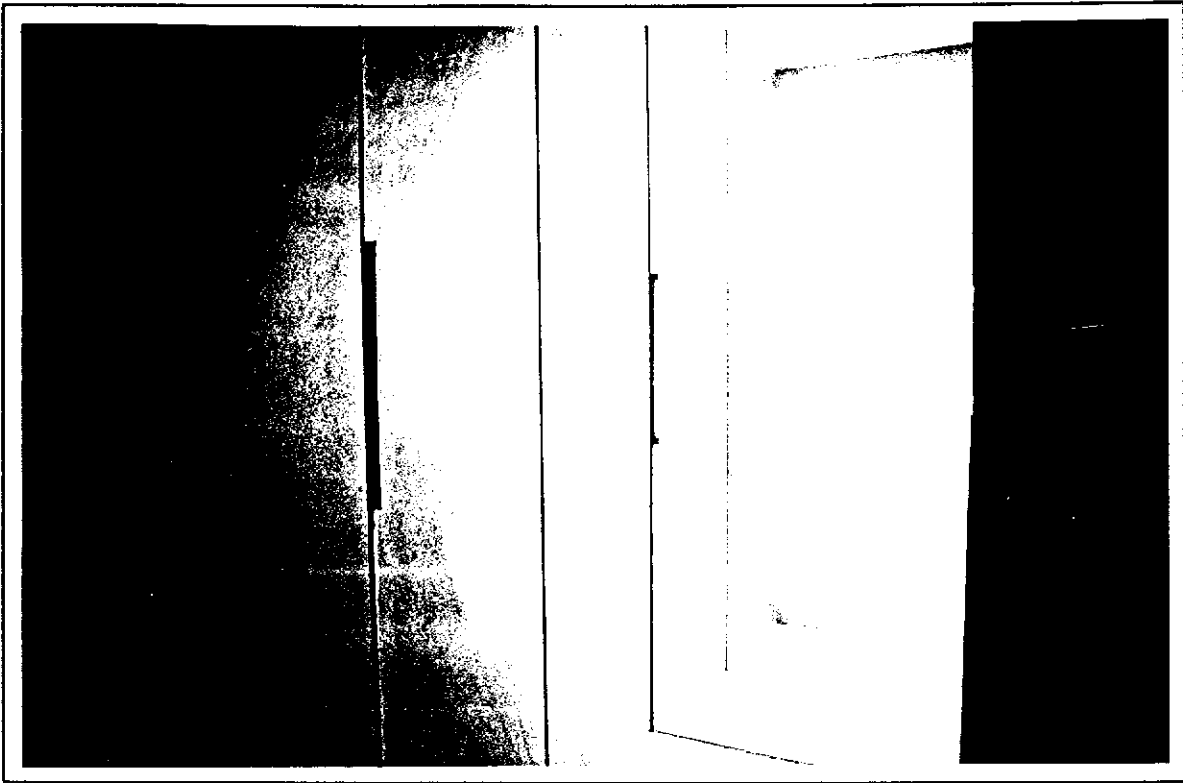


Fig. 5.20 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Claustro nascente. Tecto do piso superior da ala norte.

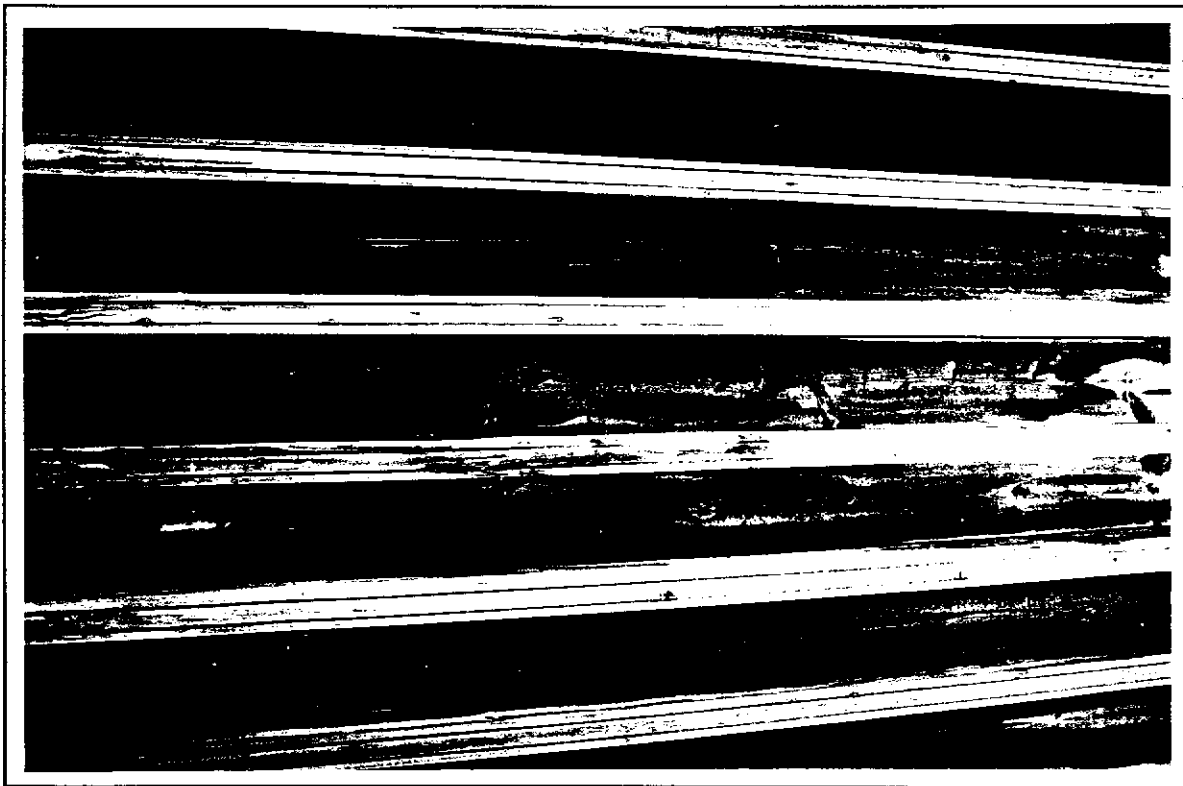


Fig. 5.21 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Claustro poente. Tecto das galerias superiores
(igual no claustro nascente).



Fig. 5.22 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja. Extradorso da abóbada.

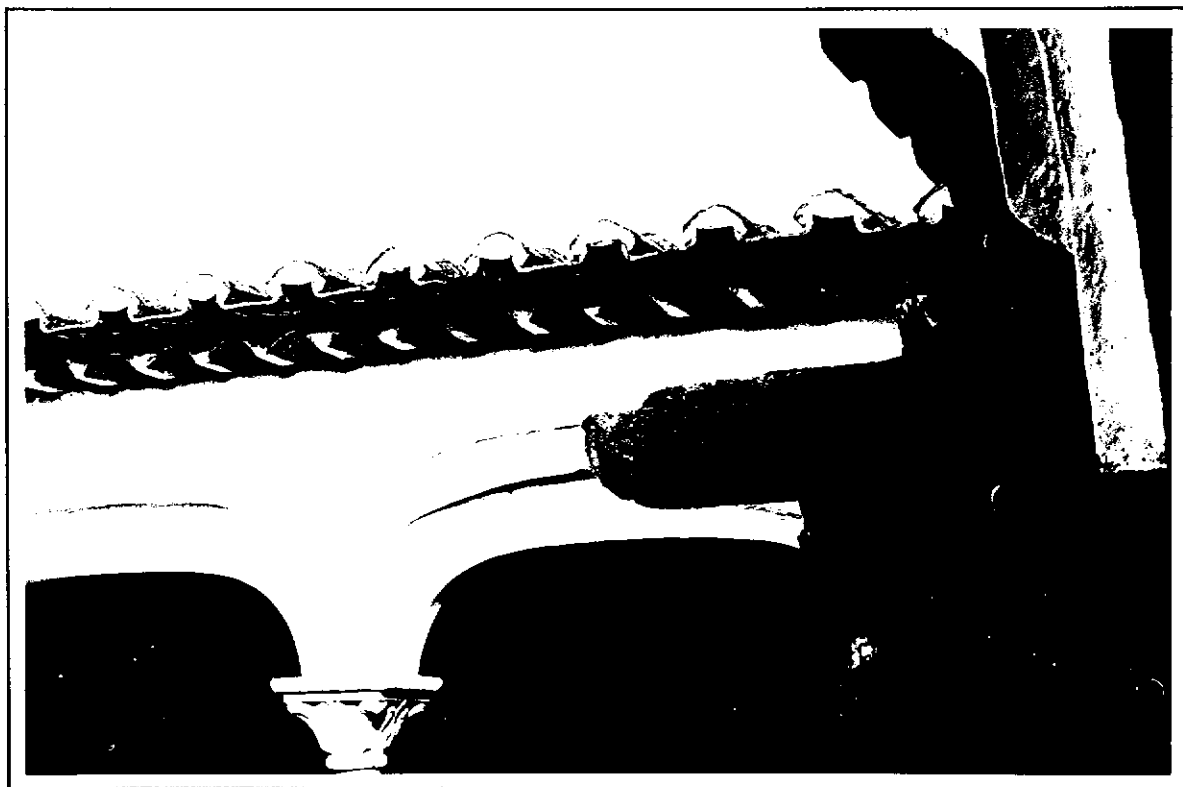


Fig. 5.23 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Claustro nascente. Beiral, cimalha e gárgula.

NOTAS

- (1) BRONSEVAL, Frère Claude de - *Peregrinatio Hispanica 1531 - 1522*, Paris, 1970, p. 582.
- (2) LEKAI, Louis F., *ob. cit.*, pp. 344 e 345.
- (3) Proc.º nº S.12.14.08/003 (Igreja de S. Bernardo de Portalegre), da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Delegação de Évora.
- (4) KEIL, Luís, *ob. cit.*, EST. VI (fotografia central do grupo de baixo), EST. X (fotografia da direita do grupo de baixo) e EST. CLXIX (fotografia da esquerda do grupo central; fotografia central e da direita do grupo de baixo).



Capítulo VI

CRONOLOGIA DAS OBRAS ESPAÇOS E FUNÇÕES

Este é, com certeza, um dos mais importantes e interessantes temas a estudar em qualquer mosteiro. É também o mais difícil, porquanto obriga a um confronto permanente entre as concepções teóricas da arquitectura cisterciense e o objecto de estudo, real, metamorfoseado ao longo dos tempos por sucessivas campanhas de obras dificilmente datáveis.

Aqui e além há marcas sumidas, outras indeléveis, dessas campanhas. Mas a dificuldade é sair do campo das hipóteses, embora fundamentadas teoricamente, para o campo das certezas provadas documentalmente.

Um dos problemas fundamentais com que deparámos foi o desordenado espólio do cartório do mosteiro, hoje no Arquivo Distrital de Portalegre, que levará muitos anos a organizar e a estudar. Outro problema consistiu na dificuldade prática de procedermos a visitas de estudo com a necessária frequência e demora a instalações com acesso muito reservado, o que é compreensível, embora tenha havido sempre a melhor boa vontade por parte do comando do C.I.P. / G.N.R.. Para já não falarmos de trabalhos de natureza arqueológica, tão importantes mas de difícil realização. Então, a metodologia de trabalho não poderia ser outra que não a de compulsarmos os dados de todos os estudos feitos até ao momento, servirmo-nos dos documentos escritos que conseguirmos seleccionar sobre o tema e confrontarmos permanentemente este acervo com a teoria do espaço cisterciense e o objecto de estudo em si. E tudo o que resultar deste trabalho, que se pretende de rigor, deve entender-se, na sua globalidade, como uma interpretação e não mais do que isso.

6.1 Primeira campanha de obras (1518-1533)

1518 é a data aceite por tradição para a fundação do mosteiro (desconhecemos a prova documental). Contudo, o primeiro documento que conhecemos sobre as obras data de 1526. É um alvará régio obrigando os moradores da região a disponibilizarem cal, madeira, tijolo, *oficiais e servidores* (Anexos III). 1533 é o ano em que o mosteiro se filiou no de Claraval.

Não é crível que a visita do abade de Claraval, Edmundo de Saulieu, se tenha realizado, que através dela se tenha consumado a filiação do mosteiro na abadia borgonhesa e recebido nesse mesmo ano confessor, sem que a vida de clausura se tivesse iniciado, pelo menos a partir desse ano.

Bronseval escreve em 1533: (...) *villam nomine Portallegre, inter montes in alto sita. Inter quos etiam est monasterium monialium noviter edificatum in loco dicto Fons de Yra* (...) E mais à frente: (...) *Et quia monasterii loca nom erant omnino (ut premititur) perfectam (sic), erant adhuc introductae moniales paucae, videlicet abbatissa, tres religiosas et quatuor novitiae* (1).

Ou seja, o mosteiro tinha sido recentemente edificado (*noviter edificatum*), ainda não estava concluído [*nom erant omnino (ut premititur) perfectam*], mas já possuía religiosas (*abbatissa, tres religiosos et quatuor novitiae*). Uma delas foi professada em presença do Abade de Claraval e do bispo D. Jorge de Melo. Apesar do mosteiro já ter abadessa desde 1531/32 (D. Branca de Vasconcelos), pensamos que esta visita marca definitivamente o início da vida monacal.

Ora, para que se cumprissem os estatutos, o mosteiro tinha que possuir, já em 1533, um mínimo de dependências que assegurassem não só a clausura como as funções principais do dia a dia das religiosas. Aliás, Bronseval escreve: (...) *Monasterium nondum erat integre constructum, sed elegantissime inceptum claustrum inferius et superius, dormitorium quoque refectorium consummata singulariter* (...) (2).

Temos então a certeza de que em 1533 já estavam construídos os dois pisos do claustro nascente (é essa a nossa interpretação para *claustrum inferius et superius*), com o refeitório e o dormitório. Bronseval não descreve exaustivamente a construção então consumada, já que, em 1530, as dependências referidas e ainda a igreja, a sala do capítulo e algumas oficinas estavam já concluídas (3).

Durante esta primeira campanha de obras, e porque sabemos que D. Jorge de Melo passou a residir em Portalegre na década de 20, o antigo ermitério de S. Brás, no sítio da Provencia ou Vale das Flores, terá servido de instalação provisória do mosteiro. Gusmão (4) refere que na Provencia residia D. Helena de Mesquita, tendo aí lavrado, a 15 de Novembro de 1522, um documento que instituía o morgadio de seus bens a favor de D. António de Melo, seu filho e de D. Jorge, já legitimado nessa altura por D. João III. Sotto Maior (5) refere também que em S. Brás *estiveram recolhidas* [as freiras] *por umas pestes*. Não refere o ano, mas indicia a utilização daquelas instalações como complementares, ou de apoio, ao mosteiro de S. Bernardo.

6.1.1 Estado da obra em 1533 (Figs. 6.1 e 6.2)

a) Piso térreo

O espaço construído inscrevia-se no quadrado formado pela igreja, claustro e suas dependências. A igreja situa-se a sul do claustro, dando a parede norte do corpo longitudinal para o *claustrum da leitura*, com o qual comunicava por uma porta, hoje emparedada, no coro baixo. Também no transepto norte existia uma porta de comunicação com o referido claustro, servindo também de acesso ou de passagem pelo que julgamos ser o *armarium*.

O corpo longitudinal já estaria compartimentado, separando-se os coros da nave dos fiéis pela actual parede com grades. O confessionário, à direita de quem entra no coro baixo, com uma porta de moldura mudéjar, seria também construído nesta fase.

No *claustrum da leitura* encontramos, para além da citada porta no extremo poente, a escada para a galeria superior, no topo nascente. Em 1943 ainda existia o tradicional banco corrido, encostado à parede da igreja, construído em alvenaria (6), servindo de assento às religiosas durante a leitura.

No *claustrum do capítulo* ou *das monjas*, temos, de sul para norte, o *armarium*, a sala do capítulo, o parlatório e a sala das monjas (Fig. 3.19).

A sala do capítulo, de planta ligeiramente trapezoidal, localiza-se, como é habitual, no prolongamento de um dos braços do transepto. A riqueza da sua arquitectura não deixa qualquer dúvida quanto à função que desempenhava. À entrada, a tradicional porta de moldura larga ladeada pelas tradicionais janelas, sendo o tecto de abóbada nervurada. A toda a volta permanece o assento corrido de três degraus, o que enriquece sobremaneira o conjunto.

Relativamente à sala das monjas, a nossa localização é conjectural. O espaço está hoje dividido por duas grossas paredes com passagens, o que lhe retira o desafio característico destas salas, para além de não possuir porta directa para o claustro, o que não é habitual. A passagem teria

Estado da obra em 1533

- 1 - Igreja (v. pormenores na Fig. 3.1)
- 2 - Sacristia
- 3 - Cemitério
- 4 - Claustro nascente
- 5 - Claustro da leitura
- 6 - Porta de acesso ao coro baixo
- 7 - Escada de acesso ao piso superior
- 8 - Armário
- 9 - Claustro das monjas ou do capítulo
- 10 - Sala do capítulo
- 11 - Parlatorio
- 12 - Claustro do refectório
- 13 - Sala das monjas
- 14 - Refectório
- 15 - Lavabo
- 16 - Esgotos
- 17 - Cozinha e calefatório
- 18 - Claustro das conversas
- 19 - Refectório das conversas
- 20 - Portaria
- 21 - Celeiro / oficinas / arrecadações
- 22 - Celeiro / oficinas / arrecadações

Estado da obra em 1550

- 23 - Portaria nova
- 24 - Saleta com acesso ao piso superior
- 25 - Claustro poente
- 26 - Nova sala das monjas

Estado da obra em 1607/8

- 27 - Celeiro / oficinas / arrecadações
- 28 - Capítulo das conversas
- 29 - Refectório novo das monjas



Estado da obra no séc. XVIII

- 30 - Fonte do claustro poente
- 31 e 32 - Casas do confessor e do intendente
- 33 - Túnel de acesso à horta e à tapada
- 34 - Nártice
- 35 - Fonte de Neptuno
- 36 - Porta do pátio
- 37 - Cerca
- 38 - Torre sineira e do relógio

Fig. 6.1 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Planta do 1º pavimento (1916).
Estudo espaço-função.

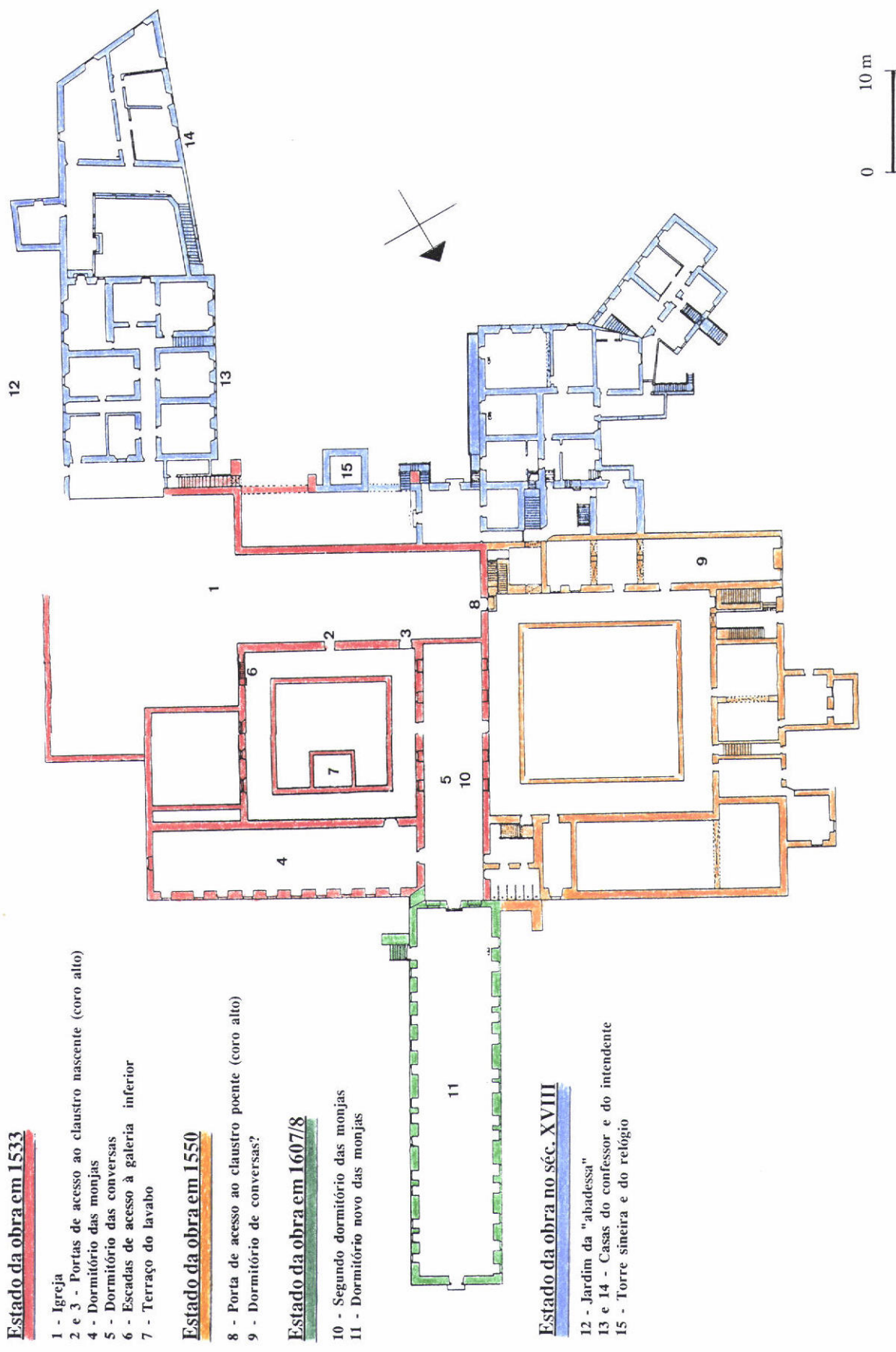


Fig. 6.2 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Planta do 2º pavimento (1916).
Estudo espaço-função.

que fazer-se pelo refeitório, se a actual compartimentação fosse a primitiva, do que duvidamos.

Se optássemos por considerar um só refeitório para monjas e conversas, poderíamos destinar aquele espaço para cozinha, e a sala das monjas teria lugar onde indicamos o refeitório das conversas. Mas teoricamente esta disposição não estaria correcta, uma vez que, junto à portaria e ao *claustro das conversas*, o espaço não se coaduna com o estatuto das monjas.

No *claustro do refeitório* situava-se, de nascente para poente, o refeitório das monjas, com lavabo fronteiro à porta de entrada (Fig. 3.16), e a cozinha, talvez com o calefactório interligado. Como sabemos, esta relação espacial entre o lavabo e o refeitório é constante em todas as plantas cistercienses.

Sendo o refeitório e a sala do capítulo, por norma, as divisões mais amplas e formosas das abadias desta Ordem, salta à vista a rudeza construtiva deste refeitório, que hoje apresenta um tecto liso sustentado por dois arcos grosseiros de tijolo burro, transversais e paralelos. Talvez que estes arcos sejam mesmo de origem, encimando hoje paredes que cresceram até acima, para dividir aquele espaço em arrecadações. Temos notícia da construção de dormitório(s) e refeitório(s) novos no final do séc. XVI, talvez entre os anos de 1587 e 1590 (7), e daí a explicação para o destino menos nobre daquele espaço.

É interessante verificar que a rede de esgotos que servia toda esta ala (cozinha, refeitório e dormitório das monjas, no piso superior) ainda se mantém, pelo menos na sua maior parte. Situa-se ao longo da parede exterior, aparentando contrafortes, e corre de nascente para poente (Fig. 5.7). A água corria numa caleira situada na base, arrastando os detritos. Neste esgoto afluíam também as águas correntes do lavabo, as pluviais que caíam no jardim e as águas de limpeza dos claustros.

No *claustro das conversas*, e de norte para sul, localizar-se-ia o refeitório das conversas, a portaria, o celeiro e as oficinas.

b) Piso superior

No piso superior da ala do refeitório, situar-se-ia o dormitório das monjas, e sobre o celeiro e oficinas, o das conversas. Na galeria superior da ala sul, duas portas, hoje emparedadas, comunicavam com o coro alto, por sua vez ligado ao coro baixo através de escada. No topo nascente, uma escada dá acesso à galeria inferior.

O acesso das monjas à igreja far-se-ia, de dia, pela porta que liga o *claustro da leitura* ao coro baixo; de noite, as monjas entrariam para o coro alto pelas portas da galeria superior e poderiam descer ao coro baixo.

Referem os Estatutos que:

Hordenamos que em todas as festas de santa maria pela crasta se fação proçissões solemnes (...) E em ha entrada da igreja a antifaã (...) (8)

Depois de tomada qualquer conuentual refeição vão todas ordenadamente e com deuação aa igreja cantando as costumadas graças (...) (9)

E mandamos a prioresa e sobprioresa que como acabarem a completa logo abbadesa tome agoa benta e todas em proçisam se recolhão pela escada que vai do coro para o dormitorio (...) (10)

Ordenamos que sempre tenham h~ua alampada que estee açesa toda a noite no dormitorio na porta por onde deçem para o coro e a outra por onde deçem para crasta (...) (11)

Interpretação:

1. Havia uma porta que fazia comunicar os claustros com a igreja. Pensamos tratar-se quer da porta situada no *claustro das monjas*, quer da que se situa no *claustro da leitura*.

2. A escada que vai do coro (necessariamente o baixo) para o dormitório, é a que liga os dois coros, completando-se o acesso aos dormitórios pelas portas que vão do coro alto para as galerias superiores.

3. A porta *por onde deçem para o coro* será a que acabámos de referir, e a *outra por onde deçem para crasta* é a porta que dá acesso às escadas que vão da galeria superior para o claustro de leitura.

A falta de documentação que estabeleça a utilização litúrgica destes acessos durante a jornada religiosa torna impossível falarmos com segurança sobre o tema. No entanto, pensamos que à noite os acessos seriam diferentes dos utilizados de dia, até porque de dia as religiosas não podiam permanecer no piso superior. O dia a dia no mosteiro desenrolava-se entre ofícios religiosos, trabalho manual, leitura espiritual, reuniões capitulares, alimentação e repouso. Até à introdução do relógio de pêndulo no séc. XVIII, era o astro rei que regulava o horário das diversas tarefas, cabendo à sacristã dar o sinal das horas através do sino. Ampulhetas, clepsidras e até relógios com mecanismo de mola poderiam acompanhar os relógios de sol na medição do tempo. Os Estatutos falam na obrigatoriedade de existência dum relógio *para que dee as oras e saibão as religiosas as oras que ham de hir aos ofiços diuinos* (12). Segundo Lekai, no período medieval o dia das religiosas decorria entre o Levantar (1.45 h ou 1.20 h, conforme se estivesse no verão ou no inverno) e o Deitar (20 h ou 16.30 h, conforme também aquelas estações do ano) (13).

O horário das conversas era diferente. Segundo a tradição, levantavam-se depois das matinas e trabalhavam quase todo o dia, servindo as monjas. Apenas aos domingos e dias de festa participavam nalguns ofícios religiosos das monjas.

Nesta hipotética planta funcional de 1533, não falámos em capítulo das conversas nem em sala das conversas. Pensamos que o assegurar das funções principais não beneficiaria estas religiosas serviçais. Bronseval nem fala delas em 1533. Pensamos até que o refeitório poderia ter sido comum nos primeiros anos de vida do mosteiro.

Relativamente à sacristia, a que hoje se nos depara é de traça posterior. Talvez tivesse substituído uma anterior, no mesmo local. A enfermaria, o cemitério e o horto situar-se-iam nos terrenos a nascente da cabeceira da igreja.

Falta-nos ainda referir uma infraestrutura imprescindível ao funcionamento do mosteiro: a canalização de água das nascentes. Esta água era previamente armazenada em ponto alto, para posterior utilização controlada. Afastada 45 metros para nordeste, em ponto elevado, situa-se uma pequena casa com entrada em arco semicircular, que servia este armazenamento (Fig. 6.3), tendo também o aspecto duma área de lazer do mosteiro, do tipo *casa de fresco*. No seu interior ainda podemos observar uma bica, na parede nascente, um tanque de mármore lavrado para onde a bica corria, e o escoadouro deste tanque, que poderia abastecer um depósito subterrâneo (hipótese que não podemos confirmar). Frente à casa existe um tanque que recolhia as águas sobejantes da mãe-d'água, aumentando a capacidade de armazenamento. A água protegida das poeiras, da mãe-d'água, serviria o lavabo, enquanto que a do tanque, ao ar livre, seria utilizada preferencialmente para a caleira dos esgotos. A mãe-d'água era abastecida por captações de poços e contraminas, situadas na encosta, a nascente, exteriores à actual cerca (Anexos XIV - XVI). Entre a mãe-d'água e o mosteiro existe ainda uma caixa de visita. Como os esgotos do dormitório e da cozinha se situam a montante relativamente ao lavabo, teria que haver necessariamente duas canalizações distintas que descarregavam depois para o mesmo esgoto. A rede hidráulica (Fig. 6.5) não foi comprovada arqueologicamente. É uma mera hipótese, apesar de fundamentada.

Finalmente, será interessante levantar a questão sobre a localização da *fonte deyra* que deu nome ao topónimo do lugar. Diz a apostilha já referida que autorizou a construção da cerca (Anexos II):

(...) posão çassar de parede a dita fonte deyra e chão que está abaixo della (...)

Pelo texto supracitado não poderia ser a fonte que agora está no centro do grande pátio de entrada do mosteiro, já que esta não possuía aquele *chão que está abaixo della*, em extensão significativa. Mais razoável será localizá-la exactamente onde agora está a mãe-d'água, até porque aqui receberia a água das nascentes mais importantes. Num documento a que nos referiremos mais demoradamente ao estudarmos a localização da *tapada das freiras*, veremos que esta hipótese faz todo o sentido: Fontedeira era o topónimo da tapada que o mosteiro possuía a nascente.

6.2 Segunda campanha de obras (1533-1550)

Por conveniência de estudo, faseamos a construção do mosteiro. No entanto, as obras podem não ter sido interrompidas. Note-se que para o mesmo ano em que marcámos o termo da primeira fase das obras (1533), existe um traslado dum alvará de D. João III pedindo aos moradores da Serra de Portalegre que façam donativos em pedra, cal e madeira (Anexos III). Inclusivamente, nada nos diz que a hipotética planta de 1533 não possuísse já algumas alas do novo claustro, o poente.

O que sabemos com segurança é que o belíssimo portal da igreja foi concluído em 1538 (14), que o túmulo de D. Jorge de Melo foi iniciado em 1540 (15), que em 1547 se construiu a nova portaria (16), e que em 1549 D. João III autoriza, em apostilha ao documento de concessão do terreno, a construção da cerca (Anexos II).

Este último documento expressa claramente a razão por que o rei fez aquela autorização:

E ey por bem por quanto o dito bispo fez o dicto moesteiro, que a abbadessa e freyras delle posão çassar de parede (...)

Considera-se então que o mosteiro estava concluído em 1549. E já que o seu fundador cumprira o prometido, então ele, rei (D. João III), autorizava a vedação da construção com seu espaço vital.

Calculando então um ano para a construção da cerca, determinámos as novas balizas temporais em que decorreu a segunda campanha de obras (1533-1550).

6.2.1 Estado da obra em 1550 (Figs. 6.1 e 6.2)

Da construção da nova portaria decorre uma ilação: o novo claustro, ainda que não estivesse concluído, já enclausurava o espaço onde a vida religiosa poderia transcorrer. A antiga portaria passaria a funcionar como uma simples passagem entre os dois claustros.

Tentemos a descrição dos novos espaços e suas funções.

a) Piso térreo

Na arquitrave da nova portaria (Fig. 3.24) lê-se a data de 1547. Franqueada a porta, entra-se numa pequena sala de abóbada nervurada, com o brasão dos Melos ao centro. E desta se passa para um pequeno átrio, também de abóbada nervurada, antes de se entrar no claustro.

Ainda na mesma ala da portaria, existem outras sete divisões no seu enfiamento este/oeste, interligando-se algumas através de arcos. A sala maior poderá ter sido uma sala de trabalho das conversas, mas é difícil apontar funções, sobretudo porque existem dois claustros.

O mesmo diremos relativamente à ala poente, hoje completamente alterada. Por seu turno, a ala norte, demolida já no nosso século, possuía um salão amplo precedido de antecâmara, com a qual comunicava através de um grande arco. Que função para esta sala que é a maior do piso térreo

do mosteiro, com pé direito duplo?

Sabemos que as maiores salas dos mosteiros cistercienses, quer masculinos quer femininos, eram os refeitórios, as salas de trabalho e os dormitórios. Afastada esta última hipótese, porque as religiosas dormiam sempre nos pisos superiores, qualquer das restantes pode ser a verdadeira, inclinando-nos mais para a sala de trabalho, uma vez que para ser refeitório deveria possuir cozinha interligada, o que parece não acontecer. Do que ainda resta da demolição ficaram dois arranques de abóbada, em pedra aparelhada, o que indicia uma função nobre para aquele espaço.

b) Piso superior

A ala sul apresenta uma sala ampla dividida por arcos e quatro salas pequenas. A ala poente possui dois compartimentos e três escadas de acesso. Estas alas apresentam a mesma dificuldade de identificação funcional já referida para o piso térreo. Na ala norte, encontramos a mesma sala de pé direito duplo.

6.3 Terceira campanha de obras (1587-1607/8)

a) Piso térreo

Existe um precioso excerto do Tratado da Cidade de Portalegre que nos fornece elementos importantes sobre campanhas de obras neste período:

Depois dela, foi eleita em abadessa Isabel Tavares, natural do Sabugal, do bispado da Guarda, muito honrada religiosa, que governou seu triano muito santamente e com muita consolação das religiosas. Deu ordem a se fazer a cerca nova que hoje parece, pera ficar cercado o dormitório novo que fez a senhora Dona Francisca da Silva, a primeira abadessa trianal, como fica dito atrás (17).

Em primeiro lugar, ficamos a saber que Dona Francisca da Silva mandou construir um dormitório novo. Contudo, não sabemos em que triênio: se no de (1587-1590), se no de (1598/99 - 1601/2), uma vez que esta abadessa governou por duas vezes (18). Por outro lado, a imprecisão deste segundo mandato deve-se ao facto de a abadessa Dona Ana da Silva ter morrido antes de terminar o seu triênio (19), decorrido a partir do ano de 1593. No seu estudo, Sotto Maior também não refere em que ano morreu esta abadessa. Por hipótese escolhemos o penúltimo e o último ano do seu mandato.

Em segundo lugar, ficamos a saber que entre os anos de 1604/5 e os de 1607/8 a abadessa Dona Isabel Tavares mandou levantar uma cerca nova para envolver o novo dormitório (estas datas foram calculadas pela sucessão trienal em que as abadessas governavam, cf. nota 34 do Capítulo I).

Escolhamos então estas balizas temporais (1587-1607/8), dado que neste período de 20/21 anos temos a certeza de ter sido construído um dormitório novo e de ter sido alargada a cerca primitiva para envolver aquele acrescento.

Ora, o único edifício que sai da cerca primitiva é o que se inscreve perpendicularmente aos dois claustros, para norte, no enfiamento da ala central de separação destes (Figs. 6.4 e 6.13). O piso térreo constituiria armazéns. No alçado poente, extremidade sul, existe uma saliência na parede ao jeito dum reforço. Percutida a punho fechado, soa a ôco em inúmeras zonas, o que nos leva a levantar a hipótese de se tratar da coluna de esgoto do dormitório.

Para que a cerca nova contornasse este edifício, foi construído o prolongamento ovalado para norte que ainda hoje existe, reforçado mais tarde por obras do Exército.

Dentro desta campanha de obras podemos também situar um refeitório novo e diversas obras nos claustros. Assim o afirmam Luís Keil, F. A. R. Gusmão e José Almeida Eusébio (7). Contudo, não referem estes autores os documentos em que se fundamentaram. O Tratado da Cidade de Portalegre apenas refere um dormitório novo e o *Agiológico Lusitano*, de Jorge Cardoso (20), não faz qualquer referência a estas obras. Por outro lado, há disparidades nos textos daqueles autores:

- Gusmão (1860) fala de *claustro, dormitório e refeitório novos*.

- Almeida Eusébio (193?) indica as obras no singular: *acrescentamentos e obras notáveis de claustros, dormitório e refeitório novos*.

- Keil (1943) refere *obras nos claustros, dormitórios e refeitórios novos*.

À falta de provas documentais, aceitaremos as versões mais antigas como as “verdadeiras”. Assim, dentro das balizas temporais consideradas (1587-1607/8), aceitamos ter sido construído, para além do dormitório novo já referido, um refeitório, realizando-se outras obras nos claustros.

Onde localizar este refeitório novo?

Na ala comum aos dois claustros encontramos, no piso térreo, duas divisões com uma nobreza construtiva assinalável, aparentando terem sido construídas na mesma campanha de obras. Ambas possuem tectos de abóbadas nervuradas, e as portas que abrem para o claustro nascente possuem ombreiras e vergas de granito, com um curioso trabalho mourisco ou mudéjar nas vergas (completo na porta da divisão sul, e incompleto na outra) (Fig. 3.21). Encontramos trabalho semelhante na verga da porta do confessionário, no coro baixo.

Ora, se a sala do capítulo e o refeitório costumam ser as mais ricas, não encontramos outras que pudessem ter servido aquela função, senão uma das citadas salas, talvez a maior. Mas então, que função destinar para a divisão mais pequena? Duas hipóteses poderemos considerar:

1º - Capítulo das conversas

Os estatutos referem que as conversas deveriam ter o seu cabido:

Porem em os dias das festas em os quaes nom trabalham seiam obrigadas de estar presentes a todas as oras asi de dia como de noite e quaisquer das ditas oras falecer no seu cabido se conheçam e alli seião castigadas pelas semelhantes falhas como as monjas (21).

É importante notar que neste texto a palavra cabido tanto se pode referir à reunião em si como à sala onde esta se realizaria. Por outro lado, os estatutos eram muito semelhantes entre si, o que significa que algo que foi escrito em 1531 poderia não ter uma aplicação linear quase cem anos depois. Abadias houve em que o refeitório era comum, noutras existiam celas individuais em vez de dormitório colectivo, como por exemplo em S. Bento de Castris (Évora).

No entanto, por hipótese, aquela divisão poderia ter servido de facto ao cabido das conversas; situava-se no seu claustro e possuía, paredes meias, uma pequena divisão alongada, tal como existe ao lado do capítulo das monjas.

2º Refeitório das conversas

A partir desta campanha de obras, as conversas passariam também a usufruir dum refeitório novo, mantendo-se a cozinha no mesmo sítio.

Quanto ao refeitório antigo, das monjas, terá passado a servir outras funções, talvez de arrecadação, dividido que foi posteriormente em três salas com portas para as traseiras.

b) Piso superior dos dois claustros

Mais difícil será cogitar que funções teriam sido destinadas para o piso superior dos dois claustros em consequência desta última campanha de obras. Pensamos, contudo, que neste período

as monjas terão ocupado também o dormitório das conversas e o novo, que no conjunto possuiriam 70 celas. As conversas terão sido desalojadas e ocupado zonas mais afastadas do claustro nascente, por exemplo o piso superior da ala sul do claustro poente. Esta hipótese pode fundamentar-se na descrição do mosteiro por Frei Manuel de Figueiredo (24) nos finais do séc. XVIII, documento que trataremos de seguida no ponto (6.4).

Um outro espaço a que ainda não fizemos referência foi o cárcere. A ele se referem também os estatutos:

Hordenamos que neste sagrado moesteiro pera castiguo das desobidientes se faça hum ou dous caçeres bons e escuros e rijos que seiam pera castigar as que ho merecerem (22).

Este espaço não deveria ser muito grande, mas localizá-lo é impossível, se bem que existam compartimentos pequenos e sem janelas, próprios para aquele fim. Por exemplo, o 1º compartimento da ala norte do claustro poente, de nascente para poente.

6.4 Quarta campanha de obras (séc. XVIII)

No séc. XVIII realizaram-se importantes obras de decoração de que são exemplo os painéis de azulejos historiados da igreja, alpendre e nártice, estando estes últimos datados de 1739 (Fig. 6.16). Quanto à temática, é patente uma curiosa mescla de cenas campestres ao gosto da azulejaria palaciana da época com a temática bernardina e da vida de Cristo, no nártice e no alpendre. Na igreja, a morte de S. Bento encontra-se representado em painel no topo sul do transepto, em diálogo com a morte de S. Bernardo no topo oposto. Não esqueçamos que era nestes topos do transepto que a arquitectura cisterciense colocava a chamada *porta dos mortos*. Sobre a autoria dos azulejos, divergem os especialistas entre os nomes de Policarpo Bernardes e Bartolomeu Antunes, parecendo-nos pacífico afirmar que o pintor da Última Ceia e da Ascensão, na capela-mor, não é o mesmo que pintou os restantes azulejos. De salientar também a decoração das capelas colaterais com silhares decorativos que exibem os mesmos motivos (albarradas escamosas com pássaros exóticos) e técnica dos azulejos da Igreja de S. Lourenço de Portalegre, que por sua vez os recebeu da Igreja da Misericórdia. São atribuídos a Gabriel de la Barca (finais do séc. XVII). Ainda no capítulo das decorações, devemos referir a colocação de sanefas ao estilo rococó que a igreja ainda exhibe.

Ainda no séc. XVIII, instalaram-se os cadeirais nos coros, e no jardim do claustro poente foi colocada uma fonte e quatro bancos, em 1767 (data inscrita nas costas dos bancos). Também a fonte de Neptuno, no pátio, nos parece ser do mesmo século. Obras importantes de restauro geral registaram-se entre 1777 e 1779 (23). Após esta data, Frei Manuel de Figueiredo descreve assim a situação do mosteiro nesse último quartel do século XVIII:

Tem uma boa igreja, dois coros, um refeitório, celeiros e outras dependências necessárias, tudo recentemente restaurado. Tem três dormitórios com 70 celas (...). Tinha primitivamente 40 religiosas. Depois, por uma Breve Apostólica, o número aproximou-se das 70, número que se manteve até à proibição geral de receber noviças. Tem actualmente 48 e o mosteiro está completo (24).

Tentando interpretar estes dados demográficos, podemos levantar a seguinte hipótese:

- O mosteiro tinha (primitivamente) 40 religiosas no séc. XVI; passou a ter 70 nos finais do séc. XVI, princípios do séc. XVII (quando se edificou o dormitório novo); o número de religiosas decresceu na segunda metade do século XVII com a crise provocada pela Guerra da Restauração (Anexos VII); nos finais do séc. XVIII, altura em que o documento é escrito, o mosteiro tinha 48 religiosas; o documento omite o número de conversas.

Os três dormitórios de que nos fala o documento situar-se-iam nos pisos superiores da ala

norte do claustro nascente, da ala de separação dos dois claustros e no dormitório novo. A divisão destes dormitórios em celas não nos espanta no séc. XVIII, até porque sabemos que já no séc. XVI tal prática acontecia em Portugal. O facto de ser apontado um só refeitório vai contra as conclusões do nosso estudo. No entanto, o autor pode estar a referir-se apenas às religiosas, uma vez que no total, contando com as conversas e outro pessoal servidor, o número seria muito superior. Em 1704, sabemos que era de cerca de 150 o número total de pessoas (Anexos VII), o que nos leva a pensar que haveria necessariamente mais do que um refeitório.

Queremos também destacar, do ponto de vista do estudo do espaço-função, as casas que Cocheril identifica como habitações do confessor e do intendente (25) (Fig. 6.6).

A carta de 1704, desenhada muito grosseiramente, não apresenta quaisquer indícios destes edifícios, ao passo que a de 1801 os mostra com clareza (Figs. 6.8 e 6.9). Não será um método rigoroso de datação, mas a inexistência de referências documentais e estilísticas claras não nos deixa outro recurso.

São duas construções bem proporcionadas, à escala do restante edificado, separadas por um pátio ajardinado ao nível do piso superior, ao qual se ascende por uma escadaria de granito de colocação ou substituição recente. No centro do jardim, uma palmeira enobrece o conjunto. Ambos os edifícios possuem cunhais de granito aparelhado.

O edifício sul possui um alpendre no alçado norte, ao nível do piso superior, que inflecte depois em ângulo recto para se ligar ao edifício norte. Este alpendre possui um parapeito do qual se elevam colunas cilíndricas de calcário, capitelizadas, sustentando uma arquitrave sob a qual se apoia o beiral. O conjunto é harmonioso, elegante mesmo. Sob o alpendre, no piso térreo, na direcção poente/nascente, corre um túnel principiado por um arco abatido de cantaria aparelhada, que dá acesso à zona agrícola do mosteiro.

Pela análise feita, e atendendo à informação prestada pelas duas cartas supracitadas, parecem-nos edificações do séc. XVIII. De assinalar ainda durante esta campanha de obras, a construção dum jardim nas traseiras do edifício norte, com tanques de rega, onde proliferam as laranjeiras e os canteiros de buxo, tradicionalmente designado por *Jardim da Abadessa* (Fig. 6.7).

Do lado oposto do pátio (para poente), e no prolongamento da ala sul do claustro poente, está uma construção com características arquitectónicas semelhantes às casas do confessor e do intendente. Esta construção possuía uma outra interligada, formando com a primeira um ângulo aproximado de 130° para sudoeste, hoje inexistente, mas ainda patente na carta de 1801 e nas plantas de 1916 (Figs. 6.1, 6.2 e 6.9). Pelo seu prospecto arquitectónico, pensamos tartar-se duma construção da campanha de obras que estamos a analisar.

Finalmente, devemos referir a construção da torre sineira, do belo portal do pátio e os acrescentos para sul do corpo longitudinal da igreja, sobre o alpendre e nártice. Ao que parece, estas obras não se concluíram, permanecendo o alçado sul de pé, de janelas rasgadas com moldura setecentista.

6.5 Intervenções nos sécs. XIX e XX

Do séc. XIX possuímos apenas a informação (26) de que, em 1883, se terá substituído a figura representativa de Neptuno, na fonte do pátio. Relativamente ao nosso século, são de salientar as intervenções levadas a cabo pela D.G.E.M.N., entre 1953 e 1984 (Anexos VIII).

6.6 A evolução da cerca

Observem-se as Figs. 6.8 e 6.9. Representam o mosteiro e a cerca em 1704 e 1801. São pormenores extraídos de cartas da cidade de Portalegre dos respectivos anos (27), sem o necessário rigor, mas que nos dão uma informação importante: a cerca primitiva tinha uma forma rectangular.

Observe-se agora a Fig. 6.12. É um precioso documento anterior à República, que nos garante que o prolongamento ovalado da cerca, para norte, não foi obra do Exército. Pelo contrário, pertencia já ao mosteiro, sendo admissível tratar-se da cerca nova mandada levantar pela abadessa D. Isabel Tavares entre os anos de 1604/5 e 1607/8. Aliás, o referido tramo também pode ser observado na Fig. 6.13: um pormenor duma pintura existente na Casa Museu José Régio, em Portalegre, datável do séc. XIX. No entanto, este prolongamento para norte não tem, na carta de 1801, a configuração que apresenta hoje. Será uma imprecisão do desenho ou terá havido uma alteração posterior? Pensamos que se trata duma imprecisão do desenho, já que a cerca actual, naquele tramo, ainda possui até meia altura a cerca primitiva (séc. XVII), subida depois pelo Exército por questões de segurança. Observa-se também o tramo norte da cerca quinhentista até se unir à ala norte do claustro poente (Figs. 6.12 e 6.13). Possivelmente, antes da cerca nova as paredes exteriores das alas constituiriam a própria cerca. Note-se que a ala norte do claustro poente e o dormitório novo não têm janelas baixas (Fig. 6.13), e que a partir deste nasce um muro para proteger a ala norte do claustro nascente.

Observe-se agora a Fig. 2.2 (tramo sul da cerca) e a planta de 1916 (piso térreo). Mostram-nos uma outra inflexão do tramo poente da cerca para nascente. Será que a cerca primitiva inflectia neste ponto para nascente e o avanço para sul verificar-se-ia no séc. XVIII, quando da construção do portal de entrada (Fig. 6.15)? Só uma prospecção arqueológica o poderá confirmar.

Com base nestas informações, esboçámos a Planta das Cercas (Fig. 6.14), que não deixa de ser apenas uma hipótese, apoiada em conhecimentos actuais.

Outros muros existem no sector norte, de baixa altura, que nos parecem ter servido, uns para sustentação de terras, outros para estabelecerem uma separação funcional entre a área habitada do mosteiro e os seus logradouros agrícolas. Aliás, note-se que a nascente do topo norte do *dormitório novo* ainda existem no chão os vestígios dum portão com soleira e batentes de ferro, que daria acesso ao horto e a uma zona agrícola, configurada pela cerca.

6.7 A tapada das freiras e a horta

No Tombo das propriedades do mosteiro encontram-se dois documentos (Anexos V e VI) que provam a existência, junto ao mosteiro, de duas propriedades:

- Uma *tapada chamada a das freiras*, a nascente, *que conesta de oliuas e mato maninho e mais aruores de fruto que esta no sitio da fontedeira*.

- Uma *orta*, a sul, tendo a norte uma parede comum com a dita tapada, *que conesta de Pumar de espinho com seus tanques e Vinha*.

Na Fig. 6.11 ainda são visíveis os mourões de latada e tanque dessa horta, tão característicos da nossa zona. A existência destas duas propriedades prova que o mosteiro fazia alguma exploração agrícola directa, se bem que os seus rendimentos, como já vimos anteriormente, proviessem sobretudo de arrendamentos.

Com base nas medições e confrontações expressas nos referidos documentos, fizemos várias tentativas cartográficas das propriedades. Com admiração, verificámos que muitos dos muros de divisão das propriedades ainda subsistem, sendo a medição de 1690 exacta. No entanto, parece-nos impossível estabelecer a totalidade das lindas, o que nos fez desistir da apresentação do referido cadastro, necessariamente incompleto e com alguns problemas de incompatibilidade por resolver ao nível da parede comum às duas propriedades. Mas podemos fazer algumas afirmações categóricas, nomeadamente:

- A tapada situava-se a nascente do mosteiro, encosta acima, até à zona onde passa a actual Estrada da Serra.

- A horta situava-se a sul do mosteiro, em terrenos hoje ocupados pela Escola Secundária de S. Lourenço e Bairro de S. Bernardo. A azinhaga do Giraldo constituiria a linda a sul, e a poente, a horta confinava com o Rossio de S. Mateus.



Fig. 6.3 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Mãe-d'água e tanque.

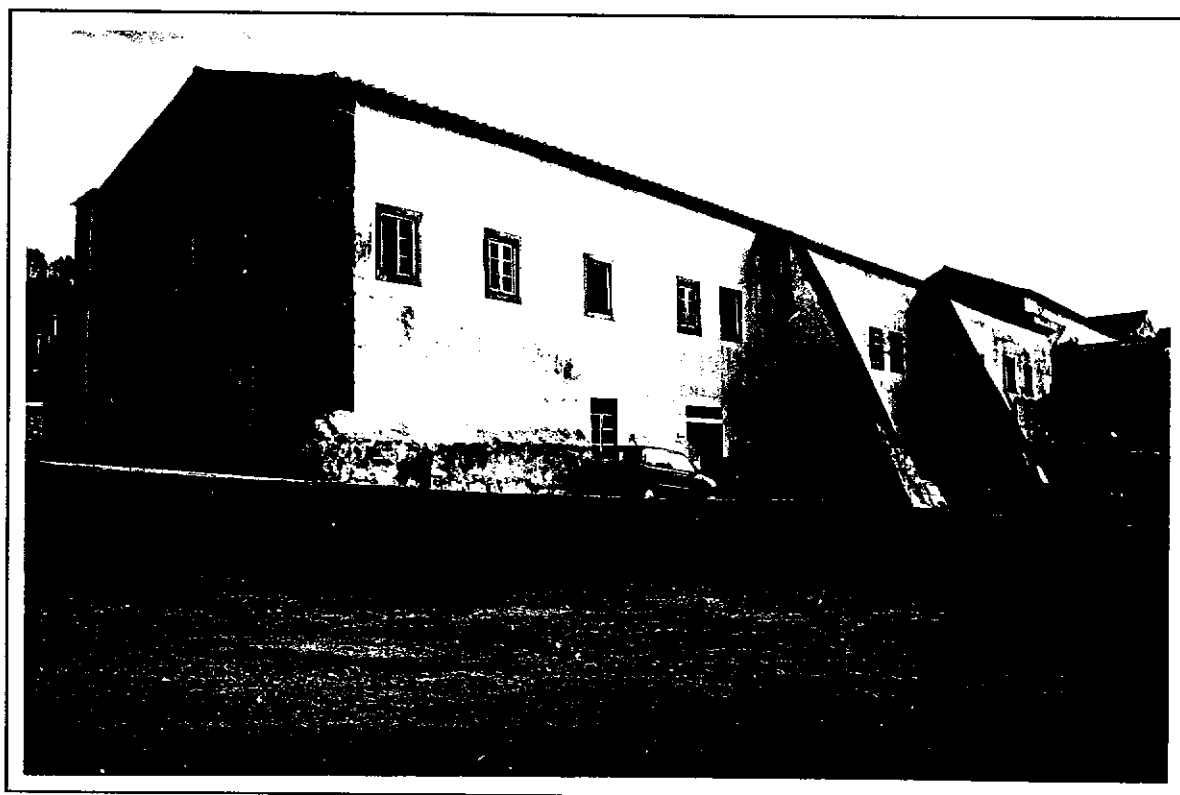


Fig. 6.4 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Dormitório novo.

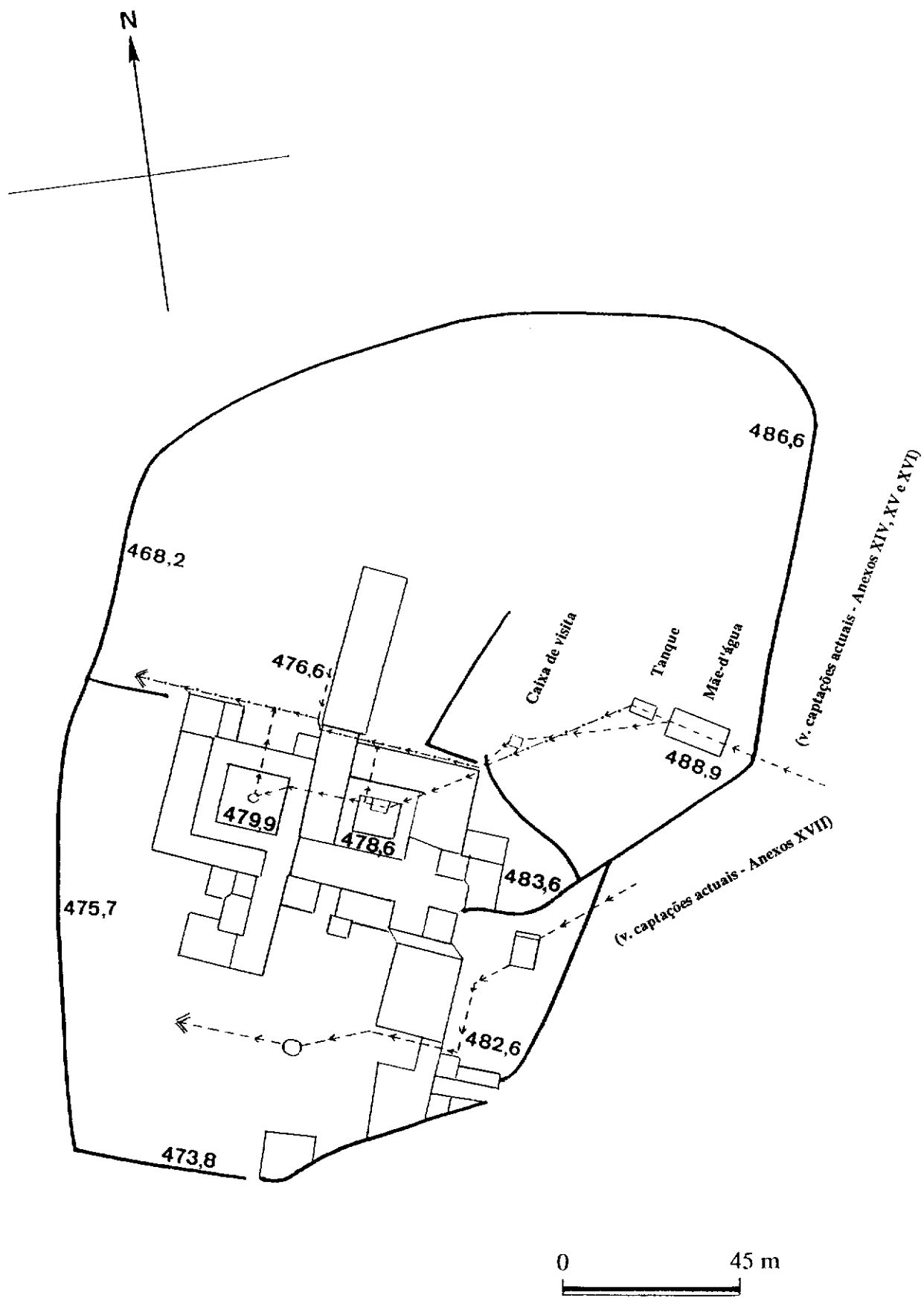


Fig. 6.5 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Planta da rede hidráulica (sés. XVI - XVIII)



Fig. 6.6 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Casas do confessor e do intendente.

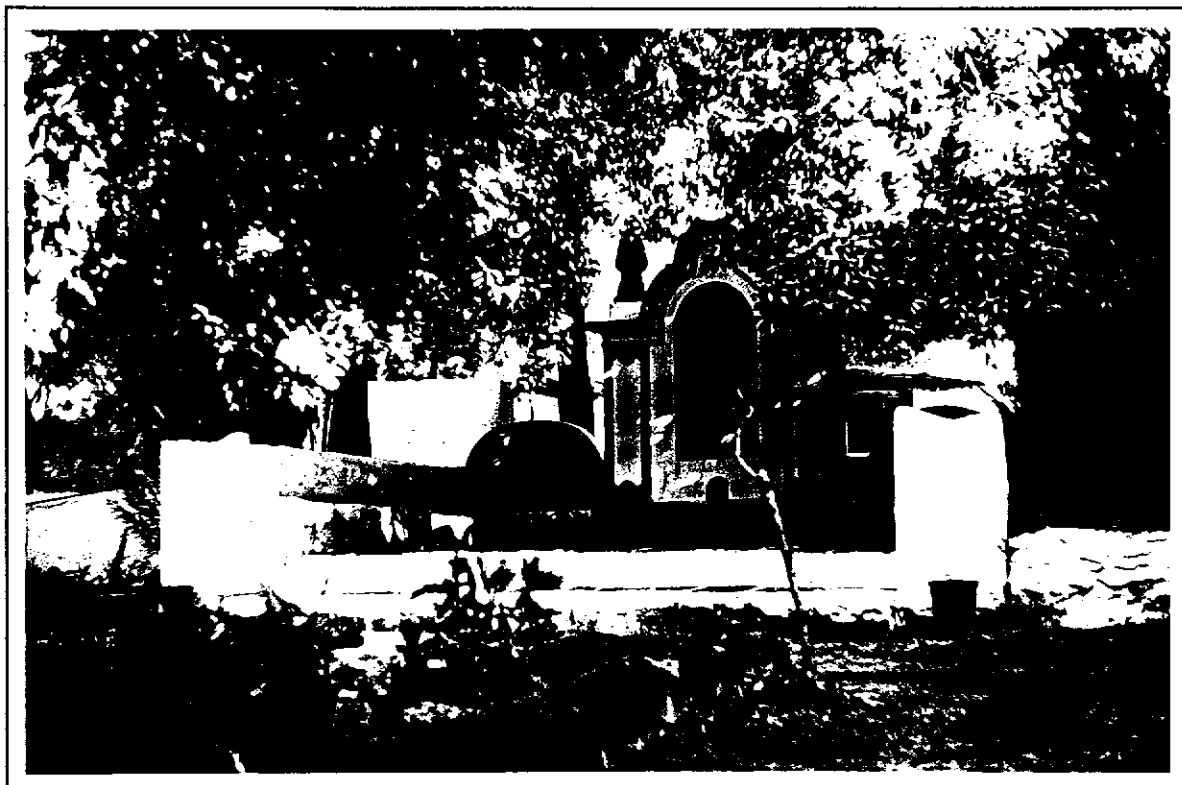
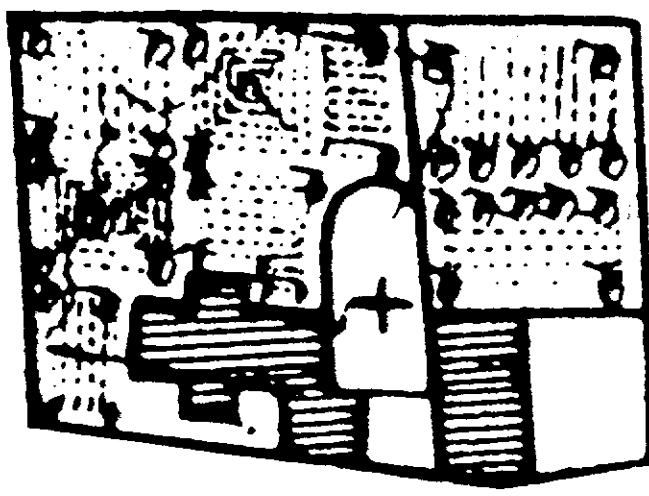
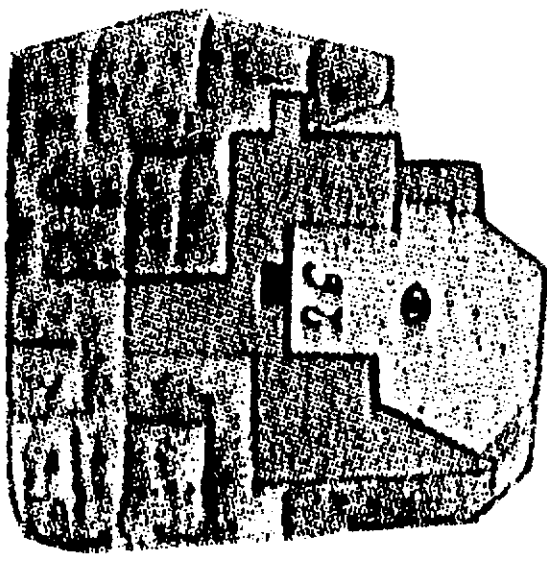
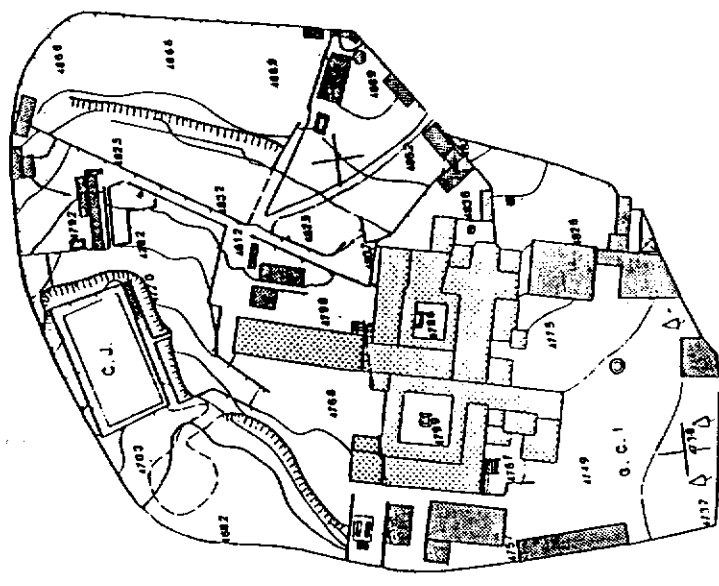


Fig. 6.7 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. *Jardim da Abadessa*.

			<p>Fig. 6.8</p>	<p>1704 Carta militar</p>	<p>Fig. 6.9</p>	<p>1801 Carta militar</p>	<p>Fig. 6.10</p>	<p>1986 Carta aerofotogramétrica</p>
--------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------	-----------------	-------------------------------	-----------------	-------------------------------	------------------	------------------------------------------

Extractos de cartas de Portalegre apresentando o Mosteiro de S. Bernardo.

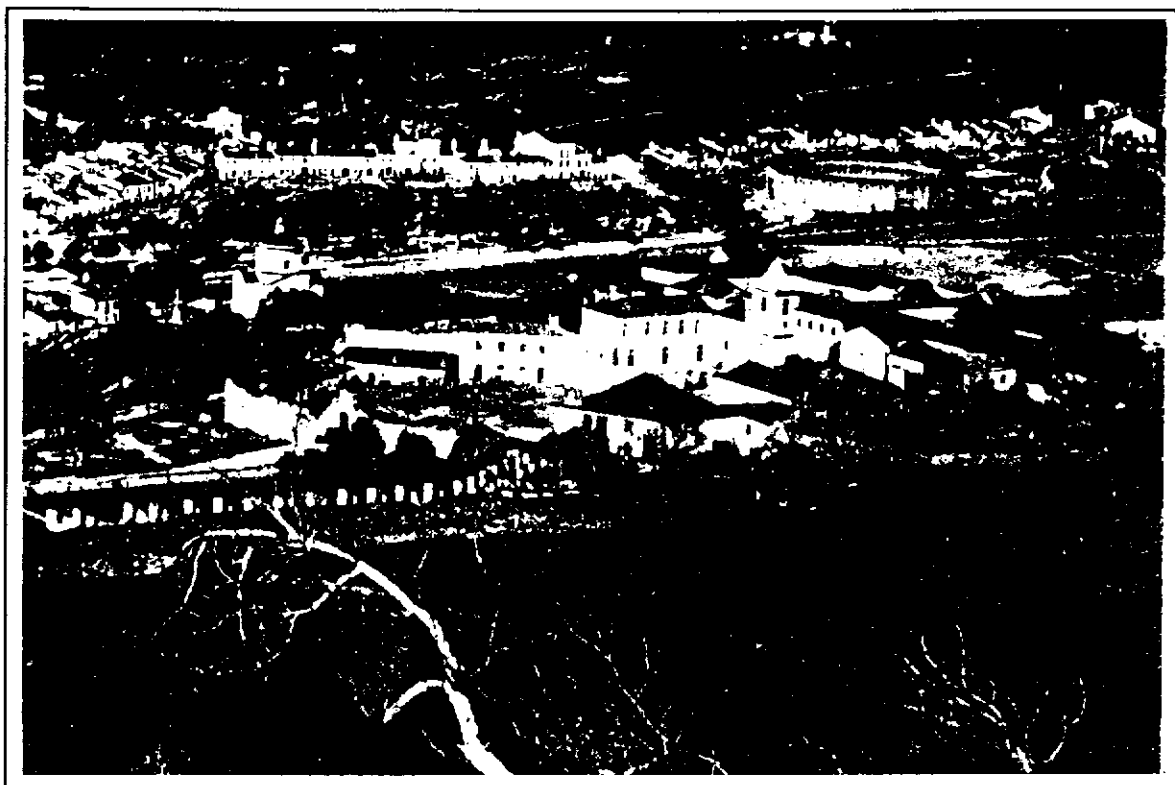


Fig. 6.11 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre no princípio do século, mostrando o edifício que se ligava perpendicularmente à ala sul do claustro poente e a horta.

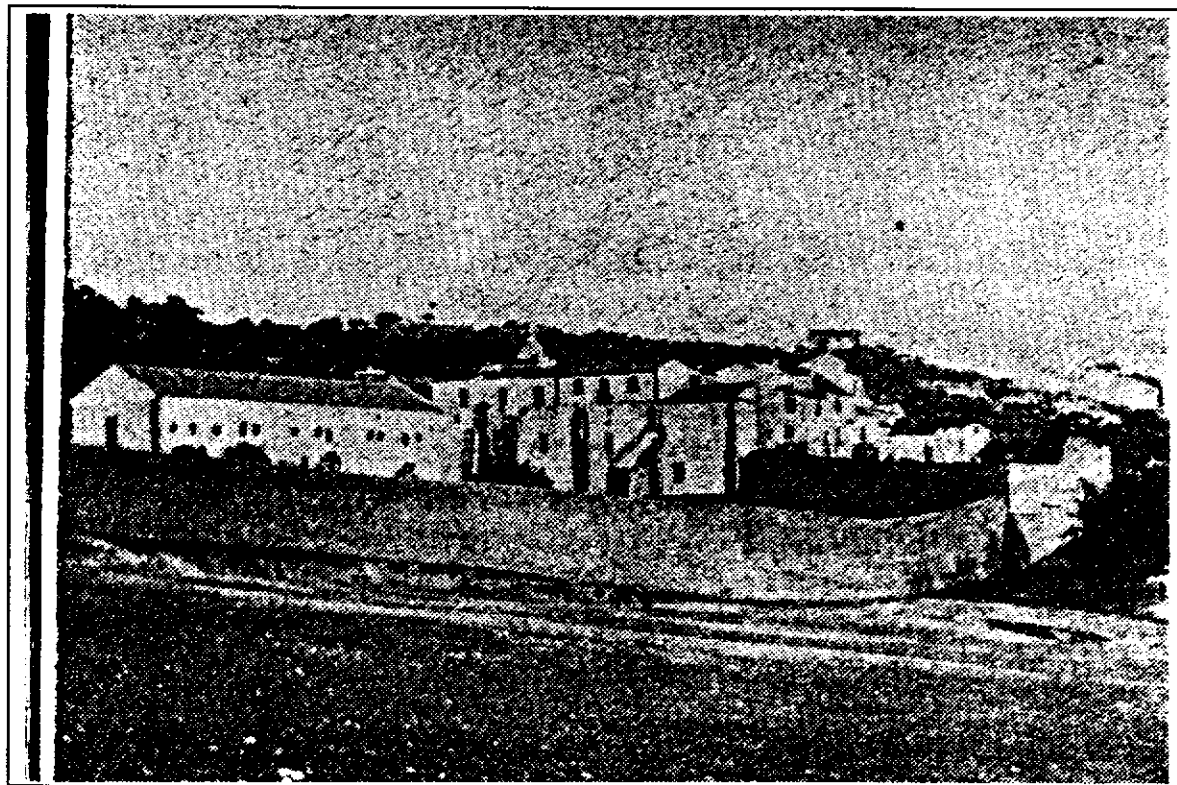


Fig. 6.12 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Cerca do mosteiro, lado noroeste, antes de 1910.

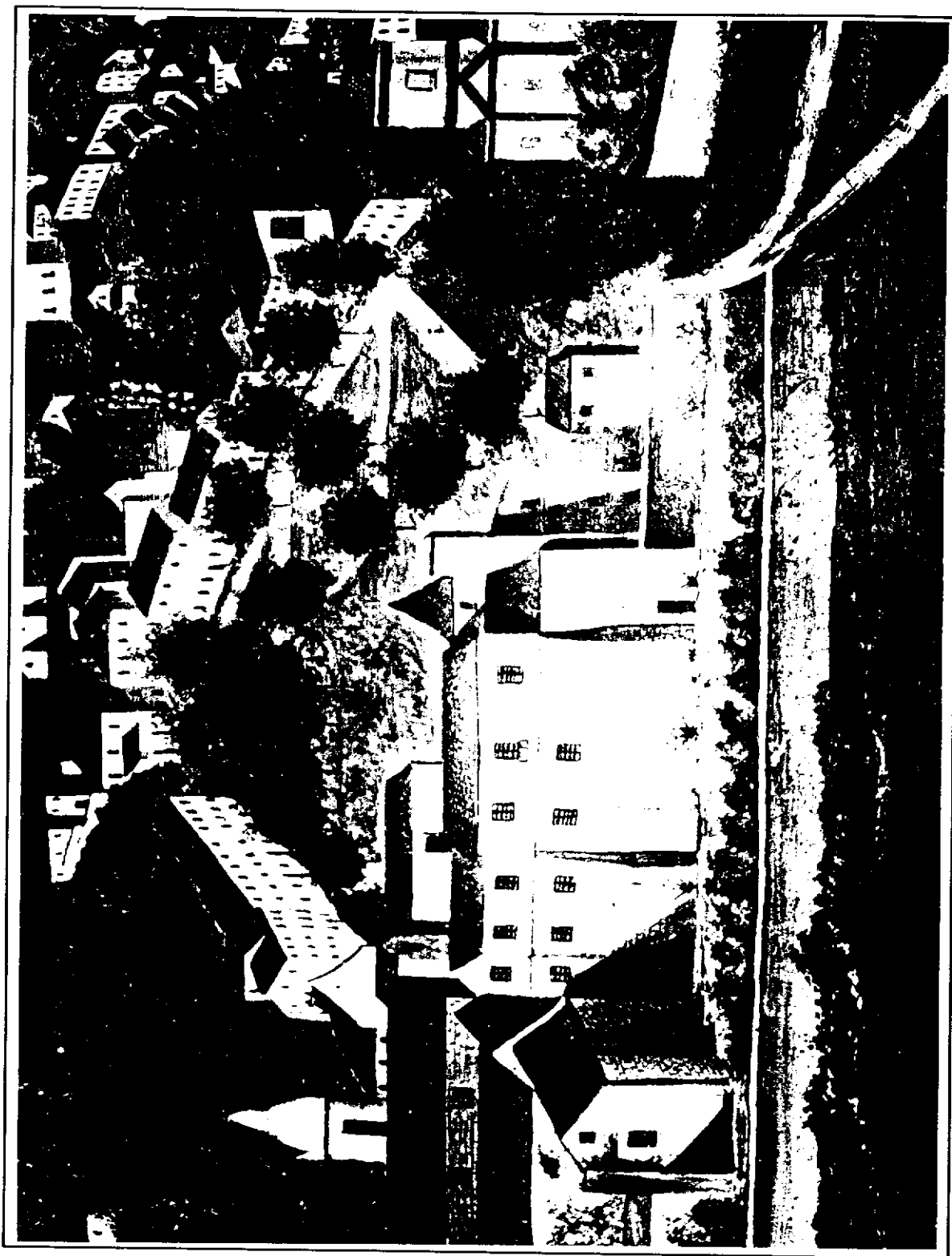


Fig. 6.13 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Sector norte.
Formenor de uma pintura datável do séc. XIX (Casa Museu José Régio de Portalegre).

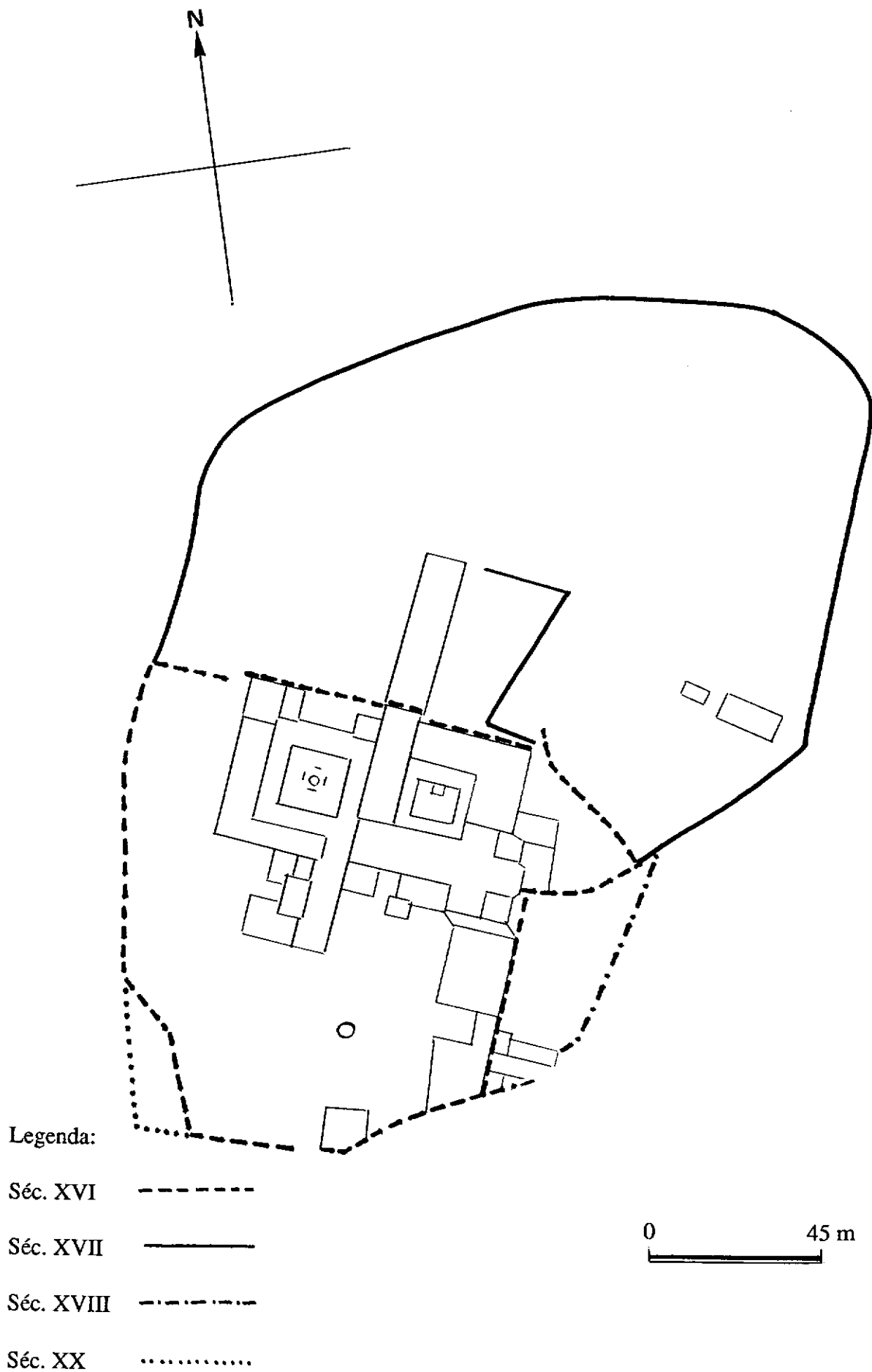


Fig. 6.14 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Planta das cercas (sécs. XVI - XX)

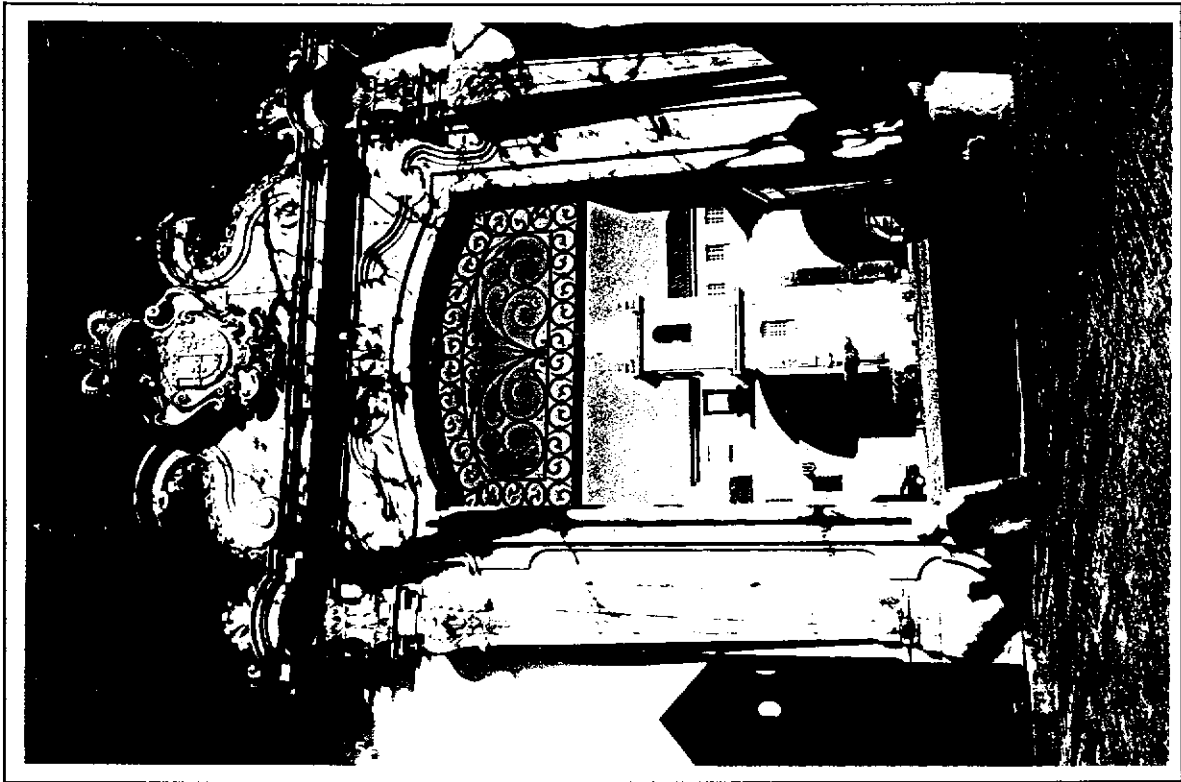


Fig. 6.15 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Portal de entrada no pátio.

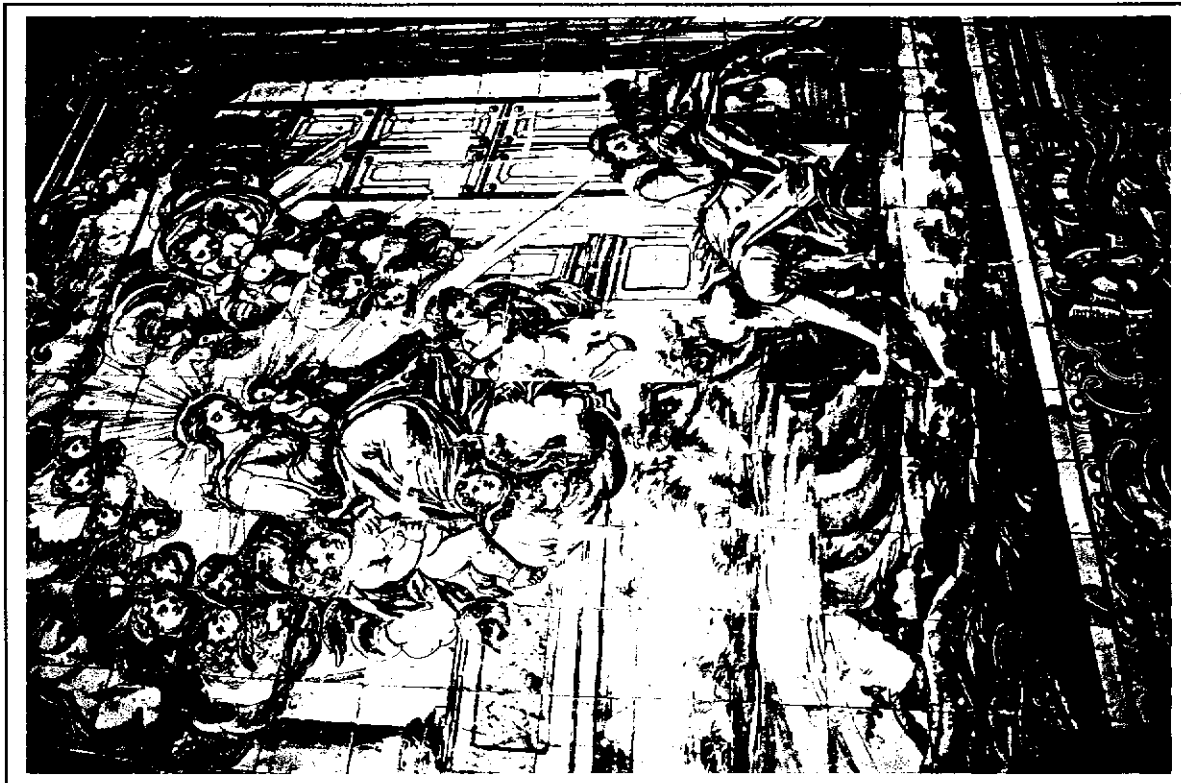


Fig. 6.16 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Painel de
azulejo do nártice (o sonho de S. Bernardo).

NOTAS

- (1) BRONSEVAL, Frère Claude de, *ob., cit.*, p. 583.
- (2) *Id., Ib.*, p. 582.
- (3) "Num breve expedido pelo Tribunal da Penitenciária, em nome de Lourenço, bispo prenestrino, datado de Roma aos 22 de Setembro, ano sétimo do pontificado de Clemente 7^a (1520), pelo qual, entre outras prerrogativas, se concede ao bispo D. Jorge de Melo incorporar o mosteiro na ordem cisterciense, lê-se o seguinte:
Ex parte vestra fuit propositum coram nobis... vos pia devotione ductum quoddam monasterium in quo deo sacrate virgines gratum sibi valeant reddere famulatum sub invocatione beate marie virginis cum ecclesia refectorio dormitorio capitulo et aliis officinis opportunis extra et prope oppidi de portalegre egitaniensis diecesis sumptuosis edificis construi et edificari fecistis, etc...
Cit in GUSMÃO, F. A. R. - "Memória Histórica do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Monjas da Ordem de Cister da Cidade de Portalegre", *O Instituto*, v. IX, Coimbra, 1860, p. 219. (Note-se que a data de 1520 não corresponde ao ano sétimo do pontificado de Clemente VII, mas sim a de 1530. Trata-se com certeza dum erro tipográfico).
- (4) GUSMÃO, F. A. R., *ob., cit.*, v. VI, 1858, p. 149.
- (5) SOTTO MAIOR, Diogo Pereira, *ob., cit.*, p. 112.
- (6) KEIL, Luís, *ob., cit.*, EST. CLXIX, fotografia central do grupo de baixo.
- (7) KEIL, Luís, *ob., cit.*, p. 144. Também GUSMÃO, F. A. R., *ob., cit.*, v. IX, 1860, p. 219, fala em *claustro, dormitório e refeitório novos são mais vastos do que os antigos*. Os anos de 1587 e 1590 são referidos por José Almeida Eusébio no seu artigo "O Convento de S. Bernardo", in *Álbum Alentejano*, s. d..
- (8) Estatutos, p. 3 (Anexos IX).
- (9) *Id., Ib.*, p. 6.
- (10) *Id., Ib.*, passim.
- (11) *Id., Ib.*, p. 4.
- (12) *Id., Ib.*, passim.
- (13) LEKAI, Louis F. - *Los Cistercienses: Ideales y Realidad*, Ed. Herder, Barcelona, 1987, p. 472. Compulsámos os seguintes dados sobre o horário das religiosas:
Junho/Dezembro - Levantar 1.45/1.20; Matinas ou Vigílias 2.00/1.35; Fim das Matinas 3.00/2.35; Intervalo; Laudes 3.10/7.00; Intervalo; Prima 4.00/8.00; Trabalho 5.00; Terça 7.45/9.20; Missa 8.00; Leitura 8.50; Sexta 10.40/11.20; Almoço 11.00/13.35; Sesta; Nona 14.00; Trabalho 14.30; Vésperas 18.00/15.30; Ceia 18.45; Completas 19.30/16.00; Deitar 20.00/16.30.
- (14) Data inscrita no pórtico.
- (15) KEIL, Luís, *ob., cit.*, p. 142.
- (16) Data inscrita na verga da porta.
- (17) SOTTO MAIOR, Diogo Pereira, *ob., cit.*, p. 116.
- (18) *Id., Ib.*, passim.
- (19) *Id., Ib.*, passim.
- (20) CARDOSO, Jorge - *Agiolégio Lusitano*, t. I, 1652, pp. 430, 435 e 436, Biblioteca Pública de Évora, S. L. - Est. 37 - c. 6.
- (21) Estatutos, p. 6 (Anexos IX).
- (22) *Id., Ib.*, pp. 9 e 10.
- (23) EUSÉBIO, J. de A., *ob., cit.*, p. 925. O autor tirou a informação dum texto inscrito nas costas do cadeiral (lado do Evangelho) do coro alto (Anexos IV).
- (24) Frei Manuel de Figueiredo, Fundo Geral nº 1493 da Biblioteca Nacional de Lisboa, *Notícias dos Mosteiros da Congregação. - Trelado verdadeiro da carta de extinção do Mosteiro de S. João de Vale de Madeiro*. Este religioso foi cronista da Ordem de Cister, tendo morrido entre 1792 e 1794. Citado por COCHERIL, Dom Maur, *ob. cit.*, p. 401. A proibição geral de receber noviças de que nos fala o extrato publicado por Cocheril, deve referir-se à crise profunda por que o mosteiro passou na 2^a metade do séc. XVII, devido à Guerra da Restauração (Anexos VII).
- (25) COCHERIL, Dom Maur, *ob. cit.*, p. 403.
- (26) KEIL, Luís, *ob., cit.*, p. 144.
- (27) A carta de 1801 já foi reproduzida e referenciada na Fig. 2.1; a de 1704 faz parte da Colecção de Gravuras de Nicolau de Fer., Madrid, 1704, Arquivo Histórico Militar de Lisboa e Serviço Geográfico Cadastral de Madrid.

Capítulo VII

ESPAÇO E EURITMIA

7.1 Medidas

A medição dum mosteiro é trabalho particularmente importante do ponto de vista do seu estudo histórico-arquitectónico, sobretudo quando se tem em vista uma intervenção. É que, depois de descoberta a unidade de medida utilizada, depressa se chega ao módulo, e a quadrícula resultante do desenvolvimento desse módulo dá-nos os pontos principais do desenho, ou seja, do projecto. Torna-se então possível verificar que intervenções se fizeram ao longo dos tempos e se essas intervenções respeitaram ou não o módulo primitivo.

Na realização destas operações técnicas toma-se sempre a igreja como ponto de partida, já que, sendo a zona sagrada por excelência e a primeira a ser construída, ela revela com mais rigor as referências que procuramos: unidade de medida, módulo, proporções, simetrias, numa palavra, a euritmia.

A primeira tarefa que realizámos foi a medição rigorosa da igreja, obtendo-se valores em metros (v. Quadro de medidas principais). Seguidamente fizemos uma pesquisa sobre unidades de medida principais utilizadas ao tempo na arquitectura europeia, chegando ao seguinte inventário (1):

- *Pé romano ou capitolino* = 0,296 m
- *Palmo romano* = 0,223 m
- *Pé carolíngio* = 0,333 m (ou *drusiano*: $0,296 + 1/8 = 0,333$)
- *Pé antigo* = 0,24 m
- *Pé real* = 0,32484 m.

Calculámos então os quocientes entre as nossas medições e as várias unidades, concluindo que era a medida francesa a que mais se ajustava, com um erro médio de (+/-) 5,08 cm, o que está muito longe dos 10% de erro habitualmente admissível na arquitectura medieval e moderna. Estas variações resultam da transposição do desenho para o terreno, e a este propósito refira-se que todo o mosteiro assenta em rocha granítica, o que torna difícil o cumprimento exacto do projecto.

Interessará interrogarmo-nos do porquê da utilização desta unidade de medida francesa e não do tradicional palmo e pé romanos, provenientes da longínqua colonização. De facto, a medida francesa continua a ser preponderante na arquitectura cisterciense, denotando a origem geográfica da ordem e, possivelmente, a proveniência de muitos projectos. Podemos também perguntar porquê o *pé* e não o *palmo*, o *côvado* (3,5 palmos = 0,70 m) ou a *vara* (5 palmos = 1,10 m), medidas lineares tão frequentemente utilizadas na época. É que, em arquitectura, a tradição vinda dos gregos e dos romanos impôs-se com perenidade (o pé é a medida utilizada por Vitruvius) (2), utilizando-

IGREJA DO MOSTEIRO DE S. BERNARDO DE PORTALEGRE - Quadro de medidas principais

MEDIDAS	"Pieds du roi"	Equivalência (m)	Valor medido (m)	Diferença (+ / - cm)
Igreja (geral)				
<i>Comprimento interior</i>	138	44,83	44,95	12
<i>Comprimento exterior</i>	145	47,1	47,15	5
<i>Largura média interior</i>	70	22,74	22,87	13
<i>Largura média exterior</i>	78	25,34	25,37	3
Cabeceira:				
- Presbitério:				
<i>Profundidade</i>	28	9,1	9,1	-
<i>Largura interior</i>	20	6,5	6,46	-4
<i>Largura exterior</i>	27	8,77	8,89	12
<i>Altura aprox. (fecho das abóbadas)</i>	34	11,04	11,1	6
- Capela lateral sul:				
<i>Profundidade</i>	21	6,82	6,83	1
<i>Largura interior</i>	18	5,85	5,95	10
<i>Altura aprox. (fecho das abóbadas)</i>	34	11,04	11,1	6
- Capela lateral norte:				
<i>Profundidade</i>	21	6,82	6,95	13
<i>Largura interior</i>	19	6,17	6,14	-3
<i>Altura aprox. (fecho das abóbadas)</i>	34	11,04	11,1	6
Transepto:				
<i>Profundidade</i>	20	6,5	6,54	4
<i>Largura maior</i>	71	23,06	23,01	-5
<i>Largura média</i>	70	22,74	22,87	13
<i>Altura aprox. (fecho das abóbadas)</i>	34	11,04	11,1	6
Cruzeiro				
<i>Lado maior</i>	27	8,77	8,76	-1
<i>Lado menor</i>	20	6,5	6,54	4
Corpo longitudinal				
<i>Profundidade (nave dos fiéis)</i>	29	9,42	9,39	-3
<i>Profundidade (coro + grade)</i>	61	19,82	19,92	10
<i>Largura média</i>	27	8,77	8,75	-2
<i>Altura aprox. (fecho das abóbadas)</i>	34	11,04	11,1	6
Espessura das paredes	(3 a 5)	(1,14 - 1,79)	(1,15 - 1,8)	(1) (-1)
Portas				
<i>Igreja</i>	12 x 8	3,9 x 2,6	3,88 x 2,61	(-2) (1)
<i>Sacristia</i>	6 e 4/12 x 3 e 5/12	2,06 x 11,10	2,06 x 11,14	(0) (4)
<i>Coro baixo (parede norte)</i>	6 e 2/12 x 4 e 1/12	2 x 1,33	1,99 x 1,33	(-1) (0)
<i>Confessionário/Rodo/Armários</i>	6 e 1/12 x 2 e 6/12	1,98 x 0,81	1,98 x 0,82	(0) (1)
Colunas do coro baixo				
<i>Altura</i>	10	3,25	3,25	-
<i>Diâmetro</i>	1	0,325	0,325	-

Notas: "Pieds du roi" = 0,32484 m / Fonte de erro (+ / -) 5,3 cm

-se aquelas unidades de medida (côvado e vara) noutra tipo de medições (peças de fazenda, propriedades fundiárias, etc...). Por tudo isto, e porque o pé é uma medida suficientemente pequena para se aplicar ao pormenor, subdividindo-se ainda em 12 polegadas de 0,027 m, terá ganho a primazia até à introdução do sistema métrico no séc. XIX.

7.2 Proporções e simetria

Vitrúvio dedica o seu Livro III à necessidade da simetria e das proporções, estabelecendo um curioso paralelismo entre os templos e o corpo humano (3). Se quisermos sintetizar a tese deste arquitecto romano do séc. I a.C., no qual se inspiraram todos os posteriores e sobretudo os renascentistas (Bramante, Michelangelo, Palladio e Vignola, entre outros), poderemos dizer que, assim como a natureza é perfeita na simetria e nas proporções com que criou os seres vivos, nomeadamente o Homem, assim as obras deste devem tender para a perfeição, usando a simetria e a proporção, sobretudo na construção dos templos dos deuses, obras que perduram através dos séculos.

Para S. Agostinho, as relações perfeitas eram, 1:1, 2:1, 3:2 e 4:3, a que correspondiam, na música, as harmonias prima, oitava, quinta e quarta, respectivamente. A prima (uníssono) era a harmonia por excelência (4). Assim, havia como que uma procura de ligações entre o Homem e o Criador, através da música, da matemática e da geometria (5). Esta consonância metro-musical explicava não só a beleza mas também a estabilidade (6).

Virgolino Ferreira Jorge (7) trata a temática das proporções típicas das construções cistercienses primitivas, indicando como fundamental a proporção 4:3 entre a medida de cada braço do transepto mais a largura da nave central e a distância do centro do transepto até ao fundo da capela-mor. Esta proporção mantém-se muito próxima na nossa igreja, apesar de ser construída no séc. XVI (Fig. 7.1). Como se sabe, para que a medida de (B) se verificasse no sentido do presbitério, seria necessário partir do centro da cruz grega formada pelos braços do transepto, presbitério e nave dos fiéis.

Proporções importantes

- 1:1 Profundidade interior do presbitério / Largura exterior do presbitério
- 1:1 Do centro do cruzeiro aos topos do transepto / Altura do transepto
- 1:1:1 Altura da nave dos fiéis / Altura do transepto / Altura da cabeceira
- 1:1 Comprimento do mosteiro primitivo / Largura do mosteiro primitivo
- 4:3 Proporção entre as medidas A e B
- 4:3 Largura do centro do cruzeiro aos topos do transepto / Largura média do corpo longitudinal
- 4:3 Altura da nave dos fiéis no extradorso da abóbada / Largura média da nave dos fiéis
- 7:4 Comprimento total do mosteiro / Largura total do mosteiro
- 7:4 Comprimento total do mosteiro / Comprimento ou largura do mosteiro primitivo
- 2:1 Largura do mosteiro / Largura do transepto
- 2:1 Comprimento interior da igreja / Largura média interior da igreja
- 2:1 Profundidade da cabeceira até aos contrafortes / Profundidade do transepto
- 2:1 Profundidade do coro / Profundidade da nave dos fiéis
- 8:3 Largura maior do transepto / Largura média do corpo longitudinal
- 7:2 Largura média do transepto / Profundidade do transepto
- 4:1 Comprimento interior da igreja / Altura da igreja
- 10:1 Altura das colunas do coro baixo / Diâmetro das colunas

(Algumas destas proporções obtiveram-se por ligeira aproximação ao nível de polegadas, o que não é significativo, dado tratar-se de grandes extensões.)

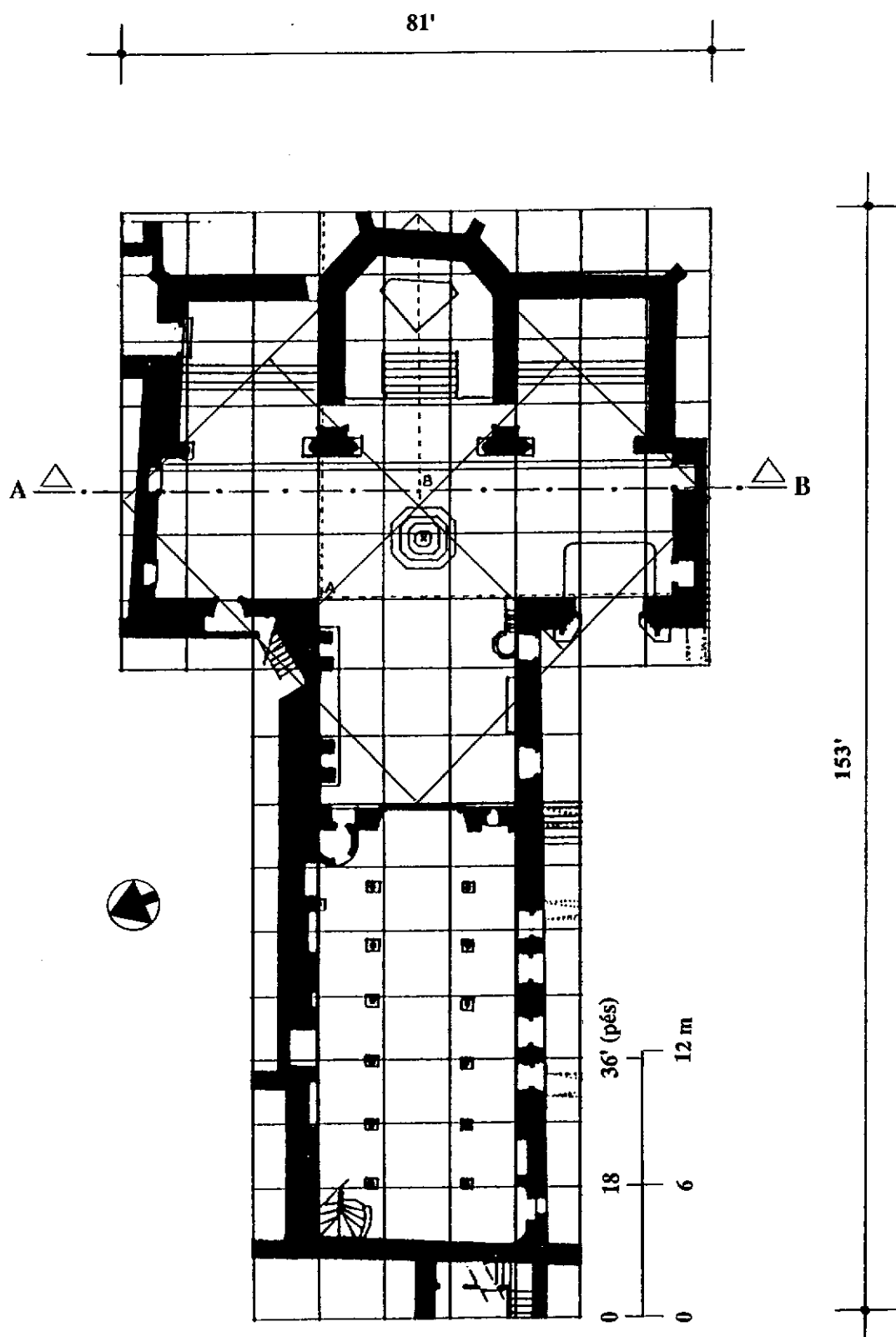


Fig. 7.1 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Igreja. Inserção geométrica da planta do piso térreo no retículo modular de 9'.

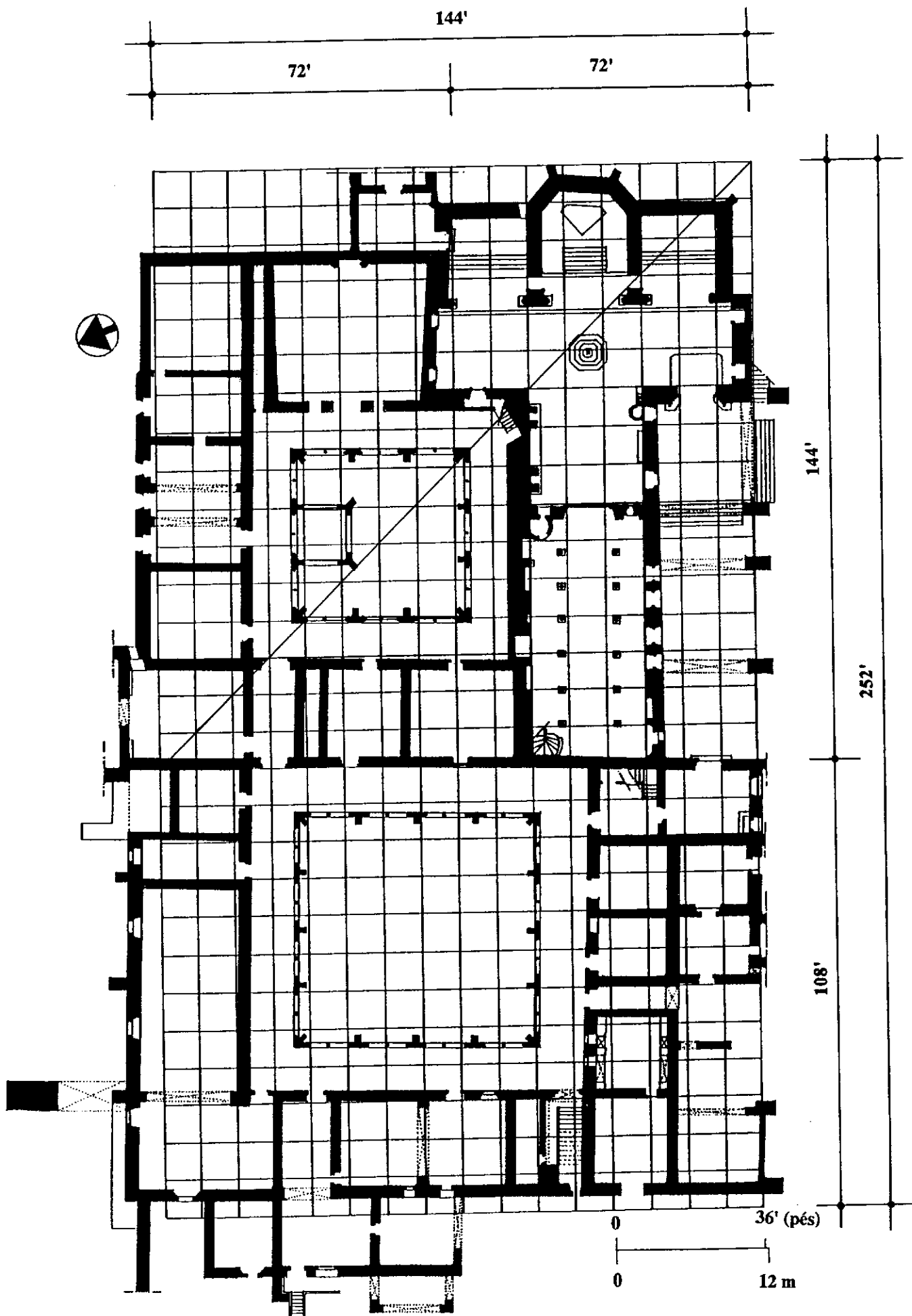


Fig. 7.2 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
 Inserção geométrica da planta do piso térreo no retículo modular de 9'.

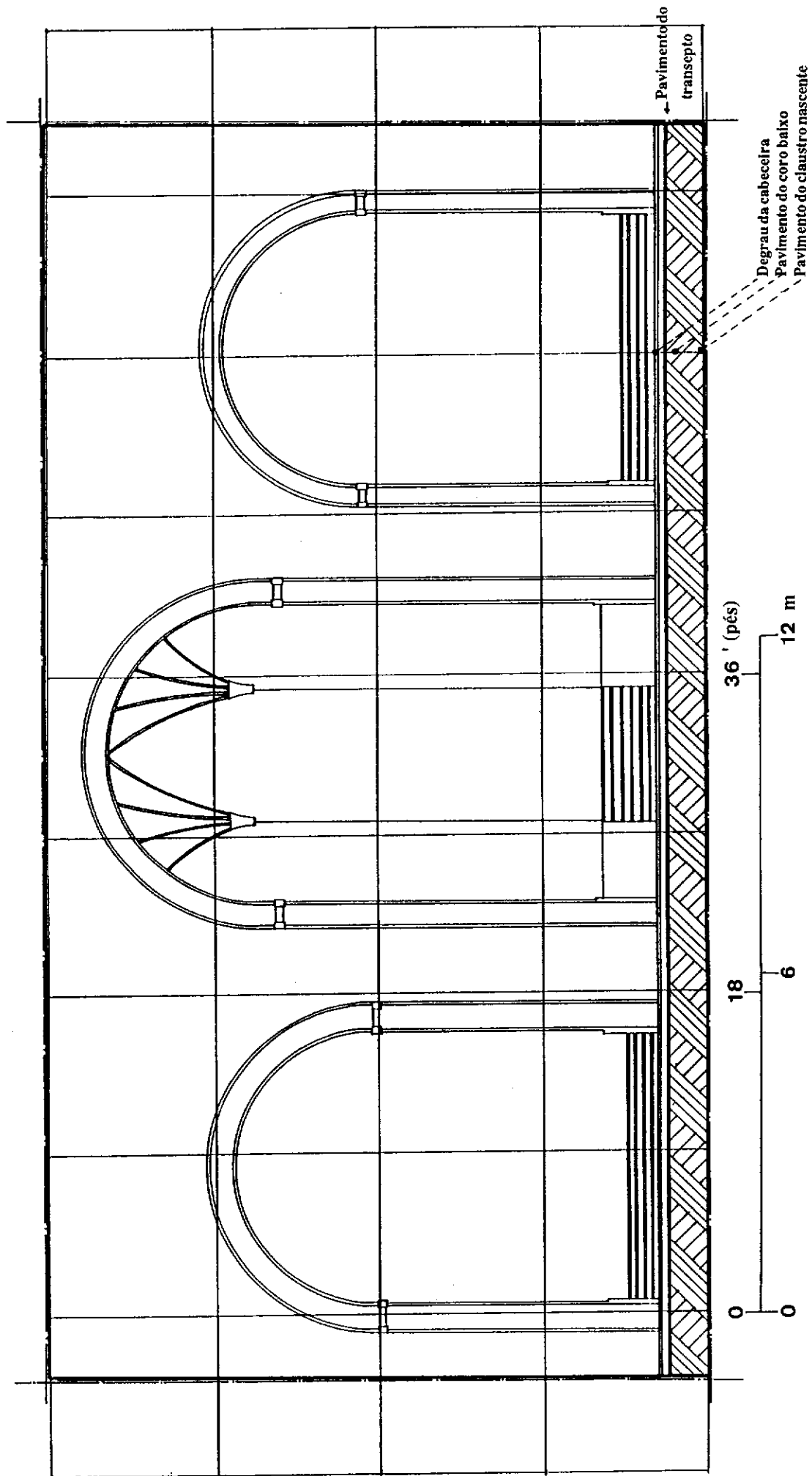


Fig. 7.3 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja. Corte A/B com inserção geométrica do alçado da cabeceira no refúculo até ao intradorso da abóbada.

Outra proporção importante é a de 2:1, entre o comprimento interior da igreja e a sua largura média interior. Esta proporção é precisamente a que vem referida na Bíblia entre o comprimento e a largura do Templo na visão de Ezequiel (Ez. 41, 2). Por outro lado, o comprimento e a largura do mosteiro primitivo eram iguais, inscrevendo-se dentro dum quadrado (Fig. 7.2), o que corresponde à forma da Nova Jerusalém (Ap. 21, 16), também quadrada. Se dividirmos este quadrado longitudinalmente, obtemos dois rectângulos, e num deles inscreve-se totalmente a igreja.

Quanto à simetria, ela verifica-se se cortarmos axialmente a igreja em duas metades, verificando-se também entre os braços do transepto, a nave dos fiéis e o presbitério, que formam uma cruz grega.

7.3 Módulo e seu desenvolvimento

Descoberta que foi a unidade de medida utilizada para projectar a igreja, a tarefa que se impõe de seguida, do ponto de vista metodológico, será o cálculo aritmético-geométrico do módulo a partir do qual a igreja, e por extensão todo o mosteiro primitivo, foram desenhados. Como sabemos, o módulo é uma figura geométrica regular e simétrica expressa num número inteiro (p. ex., em pés reais) que, reproduzida de forma regular, marcará os pontos importantes do desenho. Neste caso sabemos antecipadamente que se trata dum quadrado de 9 pés reais de lado (= 2,92356 m). O módulo vem a ser como que uma célula orgânica que, reproduzindo-se, dará origem ao ser arquitectónico.

Desenvolvemos nesta tarefa o seguinte método:

- Utilizando as medidas principais da igreja expressas em pés reais, calculámos o máximo divisor comum, obtendo-se a medida do lado do módulo:

- largura interior da capela lateral sul (18 pés);
- profundidade do transepto até ao degrau da cabeceira (18 pés);
- largura média do corpo longitudinal (27 pés);
- largura exterior do presbitério (27 pés);
- profundidade das capelas laterais desde o degrau da cabeceira até à parede exterior (cerca de 27 pés);
- profundidade do presbitério, do degrau até aos contrafortes (36 pés);
- altura do pavimento da nave dos fiéis ao extradorso da abóbada (36 pés);
- altura do pavimento do claustro nascente às nervuras da abóbada (36 pés);
- profundidade total do corpo longitudinal (90 pés);
- largura exterior do transepto (cerca de 81 pés).

Máximo divisor comum (18, 27, 36, 81 e 90) = 9

Construindo uma grelha reticular com quadrados de 9 pés reais de lado e aplicando-a à planta da igreja, verificámos que definia os pontos principais do seu desenho, com ligeiras incorreções (Fig. 7.1):

- 3 módulos de largura interior do corpo longitudinal;
- 3 módulos de largura exterior do presbitério;
- 2 módulos de largura interior das capelas laterais;
- 3 módulos de profundidade da cabeceira desde o degrau até à parede exterior das capelas laterais;
- 2 módulos de profundidade do transepto até ao degrau da cabeceira;
- 1 módulo de largura da porta da igreja;
- 3 módulos de profundidade da nave dos fiéis;
- 9 módulos de largura exterior do transepto.

Aplicando o reticulado ao alçado da cabeceira e fazendo coincidir o seu topo com o intradorso da abóbada, temos (Fig. 7.3):

- cerca de 1/2 módulo até ao intradorso do arco do presbitério;
- 1 módulo até ao extradorso dos arcos das capelas laterais;
- 1 1/2 módulo até aos arranques do arco do presbitério;
- 2 módulos até aos arranques dos arcos das capelas laterais;
- 3 1/2 módulos até às escadas do presbitério;
- 4 módulos de altura do piso da igreja até ao extradorso da abóbada;
- 4 módulos de altura do piso do claustro nascente até ao intradorso da abóbada;
- 8 módulos de largura interior do alçado, ou 9 se considerarmos o lado exterior das paredes.

Encontrado o módulo, verificou-se se o retículo se poderia estender a todo o mosteiro. Para tal, partimos da planta do piso térreo de 1956 (Anexos X) e completámos a parte não desenhada (alas norte, poente e sul) através da planta de 1916 (Anexos XI). A este respeito esclarecemos o seguinte:

- A ala norte do claustro nascente possui, na planta de 1916, uma compartimentação diferente da que apresenta hoje; apesar de esta planta antiga não nos inspirar total confiança ao nível de alguns pormenores, optámos por aceitar a sua compartimentação daquele espaço, já que não possuímos provas em contrário para a refutar.

- A ala norte do claustro poente foi demolida já neste século, restando apenas o espaço em que se inscrevia; resta apenas a memória da sua compartimentação, a planta de 1916.

- A ala poente do mesmo claustro foi, também neste século, inteiramente demolida e reconstruída de forma a reabilitar-se para fins militares; da construção primitiva talvez subsistam apenas as paredes exteriores.

Verificámos as ligeiras variações com que o desenho foi transposto para o terreno, devidas, como já dissemos, às características fisiográficas do sítio, manifestando-se essencialmente (Fig.7.2):

- na parede nascente do presbitério (pelo menos na forma irregular que apresenta hoje);
- na obliquidade do topo norte do transepto;
- na sala do capítulo, com a forma dum trapézio com os ângulos internos todos diferentes;
- nas capelas laterais, de larguras diferentes;
- nos claustros que, apesar de possuírem cada um deles o mesmo número de tramos em qualquer dos lados, não constituem quadrados, chegando a apresentar diferenças de 0,80 m entre os tramos (claustro poente);
- na obliquidade das alas dos claustros relativamente à restante composição.

Apesar destas irregularidades, considerámos aplicável o módulo de 9 pés pelas seguintes razões:

- o mosteiro primitivo (Fig. 7.2) inscreve-se num quadrado de 16 módulos de lado, ou seja, de 144 pés, o que equivale a 46,775 m;

- dentro deste quadrado, a profundidade total da igreja é também de 16 módulos, enquanto que a largura ocupa exactamente metade da largura do mosteiro, se o ponto médio se situar a meio da parede que separa a capela lateral norte da sala do capítulo;

- uma das diagonais deste grande quadrado passa por uma das diagonais do claustro e por pontos importantes do transepto e da cabeceira;

- unindo os contrafortes do claustro pelas faces anteriores, obtém-se um quadrado de 4 módulos de lado;

- da face interior da parede sul do coro até ao limite sul do nártice vão exactamente 3 módulos de largura. Aqui, a fiada de módulos centrais define a largura e a direcção do portal da igreja;

- da face interior da parede norte do coro até às faces dos contrafortes que considerámos atrás vão exactamente 2 módulos;
- as galerias do claustro têm cerca de 8 1/2 pés de largura. Se não considerássemos os rebocos e as sucessivas camadas de cal chegaríamos com facilidade ao módulo;
- as alas norte e poente possuem cerca de 3 módulos de largura.

Como já referimos, de 1533 até 1550 decorreu a 2ª campanha de obras, ampliando-se o mosteiro para poente, com mais um claustro. O grande quadrado inicial foi ampliado em 3/4 da sua superfície. A modulação inicial manteve-se. Assim:

- manteve-se a largura do mosteiro, com um ligeiro pronunciamento da ala norte do novo claustro (cerca de 40 cm), para o que contribuiu o enviesamento geral desta ala em relação ao corpo longitudinal da igreja;
- o novo claustro é maior, alinhando o lado norte com o mesmo lado do claustro nascente, e o lado sul com as paredes interiores do coro e exterior do presbitério. Aumentou de lado cerca de 1 1/2 módulo em relação ao claustro primitivo;
- a ala poente, novo limite do mosteiro, inscreve-se no retículo, aumentando o comprimento total do mosteiro de 144 para 252 pés, exactamente mais 3/4 da medida inicial, ou seja, 12 módulos. A nova proporção entre o comprimento total e a largura total do mosteiro passa a ser de 7:4.

Podemos concluir que de facto se respeitou o módulo inicial na 2ª campanha de obras. A coincidência seria mais evidente se considerássemos um módulo de 4 1/2 pés, uma vez que encontramos algumas paredes a passar a meio do reticulado. Outros ensaios modulares revelaram menos coincidências. O módulo de 10 pés aplica-se com perfeição no transepto e no presbitério, mas apresenta muito menos coincidências no restante edificado.

7.4 A questão do desenvolvimento modular *ad quadratum*

Os estudos anteriores provocaram em nós uma certa curiosidade sobre o simbolismo do quadrado, curiosidade que nos levou à investigação e a escrever algumas linhas sobre a questão.

Porquê o quadrado como módulo e não outra figura geométrica? Virgolino Ferreira Jorge (8) aborda o problema adiantando que determinadas referências arquitectónicas bíblicas foram adoptadas pela arquitectura religiosa, sobretudo pela monacal. O referido autor dá como exemplos a construção do Tabernáculo (Ex. 27, 9 - 14), a construção da Arca de Noé (Gn. 6, 15), a visão do templo por Ezequiel (Ez. 40 - 43) e o Templo de Salomão (1Reis. 6, 2 ss.).

Outras passagens bíblicas nos pareceram igualmente significativas, como as da Nova Jerusalém (Ap. 21, 15 - 17) (9). Nestas, ressaltam a figura do quadrado e duas unidades de medida, o *estádio* e o *côvado*, chegando este último quase aos nossos dias. Por outro lado, a medição efectuou-se com a *cana de ouro*. Em Ezequiel (42, 16) aparece também a *cana de medir*. Será que esta *cana* corresponde à *vara* que depois se empregou durante todo o Antigo Regime? E claro, o ponto de referência destas medidas é o Homem. Por outro lado ainda, é interessantíssima a forma paradigmática com que se fala da arquitectura do Templo em Ezequiel (43, 10 - 12) (cf. p. 15).

Este receituário sagrado vem influenciar toda a arquitectura religiosa cristã. Mas já antes, no séc. I a.C., Vitruvius explica a necessidade da simetria nos templos, porque também a natureza dela usou na concepção do Homem. Nesta simetria humana, segundo o referido autor, surge uma vez mais o quadrado como figura geométrica básica. Assim, no homem, o comprimento que vai dos pés à cabeça é geralmente o mesmo que vai da ponta dos dedos duma mão à ponta dos dedos da outra mão quando os braços estão estendidos (10).

E com base no quadrado e no seu desenvolvimento modular foi construída a grande maioria dos templos gregos e romanos do seu tempo, que Vitruvius estuda e classifica no seu Livro III.

S. Bernardo, na sua *Apologia (Apologia ad Guillelmum Abbatem)* escrita cerca de 1125, onde

se criticam os excessos da arquitectura, da decoração e dos costumes de Cluny, expressa a convicção de que a igreja e o claustro (*paradisus claustralis*) devem ser construídos à semelhança da Jerusalém Celestial, tal como esta é descrita na Bíblia (11).

Lekai refere que os cistercienses procuravam uma proporção perfeita na geometria (12), corroborando também os estudos de Otto von Simson sobre a matéria, onde este autor sustenta que S. Bernardo contribuiu para a fundamentação espiritual dum estilo novo - o gótico - inovador *no uso da luz e na harmonia de elementos estruturais baseados numa medida autêntica expressa por equações geométricas* (13), por sua vez influenciado pelo tratado de S. Agostinho, *Sobre a Música*, e pela mística pitagórica e neoplatónica dos números.

Lekai dá como exemplo a abadia de Fontenay (1139), considerando-a uma das mais fiéis ao ideário arquitectónico bernardino, já que terá sido construída sob a própria direcção de S. Bernardo. Nessa abadia, a influência de S. Agostinho ao nível da *relação perfeita* de quadrados e cubos está bem patente no desenho (14). Por seu turno, Boécio fala-nos da harmonia geométrica do cubo (6 faces, 8 vértices e 12 arestas). Esta relação 12:8:6, contém as relações da oitava (2:1), da quinta (3:2) e da quarta (4:3) (15).

Não restam dúvidas, portanto, de que as passagens bíblicas sobre a arquitectura da Nova Jerusalém, do Templo, etc... influenciaram toda a arquitectura religiosa e até civil posterior, e que no centro dessa concepção sacra da cidade e da casa de Deus estava o quadrado como figura geométrica perfeita, módulo gerador de todo o desenho. Esta geometria hierática ficou gravada em pinturas e desenhos de livros sagrados como o mostra exemplarmente o *Apocalipse de S. Sever* (séc. XI) (16) (Fig. 7.4). Note-se que se respeita, ao mesmo tempo, um ritmo trinitário - os arcos do claustro - numa harmonia tetraédrica - claustro em quadrado. Também no nosso mosteiro o claustro é quadrado, possuindo cada lado três tramos de dois arcos cada, marcados por grossos contrafortes. Na mesma figura, e dentro do quadrado, está o Cordeiro de Deus, simbolizando Cristo (dentro dum círculo), e um anjo procede a medições, o que demonstra a enorme importância das medidas e das regras geométricas bíblicas.

Quadrado, círculo, proporções, simetrias, números perfeitos (o 6 e o 7 para Santo Agostinho) (17), toda esta cabalística é apanágio dum tempo mágico-religioso, pré-científico, evidenciando-se um entrosamento entre a geometria e o simbolismo místico. É bem expressivo o pensamento do arquitecto Alcuino, inscrito numa cornija da igreja palatina carolíngia de Aix (18):

*Cum lapides vivi pacis conpage ligantur
Inque pares numeros omnia conveniunt
Clavet opus domini totam qui construit aulam*

(Quando as pedras vivas se reúnem harmoniosamente e os números coincidem também, então eleva-se esplêndida a obra do Senhor criador deste templo)

Também é interessante verificar que mesmo na cultura oriental, mais propriamente na chinesa, o quadrado é também uma figura geométrica mágica. Na China do 3º milénio a.C. foram construídos os primeiros quadrados mágicos de que há memória, o Lo-Shu e o Ho-T'u (19). No 2º milénio a.C., a geometria de Chóu-pei afirmava: *A arte dos números deriva do círculo e do quadrado* (20). Mais próximos de nós geograficamente, no Crescente Fértil, as plantas das primeiras habitações que a arqueologia desvendou são quadradas e rectangulares (Ur, na Suméria, 6000 a.C.).

Concluindo, o quadrado representa uma imagem de perfeição, de regularidade e de simetria que, pelos séculos fora, terá servido de módulo à arquitectura, quer religiosa quer civil. Para os construtores da Idade Média o quadrado assumia a representação geométrica da face de Deus (21). O mesmo poderemos dizer da perfeição da circunferência, talvez a figura mais fácil de desenhar (bastando para isso um pedaço de corda), com todos os pontos equidistantes dum central, e que aparece com o quadrado nas representações hieráticas (Nova Jerusalém, Santo Sepulcro, etc...), sendo também circulares as plantas de algumas habitações do neolítico.

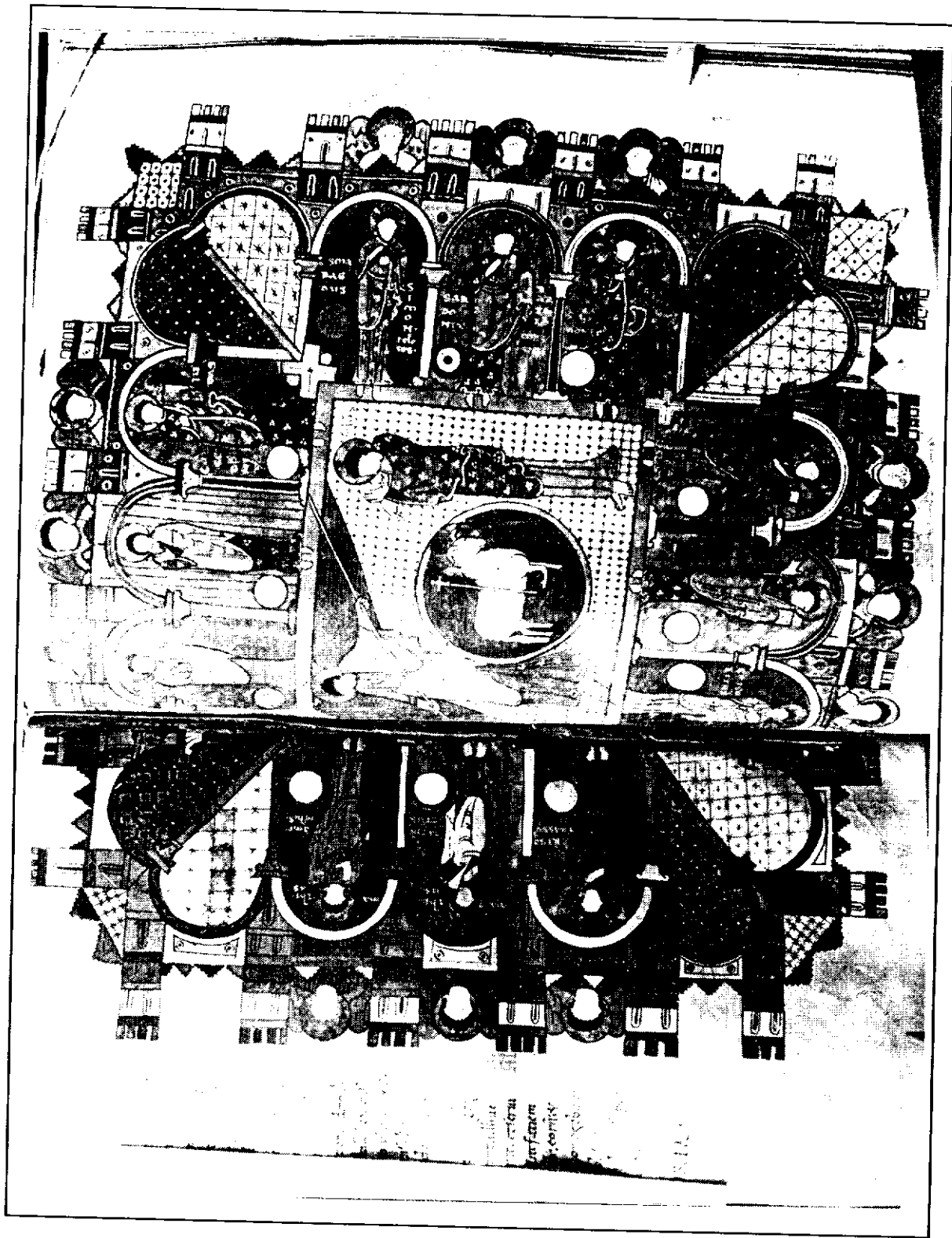


Fig. 7.4 - Jerusalém celestial segundo o Apocalipse de Saint - Sever (séc. XI)

NOTAS

(1) Obras consultadas:

- JORGE, Virgolino Ferreira - "Measurement And Number In The Cistercian Church Of Alcobaca (Portugal)", in *Arte Medievale* N.1/93.
- GARRAIO, Isilda - *Foral Manuelino de Portalegre*, C.M.P., 1992, p. 16.
- Tombo nº 67 do Convento de S. Bernardo (Arquivo Distrital de Portalegre, numeração provisória), p. 5.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - "Pesos e Medidas", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, 1979, p. 67 ss.
- *Simboli e Simbologia nell' Alto Medioevo*, Centro italiano di studi sull'alto medioevo, t. I, Spoleto, 1976, p. 402.

(2) VITRUVIUS - *The Ten Books on Architecture*, Dover Publications, Inc., New York, 1960, pp. 73 e 74.

(3) *Without symmetry and proportion there can be no principles in the design of any temple: that is, if there is no precise relation between its members, as in the case of those of a well shaped man.*

For the human body is so designed by nature that the face, from the chin to the top of the forehead and the lowest roots of the hair, is a tenth part of the whole height; the open hand from the wrist to the top of the middle finger is just the same (...) Similarly, in the members of a temple there ought to be the greatest harmony in the symmetrical relations of the different parts to the general magnitude of the whole. Then again, in the human body the central point is naturally the navel. For if a man be placed flat on his back, with his hands and feet extended, and a pair of compasses centred at his navel, the fingers and toes of his two hands and feet will touch the circumference of a circle described there from. And just as the human body yields a circular outline, so too a square figure may be found from it. For if we measure the distance from the soles of the feet to the top of head, and then apply that measure to the outstretched arms, the breadth will be found to be the same as the height, as in the case of plane surfaces which are perfectly square.

There fore, since nature has designed the human body so that its members are duly proportioned to the frame as a whole it appears that the ancients had good reason for their rule, that in perfect buildings the different members must be in exact symmetrical relations to the whole general scheme. Hence, while transmitting to us the proper arrangements for buildings of all kinds, they were particularly careful to do so in the case of temples of the gods, buildings in which merits and faults usually last forever (VITRUVIUS, ob. cit. pp. 72 e 73).

(4) SIMSON, Otto Von - *A Catedral Gótica / Orígenes da arquitetura gótica e o conceito medieval de ordem*, Presença, Lisboa, 1991, p. 41.

(5) Id., *Ib.*, p. 44.

(6) Id., *Ib.*, p. 46.

(7) JORGE, Virgolino Ferreira, art. cit.

(8) Id., *Ib.*

(9) *Bíblia Sagrada*, tradução do padre António Pereira de Figueiredo, Lisboa, 1937.

(10) *For if we measure the distance from the soles of the feet to the top of the head, and then apply that measure to the outstretched arms, the breadth will be found to be same as the height, as in the case of plane surfaces which are perfectly square (VITRUVIUS, ob. cit. p. 73).*

(11) Cit in LEKAI, Louis F. - *Los Cistercienses/ Ideales y Realida*, Ed. Herder, Barcelona, 1987, p. 345.

(12) Id., *Ib.*, passim.

(13) Id., *Ib.*, p. 344.

(14) *(...)la superficie del piso comprendida entre dos arcos de las naves laterales forma un cuadrado, que se convierte en un cubo por el hecho que la altura de la bóveda es la misma que el ancho de la nave (LEKAI, Louis F., ob. cit., p. 348).*

(15) SIMSON, Otto Von, ob. cit., p. 59.

(16) *Simboli e Simbologia nell'Alto Medioevo*, ob. cit., p. 399.

(17) SAN AGUSTIN - *La Ciudad de Dios*, t. XVI - XVII, B. A. C., Madrid, 1958, p. 768.

(18) *Simboli e Simbologia nell'Alto Medioevo*, ob. cit., p. 400.

(19) SMITH, D. E. - *History of Mathematics*, v. I, Dover Publications, New York, pp. 28 e 29.

(20) Id., *Ib.*, p.31.

(21) SIMSON, Otto Von, ob. cit., p. 59.

II PARTE

PROPOSTAS DE RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO

Capítulo VIII

PATOLOGIA, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAIS INERTES

8.1 Pedras

8.1.1 Objectivos e metodologia

São os seguintes os objectivos que pretendemos alcançar e que, ao mesmo tempo, pensamos serem os fundamentais para a realização de qualquer trabalho de recuperação de monumentos em pedra:

- Identificar o tipo de rocha utilizada.
- Medir o decaimento.
- Verificar se o decaimento varia com o tipo de rocha.
- Verificar se o decaimento varia com a posição geográfica das peças.
- Identificar as patologias.
- Propor medidas de recuperação e manutenção.

Relativamente à escolha do nosso objecto de estudo, havia que beneficiar as zonas mais carenciadas do mosteiro. Estão nestas circunstâncias as colunas da arcaria dos claustros e, com um grau de preocupação muito menor, o portal da igreja e o túmulo do fundador.

Relativamente às colunas, escolhemos os fustes para procedermos a observações e medições, já que constituem as únicas peças regulares e de figura geométrica constante, o que permitiria estabelecer comparações quanto ao decaimento. Mas nem todos os fustes foram analisados, já que os que se encontram encostados aos pilares e contrafortes, que definem os tramos das alas, não se lhes pode medir os perímetros - medida que considerámos fundamental para o estudo em vista. Apenas foram analisados os fustes das colunas que se encontram ao meio dos tramos. Por sua vez, os fustes são diferentes de claustro para claustro, de galeria para galeria e, na mesma ala, varia-lhes o tipo de granito em que foram trabalhados e, com certeza, os anos em que saíram da jazida e foram colocados em obra. Ajuda apenas o facto de serem primitivamente cilindros.

Localização dos fustes	Altura	Perímetro máximo (valor médio)
Claustro nascente galerias inferiores	1,245 m	42,5 cm
Claustro nascente galerias superiores	0,89 m	39,5 cm
Claustro poente galerias inferiores	1,325 m	47,6 cm
Claustro poente galerias superiores	0,95 m	41,0 cm

Este indicador parece-nos válido para posteriores comparações e tratamento estatístico, porque:

- seja qual for a dimensão inicial do fuste, a diferença entre os perímetros máximo e mínimo é directamente relacionável com a alteração sofrida;
- não é possível, na prática, medir com rigor o volume de coluna em falta, devido à irregularidade geométrica que as colunas apresentam hoje;
- teremos o cuidado de não considerar, como decaimento, fragmentações claramente atribuíveis a outras causas;
- o número de casos observados (32 no claustro poente e 21 no nascente), parece-nos ser significativo em termos de amostra, num universo de 168 fustes.
- as conclusões a tirar serão sempre de carácter muito geral e sem a pretensão de constituírem lei, uma vez que, no claustro nascente, nos parece ter havido substituição de grande parte dos fustes.

Relativamente ao portal da igreja e ao túmulo de D. Jorge de Melo, executados com mármore de Estremoz, optámos por resumir os fenómenos de decaimento mais importantes que atacam este tipo de pedra, identificar as patologias nestas peças e apontar algumas medidas de recuperação e manutenção. Dado o seu bom estado de conservação, não nos pareceu importante realizar estudos mais aprofundados, como os que realizámos com as colunas dos claustros.

8.1.2 Colunas dos claustros

8.1.2.1 Tipos de granitos

O mosteiro foi construído sobre um maciço granítico (Fig. 8.1), *o denominado granito de Portalegre, intensamente tectonizado, às vezes milionitizado e xistificado. A rocha granítica forma diversas manchas localizadas entre Castelo de Vide, Portalegre, Vale do Peso e Monforte, intrusivas nos terrenos precâmbrios. Do ponto de vista mineralógico, esta rocha é constituída, geralmente, por ortose, microclina e oligoclase sódica, quartzo, com frequência granulada, biotite e moscovite. A tectonização do granito relaciona-se com a fase principal da orogenia hercínica (1). As fácies que predominam vão do grão muito grosseiro ao médio, com os minerais orientados por efeito da tectonização acontecida há cerca de 250 milhões de anos (Era Primária, Período Carbónico).*

Relativamente ao tom geral da cor, ela é sempre clara, acastanhada quando em camadas mais alteradas e acinzentada quando mais frescas. Determinações da idade absoluta destas rochas para o granito do sítio do Estádio Municipal, deram 466 milhões de anos (mais ou menos 12 milhões), pelo método Rb-Sr (2). Assim sendo, estas rochas ter-se-iam formado na Era Paleozóica, no Período Ordovícico.

Lógico seria que a obra aproveitasse a pedra do lugar para as alvenarias, pavimentos, cantarias, etc.... E assim aconteceu: comparem-se as Figs. 8.2 e 8.3, para se verificar a semelhança entre as texturas da pedra em jazida e da pedra em obra, apesar desta ter uma pátina de 450 anos.

A pedra terá sido aproveitada logo das obras de terraplanagem, uma vez que o declive é grande (Fig. 8.4), e também, por certo, dos grandes afloramentos destacáveis que ainda hoje emergem na encosta onde o mosteiro se localiza. Mas o granito utilizado nas obras de arte (bases, fustes, capitéis) não tem a mesma proveniência. É um granito de grão mais fino, importado, parecido ao de Alpalhão ou ao de Gáfete (mais ou menos alterados) (Figs. 8.5 a 8.8). Também sabemos que foi pedida pedra (a partir de 1526) aos habitantes da Serra de S. Mamede (Anexos III) e que, muito provavelmente, terá sido aproveitada pedra já aparelhada proveniente das ruínas de Amaia, onde D. Jorge pensou inicialmente construir o mosteiro. No entanto, pensamos que a expressão *call pedra* a que se refere o documento supracitado, poder-se-á referir, simplesmente, à cal em pedra e não a pedra natural para alvenarias e cantarias. Ou seja, refere-se à cal para a feitura de argamassas, explorada nas caleiras da Escusa.

Realizámos então um levantamento das variedades coloridas do granito utilizado nas colunas

dos claustros (Diagrama I - Anexo XVIII) e, se bem que nos tenhamos confrontado com algumas dificuldades de classificação devido à pátina da pedra e à existência de peças com coloração atípica, podemos concluir seguramente que:

1 - No claustro nascente predomina o granito de cor castanha, quer na galeria superior quer na inferior, parecendo-nos que, na maioria dos casos, se trata de fustes que substituíram os primitivos, de que ainda há alguns exemplares na ala norte, galeria superior, em estado de colapso (Fig. 8.9).

2 - No claustro poente, de construção posterior, predomina o granito de cor cinzenta, sobretudo na galeria superior, enquanto que na inferior as duas variedades se equilibram.

3 - No cômputo geral, a predominância vai para o granito castanho.

8.1.2.2 Decaimento

8.1.2.2.1 Considerações gerais sobre a alteração das rochas graníticas. Identificação de patologias.

O Professor Aires-Barros resume da seguinte forma a arenização dos granitos:

No que concerne às rochas quartzo-feldspáticas, granito-gnaissóides, o principal fenómeno de decaimento a que assistimos é o da sua arenização, com o concomitante enfraquecimento das ligações físicas, que permite fenómenos de esfoliação e escamação, e das ligações químicas, com a argilização dos feldspatos e a cloritização dos minerais ferromagnesianos, em especial das biotites (3).

Ilustrando estes fenómenos, apresentamos exemplos, no nosso mosteiro, de esfoliação, pulverização e fragmentação (Figs. 8.10 a 8.13).

a) O decaimento químico

O decaimento químico é provocado por fenómenos de hidrólise, resultando daí a desagregação dos feldspatos (silicatos de alumínio) e a conseqüente formação de argila (silicatos de alumínio hidratados), e por fenómenos de dissolução dos silicatos (quase 100 % dos constituintes dos granitos), sendo esta tanto maior quanto mais ácido for o pH da água das chuvas ($\text{pH} < 7$).

b) O decaimento físico

No processo de decaimento das rochas, não há fenómenos independentes (químicos, físicos e biológicos), antes pelo contrário, todos se entrelaçam para dar à rocha o novo equilíbrio que o meio ambiente promove. Todavia, se quisermos focalizar apenas o decaimento físico, podemos dizer que, numa forma grosseira, para a mesma rocha, quanto mais água e ar penetrarem nela, quanto maior for a insolação e o fluxo de vento recebido, quanto maiores forem as amplitudes térmicas e a formação de gelo, maior será o decaimento. Tais fenómenos são fortemente condicionados pelo estado físico-estrutural das rochas: porosidade ao ar, permeabilidade ao ar, massas volúmicas, capilaridade, coeficiente de saturação, porometria, sucção e superfície específica. Relativamente à granulometria, a rocha de grão médio é a que resiste melhor à meteorização, depois a de grão fino e por último a de grão grosseiro (5).

Nas juntas de algumas colunas (base/fuste ou fuste/capitel) encontramos peças de ferro a servir de cunha. Por oxidação, o óxido formado é mais volumoso do que o metal original, originando dilatações que rebentam com a rocha naquelas zonas de contacto (Fig. 8.14).

c) O decaimento biológico

Bactérias, algas, protozoários, fungos, líquenes, plantas e animais, podem alojar-se nas pedras dos monumentos promovendo o seu decaimento por:

- acções químicas directas (biocorrosão);
- como catalizadores de reacções químicas;
- e através de acções físicas de abrasão e desagregação.

Ao nível das acções de natureza química, elas são promovidas pela formação de ácidos: H_2SO_4 , HNO_3 , H_2CO_3 e ácidos orgânicos. No entanto, também é verdade que certos organismos formam capas de protecção biogenéticas (pátinas) aos ataques físicos e químicos.

No nosso estudo, detectámos alguns capitéis com colónias abundantes de seres vivos (vegetais) que deveriam ser removidas (Fig. 8.15). A sua existência deve-se sobretudo à falta de sol e à consequente humidade.

d) O decaimento promovido pelo Homem

Não se registam acções de vandalismo importantes nas peças estudadas, talvez porque o mosteiro esteja classificado (Monumento Nacional) e nunca tenha estado abandonado, havendo sempre uma instituição responsável pela sua manutenção. Embora seja verdade que estas duas condicionantes benéficas poderão, quando muito, estabelecer uma regra cheia de excepções.

8.1.2.2 O decaimento e o tipo de granito (coloração geral)

Para avaliarmos se a coloração implica um maior ou menor grau de decaimento (isto porque colorações diferentes são sintoma de alterações químicas), tomámos a galeria inferior do claustro poente, única que usou de forma algo equilibrada os dois tipos de granito, e verificámos, ala a ala, a média das diferenças entre os perímetros máximos e mínimos para as duas colorações (Quadro I).

Sem que queiramos induzir uma regra, até porque o universo considerado não é significativo, verificamos que o decaimento é maior nos fustes de coloração castanha. Tal facto aparenta ter uma justificação: este granito poderá ter resultado duma zona da jazida mais alterada, e assim, a sua alterabilidade é maior face à meteorização.

QUADRO I

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre

Análise do decaimento da pedra dos fustes dos claustros

Claustro poente galeria inferior

Decaimento por tipo de granito (coloração geral)

Médias das diferenças entre os perímetros máximo e mínimo (cm)

<i>Tipos de granitos / Alas</i>	Sul	Este	Norte	Oeste	Média das médias
Granito de coloração geral cinzenta		0,35	0,35	1,8	0,38
Granito de coloração geral castanha	3,78	0,80	1,7	1,23	1,88

8.1.2.2.3 O decaimento e a orientação geográfica das peças

Tentámos verificar se os factores atmosféricos inscrevem alguma lógica no processo de decaimento da pedra. Analisando o período (1951-1960), a cujos valores já nos referimos no Capítulo II, e feita ainda a recolha de dados referente ao ano de 1992 (a título de amostra comparativa) na Estação de Portalegre do I. N. M. G., seleccionámos a seguinte informação:

- Rumos predominantes do vento (1951-1960): Norte / Sul com velocidade média de 14,5 Km/h. Em 1992: Noroeste/Sudeste.

- Número médio de milímetros de chuva por m² caídos anualmente (1951-1960): 878 . Em 1992: 627,4. O rumo predominante do vento quando chove é de Sudoeste / Nordeste (1992).

- Número médio de dias de nevoeiro (humidade relativa próxima dos 100%) por ano (1951-1960): 100,6. Em 1992: 58 dias.

- Humidade relativa média do ar (1951-1960): 64%.

- Temperatura média do ar (1951-1960): 15,5°C.

- Amplitude térmica média anual (1951-1960): 15,1°C.

- Número médio de horas de insolação por dia (1951-1960): 7. Em 1992: 7,6 h.

Segundo esta caracterização, os sectores mais desgastados pela meteorização seriam as alas sul e norte dos dois claustros, uma vez que a erosão eólica se exerce sobretudo na ala sul e o decaimento por dissolução e hidrólise na ala norte. O vento exerce uma acção erosiva pelo choque de partículas que arrasta, ajuda a penetração de ar e água nas rochas e contribui, em caso de temperaturas negativas, para acelerar a gelificação da água que a rocha contém. Por seu turno, a água dissolve e reage com os silicatos.

Por outro lado, as galerias superiores seriam mais fustigadas pelo vento e chuva do que as inferiores, devendo apresentar um decaimento mais acentuado.

Relativamente à diferente insolação das alas, fizémos observações (no mês de Junho /93) de 3 em 3h, das 9h às 21h, podendo concluir-se que a ala oeste é a que recebe o sol durante mais tempo, sendo a ala sul a que regista menos insolação (Diagramas II e III - Anexos XIX e XX) e Diagrama IV. A explicação para estes factos é simples: nós chamamos ala oeste ao alçado interior do claustro que, devido à orientação do mosteiro (v. Carta de Implantação do Mosteiro, p. 144), se situa sim, na sua maior parte, a noroeste, estando por isso virada para sudeste. Ora no hemisfério norte são as fachadas viradas a sul (para um mesmo ângulo de obstrução), as que recebem mais sol (6). Na Carta de Implantação do Mosteiro, vê-se claramente que alçados é que recebem maior insolação: em primeiro lugar o que designamos por oeste, porque virado para sul e para o ponto onde o sol nasce (leste), e em segundo lugar o alçado norte porque, virado a sudoeste, recebe o sol depois do meio dia e até que ele se põe. Também a ala leste recebe o sol depois das 15 h, sendo a última a deixá-lo. A ala que recebe menos sol é a sul, ou seja, a que está virada a norte: só de manhã e na galeria superior recebe o sol.

Conjugando todos estes factores, as alas sul, norte e oeste deveriam registar o maior decaimento:

- devido à insolação e aos diferentes coeficientes de dilatação dos minerais componentes da rocha, com a conseqüente formação de tensões desagregadoras (ala oeste);

- pela maior persistência da água e gelo no inverno e pela acção do vento predominante (ala sul);

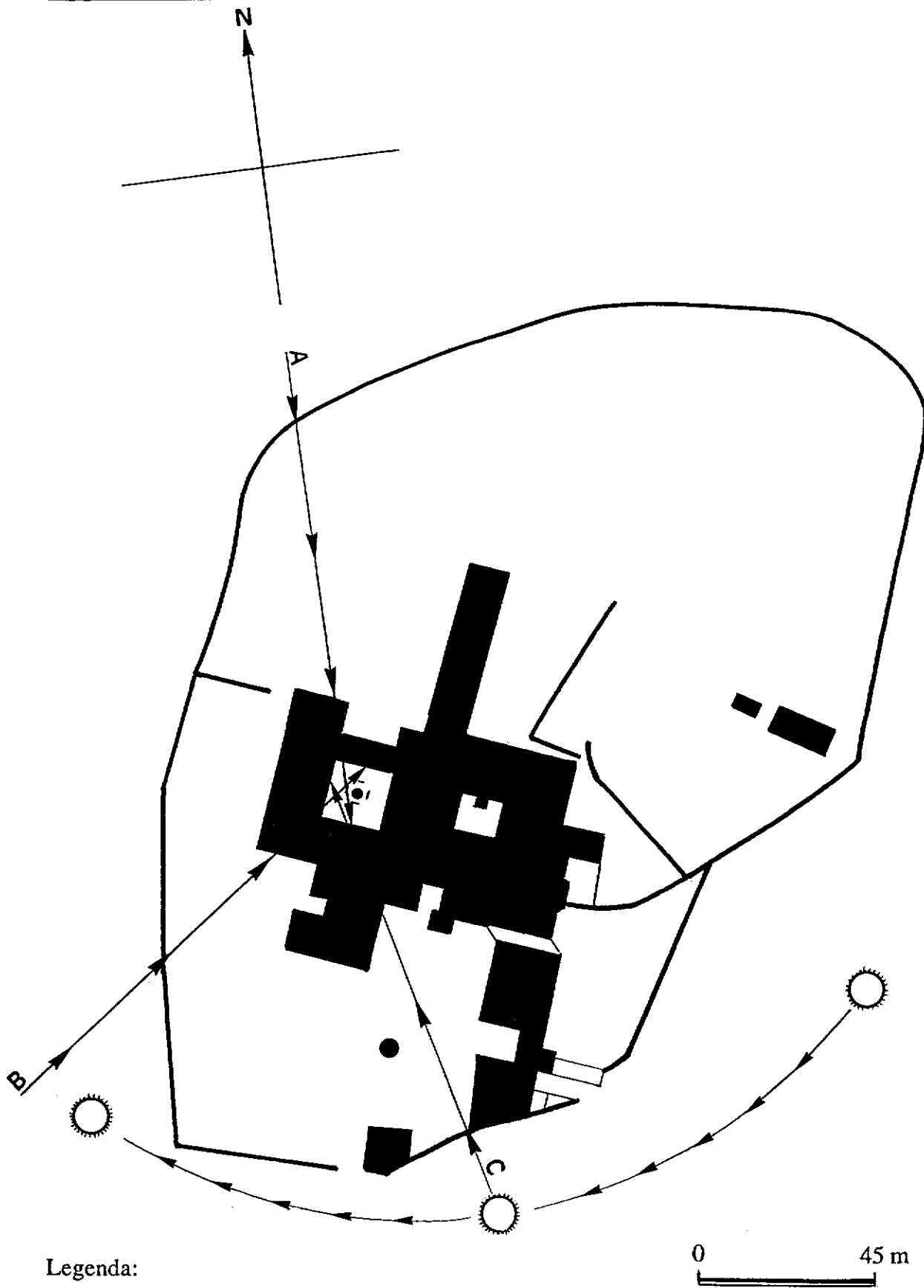
- por ser mais fustigada pela chuva (ala norte).

É exactamente isto que acontece. Analisando os Quadros e Gráficos II a V (Anexos XXI a XXIV) e o seu resumo (Quadro e Gráfico VI), que apresentamos de seguida, podemos concluir que:

1 - As alas que apresentam maior decaimento são, em primeiro lugar, as do sul, (em 3 das 4 galerias), e em segundo lugar as do norte.

2 - As restantes alas possuem graus de decaimento semelhantes (Quadro e Gráfico VI), embora as alas oeste apresentem decaimento superior - devido a maior insolação? Neste caso

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre
Carta de implantação geográfica face aos agentes atmosféricos



Legenda:

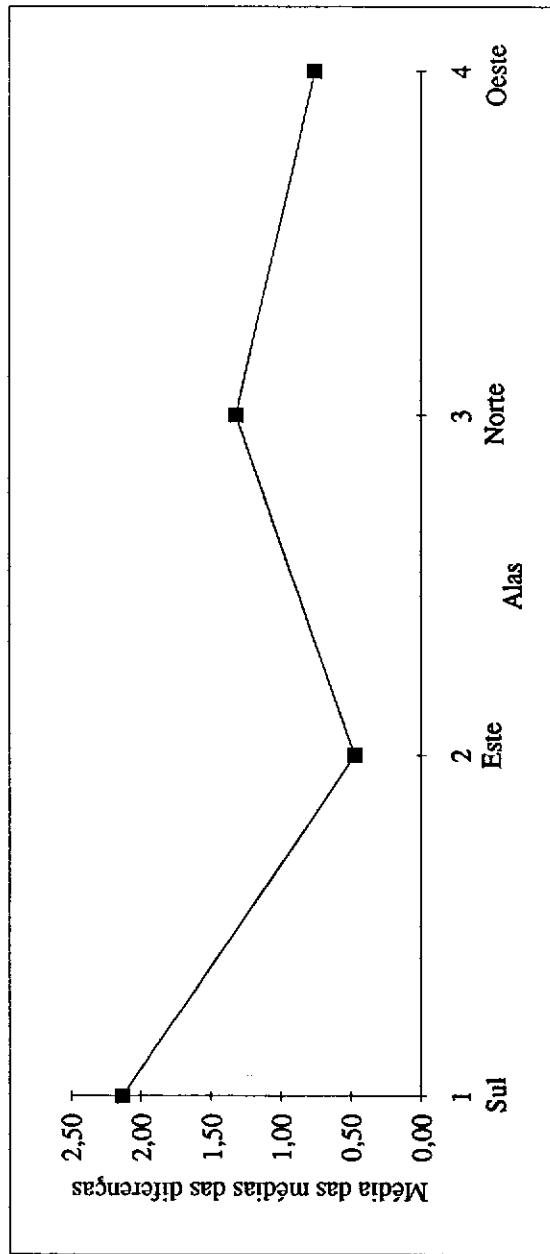
- A - Rumo predominante do vento (N/S)
- B - Rumo predominante do vento quando chove (SO/NE)
- C - Maior insolação (paredes viradas a Sul e a Este)

QUADRO E GRÁFICO VI

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre

Análise do decaimento da pedra dos fustes dos claustros nascente e poente
Médias das diferenças entre os perímetros máximos e mínimos (cm)

Médias / Alas	Sul	Este	Norte	Oeste	Média das médias
Claustro nascente galeria inferior	0,50	0,4	0,6	0,50	0,500
Claustro nascente galeria superior	1,85	0,5	1,8	0,55	1,175
Claustro poente galeria inferior	3,80	0,5	1,0	1,40	1,675
Claustro poente galeria superior	2,40	0,5	1,9	0,60	1,350
<i>Soma</i>	8,55	1,9	5,3	3,05	
<i>Média das médias</i>	2,14	0,5	1,3	0,76	



devemos dizer que as variáveis vento e chuva promovem decaimentos superiores aos realizados pela insolação.

3 - As alas mais protegidas são as leste, apresentando por isso menor decaimento.

4 - As galerias superiores apresentam decaimentos maiores que as inferiores porque mais expostas aos agentes atmosféricos. Excepção para a galeria inferior do claustro poente, devendo-se este facto ao valor registado num único fuste da ala sul (Quadros e Gráfico IV - Anexo XXIII), pelo que não pode fazer regra.

5 - Quanto às zonas dos fustes onde os perímetros mínimos foram encontrados (Quadro VII), podemos colocar a hipótese de que, como os esforços de compressão (trata-se de arcos semi-circulares) se exercem com mais intensidade na parte superior do fuste, tal esforço estrutural da pedra, conjugado com a meteorização, poderá explicar o maior decaimento nas zonas média e superior dos fustes.

As outras características climatéricas referidas não nos pareceram afectar diferencialmente as alas dos claustros.

DIAGRAMA IV

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre

Análise da insolação sobre os fustes do claustro poente

Insolação recebida (%) em 5 observações: 9h, 12h, 15h, 18h e 21h.

<i>Claustros / Alas</i>	Sul	Este	Norte	Oeste
Claustro poente galeria inferior	0	21,875	20	31,25
Claustro poente galeria superior	12,5	25	28	46
<i>Somas</i>	12,5	46,875	48	77,25

8.1.2.2.4 Taxa de decaimento

Tomemos o fuste da 2ª coluna da galeria superior da ala norte do claustro nascente, contando de nascente para poente (Fig. 8.9). Escolhemo-lo por nos parecer original, havendo assim menos probabilidades de erro na sua datação em obra. Sob o ponto de vista da rocha, trata-se dum granito de grão fino e de coloração acastanhada.

Foram medidos 16 perímetros ao longo dos seus 89 cm de altura (h). O perímetro (P) máximo encontrado foi de 41,3 cm no topo, o mínimo foi de 39,4 cm na base, sendo o perímetro médio de 40,4 cm.

A taxa de decaimento calculada foi de 1,177 cm³ / ano (7), embora a taxa real seja sempre superior, já que o perímetro inicial do cilindro era com certeza superior ao perímetro máximo encontrado 475 anos depois.

8.1.3 Portal da igreja e túmulo de D. Jorge de Melo

8.1.3.1 Tipo de rocha carbonatada

As duas peças foram executadas com mármore de Estremoz, branco, embora não puro, verificando-se a existência de outros minerais que o coloram em laivos de vermelho e cinzento.

QUADRO VII

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre

Análise do decaimento da pedra dos fustes dos claustros

Zonas dos fustes onde os perímetros mínimos foram encontrados

<i>Localização / Zonas dos fustes</i>	<i>Superior</i>	<i>Média</i>	<i>Inferior</i>
Claustro poente galeria inferior	4	8	3
Claustro poente galeria superior	7	6	2
Claustro nascente galeria inferior	3	7	1
Claustro nascente galeria superior	3	1	5
<i>Somas</i>	17	22	11

8.1.3.2 Considerações gerais sobre a alteração das rochas carbonatadas. Identificação de patologias.

As rochas carbonatadas são atacadas, principalmente, pela acção de três gases dissolvidos na água das chuvas ou na humidade do ar: o dióxido de carbono (CO_2), o dióxido de enxofre (SO_2), e os óxidos de azoto (NO_x). Provêm estes gases dos fumos industriais e do tráfego automóvel.

O fenómeno da sulfatação, promovido pelo (SO_2), é o principal responsável pelo decaimento químico destas rochas. No caso do mármore, o mineral porque é constituído, a calcite (Ca CO_3), é transformado em gesso ($\text{Ca SO}_4, 2\text{H}_2\text{O}$), ou seja, em sulfato de cálcio hidratado. Sendo o volume molar do gesso muito superior ao da calcite, a formação do gesso é acompanhado pelo destacamento de crostas que expõem novas superfícies de calcite à sulfatação. Nas zonas expostas à chuva, zonas de lavagem, o gesso, destacado e com uma enorme solubilidade na água, é dissolvido e arrastado, resultando daí uma perda de matéria na pedra em que ocorre. Nas zonas não submetidas as estas lavagens contínuas, as crostas de gesso não são removidas e enegrecem, especialmente pela captação de partículas atmosféricas carbonosas. No interior destas crostas, reacções complexas continuam o processo de sulfatação.

Depois do fenómeno da sulfatação, o mais importante é o da dissolução da calcite, promovida pelo ácido carbónico ($\text{H}_2 \text{CO}_3$), por sua vez produzido pela dissolução de (CO_2) na água das chuvas. O ácido reage com o carbonato de cálcio produzindo $\text{Ca (HCO}_3)$, que é solúvel e completamente removido.

Também os óxidos de azoto (NO_x) se podem dissolver na água da chuva, dando origem ao ácido nítrico (HNO_3). Este ácido reage com a calcite dando origem a sais solúveis e deliquescentes que não deixam memória na pedra, apesar de lhe irem subtraindo matéria.

Felizmente que a atmosfera de Portalegre, e especialmente a que envolve o mosteiro (espaço semirural), é relativamente pura. Daí o facto do portal da igreja, sujeito à humidade e em parte à chuva, quando batida a vento de sul, não apresentar fenómenos de decaimento como os que acabámos de descrever para as colunas dos claustros. Para tal também contribui a boa qualidade da pedra em que foi executada a obra: monomineral e de grande densidade. As patologias que lhe

detectámos são as seguintes:

- fracturas e seccionamento de pedaços, que cremos deverem-se a movimentos sísmicos (Figs. 8.16 e 8.17);
- alguns casos de vandalismo, embora não muito graves;
- sujidade e início de corrosão da parte superior do portal devido à acumulação de excrementos de pombos e andorinhas.

No que diz respeito ao túmulo, o seu estado de conservação é invejável, nada havendo a assinalar de importante em termos de decaimento da pedra. Possui apenas crostas de pó.

8.1.4 Reabilitação e manutenção

8.1.4.1 Colunas dos claustros

Qualquer proteção das colunas relativamente aos agentes atmosféricos acarretaria problemas estéticos. Por outro lado, não se conhece nenhuma tecnologia capaz de parar o decaimento, vulgarmente chamado *cancro da pedra*. Mesmo depois de se retirarem peças atacadas para ambientes protegidos, o decaimento continua imparável, embora numa progressão mais lenta.

Assim, as únicas medidas a tomar são as seguintes:

- Elaborar fichas de levantamento para cada coluna, nas quais devem constar medições rigorosas e recolha fotográfica minuciosa. Este levantamento visa possibilitar a posterior execução de cópias com a máxima fidelidade aos originais que venham a entrar em colapso. Somos intransigentemente contra o falso histórico. Mas poderemos classificar como tal uma cópia fiel, devidamente datada e identificada como cópia, executada com o propósito de perpetuar as formas (o espírito da obra)? Assim, no âmbito duma intervenção de restauro, e apesar de polémica, preferimos a execução duma cópia, enquanto é possível fazer-se com exactidão, do que coisa nenhuma ou a outra coisa qualquer.

- Quando, nos capitéis, o relevo da escultura desapareceu ao ponto de não ser possível a reprodução fiel do original, devem essas peças ser substituídas por capitéis lisos, em pedra igual, onde apenas se respeite a volumetria média dos originais. No caso dos fustes, como a sua forma é constante, podem sempre reproduzir-se. O mesmo podemos dizer relativamente às bases, uma vez que elas apresentam diminutas variações de forma.

- Todas as peças novas devem possuir uma marca (claramente visível) com o ano da substituição, ficando a operação registada em memória descritiva e fotográfica.

- Observações periódicas e respectivo registo, com o objectivo de calendarizar atempadamente as operações de manutenção: simples limpeza da pedra (libertando-a de depósitos de poeira e de colónias de seres vivos), de reparação de estruturas que estejam a afectar as peças directa ou indirectamente, etc...

8.1.4.2 Túmulo e portal da igreja

No caso do túmulo, são apenas necessárias operações de manutenção. Devem constar de limpezas anuais do pó, a pincel e aspirador, uma vez que esta peça não apresenta qualquer ataque. Mais espaçadamente ainda, talvez de cinco em cinco anos, será aconselhável a lavagem a água e escova macia, para a remoção de crostas.

Relativamente ao portal, aconselham-se as seguintes operações:

- Remoção dos ninhos de andorinhas do fecho e bocetes da abóbada do alpendre (Fig. 8.18) e colocação de rede protectora. Estas pedras já apresentam um grau significativo de corrosão.

- Vigilância durante o período de nidificação das andorinhas, impedindo-as de construir ninhos noutros lugares sob o alpendre.

- Lavagem do portal com água e escova de plástico dura para remover a sujidade geral e em particular as crostas de excrementos dos pombos e das andorinhas.

- As fendas devem ser limpas com pincel e ar comprimido, seguindo-se a injeção de "resina epoxy" para garantir uma boa colagem das pedras. Deve-se deixar cerca de 1 cm da fenda para ser preenchida com uma argamassa constituída por três partes de pó de mármore e uma de cimento branco. Acabamento à esponja para se moldarem os relevos onde a fenda se inscreve.

- Devem-se testar as argamassas que preenchem as outras fendas. No caso de estarem soltas devem ser removidas e substituídas pelo processo anteriormente descrito.

- Execução e colagem de pedaços fragmentados e desaparecidos, ou sua substituição por massa moldada.

- Colocação de redes no portal e janelas do alpendre para impedir a permanência de pombos, sem que daí resultem prejuízos estéticos.

8.2 Madeiras

8.2.1 Objectivos e metodologia

Inventariaram-se e estudaram-se as patologias das madeiras do mosteiro, com vista à sua recuperação e manutenção. Para tal, procedemos à inventariação das patologias, em ficha criada para o efeito (Anexo XXV), e através de levantamento fotográfico. Esta ficha possui os itens julgados necessários para a identificação e caracterização das patologias, bem como, para registar as medidas de carácter curativo e preventivo caso a caso. Este levantamento foi a base de todo o trabalho, seguindo-se-lhe uma análise com vista a tirar as necessárias conclusões de ordem geral.

A principal condicionante científica à realização desta investigação resultou do facto de não estarmos numa situação laboratorial, mas sim numa situação algo delicada de visitante/estudioso dum imóvel classificado, ocupado por uma instituição paramilitar. Daí que a tentativa de identificação dos insectos xilófagos se tenha feito pelas dimensões e formas dos orifícios de emergência e por outras manifestações externas dos ataques. Por outro lado, não estávamos em época de emergência dos insectos adultos, e não podemos, como é obvio, escavar as madeiras à procura de larvas, bem como para avaliar a extensão e a profundidade dos ataques.

Outra condicionante foi a relativa escassez de informação disponível sobre xilófagos das construções, particularmente no que se refere a fungos (8).

Por último, convém referir que a área do mosteiro abrangida pelas nossas observações se limitou à igreja, ao nártice e à torre sineira porque:

- na restante área do mosteiro as madeiras só existem em caixilharias e coberturas, já que as primitivas estruturas em madeira foram sendo substituídas nos sucessivos restauros;

- não se pretendeu o levantamento exaustivo de todas as situações patológicas, dada a validade efémera dum estudo desta natureza quando lhe falta um programa de intervenção real consequente;

- o que se pretendeu foi o levantamento de situações tipo e na área mais melindrosa do imóvel, ou seja, onde existem estruturas e mobiliário em quantidade e com valores patrimoniais significativos.

8.2.2 Conclusões

8.2.2.1 Ataques de carunchos

Os principais xilófagos detectados foram carunchos ou carcomas. São insectos da ordem dos coleópteros (possuem quatro asas, duas das quais, as superiores - élitros - são duras, impróprias para o voo, servindo de protecção às inferiores) e das famílias dos *Anobidae*, dos *Cerambycidae* e

dos *Lyctidae*. São insectos com um ciclo médio de vida entre 1 a 3 anos, conforme as condições de temperatura, humidade e disponibilidades alimentares. Quando o período larvar atinge o seu termo, as larvas localizam-se perto da superfície, imobilizam-se, transformam-se em pupas e finalmente em insectos adultos. Estes saem para o exterior através dum orifício de dimensões e formas variáveis, conforme a espécie, nos meses de verão. O insecto reproduz-se pela postura de ovos nas reentrâncias, fendas e juntas das madeiras. Passado o tempo de incubação nascem as larvas que penetram na madeira abrindo galerias ao longo dos anéis de Primavera. Estes insectos preferem geralmente as madeiras secas e temperaturas superiores a 25 ° C.

Através das dimensões e formas dos orifícios de emergência, do serrim, das direcções tomadas pelos ataques e do tipo de madeiras atacadas, supomos ter identificado três tipos de carunchos: *Hylotrupes bajulus*, *Anobium punctatum* e *Lyctus brunneus*.

Destes, apenas os primeiros dois se encontram em actividade, e em madeira resinosa *Pinus pinaster*. Na folhosa *Castanea sativa*, há muito o caruncho abandonou o borne, única zona que atacou (Fig. 8.25); na resinosa *Pinus silvestris* os ataques do caruncho *Anobium punctatum* foram pontuais e não estão em actividade há muito tempo (Fig. 8.21); finalmente na madeira de pau-santo, os ataques de *Lyctus brunneus* não passaram de pontuais, de reduzida dimensão, há muito verificados e afectando apenas o borne (Fig. 8.27).

Os ataques de *Hylotrupes bajulus* e de *Anobium punctatum* que actualmente se verificam são em grande escala e destruíram já, literalmente, um estrado (Figs. 8.19 e 8.20) e uma escada, em ataque conjugado com o fungo de podridão *Serpula lacrymans* (Fig. 8.26), ambas as peças em rotura eminente. Também a cimalha do tecto do coro baixo, em *Pinus pinaster*, e a madeira da cobertura da igreja, estão atacadas por *Hylotrupes bajulus* (Figs. 8.23 e 8.30). Por outro lado, o ataque de *Anobium punctatum* ao pavimento do coro alto é alarmante (Fig. 8.24), já que, de semana para semana, aparecem novos montículos de serrim à superfície da madeira, o que evidencia um ataque de grande actividade e numa área considerável, junto à parede sul do coro alto.

Facto interessante é que este ataque só acontece em tábuas colocadas mais recentemente, porque nas tábuas mais antigas (pregadas com pregos artesanais) os ataques ou nunca se verificaram ou foram superficiais e pontuais. Deveria acontecer exactamente o contrário, se atendermos ao crescente nível de conhecimentos e de soluções tecnológicas em matéria de preservação de madeiras, bem como de preocupações com o património. Nunca será demais insistir em que, ao verificar-se a substituição de madeiras, e sobretudo quando elas são destinadas a imóveis classificados, as novas peças devem vir tratadas, com impregnação profunda de sais metálicos em autoclave. Não se pense, no entanto, que os conhecimentos em matéria de preservação de madeiras são muito recentes (9), aliás, a avaliar pela durabilidade das madeiras que vemos em obra com centenas de anos, parece-nos que os antigos construtores tinham mais cuidado que os actuais nesta matéria.

Também o ataque de fungos de podridão conjugado com o de *Hylotrupes bajulus* na asna da sala que se encontra sobre o alpendre do portal da igreja é preocupante (Fig. 8.28).

Para cada um dos casos, apontámos medidas curativas e preventivas específicas que se basearam, grosso modo, na utilização de insecticidas e fungicidas líquidos de grande penetração, aplicados por pulverização ou pincelagem, na higienização dos espaços e na pulverização das madeiras com insecticidas de contacto (DDT, HCH) na época de emergência dos insectos adultos.

Apenas duas peças foram consideradas perdidas, sendo o seu valor histórico-cultural e artístico nulo. Ambas deveriam ser imediatamente queimadas, antes de se verificar a emergência dos insectos adultos e a sua consequente reprodução.

Relativamente ao mobiliário (cadeiras dos coros), apontamos medidas de carácter preventivo relativamente a ataques de xilófagos, e medidas urgentes de restauro ao nível da marcenaria, dado que as inúmeras peças trabalhadas que se vão destacando têm servido, ao longo do tempo, de *souvenirs* aos visitantes.

8.2.2.2 Ataques de térmitas

Um único caso foi detectado, ocorrido aparentemente há muito tempo, dado que as galerias feitas pela formiga branca ao longo das camadas da Primavera estão à vista, tendo-se rompido a fina capa de madeira que estes xilófagos silenciosos deixam a cobrir o seu trabalho de sapa (Fig. 8.29).

Múltiplas pesquisas foram feitas nas restantes peças da janela e alvenarias próximas sem que se detectasse a continuação do ataque deste xilófago, considerado o mais temível de todos, pela dificuldade do seu aniquilamento.

Alimentando-se este insecto de celulose, e necessitando dum ambiente com elevada humidade, é estranho o seu aparecimento numa janela tão alta, onde a humidade só pode existir durante o período das chuvas. Será que a falta da humidade, com o ciclo das estações, afastou o insecto? Ou tratar-se-ia de térmitas de madeira seca? É que as térmitas de madeira húmida necessitam de cerca de 25° C de temperatura e de 20% de humidade, condições impossíveis de manter naquela janela.

8.2.2.3 Ataques de fungos

Os fungos são "plantas" criptogâmicas sem clorofila. São heterotróficos para o carbono (não o assimilam) e têm nutrição quilotrófica, ou seja, absorvem substâncias orgânicas dissolvidas em soluções verdadeiras. Para se alimentarem, apresentam-se como saprófitas, parasitas ou simbioses, possuindo uma reserva alimentar de glicogénio.

A maioria dos fungos são constituídos por hifas (filamentos microscópicos emaranhados formando o micélio). A propagação das hifas é feita geralmente através de esporos ou por fragmentação do micélio.

Um dos quatro grandes grupos em que os fungos se dividem chama-se Basidiomicetes, e é a ele que pertencem os grandes responsáveis pelos ataques das madeiras das construções, alimentando-se da matéria orgânica já sintetizada, uma vez que são seres heterotróficos. Ao mesmo grupo pertencem os cogumelos (basidiocarpo).

Desempenhando um papel muito importante na cadeia alimentar das florestas e locais húmidos, já que decompõem cadáveres de vegetais e animais, permitindo que a matéria orgânica possa ser reaproveitada por outros organismos, causam sérios danos em "cadáveres" que gostaríamos de ver conservados: as madeiras das construções.

Para realizarem esta actividade de decomposição necessitam de água e temperatura entre os 20° e os 26° C, e é assim que, por infiltração da chuva através das coberturas, por exemplo, surgem ataques de fungos nas madeiras dos edifícios (Fig. 8.28).

A identificação dos fungos é, contudo, mais difícil. Para avaliarmos esta dificuldade, podemos dizer que aos Basidiomicetes pertencem 525 géneros e 13500 espécies (10).

Na *Lexicoteca* (11), encontramos referências específicas aos fungos da madeira das construções. Assim, a espécie *Serpula lacrymans*, da classe dos Basidiomicetes e da ordem das Afiloforales, reveste a madeira de forma cotanilhosa (fios microscópicos), formando alvéolos cor de mel, laranja-acastanhada ou castanha escura. Pode ser este o fungo responsável pelo ataque à cobertura e à escada que já referimos. De facto, a cor da madeira atacada vai precisamente da cor de mel ao alaranjado e ao castanho. Ainda segundo a *Lexicoteca*, o combate a este fungo só pode fazer-se substituindo a madeira atacada e tratando a sã com fungicida, como medida preventiva. É óbvio que a primeira medida preventiva a tomar será reabilitar a cobertura na zona onde a chuva se infiltra, causa primeira do ataque do fungo.

Parece-nos que no caso vertente a infestação da escada se processou através de esporos ou da fragmentação de micélios caídos da cobertura com as gotas de água.

Outra espécie que ataca frequentemente a madeira das construções é a *Poria vaporaria*,

também basidiomicete da ordem das Afiloforales, apresentando um micélio branco cotanilhoso. Contudo, nos casos observados, não demos conta da existência deste fungo.

Demos conta, sim, de um outro fungo que actuou conjuntamente com o *Serpula lacrymans*, produzindo o azulamento da madeira e posterior escurecimento, sem que o saibamos identificar cientificamente dentro da Micologia. Este fungo é, contudo, inofensivo do ponto de vista do ataque à resistência mecânica. A madeira apenas se deprecia por questões estéticas.

8.3 Alvenarias, rebocos e coberturas

8.3.1 Detecção de infiltrações de águas (Dezembro de 1993)

a) Igreja

Cabeceira:

- Capela colateral sul: todas as paredes e abóbada.
- Capela-mor: parede sul.
- Capela colateral norte: abóbada e parede norte.

Sacristia: paredes norte e sul.

Transepto: topo norte, na ligação com a capela colateral norte; topo sul, com manifestação nos azulejos.

Coro baixo: parede sul, algumas escorrências vindas das janelas; parede norte, junto à porta que dava para o claustro nascente.

Coro alto: topo poente; junto à janela da parede sul (vidro partido e grande acumulação de excrementos de pombos).

Sala contígua ao coro alto: parede poente.

Torre sineira: entrada de água pelos vãos onde estavam colocados os sinos.

Sala sobre o alpendre do pórtico: junto às janelas.

b) Sala do capítulo: parede nascente.

c) Claustro nascente: ala norte (possivelmente devido a infiltrações vindas das instalações sanitárias do piso superior).

d) Passagem entre os dois claustros: parede norte (possivelmente pelas mesmas causas anteriores).

e) Claustro poente: tecto, na confluência das galerias superiores das alas norte e poente.

8.3.2 Medidas de carácter curativo e preventivo

- Inspeção e reabilitação de coberturas nas zonas onde se verificam infiltrações nas paredes e tectos.

- Inspeção e reabilitação das instalações sanitárias do piso superior da ala norte do claustro nascente.

- Impermeabilização, por pintura a cal misturada com sebo (12), dos paramentos exteriores das paredes onde se verificam as infiltrações.

- Reabilitação ou substituição de janelas onde foram apontadas escorrências e outras infiltrações.

- Colocação de redes contra a penetração ou estadia de pombos, nas janelas da igreja que dão para o nártice. Há que cuidar do aspecto estético final. Por isso, a rede deve possuir uma malha larga e ser branca, se for de nylon, ou galvanizada, se for de arame, para não oxidar.

- Colocação de painéis de acrílico transparente nos olhais da torre, para impedir a penetração de água e de pombos.

- Protecção, contra a penetração de água, dos orifícios por onde passava a corda do primitivo aparelho de sinos, no telhado.
- Renovação de rebocos interiores em mau estado e sua caiação.



Fig. 8.1 - Portalegre. Corte do maciço granítico, aparente a poucos metros do tramo poente da cerca do Mosteiro de S. Bernardo.

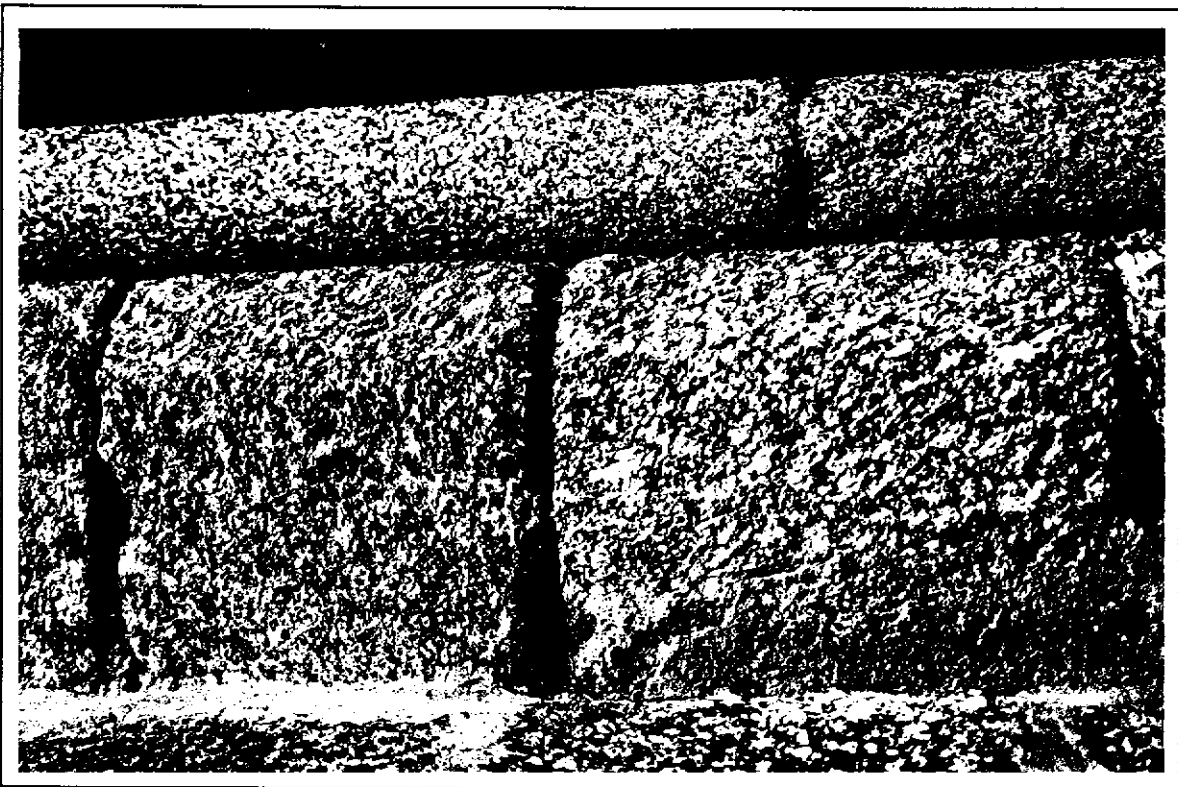


Fig. 8.2 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Granito de Portalegre em obra.

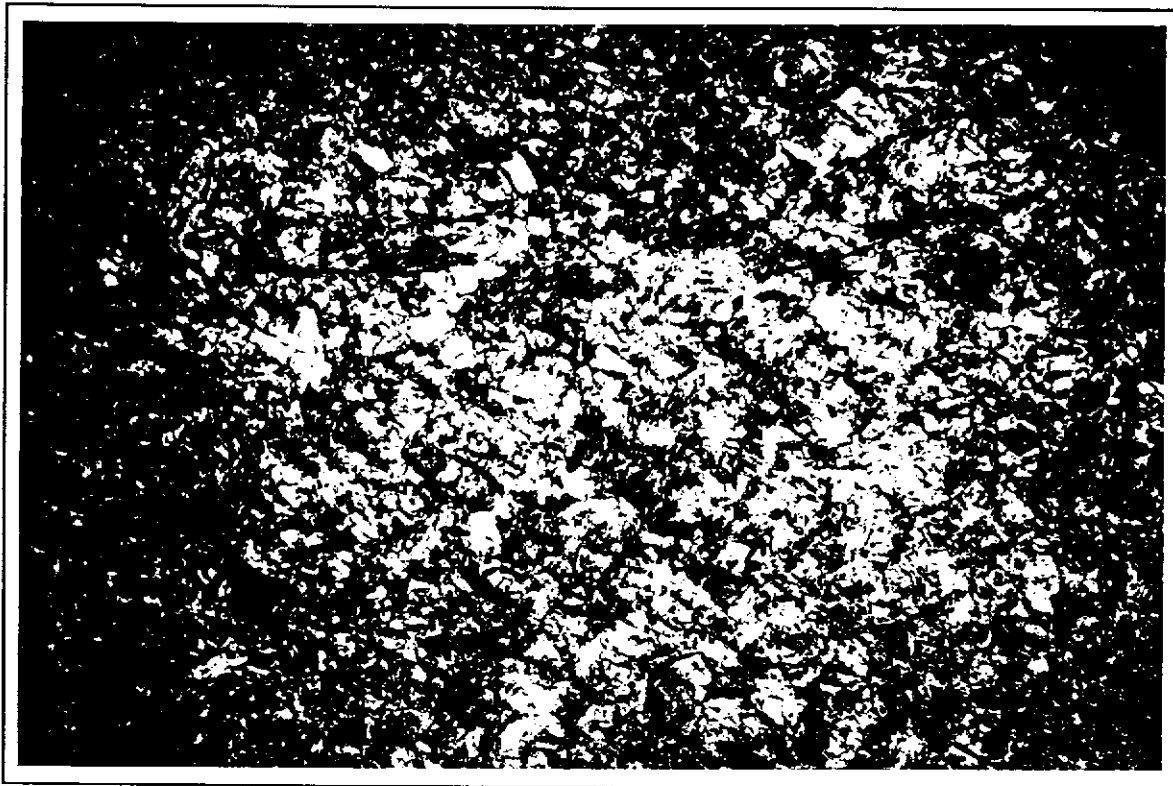


Fig. 8.3 - Portalegre. Granito em jazida junto ao tramo poente da cerca do Mosteiro de S. Bernardo.



Fig. 8.4 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Afloramento de granito no interior da cerca. Repare-se na diferença de cotas entre a superfície da pedra e a base das edificações.

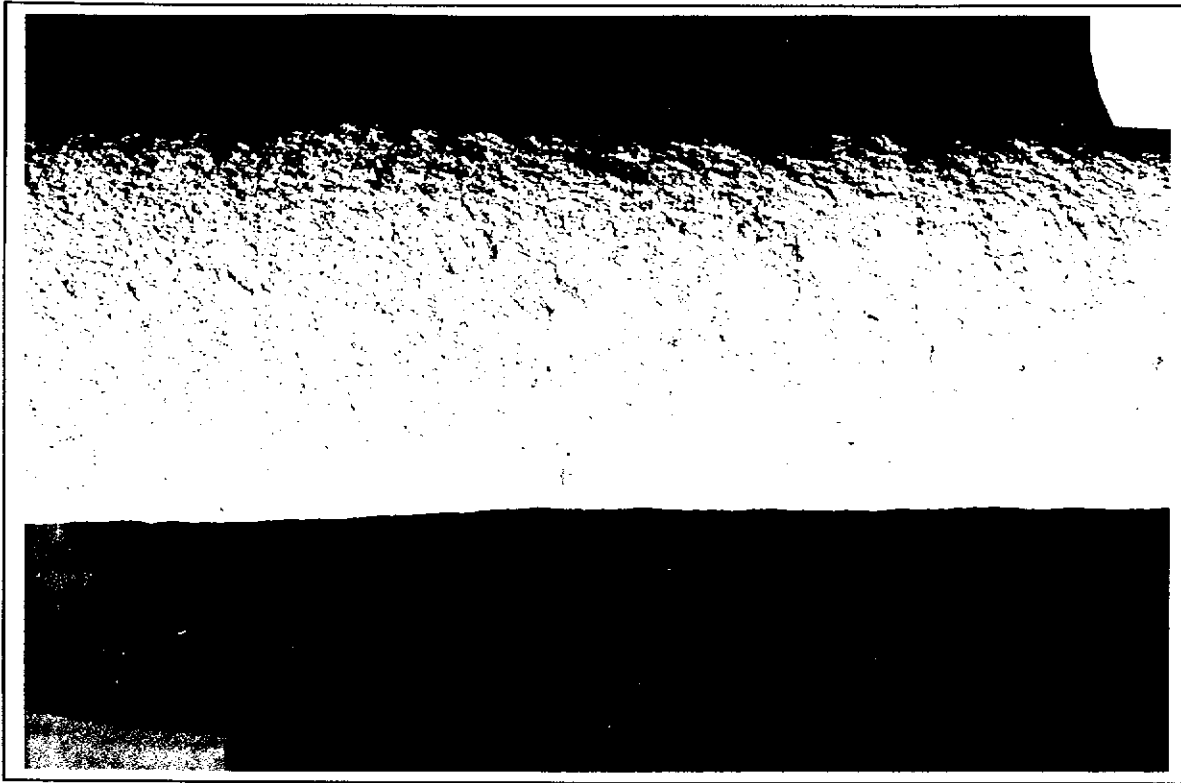


Fig. 8.5 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Fuste em granito de grão fino acastanhado.

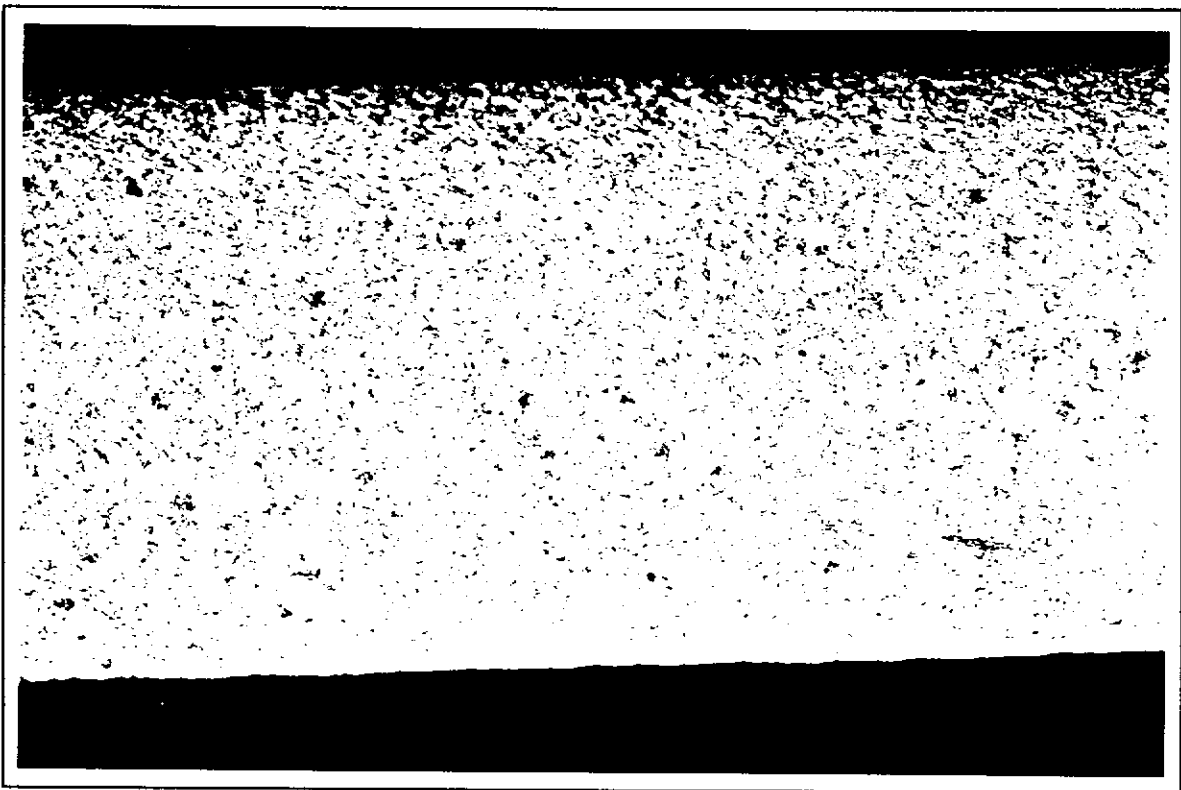


Fig. 8.6 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Fuste em granito de grão fino acinzentado.



Fig. 8.7 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Capitel em granito de grão fino acastanhado.



Fig. 8.8 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Capitel em granito de grão fino acinzentado.

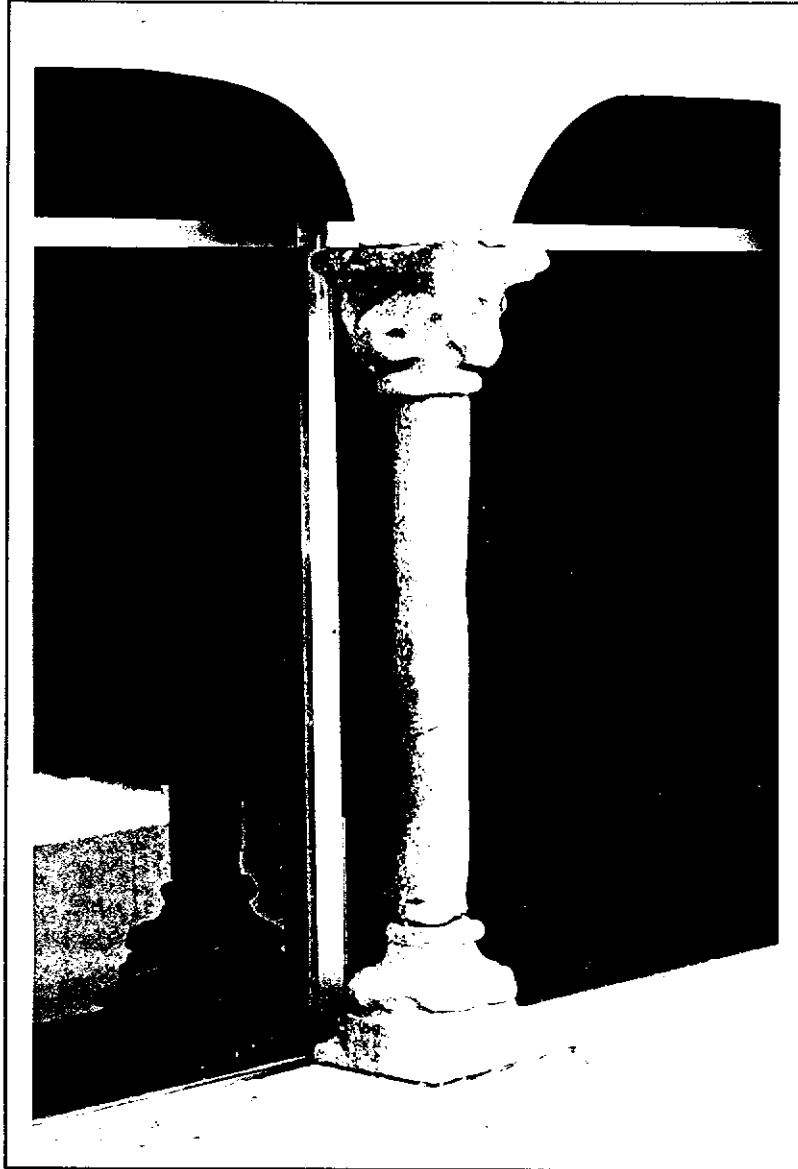


Fig. 8.9 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Fuste do claustro nascente a partir do qual se calculou
a taxa de decaimento.

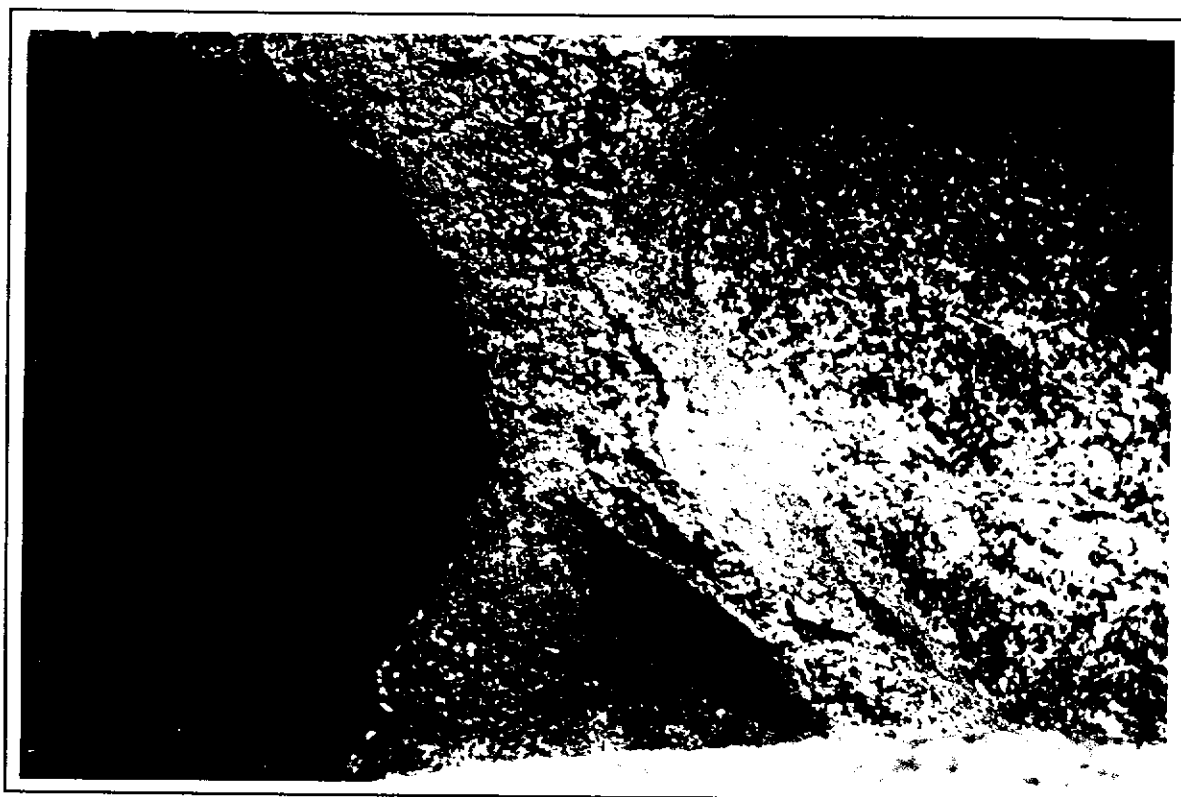


Fig. 8.10 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Esfoliação dum capitel.



Fig. 8.11 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Pulverização dum capitel.



Fig. 8.12 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Amostra da pulverização e da fragmentação dum capitel.

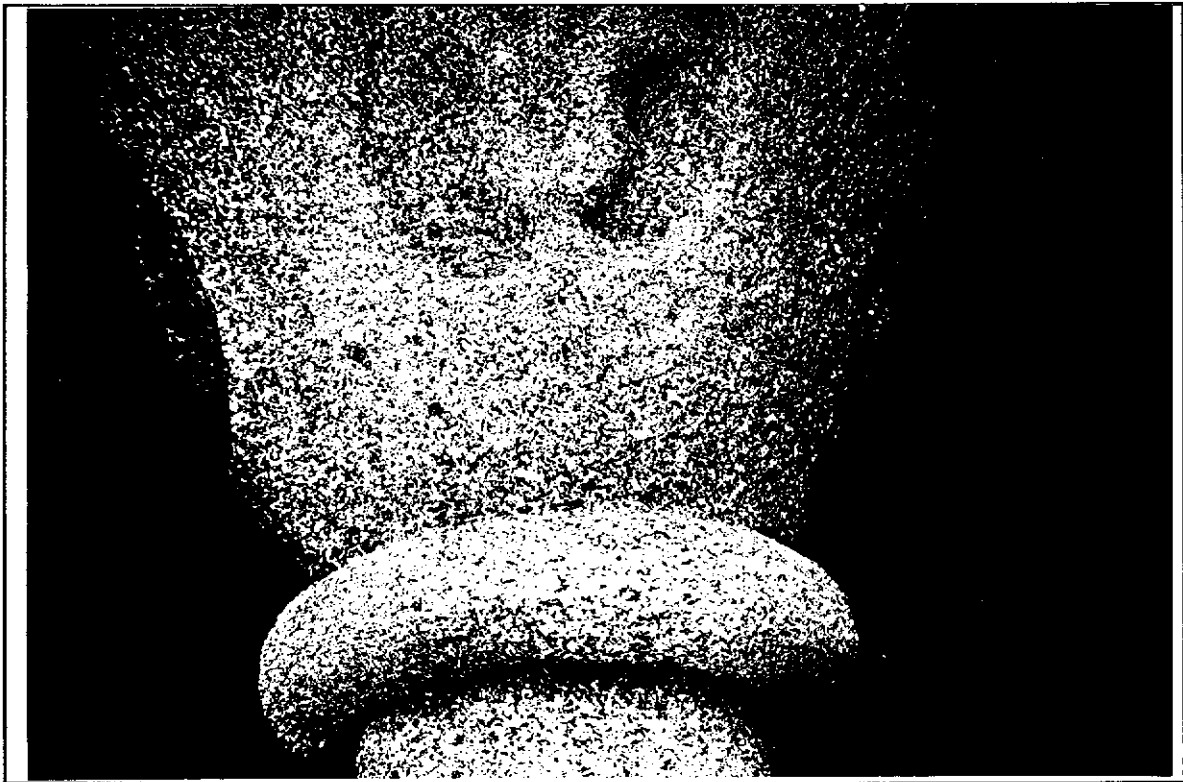


Fig. 8.13 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Capitel apresentando um grau avançado de decaimento.



Fig. 8.14 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Fractura da rocha por dilatação das cunhas de ferro oxidado.

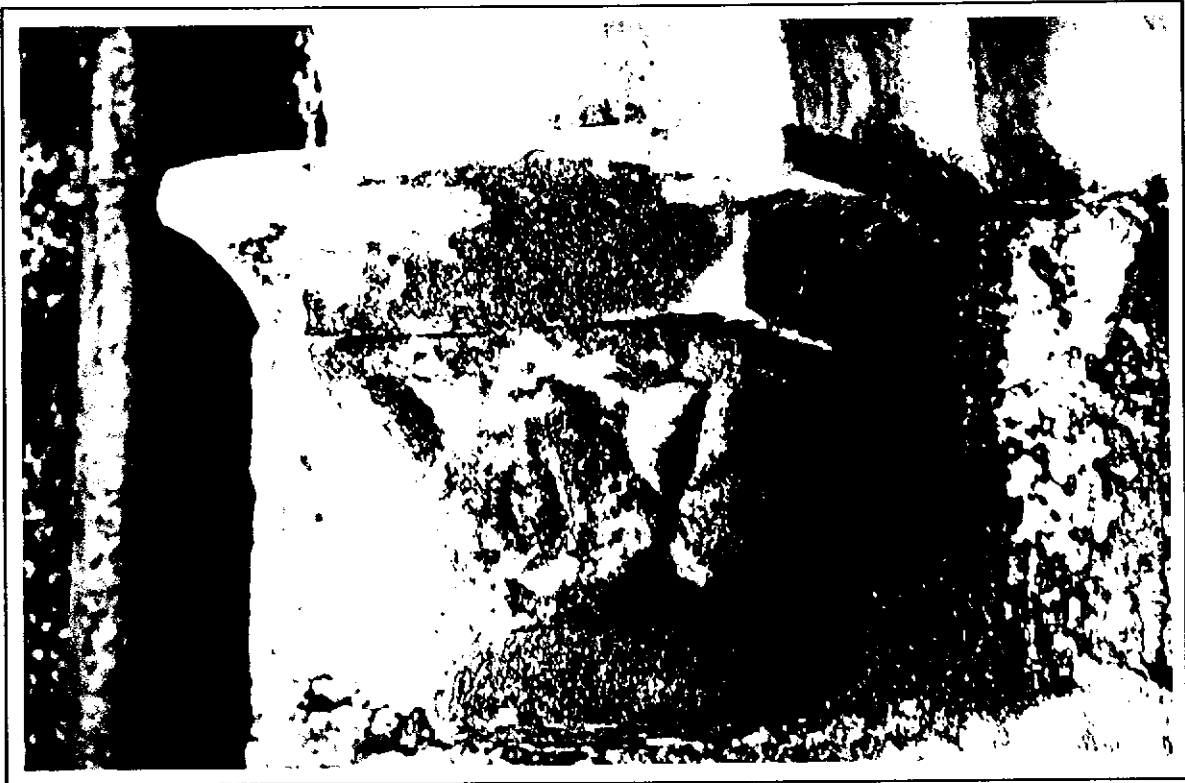


Fig. 8.15 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Colónias de seres vivos sobre um capitel.

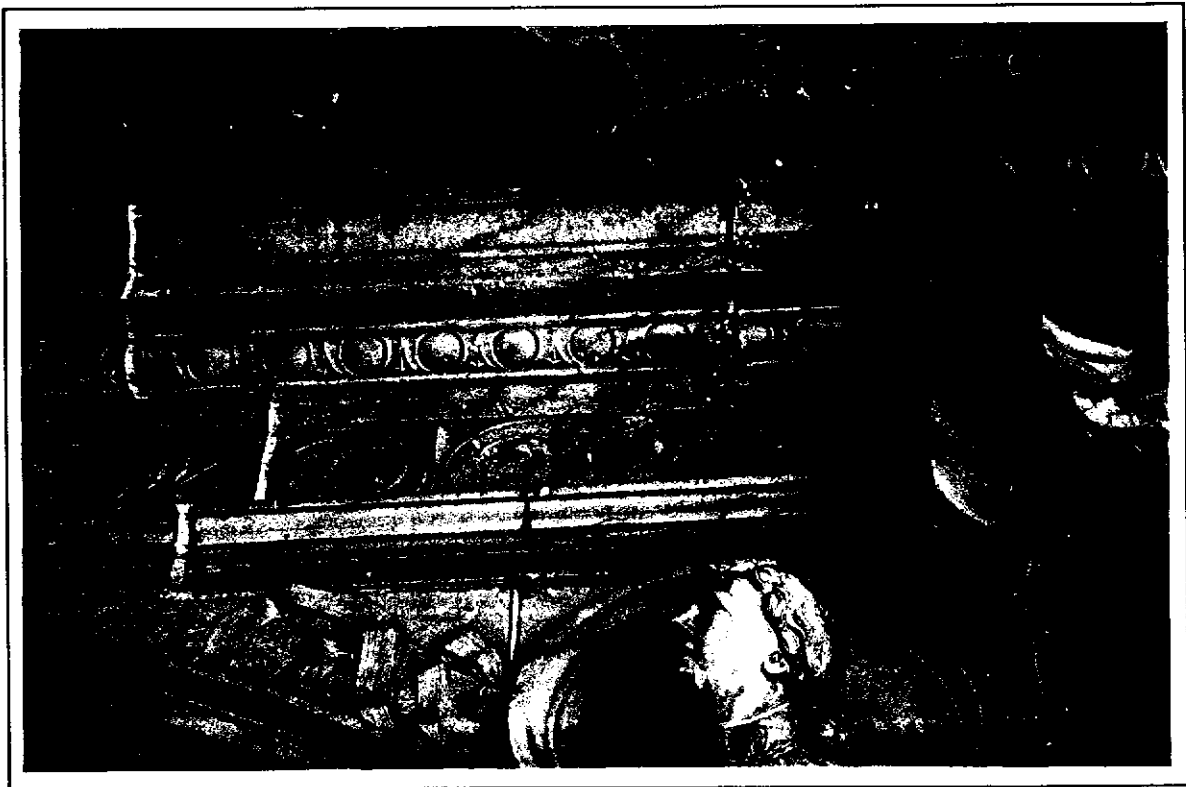


Fig. 8.16 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Fracturas do portal da igreja.

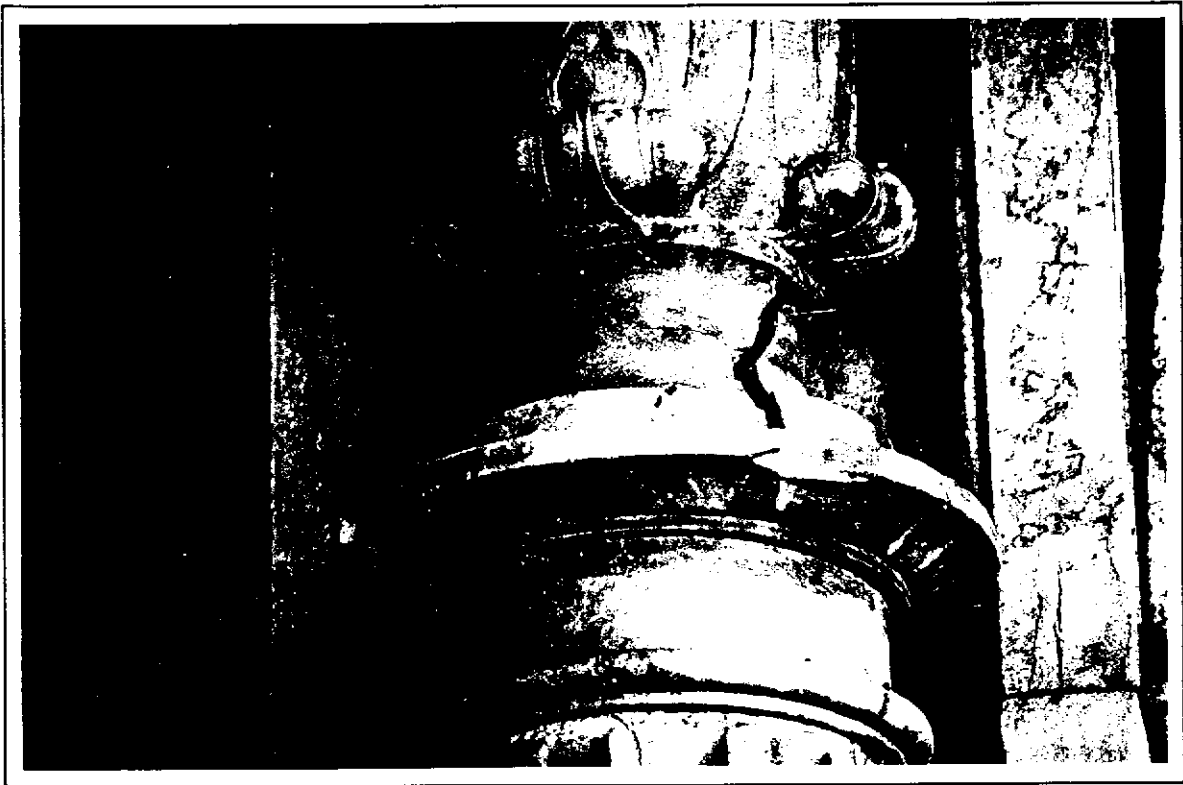


Fig. 8.17 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Fracturas do portal da igreja.

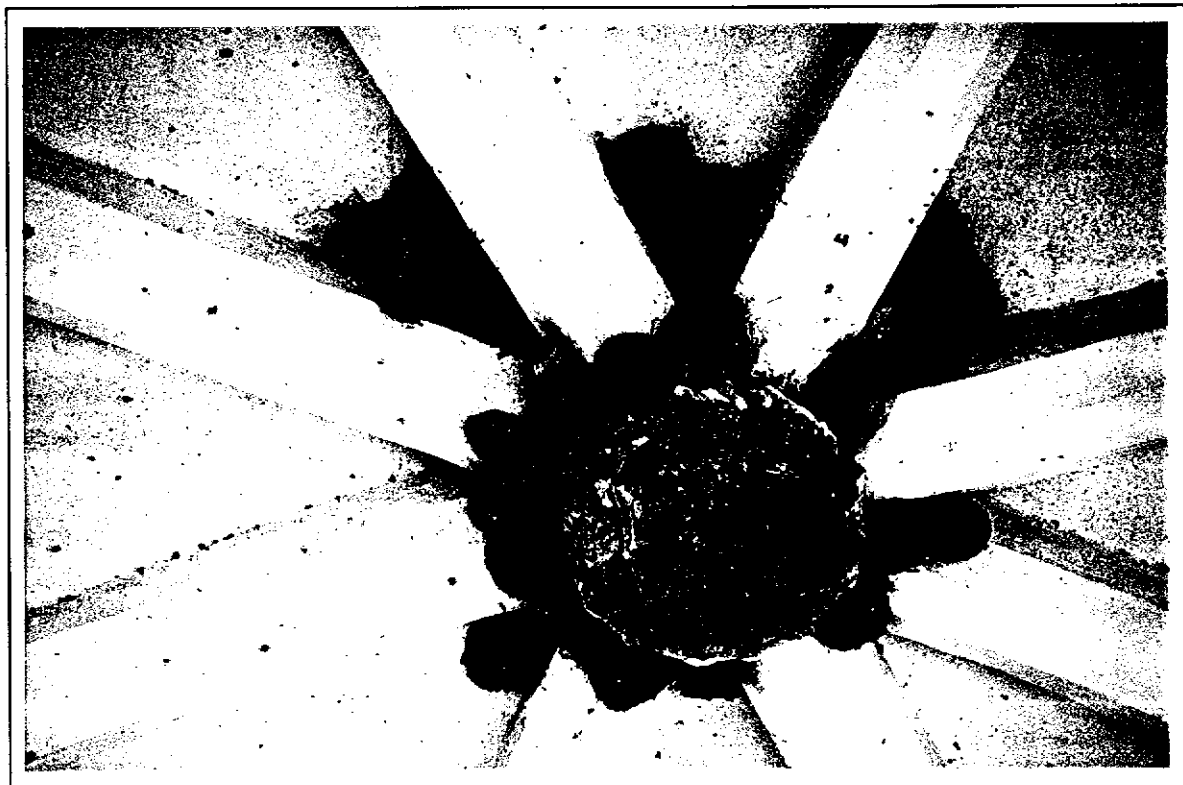


Fig. 8.18 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Fecho de abóbada atacado pelos ácidos orgânicos dos dejectos das andorinhas.



Fig. 8.19 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja.
Ataque de *Anobium punctatum* no estrado do coro baixo.

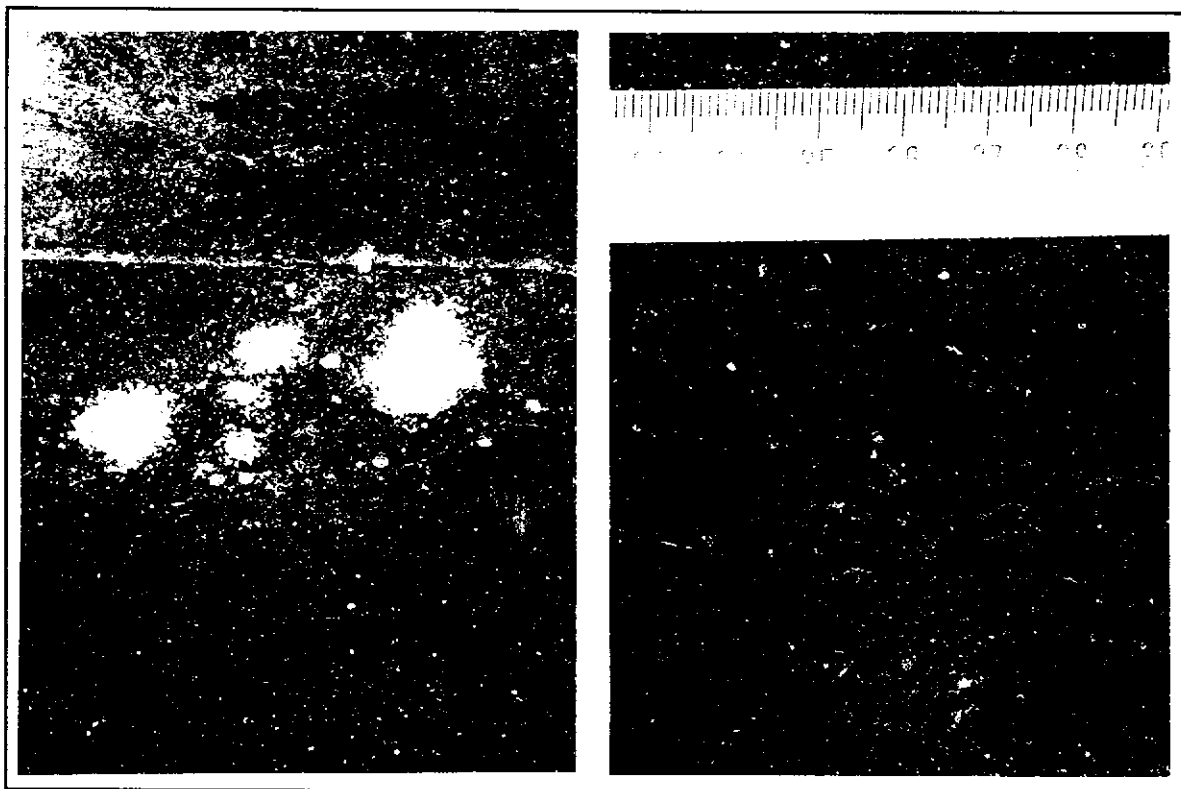


Fig. 8.20 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja. Estrado do coro baixo.
Orifícios circulares de emergência de insectos xilófagos com
1 a 2 mm de diâmetro e montículos de serrim.



Fig. 8.21 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja. Cadeira do coro baixo.
Ataque de *Anobium punctatum*.

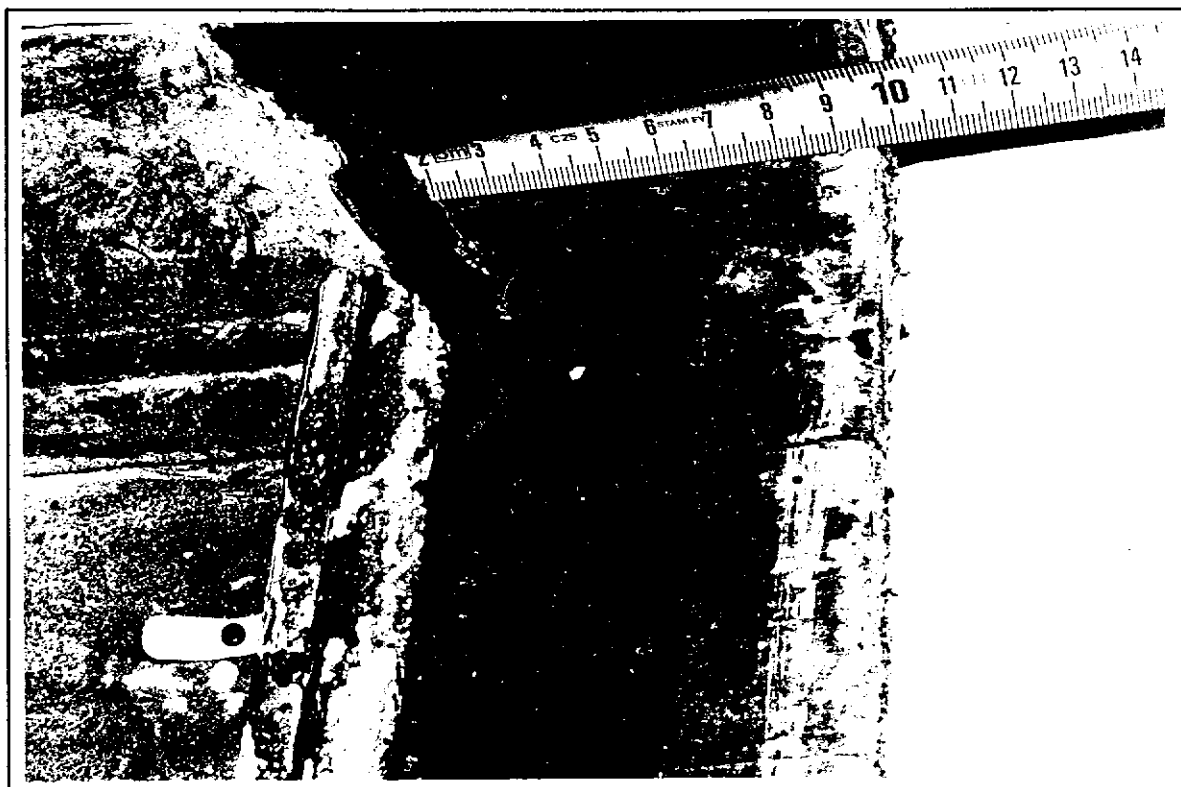


Fig. 8.22 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja. Cimbalha do tecto do coro baixo.
Ataque de *Hilotrupes bajulus*.

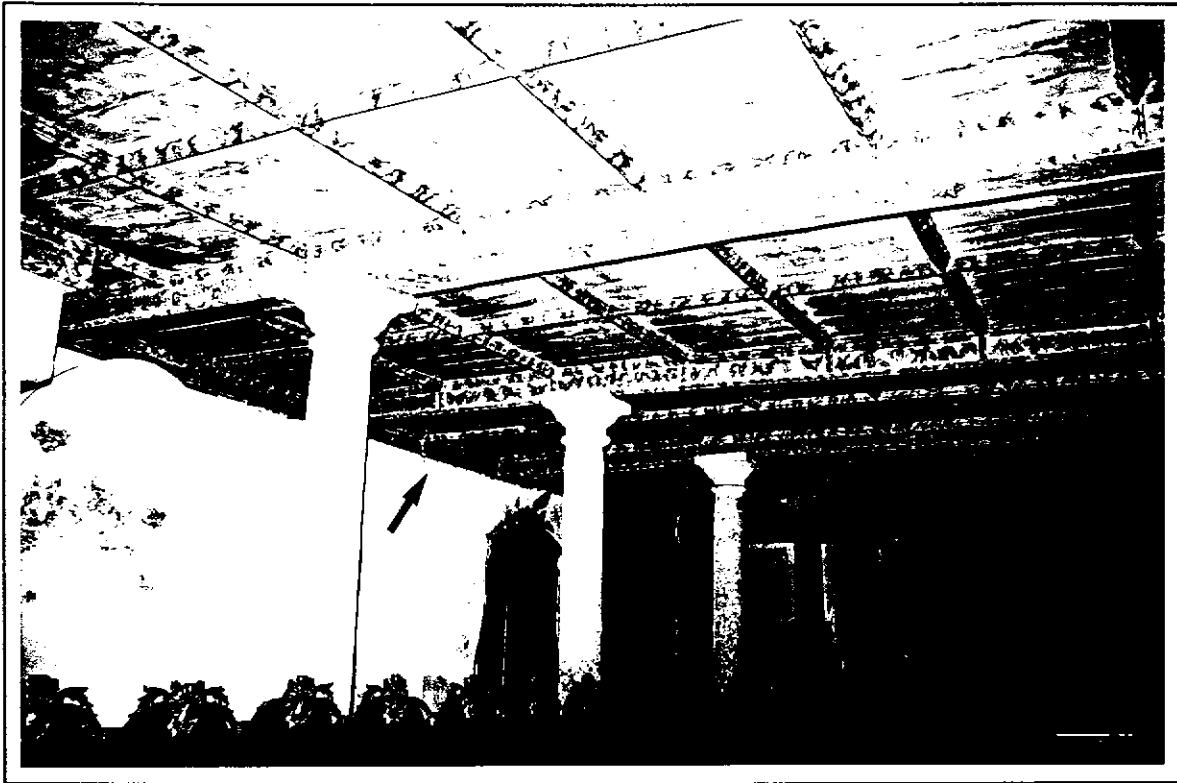


Fig. 8.23 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja.
Tecto do coro baixo com a cimalha atacada.

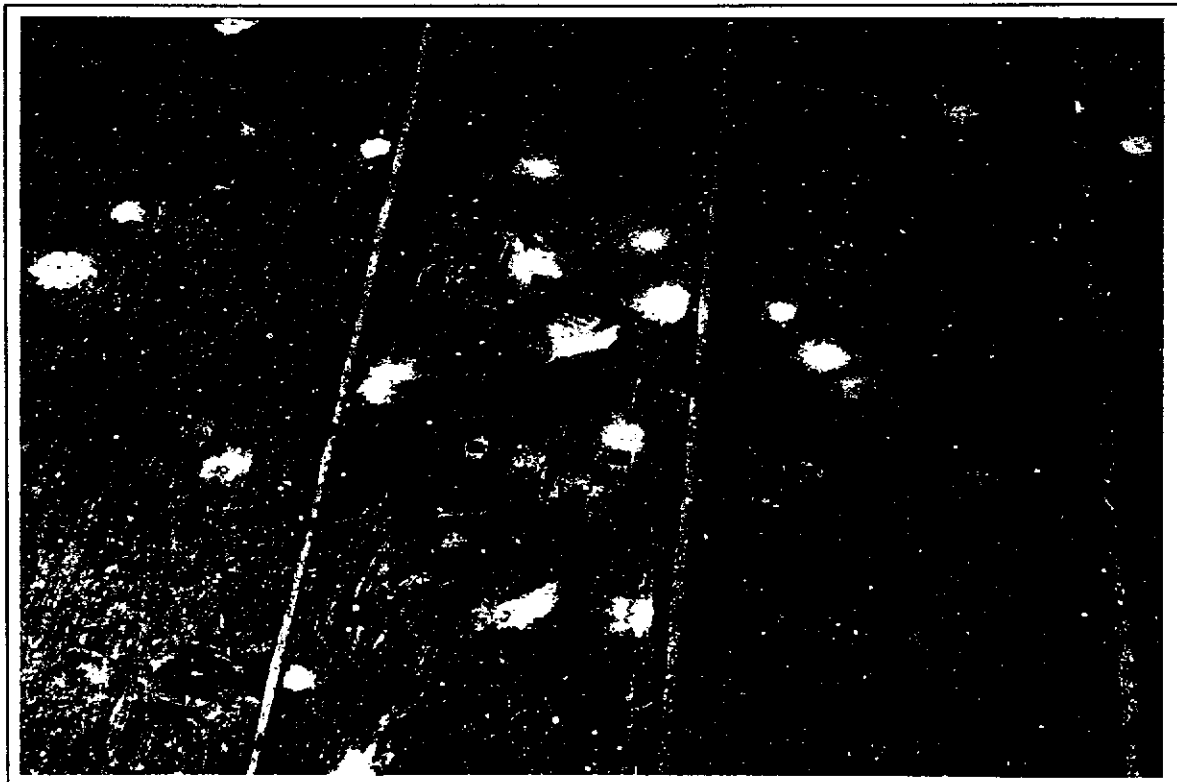


Fig. 8.24 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja. Pavimento do coro alto.
Ataque de *Anobium punctatum*, em actividade.

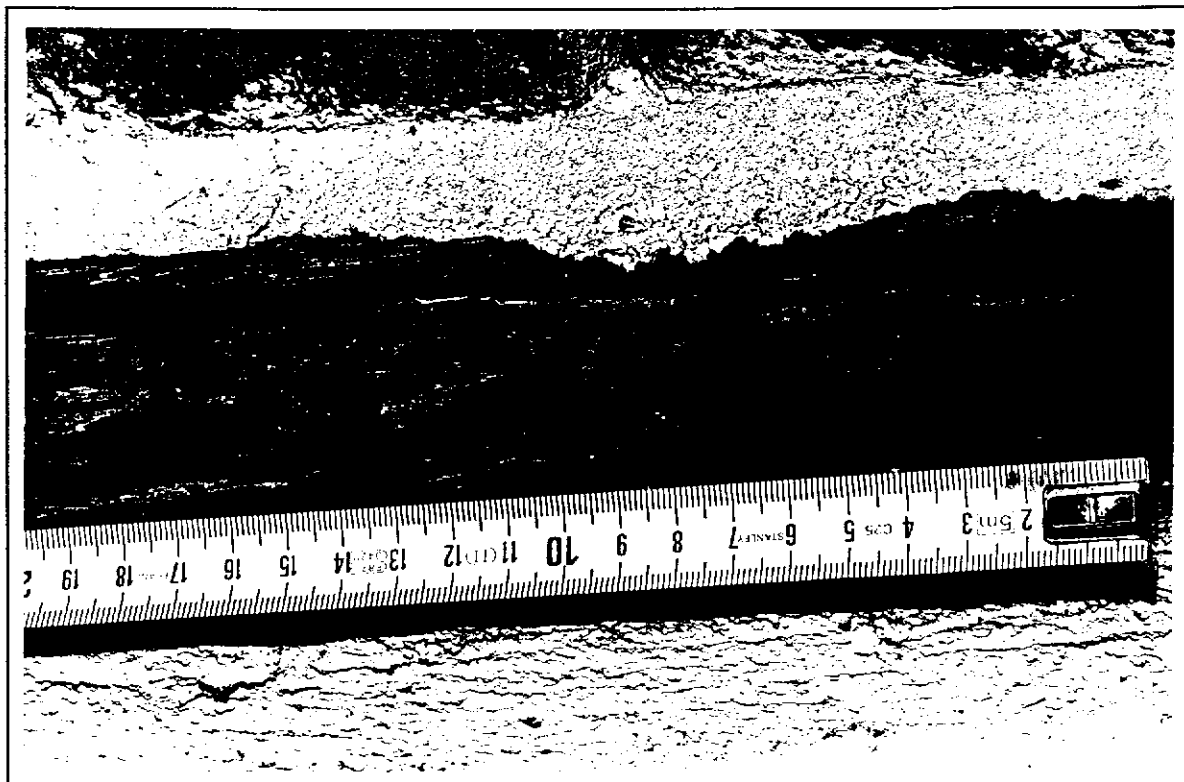


Fig. 8.25 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja.
Viga de suporte do pavimento da torre sineira. Ataque de *Anobium punctatum*.

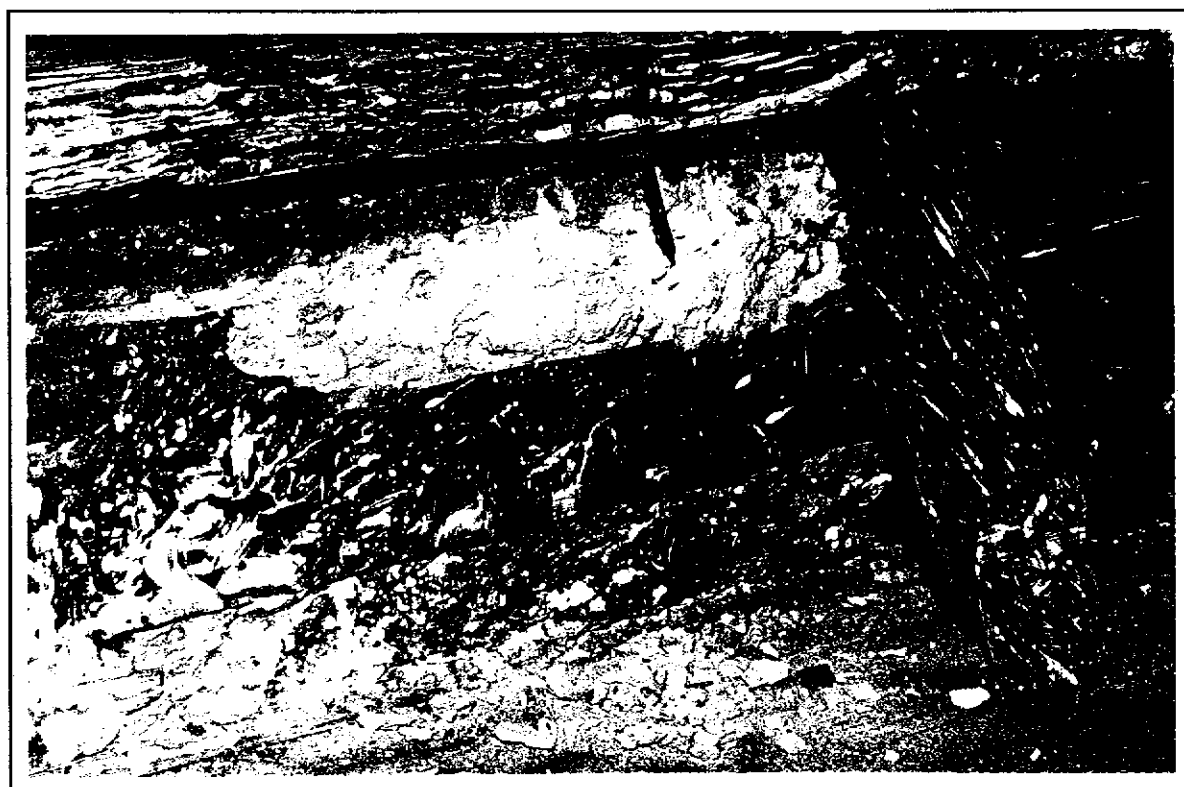


Fig. 8.26 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja. Sala contígua ao coro alto.
Escada atacada pelo fungo *Serpula lacrymans* e por *Hylotrupes bajulus*.

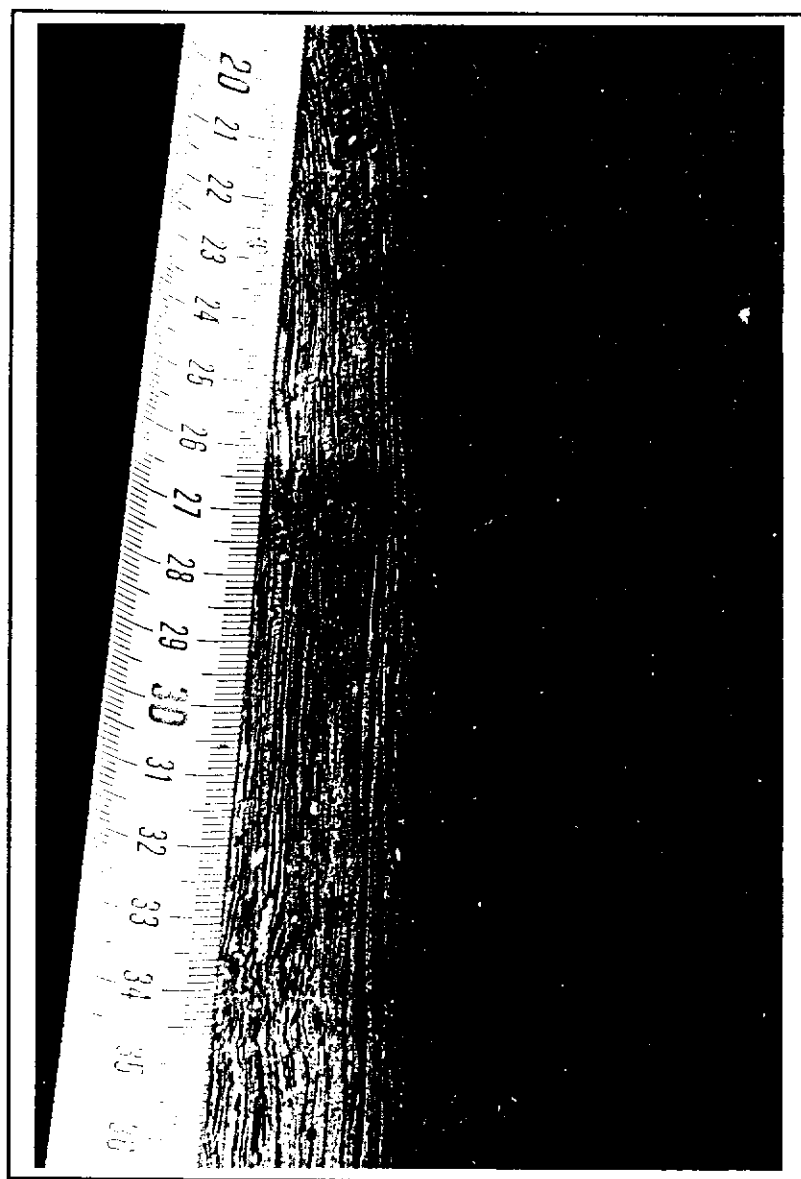


Fig. 8.27 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja.
Cadeiral do coro alto. Ataque de *Lyctus brunneus*.



Fig. 8.28 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja. Tecto da sala sobre o alpendre do portal. Barrote atacado por fungo *Serpula lacrymans* e por *Hylotrupes bajulus*. No tabuado também é visível a acção do chamado fungo de azulamento.



Fig. 8.29 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja. Sala sobre o alpendre do portal. Galerias profundas nos anéis de Primavera, feitas por *Reticulitermes lucifugus* (Rossi), na travessa duma janela.



Fig. 8.30 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Igreja.
Barrote de suporte do telhado apresentando galerias, serrim e orifícios elípticos de
emergência de *Hylotrupes bajulus*.

NOTAS

- (1) TEIXEIRA, C. e GONÇALVES, F. - *Introdução à Geologia de Portugal*, INIC, LISBOA, 1980, pp. 221 e 222.
- (2) Notícia explicativa da folha 33A (Assumar) da Carta Geológica de Portugal (Escala 1:50000), p. 25.
- (3) AIRES - BARROS, Luís - *Alteração e Alterabilidade das Rochas*, INIC, 1991, p. 258.
- (4) Id., *Ib.*, pp. 259 e 260.
- (5) Id., *Ib.*, pp. 135 e 136.
- (6) CABRITA, A. R., AGUIAR, J. e APPLETON, J. - *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, C. M. Lisboa, L. N. E. C., Lisboa, 1993, pp. 108 - 111.
- (7) Cálculo do volume inicial (Vi):
 $V = 3,14 \times r^2 \times h$ $P = 2 \times 3,14 \times r$
 $V_i = 3,14 \times r_i^2 \times 89$ $r_i = 41,3 : (2 \times 3,14) = 6,58$ $V_i = 3,14 \times 43,3 \times 89 = 12100,6 \text{ cm}^3$
Cálculo do volume final (Vf):
 $V_f = 3,14 \times r_f^2 \times 89$ $r_f = 40,4 : (2 \times 3,14) = 6,43$ $V_f = 3,14 \times 41,3 \times 89 = 11541,7 \text{ cm}^3$

Taxa de decaimento = $\frac{V_i - V_f}{t} = \frac{558,9 \text{ cm}^3}{475 \text{ anos}} = 1,177 \text{ cm}^3/\text{ano}$
- (8) Obras consultadas:
- *Insectos xilófagos das construções / Térmitas*. Informação sobre deterioração de materiais, nº1, L.N.E.C., 1967.
- *Insectos xilófagos das construções / Carunchos*. Informação sobre deterioração de materiais, nº 2, 3 e 4, L.N.E.C., 1967.
- *Materiais e técnicas elementares de construção*. Laboratório de Engenharia de Angola, 1966.
- SEGURADO, João Emílio dos Santos - *Material de construção*, Biblioteca de Instrução Profissional, 4ª edição, Lisboa, s. d..
- AMABIS e MARTHO - *Curso básico de Biologia / Os seres vivos*, Editora Moderna, v. 2, 1ª edição, S. Paulo, 1988.
- SMITH, Gilbert M. - *Botânica Criptogâmica / Algas e Fungos*, v. I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- *Lexicoteca/ Moderna Enciclopédia Universal*, Ed. do Círculo de Leitores, 1986.
- (9) Como processos antigos de tratamento de madeiras, compulsámos os seguintes de SEGURADO, João Emílio dos Santos - *Materiais de construção*, B. I. P., 4ª edição, Lisboa, pp. 306 ss.:
- Descasque das árvores logo depois de abatidas, para evitar que os xilófagos aí se abriguem; limpeza de nós e fendas que se devem encher de alcatrão; empilhação da madeira em telheiros bem ventilados, mas livres de excessos de calor e de correntes de ar, para evitar uma secagem demasiado rápida que conduziisse à fendilhação.
- Solidificação da seiva em armazéns ventilados ou através de aquecimento em estufas entre os 30 e os 50°C.
- Lexiviação da seiva, conservando a madeira mergulhada em água clara e corrente durante cerca de 4 meses, seguindo-se uma secagem lenta. Para peças pequenas: estufas de vapor de água durante 24h, empilhação e secagem em armazém durante 1 a 2 meses.
- Injecção das madeiras com líquidos antisépticos para se oporem à fermentação da seiva da madeira e resistirem ao ataque dos xilófagos. Como principais antissépticos: a creosota e o cloreto de zinco. Vem de 1841 esta técnica, descoberta pelo Dr. Boucherie. A injecção começou por ser dada nas árvores ainda não abatidas, utilizando-se a circulação da seiva. Mais tarde este processo foi modificado por se descobrir que a seiva conservava o seu movimento ascensional depois de abatida. A injecção passou a fazer-se em troncos dispostos horizontalmente. A esta fase seguiu-se a injecção com líquidos sob pressão, e a esta, o tratamento das madeiras em autoclave, a que estão ligados os nomes de Bethell e Blythe, processo usado actualmente.
- Imersão da madeira em tanques com uma solução de bicloreto de mercúrio ("sublimado corrosivo"), em Inglaterra, desde 1832, por Kyan.
- Vulcanização da madeira (calor e pressão), ou processo de Haskin, nos E.U.A., com resultados algo contraditórios.
- Carbonização superficial. Método utilizado desde a Antiguidade (estacaria das fundações do templo de Diana em Éfeso; paliçada no Tamisa para deter Júlio César). O emprego desta técnica no século XIX, quando se descobriu, não deu resultados satisfatórios em Inglaterra, ao ser aplicada a travessas de caminho de ferro e a postes telegráficos.
- (10) SMITH, Gilbert M. - *Botânica Criptogâmica / Algas e Fungos*, v. I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 450 ss..
- (11) *LEXICOTECA/ Moderna Enciclopédia Universal*, Ed. do Círculo de Leitores, 1986, t. IX, p. 40.
- (12) SEGURADO, João Emílio dos Santos - *Acabamentos das Construções*, Biblioteca de Instrução Profissional, L. Bertrand, 3ª edição, Lisboa, s. d., pp. 284 e 285.

Capítulo IX

PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO DA ALA NORTE DO CLAUSTRO POENTE. AFECTAÇÃO DO ESPAÇO A NOVAS FUNÇÕES

9.1 Objectivos e metodologia

Actualmente, e como já referimos, o mosteiro está ocupado pelo Centro de Instrução de Praças da G. N. R.. Esta escola, de âmbito nacional, para fazer face a um crescendo de alunos, tem construído pavilhões pré-fabricados intramuros e aproveitado, até à exaustão, todos os espaços do antigo mosteiro, com excepção da igreja. Conscientes desta carência de espaço, elaborámos e apresentámos ao comando do C.I.P., uma proposta de recuperação da ala norte do claustro poente, tendo em vista a sua afectação a novas funções (1).

A metodologia que seguimos e os objectivos que pretendemos alcançar foram os seguintes:

- Saber que instalações existiam primitivamente naquele local e que funções cumpriam.
 - Tentar que as pretensões do C.I.P. possam ser satisfeitas através da reconstrução dos primitivos espaços e suas compartimentações, sem o recurso a grandes alterações.
 - Utilizar materiais e técnicas de construção modernas que não agridam o génio do lugar.
- Construções como a que está em causa pedem-nos, sobretudo, que tenhamos inteligência suficiente para sermos humildes.

- Garantir que a intervenção não provoque situações de irreversibilidade.

Entenda-se que este trabalho é uma proposta genérica de arquitectura, que por isso mesmo não desce ao pormenor, limitando-se a criar a estrutura espacial dum futuro auditório ou sala de espectáculos, sobre a qual recairão os projectos de arquitectura e engenharia. A título de exemplo, os projectos de iluminação, sonoplastia e palco, só por si, podem reconfigurar o interior dos espaços aqui propostos. Não obstante, ficaria a sala capaz, desde logo, para a realização de reuniões, conferências, aulas, etc...o que vai ao encontro das necessidades do C.I.P..

9.2 Reconstituição da ala primitiva

- **Materiais em análise:** fotografia da ala, anterior a 1910 (Fig. 9.4); fotografias actuais; plantas do mosteiro de 1916 (Anexos XI, XII e XIII); extractos das mesmas plantas, contendo a ala em causa; vestígios de carácter arqueológico; pormenor duma pintura datada do séc. XIX (Fig. 6.13).

9.2.1 Piso térreo

a) Segundo a planta de 1916, aparece, de nascente para poente, um primeiro compartimento de 5,4 m de largura por 4,6 m de profundidade, não ocupando, portanto, toda a largura da ala (7,4 m). Não apresenta janelas e comunica com o claustro através duma porta de cerca de 1m de largura. Esta porta desapareceu, tendo-se aberto um vão muito maior, o actual, de 2,66 m x 1,89 m, para servir a actual caixa de escadas. Nesta, apesar de serem utilizados elementos decorativos barrocos (sobrelargura dos degraus, primeiro degrau de volta, murete curvo com voluta), a sua construção terá acontecido após 1916, a dar crédito à planta daquele ano, que não a apresenta. Por outro lado, encontramos uma *Memória Descritiva* do ano de 1958, da D.G.E.M.N. (2), onde pode ler-se:

- *Demolição dos degraus de alvenaria de uma escada no claustro poente.*

- *Fornecimento e assentamento de degraus e lajedo em patins, empregando granito da região.*

Apesar desta obra não ter sido localizada em planta, parece-nos ser a que está em causa, pelo aspecto que apresenta a pedra dos degraus e dos patins, e porque é o acesso mais directo entre a galeria inferior e a superior daquele claustro. Repare-se ainda que apesar das ombreiras e lintel da nova porta serem de granito chanfrado, como as primitivas, não apresenta o moldado característico que todas as outras têm na base (Figs. 9.1 e 9.2). A recente construção desta porta é também evidente na alvenaria muito mexida que a envolve. A actual caixa de escadas apresenta aproximadamente as mesmas medidas do primitivo compartimento: 5,28 m de largura por 4,60 m de profundidade. Pensamos que a diferença de 0,12 m na largura se deve aos novos rebocos. Relativamente ao pavimento (renovado em 1955/56) (3), encontra-se sobrelevado relativamente ao piso exterior, cerca de 0,93 m, por efeito da topografia do terreno (Fig. 9.3). Actualmente são visíveis quatro mísulas com as mesas a 3,44 m, 2,36 m, 3,53 m e 3,43 m de altura do piso térreo, cuja disposição ainda não nos permitiu perceber qual a sua função inicial. Presentemente não desempenham qualquer função. As que se situam a cerca de 3,50 m de altura, teriam sido os suportes do pavimento do compartimento do piso superior? E qual a função da que se encontra a 2,36 m de altura, embebida nas escadas actuais?

Funções prováveis: cárcere / arrecadação

b) A norte deste compartimento encontramos, na planta de 1916, um espaço delimitado, a norte, por uma parede e um contraforte a toda a altura do alçado exterior da ala.

Funções prováveis: não temos explicação para a função deste espaço, pelo menos a avaliar pelo desenho de 1916. Seria uma caixa de visita de esgotos que receberia os efluentes do dormitório novo e do que parecem ser latrinas no piso superior? A pintura (Fig. 6.13) e a fotografia (Fig. 9.4), também não nos dão qualquer leitura deste pormenor.

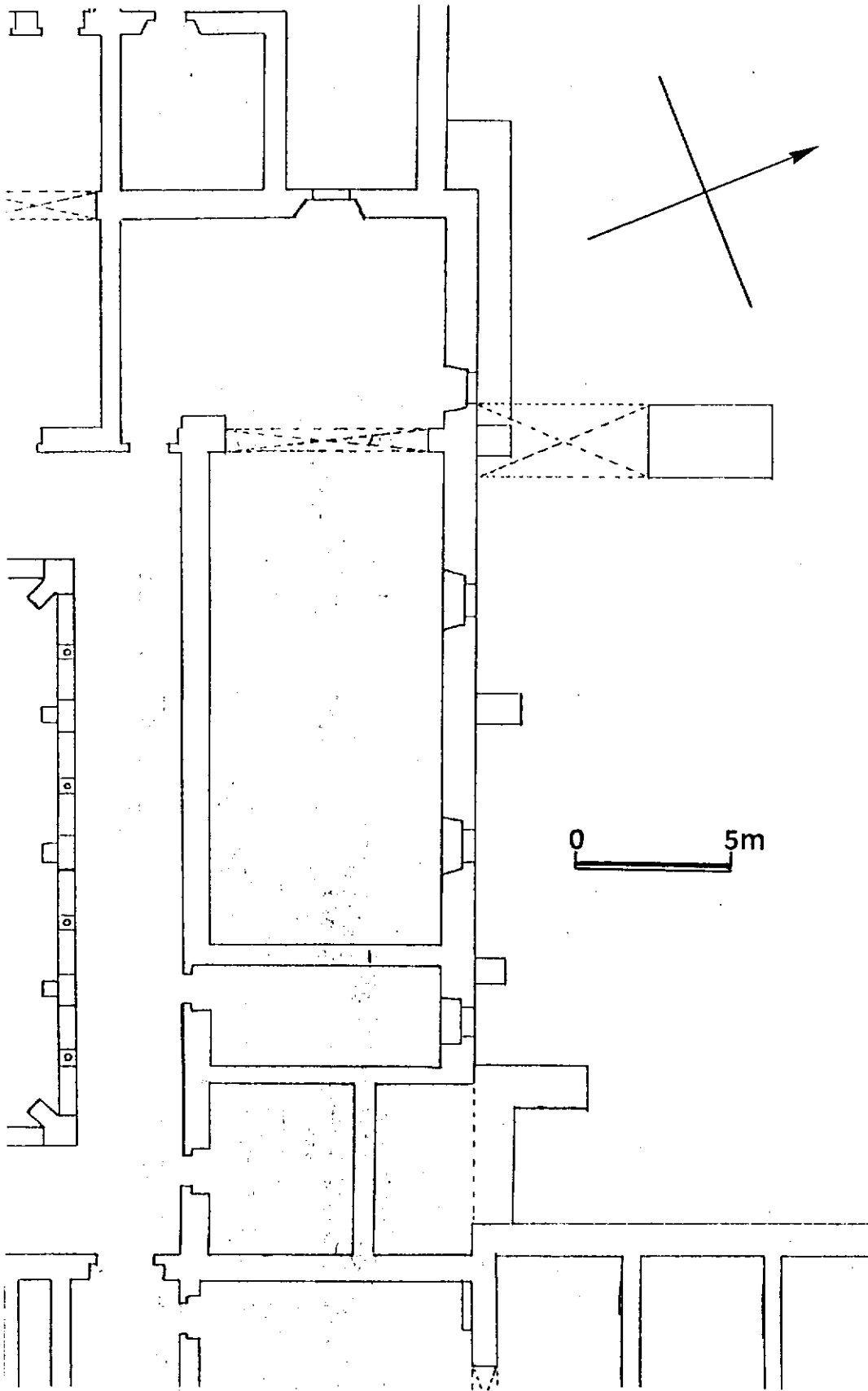
c) Segue-se um compartimento estreito (3,2 m de largura) a toda a profundidade da ala, com uma janela de iluminação para o exterior, com enxalços sem rasgamento e uma porta para o claustro. Esta porta, cujo vão foi emparedado, ainda se detecta por percursão a punho fechado (de ambos os lados da parede) e visualmente, do lado exterior. O tecto deste compartimento seria de abóbada, a avaliar pela mísula e desenho das entregas dos panos da abóbada (Fig. 9.5).

Funções prováveis: arrecadação / parlatório

d) O restante espaço da ala é ocupado por uma sala de dimensões generosas (16,1m de comprimento a toda a largura da ala). Tem duas janelas para o exterior, visíveis na fotografia antiga e na pintura (Figs. 9.4 e 6.13), uma de cada lado dum contraforte central. São janelas de iluminação com enxalços rasgados, e provavelmente também as soleiras o seriam, a avaliar pelo desenho das janelas do alçado remanescente (Figs. 9.6 e 9.7), inexistentes na planta de 1916, e hoje emparedadas por obras recentes. Destas janelas, a maior (Fig. 9.6), serviria para iluminação, enquanto a menor (Fig. 9.7), destinar-se-ia possivelmente à ventilação. Como ambas possuem o "peitoril" ligeiramente

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre

Extracto da planta do 1º pavimento (1916), apresentando a ala norte do claustro poente.



abaixo do nível do pavimento da galeria superior, deveriam possuir, a mais pequena, gradeamento, a maior, um varandim, a exemplo do que acontece numa janela da Sala dos Actos da Universidade de Évora - construção do mesmo século.

A sala ocupava os dois pisos da ala (pé direito duplo), tendo um tecto de abóbada de dois tramos, existindo ainda dois dos três arranques das abóbadas (Figs. 9.8 e 9.9). Antes das recentes obras ali efectuadas, a flecha desta abóbada podia medir-se, uma vez que os agentes atmosféricos redesenhavam na parede remanescente os encaixes dos panos. Por eles é também possível redesenhar a figura dos arcos. Entrava-se para esta sala através duma saleta tipo antecâmara. Entre a sala e a sua antecâmara existia uma entrada em arco de 6,5 m de largura de vão e de uma altura que ultrapassava o piso superior, sem que possamos referir a sua altura exacta por falta de cortes.

Funções prováveis: nova sala das monjas

e) Descrevamos a antecâmara da grande sala. Tinha entrada pelo claustro, através duma porta que ainda hoje existe e que cremos ser a primitiva. O tecto era possivelmente de abóbada, existindo ainda uma mísula. Existe também um arcobotante sobre a porta, escorando a parede da ala poente (Fig. 9.10). Duas janelas de enxalços rasgados até ao pavimento iluminavam a saleta, uma na parede poente e outra na parede norte (Fig. 9.4). A pintura (Fig. 6.13) apresenta aqui uma porta, exactamente no lugar da janela que está na planta. A nossa interpretação é a seguinte: com a construção do embasamento nessa parede (v. planta), a primitiva porta foi transformada em janela. De realçar finalmente que esta saleta, situada no encontro das alas poente e norte, estava escorada, no exterior, por um embasamento, dois contrafortes e pelo encaixe da cerca (Fig. 9.4, Extracto da planta do 1º pavimento de 1916 e Fig. 6.13). O arcobotante possuía a base mais larga de todos os que existiam no mosteiro, aparentando ter sido construído posteriormente aos três contrafortes que a ala possuía. Aliás, note-se que foi reforçar um lugar onde já existia outro contraforte a desempenhar a mesma função: sobrepôs-se-lhe, não atingindo toda a altura do primitivo. Repare-se finalmente que o beiral norte desta ala (Figs. 6.13 e 9.4) se encontra prolongado para nascente por uma linha marcada no paramento. Linha que marca claramente todo o primitivo beiral norte da ala, e a partir da qual se levantou posteriormente um terceiro pavimento. A inclinação da água do telhado da saleta era igual à de toda a ala (Figs. 6.13 e 9.4).

9.2.2. Piso superior

a) De nascente para poente, observamos, em primeiro lugar, um compartimento de dimensões iguais ao correspondente do piso térreo (com a parede poente apresentando sobrelargura em relação à base, pensamos que por erro de desenho). Apresenta também uma porta para o claustro, situada junto ao canto anterior esquerdo, exactamente onde se situa a actual e com a mesma largura (Fig. 9.12), uma escada para poente, talvez de acesso ao 3º pavimento, e uma porta para a ala de ligação entre os dois claustros. A parede norte dá acesso, através de duas portas, a outro compartimento onde se localizavam, em 1916, as instalações sanitárias. Também este compartimento comunica com a ala intermédia dos dois claustros através duma porta.

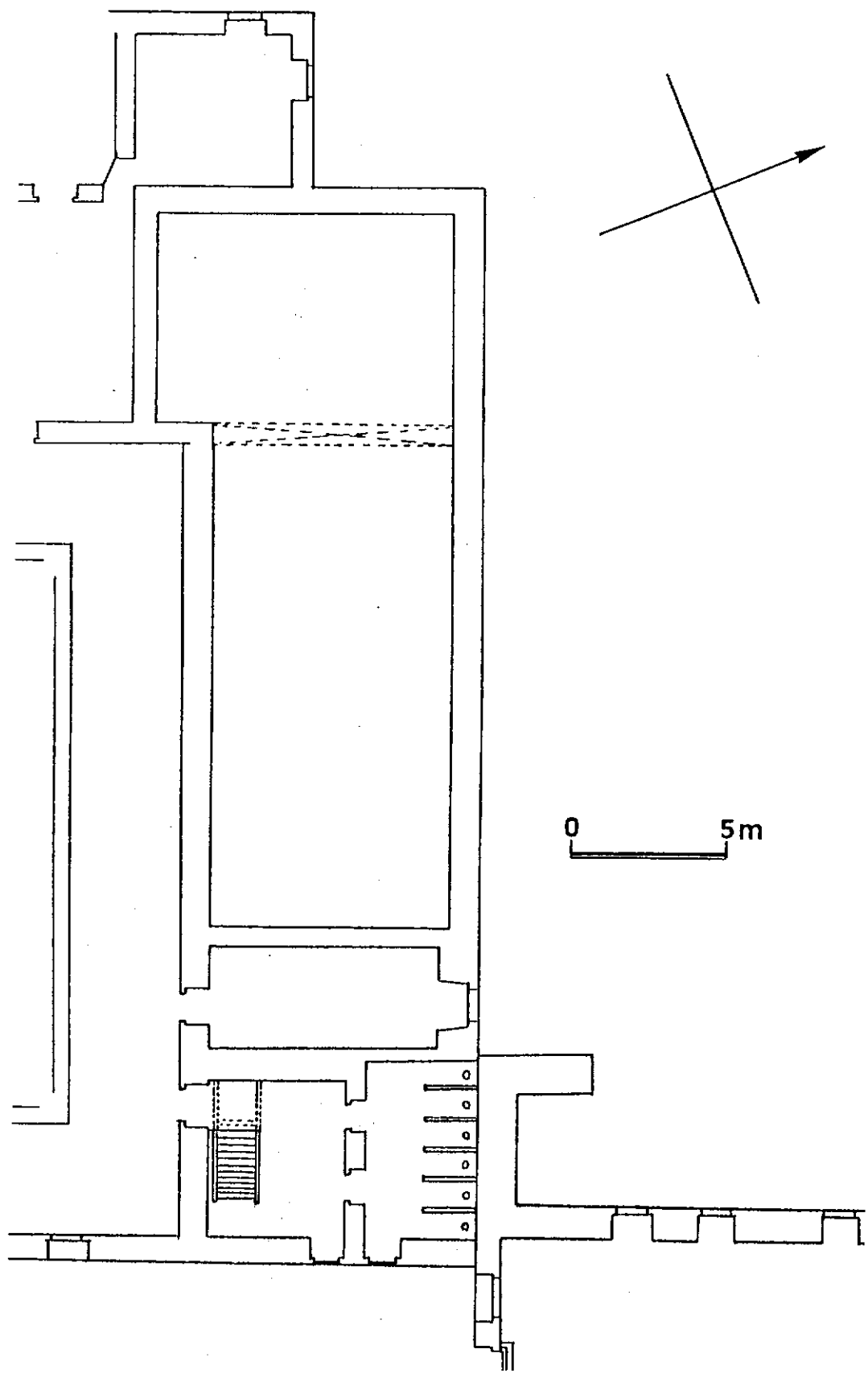
Funções prováveis: acesso ao 3º pavimento / sanitários

b) A poente do anterior compartimento, encontramos outro de dimensões iguais ao correspondente do piso térreo, com janela de enxalços rasgados até ao pavimento (virada a norte) e com porta para a galeria superior, cuja moldura ainda se encontra saliente na actual parede e cujo vão ainda existe do lado exterior (Fig. 9.11 e 9.12). Note-se que as portas deste e do compartimento anterior estão desencontradas na vertical, provavelmente para não sobrecarregar os lintéis das portas do piso térreo. O tecto era abobadado, a avaliar pelo desenho do encaixe dos panos na parede, que ainda se notam sobre o lintel, do lado de dentro (Fig. 9.11).

Função provável: arrecadação.

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre

Extracto da planta do 2º pavimento (1916), apresentando a ala norte do claustro poente.



c) O restante espaço da ala, para poente, corresponde à zona das abóbadas da sala do piso térreo e da saleta que descrevemos atrás, separadas, como já dissémos, por um vão em arco.

9.2.3. Piso acrescentado (v. Extrato da planta do 3º pavimento de 1916, planta do 3º pavimento de 1916 (Anexos XIII) e Figs. 6.13 e 9.4)

Este piso representa um acrescento realizado ainda pelas religiosas, ocupando inclusivamente os altos da galeria superior do claustro. Consta de um corredor com celas - novos hábitos de dormir das freiras bernardas, pelo menos desde o séc. XVIII, como já referimos atrás. Esta ala liga com a poente por um corredor que parece servir mais celas e um compartimento maior. Não nos interessa este piso: porque já não existe e porque foi um acrescento ao projecto inicial.

Funções prováveis: celas de religiosas / hospedaria.

9.3 Proposta de recuperação e afectação do espaço a novas funções

9.3.1 Filosofia

Em primeiro lugar pretendemos que este exercício académico de intervenção parta da realidade, seja realista e possa vir a ter repercussões sobre o objecto de estudo. Daí a nossa receptividade, desde já manifestada, a posteriores alterações pretendidas pela G.N.R. que, obviamente, não venham por em causa o espírito geral desta recuperação. Há que conjugar o interesse público, legítimo, de defesa do património, com o interesse igualmente legítimo da instituição que ocupa as instalações.

Numa primeira abordagem, o comando do C.I.P. concordou que a recuperação dos espaços primitivos daquela ala, só por si, traria imensas vantagens para a instituição, já que a mesma não possui uma única sala para reuniões, conferências, ou actos solenes, com a dignidade que se exige, nem com boas condições acústicas. Ora aquela primitiva sala de 16 m x 7,4 m (a maior sala do mosteiro), tornar-se-ia excelente para aquele fim.

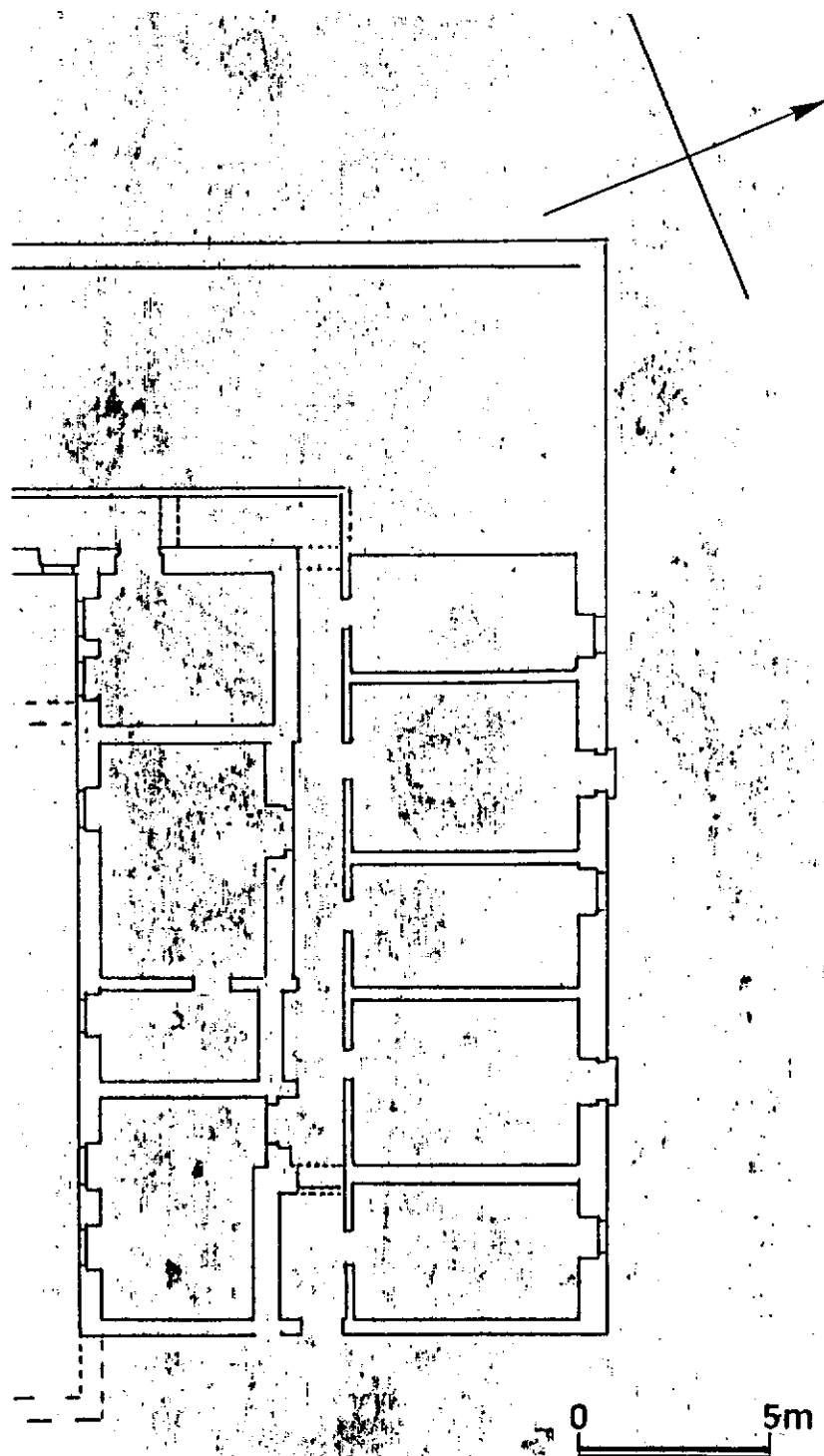
Entretanto, durante os últimos meses de 1993 e os primeiros de 1994, decidiu aquela instituição construir, no lugar, um *alpendre para abrigo de viaturas* (Fig. 9.13). Note-se que esta obra, realizada num imóvel classificado de Monumento Nacional, numa zona *non aedificandi* (Portaria do Ministério de Educação Nacional, de 23 de Fevereiro de 1957) e sobre uma área que já possuiu construção, não seguiu os trâmites legais, originando uma situação conflituosa com a Câmara Municipal e com o I.P.P.A.R..

9.3.2 Tipo de intervenção

Partimos do quase nada: temos apenas 3 plantas de 1916, uma fotografia, uma pintura e alguns vestígios arqueológicos. Propomos uma reconstituição quase *ex nihilo* dos espaços primitivos, respeitando os volumes, a compartimentação, a localização aproximada dos vãos, com tecnologia e materiais modernos, visando uma afectação a novas funções. E tudo o que é vestígio arqueológico, que se preserve e se realce como memória.

É evidente que a reconstituição não pode ser integral, já que, se é fácil saber o número de tramos da abóbada e a sua flecha, nada sabemos do seu desenho propriamente dito. E mesmo que o soubéssemos, nunca seria essa a nossa estratégia neste caso concreto.

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre
Extracto da planta do 3º pavimento (1916), apresentando a ala norte do claustro poente.



de Janeiro de 1916
Eng.º Humberto

9.3.3 Proposta

9.3.3.1 Indicações gerais (Fig. 9.15)

a) Demolição do alpendre recentemente construído e descasque do alçado norte com vista à detecção de vestígios arqueológicos que melhor fundamentem a nossa interpretação do existente e a nossa proposta. Note-se que este trabalho sempre tinha que ser feito, para dar um melhor acabamento a esse paramento que passará a ser interior.

b) Reconstrução da sala e antecâmara tal como se encontra desenhada nas plantas de 1916, afectando-a a sala de reuniões / conferências / actos solenes, com palco. No caso da antecâmara, vamos manter o actual corredor que serve a ligação dos claustros ao exterior. Ele apresenta grande funcionalidade para a actual cozinha, com a qual comunica através de porta e janelas. Mas é necessária a construção de uma escada e porta de serviço ao palco, na largura da parede.

Como já dissemos, a sala possuía três grandes janelas de iluminação e uma de ventilação. As janelas de iluminação do alçado exterior, colocadas sensivelmente a meia altura (Fig. 9.4), devem voltar a construir-se (agora com dimensões mais generosas). Também as outras duas que lhe estão fronteiras, no alçado interior remanescente (Fig. 9.14), devem ser abertas, guarnecendo-se com gradeamentos de protecção e varandim.

Também as duas janelas da antecâmara deveriam ser reabertas. Pensamos que estas janelas, embora o palco não careça delas em termos de espectáculo, devem ser reconstruídas, uma vez que a arquitectura exterior as pede e, apenas duas, não serão difíceis de vedar em termos de luz. É nesta antecâmara que será montado um palco com proscénio prolongado para além do arco que liga este compartimento à sala, permitindo escadas laterais de acesso.

Abertura duma porta para norte, a meio da sala, com escadaria. Poderá ser utilizado o granito da região (acastanhado), para soleira, ombreiras, lintel e escadas.

A cobertura destas duas salas será constituída por tecto plano em laje de betão, com telhado de duas águas, sendo a água sul o prolongamento sobreelevado do telhado da galeria superior, como acontece noutras alas dos claustros.

c) Reconstrução do compartimento do piso térreo que se encontra a seguir à caixa das escadas (este/oeste) e seu prolongamento para nascente, pelas traseiras da parede norte da caixa das escadas. Fica um compartimento em L, destinando-se a parte que inflectiu para nascente aos sanitários de apoio à sala. Abertura de janela para norte.

d) A reabilitação anterior implica o emparedamento do vão de porta aberto "recentemente" no compartimento intermédio ou de ligação entre as duas alas norte dos dois claustros e a consequente abertura da primitiva porta para o corredor de passagem entre os dois claustros. Assim se induziria um movimento de recuperação da arquitectura primitiva, mantendo a funcionalidade do espaço.

e) Abertura de uma ampla porta de entrada na sala, no topo nascente, com cerca de 2,5 m de largura. Esta será a porta principal de entrada e saída na sala.

f) Reconstrução do compartimento do piso superior que se encontra a seguir à caixa de escadas (este/oeste) e seu prolongamento para nascente, pelas traseiras da parede norte da caixa de escadas. Tal como o compartimento que lhe está por baixo, ficará em L, destinando-se todo o espaço a cabine de projecções, gravações, controlo de som, luzes, etc...devendo ser aberto um grande vão envidraçado para a sala. Na parede norte deste compartimento devem abrir-se duas janelas: a que figura na planta de 1916 e uma outra, frente à actual janela da caixa de escadas, para

Ihe conduzir a luz.

9.3.3.2 Algumas sugestões

a) A reconstrução utilizará tecnologia e materiais modernos: alvenaria de tijolo, fundações, pilares e lajes de betão, etc...Tendo-se em atenção a deformação que a construção pré-existente apresenta, devem-se tomar as necessárias providências. Em situação algo similar no Convento de S. Francisco de Beja, em que paredes e contrafortes se desaprumaram devido a fenómenos de assentamento diferenciais e a forças horizontais (sísmicas talvez), tomaram-se as seguintes medidas de correcção:

- Após a realização de sondagens destinadas a averiguar as dimensões e profundidades das fundações das paredes e contrafortes mais importantes, optou-se por uma solução de reforço global dos contrafortes assinalados, incluindo as respectivas fundações.

- Esse reforço foi constituído pela "justaposição" de uma lâmina espessa de betão armado na face exterior do contraforte, prolongada até à fundação; esta lâmina de betão é pregada ao contraforte de alvenaria por grampos de aço, sendo a ligação reforçada pela aplicação de redes de aço distendido galvanizado nas faces laterais do contraforte, embebidas nos rebocos e prolongadas até à face exterior das paredes.

- Outro elemento essencial foi constituído por um par de tirantes de varão de aço atravessando o edifício de lado a lado, ao nível do primeiro piso (4).

d) Da actual linha de terra até ao nível do pavimento da galeria inferior (0,93 m), far-se-á enrocamento, evitando escadas de acesso aos compartimentos reconstruídos.

e) As janelas e portas que se abram em construção nova, poderão apresentar moldura simples, rectangular, em trabalho de massa relevada de 1,5 cm, pintada com o amarelo ocre característico do mosteiro. Em alternativa, as ombreiras poderão ser de granito da região (castanho de coloração geral), sem possuírem as chanfras das antigas (no caso das portas), para que não se confundam. No caso das portas e janelas hoje emparedadas, devem-se reabrir respeitando as suas dimensões primitivas, sempre que o novo uso o permita.

f) O alçado norte da nova sala poderia possuir soco ou rodapé alto, saliente, em granito da região (acastanhado), ou em trabalho de massa, pintado a amarelo ocre.

g) A iluminação deve ser indirecta, podendo ocultar-se com um friso ou sanca a contruir a toda a volta da sala. Os dois arranques das abóbadas devem ser limpos, com a pedra à vista, e sobre eles devem incidir focos. O mesmo diremos para outros vestígios arqueológicos julgados importantes que venham a ser descobertos com o descasque do paramento.

h) Propomos para a ligação da sala ao palco, a reconstrução do arco que aí existia (com desenho que desconhecemos), agora em arco deprimido de tripla chanfra, a exemplo do que acontece com a arcaria das galerias superiores dos claustros. Ficaria a sala mais bela se pudesse ser contruído em granito acastanhado da região. Em alternativa mais pobre, o betão.

i) O pavimento poderá ser revestido a tijoleira.

j) Acabamentos a cal, porque é esse o acabamento existente em todo o mosteiro.

l) Pensamos que a reconstrução do alçado norte deveria localizar-se, não no lugar que ocupava primitivamente, mas a partir do antigo contraforte nascente (v. Plantas de 1916 e Fig. 9.15). Uma

diferença de largura de cerca de 50 cm ao longo duma sala de quase 17 m de comprimento não justifica que se construa uma parede paralela ao alçado remanescente: roubaria espaço aos sanitários e renovaria o enviesamento actual da parede.

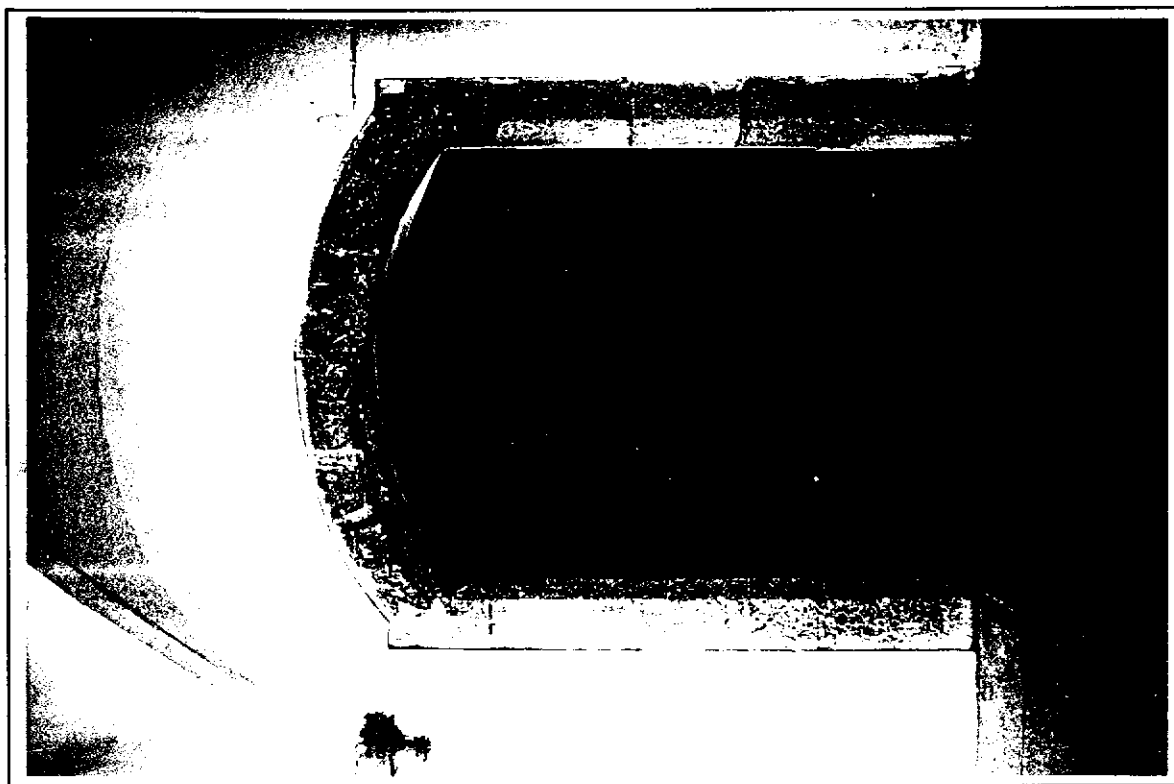


Fig. 9.1 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Claustro poente. Porta das escadas de acesso à galeria superior .

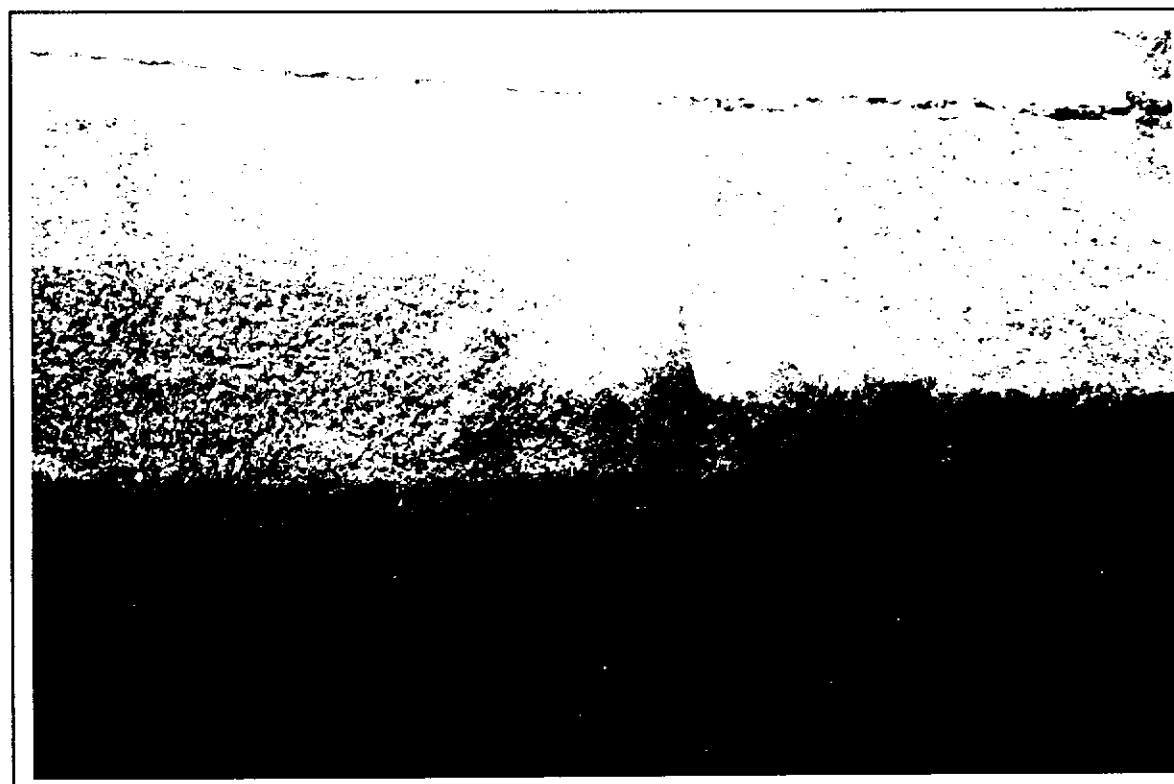


Fig. 9.2 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Moldado característico das ombreiras das portas mais antigas.



Fig. 9.3 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Marca exterior da cota do piso térreo do claustro poente.

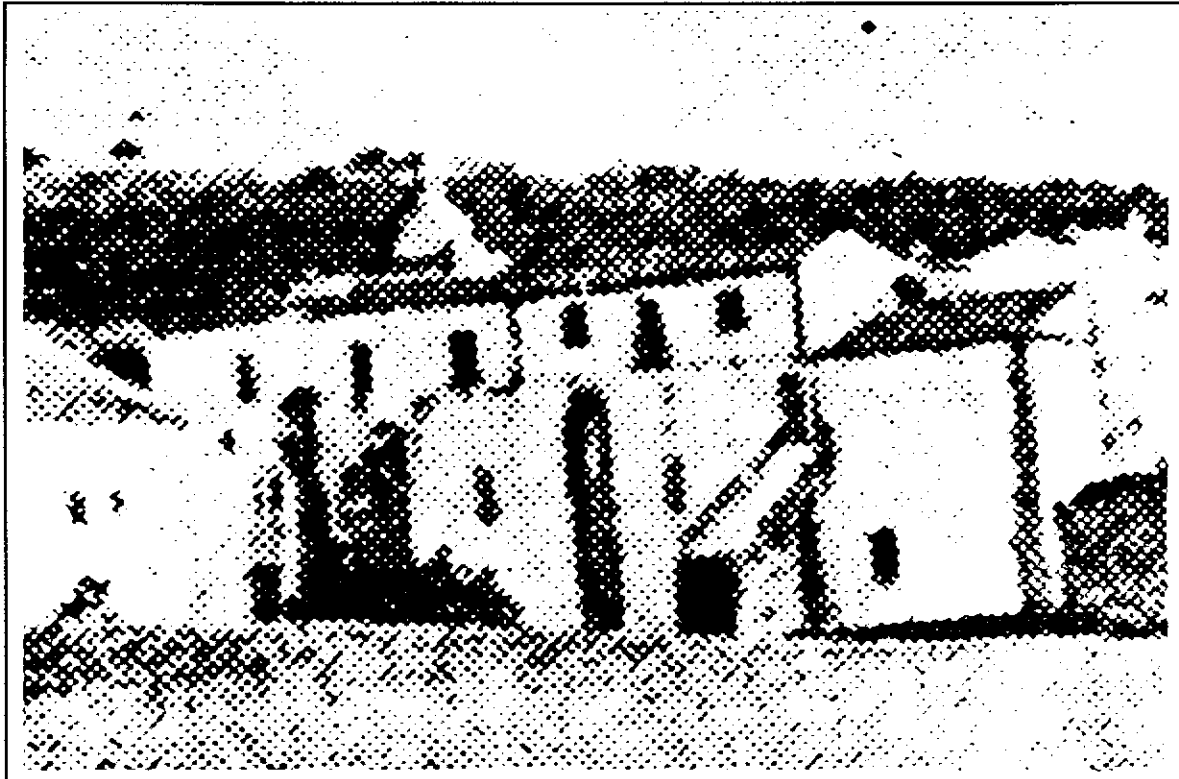


Fig. 9.4 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Sector norte, mostrando, do exterior, a ala norte do claustro poente. (Ampliação dum extracto da Fig. 6.12)

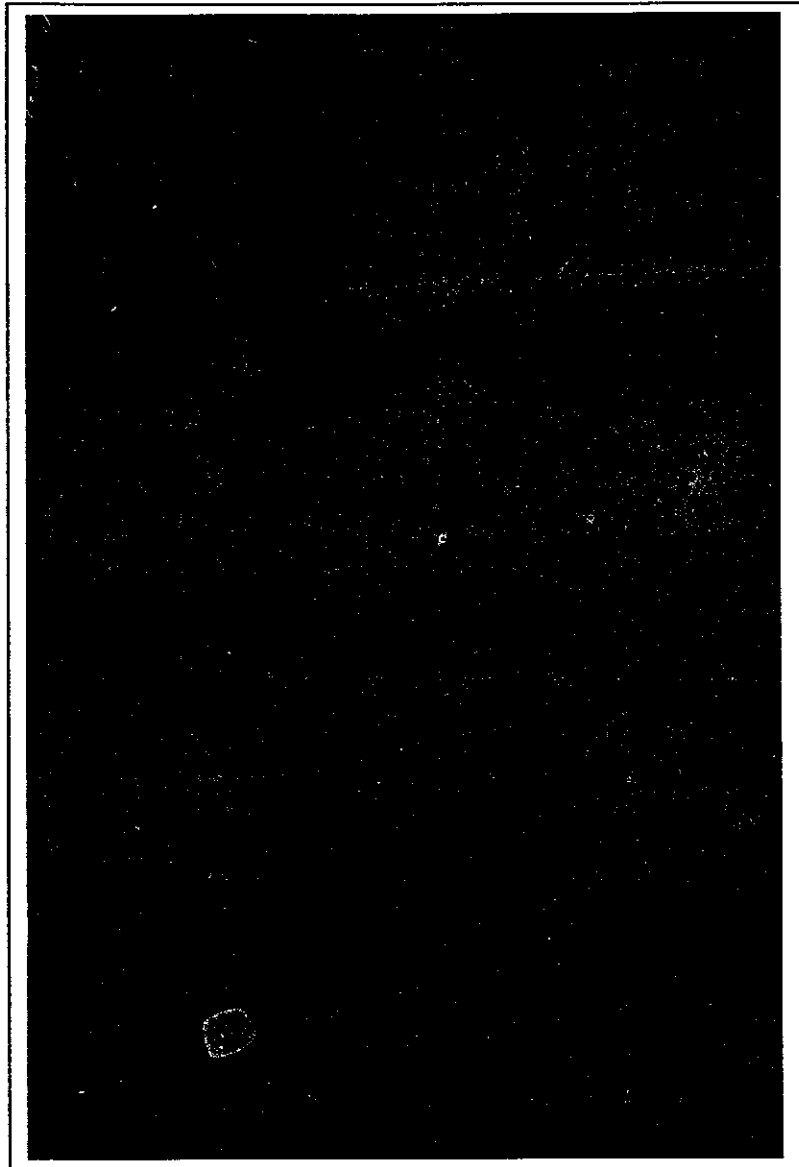


Fig. 9.5 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Ala norte do claustro poente. Desenho do vão duma porta. Por cima, e à esquerda, o desenho das entregas dos panos das abóbadas.

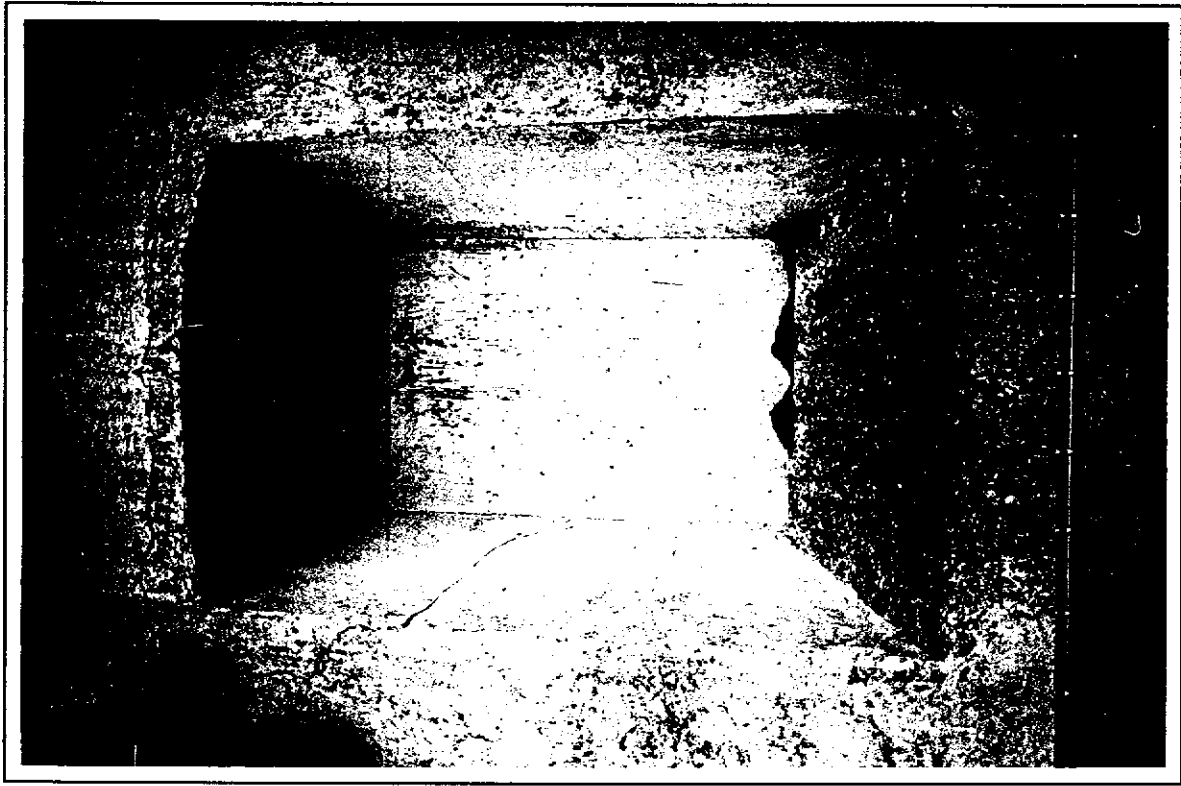


Fig. 9.6 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Ala norte do claustro poente. Janela (iluminação) ao nível do 2º pavimento.

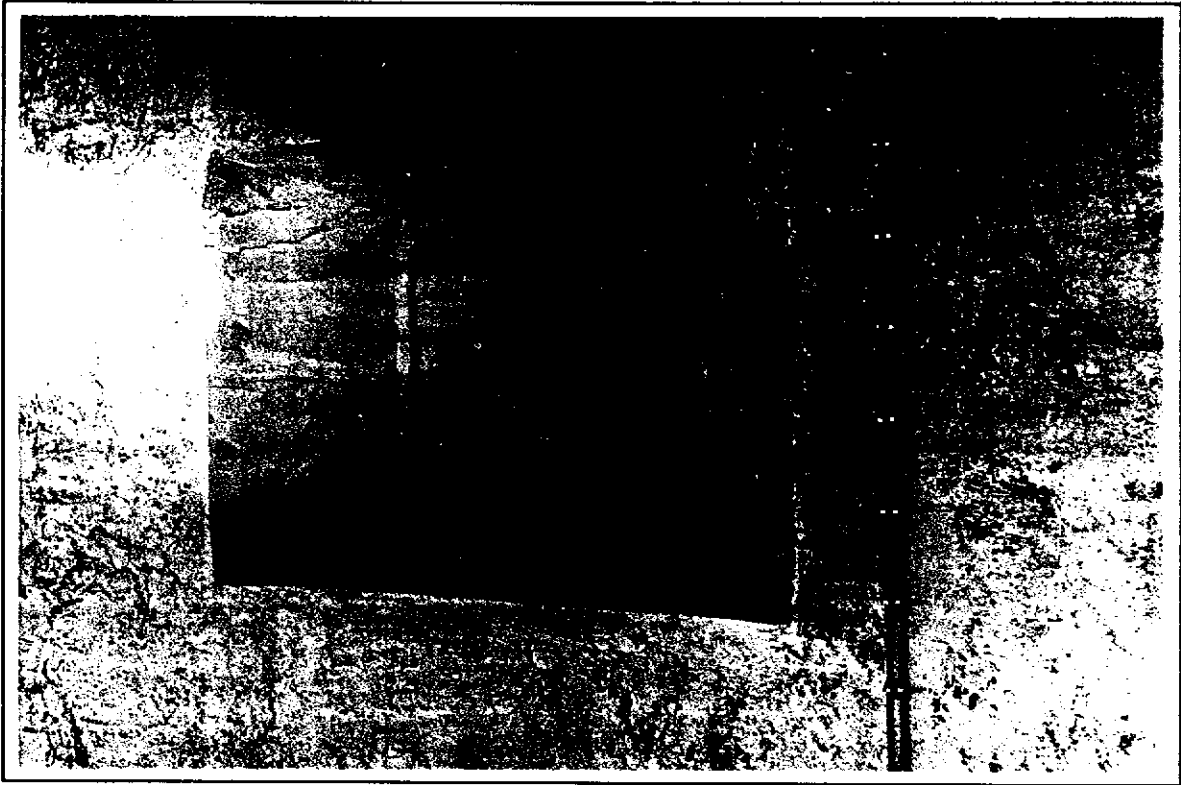


Fig. 9.7 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Ala norte do claustro poente. Janela (ventilação) ao nível do 2º pavimento.

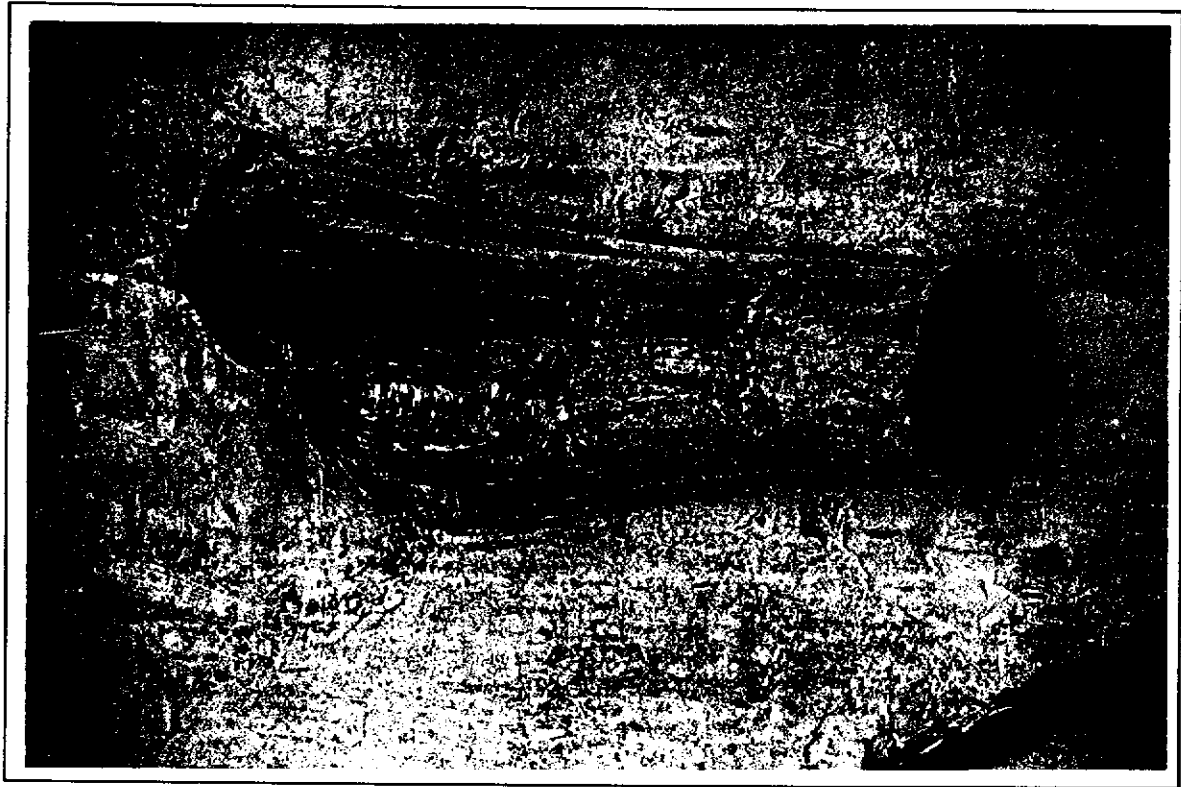


Fig. 9.8 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Ala norte do claustro poente. Arranque de abóbada (do lado nascente).



Fig. 9.9 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Ala norte do claustro poente. Arranque de abóbada (do lado poente).

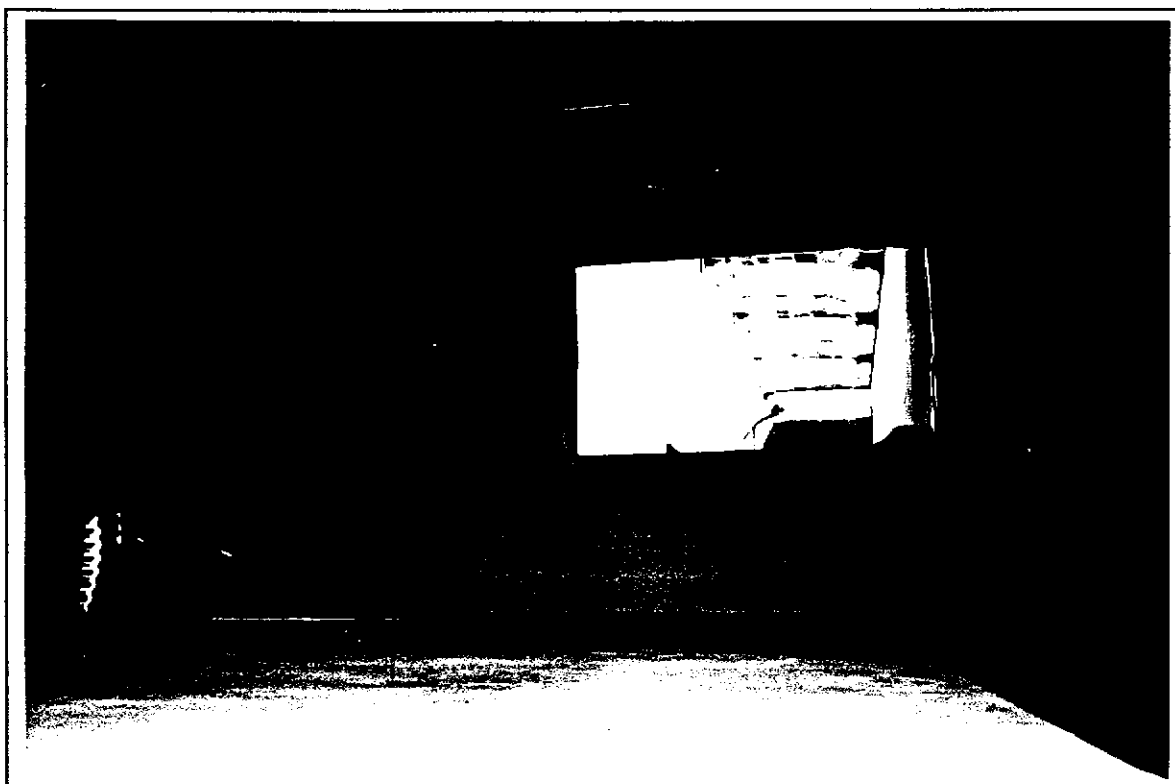


Fig. 9.10 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Porta que dava acesso à antecâmara da nova sala das moijas.

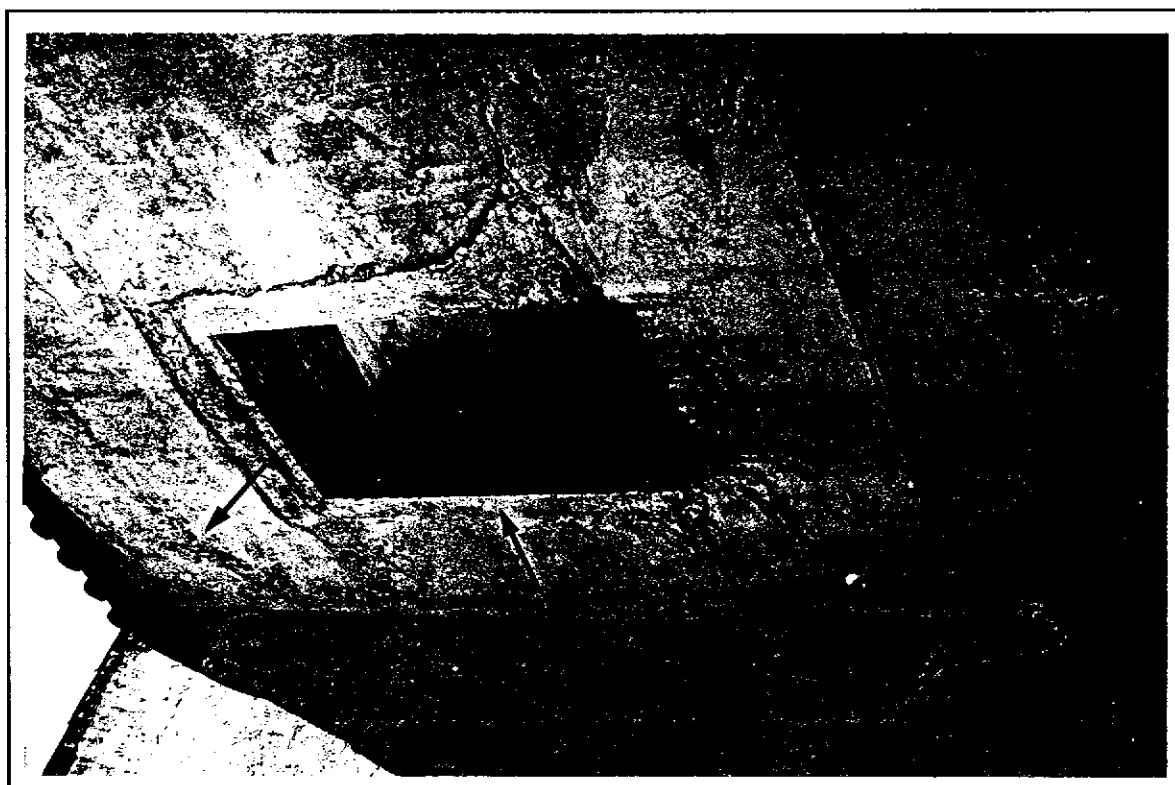


Fig. 9.11 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Ala
norte do claustro poente. Vão de porta do 2º pavimento.
Vestígios do desenho da abóbada deste compartimento.

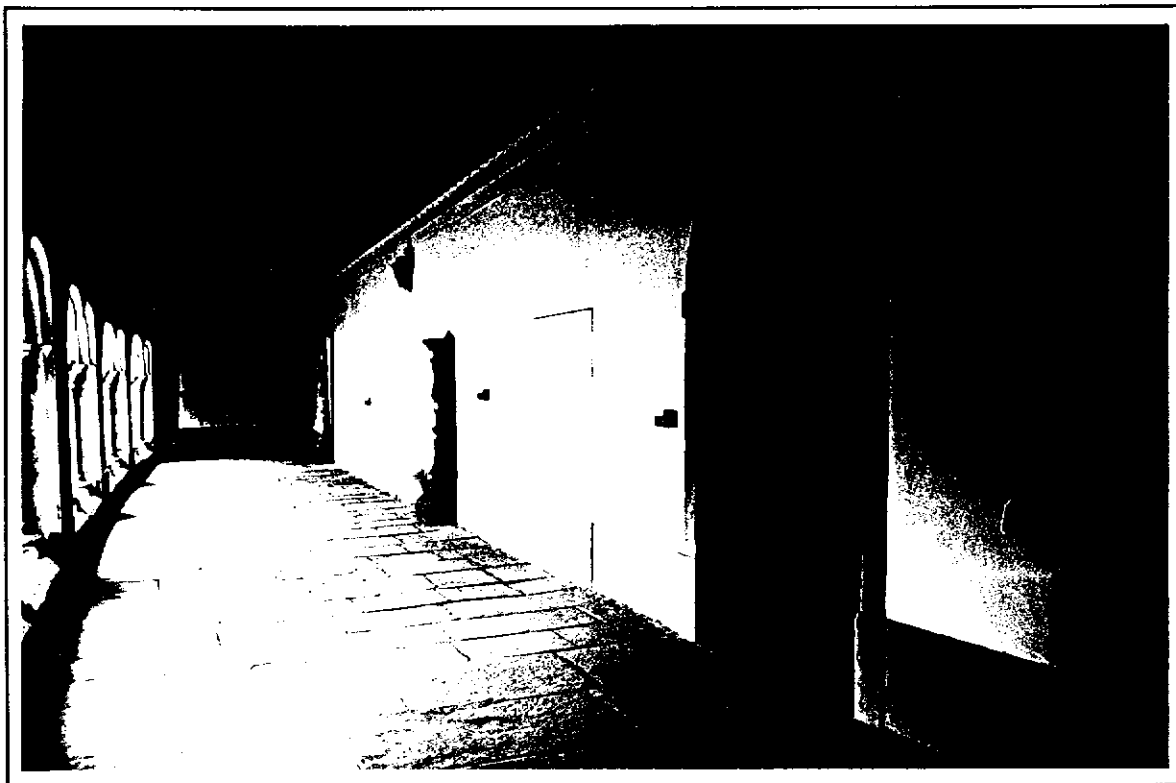


Fig. 9.12 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Galeria superior do claustro poente.
Paramento interior do alçado remanescente.

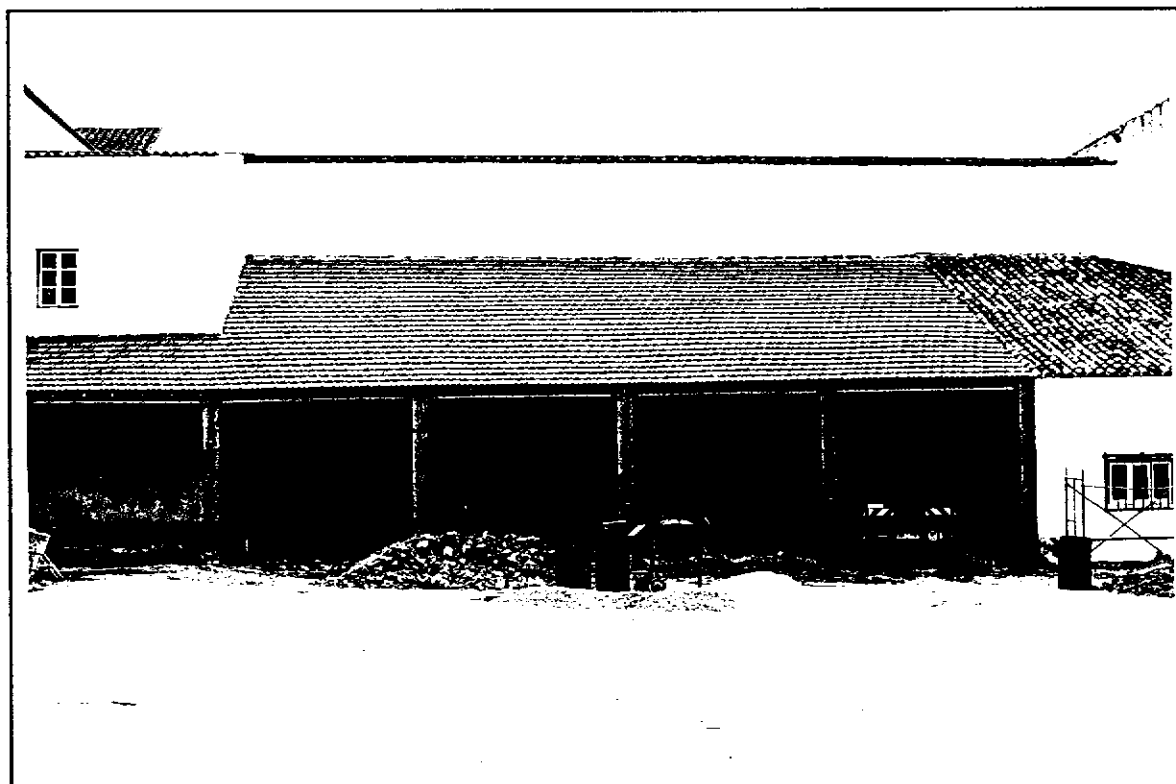


Fig. 9.13 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Ala norte do claustro poente.
Obras dentro da zona *non aedificandi*.

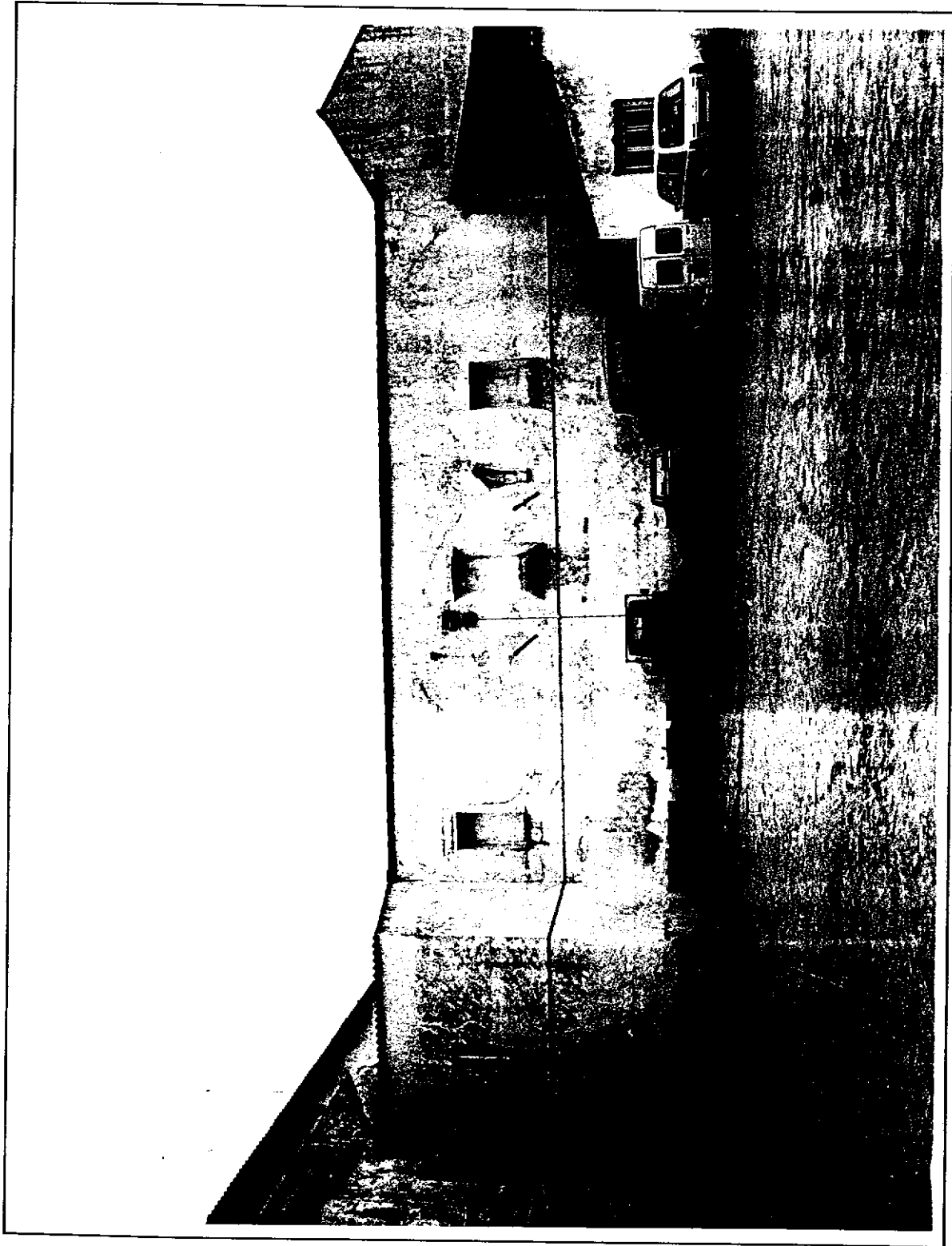
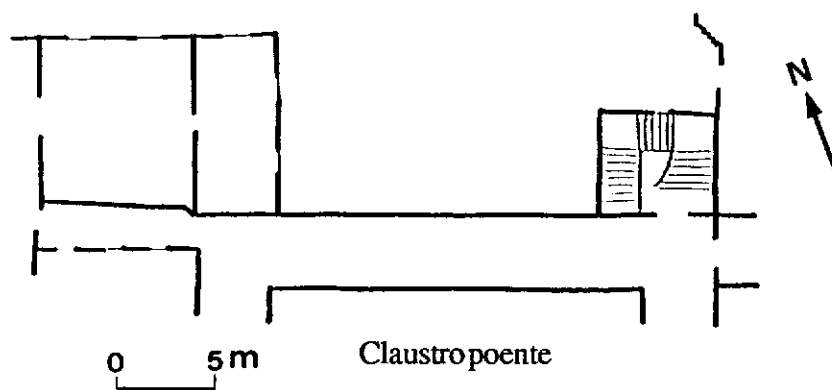
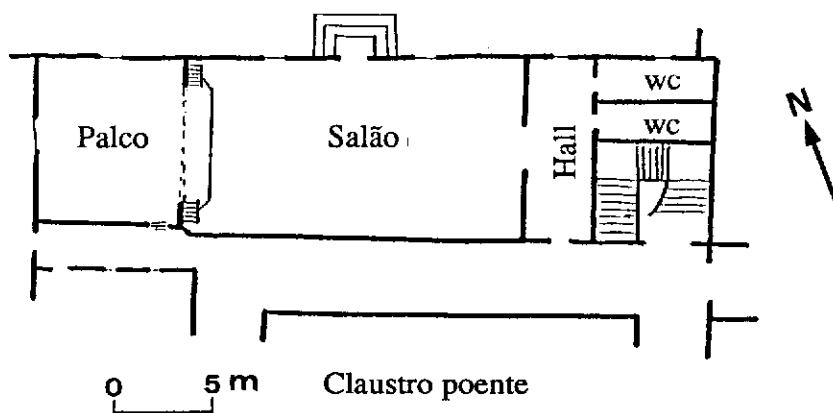


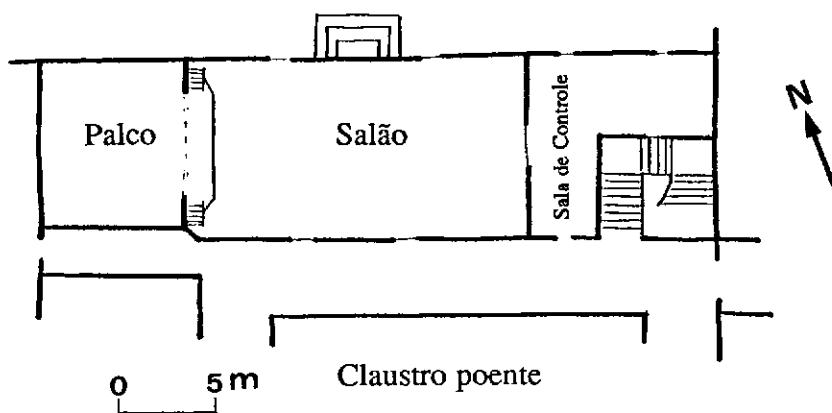
Fig. 9.14 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Alçado remanescente da ala norte do claustro poente antes do início da construção do alpendre. Este paramento dava para o interior da sala que foi demolida.



Planta do piso térreo. Existente.



Planta do piso térreo. Proposta.



Planta do piso superior. Proposta.

Fig. 9.15 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Esquços da proposta de recuperação da ala norte do claustro poente.

NOTAS

- (1) O então comandante, Tenente-Coronel Barradas, aceitou a proposta com agrado e prometeu apresentá-la superiormente.
- (2) Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Direcção Regional do Sul, pasta Portalegre / Igreja de S. Bernardo / Portalegre S. 12.14.08/003, (Obra nº 21, ano de 1958, artigo 53, Nº2 - g) Do plano de obras do corrente ano).
- (3) Idem, Memória Descritiva dos anos de 1955 (Obra nº 24) e de 1956 (Obra nº 21).
- (4) Atelier A2 (Eng. João Appleton) - *Reabilitação do Convento de S. Francisco de Beja*, manuscrito inédito.

Capítulo X

VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Não se colocando como hipótese credível, no curto e médio prazos, a afectação do mosteiro a funções mais a carácter com o espírito do lugar (funções culturais, por exemplo), seria necessariamente fútil ocuparmo-nos de estudos que pretendessem englobar numa proposta de valorização, a globalidade do conjunto edificado e de todos os espaços intramuros. Não era, pelo menos, oportuno, realista e eficaz, objectivos que nos têm norteado desde início. É que, enquanto o mosteiro for utilizado pelo C.I.P. / G.N.R., a pressão exercida pelo crescente número de instruendos forçará esta instituição a reabilitações constantes e a novas construções (algumas pré-fabricadas) que sufocarão progressivamente a substância histórica existente. Este carácter provisório, se por um lado salvaguarda a possibilidade duma intervenção futura que reponha a função de alguns espaços (os espaços verdes, por exemplo), por outro, tem mantido pelos anos fora uma promiscuidade estética e funcional não desejável (Fig. 10.1).

Por razões semelhantes, também ignoramos a *tapada das freiras*, zona do mosteiro definitivamente perdida em favor da rede viária e da edificação urbanas.

Ressalvando que tudo o que temos proposto nesta II Parte, a concretizar-se, valorizaria o património, pensamos de maior utilidade esboçar uma proposta que vá ao encontro de necessidades prementes e se nos afigure de possível concretização no curto prazo. Assim sendo, preocupa-nos essencialmente:

a) Conseguir da Direcção-Geral do Património de Estado, a reafectação à Câmara Municipal de Portalegre, da igreja e dependências anexas (1).

b) Salvaguardar todo o património edificado contra reabilitações não conformes com a lei, o que implica encontrar mecanismos de entendimento e colaboração técnica entre o C.I.P., a Câmara Municipal e o I.P.P.A.R..

c) Alargar a zona *non aedificandi*, de tal forma que englobe as casas do séc. XVIII que Cocheril identificou como do *intendente* e do *confessor*, bem como o chamado *Jardim da Abadessa*. Incompreensivelmente, a legislação que protege o mosteiro foi publicada com décadas de intervalo, como se a consciencialização do valor das diversas zonas do património edificado fosse progressiva ou viesse acudir a riscos iminentes: pelo Decreto de 16 de Junho de 1910, classificou-se apenas a igreja como monumento nacional; só com os Decretos nºs 30762 e 32973, respectivamente de 26 de Setembro de 1940 e de 18 de Agosto de 1943, se classificaram os claustros, igualmente como monumentos nacionais; finalmente, a 23 de Fevereiro de 1957, através de portaria do Ministério da Educação Nacional, fixou-se um perímetro de protecção, com uma zona vedada à construção (Fig. 10.2). Pensamos que a proposta de alargamento da zona *non aedificandi* deveria ser feita pela Câmara Municipal, aproveitando os estudos que aqui fizemos, sobretudo os subordinados ao tema Espaço / Função.

d) Valorizar a zona visitável do mosteiro (igreja), que é também a mais rica do ponto de vista

artístico, através do programa que se segue:

1º Intervenções na cobertura, janelas e paramentos, visando a eliminação de infiltrações, conforme referimos no capítulo VIII, ponto 8.3.2.

2º Execução das medidas de restauro, curativas e preventivas, relativamente ao ataque de xilófagos, referidas no capítulo VIII, ponto 8.2.2.

3º Execução das medidas de higiene, cura e prevenção relativamente ao túmulo de D. Jorge de Melo, portal e alpendre, referidas no capítulo VIII, ponto 8.1.4.2.

4º Repavimentação das zonas remendadas a argamassa de cimento, na nave dos fiéis (Fig. 10.3). Estas zonas, rectangulares, com corredor ao meio de mosaicos de mármore, onde se situavam os bancos, possuíam, talvez, um pavimento de ladrilho de tijolo, à semelhança do que existe na sacristia, nos nichos do transepto, em algumas zonas das capelas, nas salas anexas construídas no séc. XVIII para sul da igreja e na sala do capítulo, só para dar alguns exemplos. Ou então, o pavimento seria de solho. Com o andar dos tempos, esse pavimento deteriorou-se, foi arrancado e substituído por simples argamassa de cimento.

Porque é esteticamente inaceitável e porque interessa marcar nessas duas zonas a primitiva funcionalidade, propomos a reposição do pavimento com ladrilho de tijolo ou com madeira, segundo desenho e técnica de colocação a estudar.

5º Transferência do cruzeiro que está no exterior, no jardim fronteiro ao portal do pátio, para o seu primitivo lugar, no transepto, com vista a ser preservado dos agentes atmosféricos e apreciado pelos visitantes. No sítio onde agora está, ou passa despercebido ou não se relaciona com o mosteiro.

6º Eliminação do emparedamento das portas que, nos coros baixo e alto, dão para os dois claustros. Construção e colocação de portas, de tal forma que, através de postigos generosos, seja possível ao turista que visita a igreja, observar também os claustros. Por razões que facilmente se compreenderão, as chaves destas portas estarão sempre na posse do C.I.P. / G.N.R.. Apenas os postigos (gradeados ?), poderão ser abertos do lado de dentro.

7º Construção dum postigo num dos nichos do topo norte do transepto, para possibilitar a observação da sala do capítulo. Como o C.I.P. utiliza aquela sala, o vão terá uma contraporta do lado de dentro para que, ao ser utilizado aquele espaço, se inviabilize a observação do mesmo pelo turista.

8º Elaboração e execução dum projecto de iluminação.

9º Elaboração e execução dum projecto de arquitectura museológica para instalação dum Museu de Arte Sacra, onde deverá constar o espólio do mosteiro, hoje no Museu Municipal. Lembramos que este retorno do património móvel às suas origens está de acordo com a Carta de Veneza (1964) (2).

10º Montagem dum balcão para atendimento turístico, a funcionar, pelo menos, de Maio a Setembro, com funcionários da Câmara, formados para o efeito.

11º Produção de materiais de informação turístico-cultural sobre o mosteiro, para oferta e venda, contemplando todo o património edificado e o espólio existente no Museu Municipal:

- colecção de diapositivos;
- colecção de postais ilustrados;
- folhetos e brochuras de informação histórica;
- publicações sobre a Ordem de Cister.

12º Solicitar orçamentos à Fundação Ricardo Espírito Santo e Instituto José Figueiredo para restauro dos cadeirais, tecto do coro baixo, armários do coro baixo e pintura mural também no coro baixo, tentando obter verbas para estas intervenções. Solicitar-se-ia também um estudo especializado sobre o estado dos painéis de azulejos, de forma a planificar atempadamente acções neste domínio.

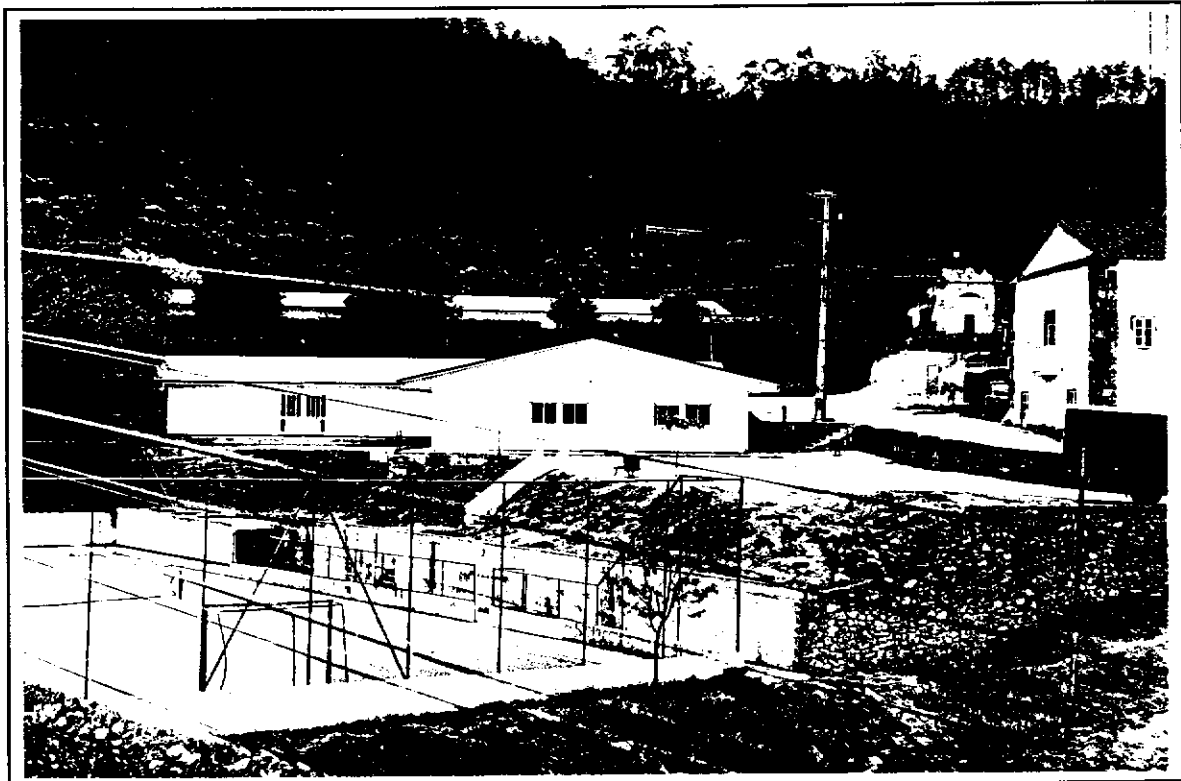


Fig. 10.1 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Sector norte. Promiscuidade estética e funcional entre o vetusto mosteiro e as novas infraestruturas do C.I.P. / G.N.R.

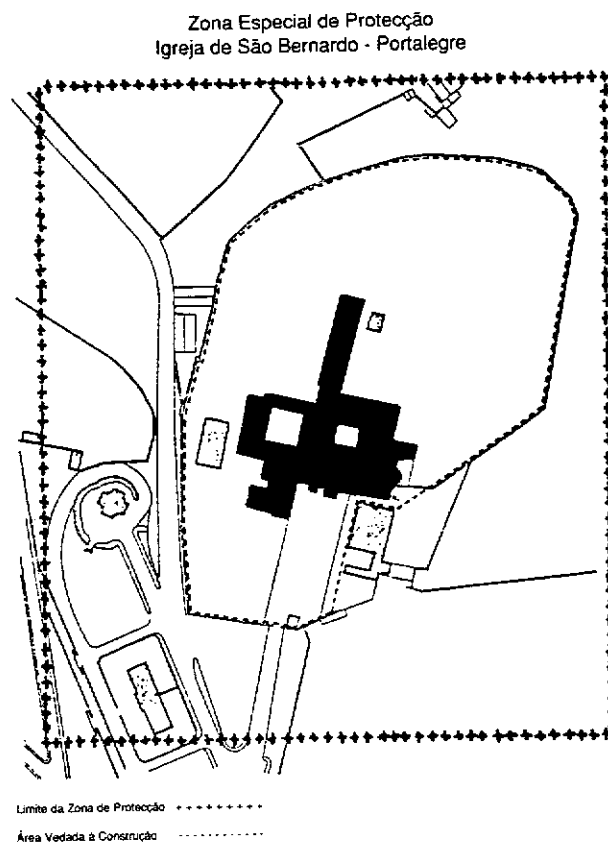


Fig. 10.2 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Zonas protegidas (Portaria do Ministério da Educação de 23 de Fevereiro de 1957).

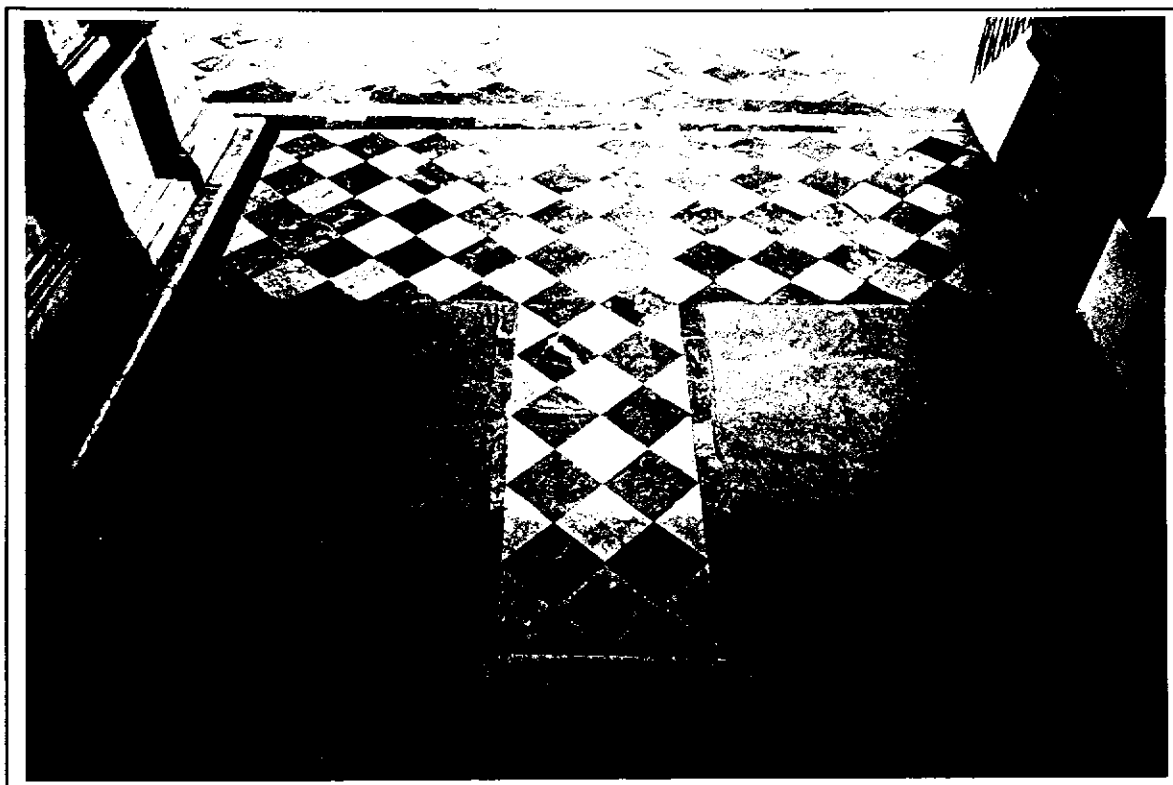


Fig. 10.3 - Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
Igreja, pavimento da nave dos fiéis remendado a argamassa de cimento.

NOTAS

(1) Pelo Decreto nº 8920 de 16 de Junho de 1923, do Ministério da Justiça e dos Cultos, determinou-se que fosse entregue à Câmara Municipal de Portalegre a igreja do mosteiro, sacristia e quintal, para a instalação do Museu Distrital. Já aqui referimos que o Museu Municipal esteve instalado naquela igreja, tendo passado para o antigo Seminário de Portalegre, onde ainda está. Nos finais de 1993, a Direcção-Geral do Património de Estado contactou oficialmente a edilidade, sugerindo a reafecção daquelas instalações para actividades museológicas e culturais, ao que a câmara respondeu afirmativamente, aguardando-se o respectivo despacho.

(2) Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios (Veneza, 1964), artº 8º: *Os elementos de escultura, pintura ou decoração que fazem parte integrante de um monumento não se podem separar dele senão quando esta seja a única medida susceptível de lhes assegurar a conservação.*

CONCLUSÃO

Tomando as conclusões parcelares a que chegámos no tratamento dos diversos itens, podemos integrá-las no corpo de texto que se segue.

O Mosteiro de S. Bernardo do Portalegre foi fundado em 1518 pelo último abade perpétuo de Alcobaça, D. Jorge de Melo. Foi com os grossos cabedais de Alcobaça e com o património familiar, no qual devemos salientar o da mulher com quem vivia, D. Helena Mesquita, que o mosteiro se foi levantando até meados do séc. XVI. Nos dois séculos seguintes, beneficiará de novos edifícios e duma decoração barroca que lhe dá o prospecto actual.

O sítio para a construção do mosteiro foi ponderadamente escolhido. Estando inicialmente prevista a sua construção no vale do Rio Sever, junto à antiga cidade romana de Amaia, e depois no sítio de Vale das Flores, Ribeira de Nisa, foram estas duas hipóteses rejeitadas pela insalubridade e maléfica influência dos astros no lugar. Acabou o mosteiro por ser construído a 500 m das portas de Portalegre. Fontedeira foi o sítio escolhido, às vistas da cidade, lugar suficientemente afastado para ser recatado, mas suficientemente próximo para beneficiar dos serviços urbanos, o que traduz a opção do homem moderno e viajado que era D. Jorge de Melo.

Estando o lugar numa encosta da Serra de S. Mamede, a 480 m de altitude, possuía um clima saudável, água de nascentes em abundância, madeira de castanho e do género *Quercus* por toda a serra e pedra de granito em toda a área onde o mosteiro havia de escavar as suas fundações. A paisagem, *pera as religiosas estenderem os olhos*, era aprazível, e embora o mosteiro não se inscrevesse num vale, integrava-se o sítio na ambiência natural de inspiração bernardina.

Concluindo-se o mosteiro, na sua parte essencial, até 1533, foi a instituição filiada directamente na abadia de Claraval, sem intermediários, para que Alcobaça não pudesse interferir, e para que D. Jorge melhor se defendesse da Santa Sé, dada a vida pecaminosa e contumaz que mantinha.

Quanto ao projecto das *sumptuosas casas*, tudo desconhecemos quanto à autoria do seu risco, suspeitando, contudo, duma proveniência francesa, a julgar pela medida utilizada, o *pied du roi*. Sendo um dos mais bem preservados conjuntos monásticos portugueses do séc. XVI, é bem representativo do período manuelino, ao conjugar uma construção de tradição medieval com uma decoração renascentista. No entanto, mesmo ao nível da concepção geral da igreja, é possível vislumbrar algum estrangeirismo na planta centralizada, em forma de cruz grega, que se obtém se nos abstrairmos dos coros e das capelas colaterais. Nesse espaço de tumulação familiar, surge o túmulo do fundador absorvendo para si toda a atenção e luz projectada das janelas, fazendo-nos pensar na noção de *templum* por oposição à de *ecclesia*. E também o fecho da capela-mor, em 5/8 do polígono, aponta para o vanguardismo da arte de projectar renascentista.

O estudo da eurtmia aportou-nos algumas conclusões:

- A medida utilizada foi o pé real (0,32484 m).
- O módulo é um quadrado de 9 pés de lado.
- O desenvolvimento do módulo dá origem a um reticulado que, sobrepondo-se à planta do piso térreo, marca os pontos significativos do desenho, ressaltadas algumas irregularidades

devidas às características fisiográficas do sítio.

- Na construção do claustro poente foi respeitado o módulo, ampliando-se o comprimento do mosteiro para mais 3/4 da sua medida inicial.

- Relativamente a proporções e simetrias, também o mosteiro, e sobretudo a igreja, como espaço hierático por excelência, respeita as seculares proporções sagradas e apresenta simetrias bilaterais. Numa tradição longínqua, que mergulha as suas raízes nas místicas pitagórica, bíblica e neoplatónica dos números, teorizadas e sacralizadas por S. Agostinho, em *Sobre a Música*, as proporções perfeitas (1:1, 4:3, 3:2 e 2:1), a que correspondiam, na música, as harmonias prima, quarta, quinta e oitava, enformam o projecto da igreja, criando-lhe a beleza e a estabilidade estrutural. Como exemplos mais significativos das proporções encontradas, apontámos as seguintes:

1:1 comprimento do mosteiro primitivo / largura do mosteiro primitivo

2:1 largura do mosteiro / largura do transepto

2:1 profundidade da cabeceira até aos contrafortes / profundidade do transepto

4:3 altura da nave dos fiéis no extradorso da abóbada / largura média da nave dos fiéis

4:3 largura do centro do cruzeiro aos topos do transepto / largura média do corpo longitudinal

4:1 comprimento interior da igreja / altura da igreja

Relativamente à simetria, na igreja, apontámos como mais significativa a que se verifica entre as duas metades resultantes de corte axial, e entre os braços da cruz grega formada pelo transepto, nave dos fiéis e presbitério.

Como grande conclusão, referimos que a planta do mosteiro, o desenvolvimento modular *ad quadratum* e a sua eurtímia, se inserem na continuidade da antiquíssima tradição bíblica que influenciou toda a arquitectura medieval, e sobretudo a monacal.

O sistema construtivo utilizado é basicamente o mesmo, nas campanhas de obras dos sécs. XVI ao XVIII. Como tal, estudou-se o mosteiro primitivo, servindo de modelo. A harmonia da planta, em quadrado, confere um travamento (ortogonal) das paredes muito eficaz, por vezes reforçado com cunhais de granito aparelhado. Pela posição central do claustro, de forma quadrada, reforçado por conjuntos de pilares e contrafortes em pedra aparelhada, e de arcos de direcção diagonal na confluência dos alçados (galerias superiores), constitui todo ele um sistema de forças que se contrapõe ao peso de pavimentos, tectos e coberturas do edificado que o rodeia. Situando-se o edifício sobre um maciço granítico, calculámos que as fundações seriam pouco profundas (cerca de 0,50 m), e contínuas, existindo uma sobrelargura para cada face das paredes, de 0,10 m a 0,45 m. Esta sobrelargura constitui ambasamentos que sobem, por vezes, ao longo dos paramentos exteriores, a alturas diversas.

As paredes são todas resistentes, com larguras que vão dos 0,90 m a 1,80 m, conforme o peso que têm que suportar. Na zona da igreja, o alçado sul e o alpendre fronteiro ao portal possuem arcobotantes e gigantes. Já o alçado norte seguiu outra técnica para suportar forças oblíquas vindas da abóbada: ligando-se ao restante edificado do mosteiro, limitou-se a aumentar a espessura das paredes até 1,80 m.

Os tectos são de abóbada de arestas nervuradas nas galerias inferiores do claustro, inclinados e em forro de madeira nas galerias superiores, de abóbada nervurada e achatada na igreja, sala do capítulo e ala de ligação entre os dois claustros (piso térreo), e de placa de betão nos pisos superiores das alas poente e norte. As coberturas beneficiaram de recuperação recente, apresentando telhados de duas ou quatro águas, com telha romana, assente num suporte de vigas, travessas e ripado de madeira. Os beirais assentam sobre uma cimalha construída com telha mourisca, escoando-se primitivamente a água através de gárgulas.

Os materiais utilizados na construção do mosteiro foram, na sua grande maioria, recolhidos no próprio sítio e na região envolvente. Esses materiais ditaram as consequentes técnicas de construção:

- Alvenaria de pedra (fundações e paredes).
- Alvenaria de tijolo (abóbadas).

- Cantaria (portas e janelas, cunhais, muretes, escadas, pavimentos, contrafortes, pilares, gigantes, arcobotantes).

- Pavimentos de soalho, de ladrilho, de lajes de pedra e de calçada.

- Coberturas utilizando asnas, forro de esteira, ripado e telha romana.

Utilizando a escassa e dispersa informação publicada até ao momento sobre o mosteiro, servindo-nos de documentos escritos inéditos, e retirando do objecto de estudo, em si, todas as informações possíveis, concluímos terem decorrido quatro campanhas de obras: a primeira, de 1518 a 1533, a segunda, de 1533 a 1550, a terceira, de 1587 a 1607/8 e finalmente a quarta durante o séc. XVIII. Foram identificadas algumas funções para os espaços existentes, concluindo-se que a planta deste mosteiro respeita a distribuição funcional da planta típica das construções bernardinas.

A evolução da cerca foi outro dos temas que estudámos, registando em planta a cerca primitiva (1550), o prolongamento para norte (1604 a 1608), o prolongamento para sul e para nascente no séc. XVIII e, finalmente, uma pequena rectificação na confluência dos tramos poente e sul, já neste século.

Ainda do ponto de vista do espaço/função, e servindo-nos do Tombo das propriedades do mosteiro, escrito entre os finais do séc. XVII e os princípios do séc. XVIII, inventariámos dois espaços de função agrícola junto ao mosteiro: uma *tapada chamada a das freiras*, a nascente, possuindo na altura olival, pomar e mato, e uma *orta*, a sul, possuindo pomar, vinha e tanques de rega.

Identificaram-se depois as patologias dos materiais inertes. Quanto às colunas dos claustros, concluiu-se que o tipo de pedra e a posição geográficas das peças são variáveis que influem no decaimento, sendo as alas expostas a norte e a sul as mais afectadas, dada a predominância do vento (Norte/Sul) e o rumo predominante do vento quando chove (Sudeste/Nordeste). Concluímos também que, nos fenómenos de decaimento, a dissolução da sílica seria o mais importante do ponto de vista das causas químicas, uma vez que a argilização promovida pela hidrólise só seria importante para valores de pH da água da chuva que a tornassem ácida, o que não é o caso em Portalegre.

No que diz respeito à taxa de decaimento, calculámo-la para um dos fustes, aquele que nos ofereceu menos dúvidas quanto à sua originalidade, sendo superior a 1,177 cm³/ano.

Também identificámos fenómenos de decaimento biológico, promovidos por seres vivos vegetais, que formam colónias em alguns capitéis, devido à falta de sol e à conseqüente humidade.

Relativamente ao portal da igreja, em mármore de Extremoz, concluímos que esta obra escultural não apresenta fenómenos de sulfatação nem de dissolução, embora sejam detectáveis algumas patologias: fracturas e seccionamentos promovidos por movimentos sísmicos, alguns casos de vandalismo, sujidade e início de corrosão promovida pela acumulação de excrementos de pombos. Já o túmulo de D. Jorge de Melo apenas apresenta sujidade devido à acumulação de pó.

Para todas as patologias pétreas apresentámos um conjunto de soluções que passam pelo estudo artístico e registo fotográfico das peças, identificação de patologias, consolidação de fragmentos e fissuras, e substituição de algumas colunas em colapso por novas com capitéis lisos, mantendo a respectiva volumetria. Concluímos também que a reprodução fiel de capitéis, devidamente assinalados como tal, seria a melhor solução futura para as peças que entrem em colapso.

Relativamente às madeiras, a área do mosteiro estudada foi a que considerámos mais melindrosa (igreja e dependências), onde existem estruturas e mobiliário com valor patrimonial significativo. Pelas dimensões e formas dos orifícios de emergência, pelo serrim, pelas direcções tomadas nos ataques e pelo tipo de madeiras atacadas, supomos ter identificado três tipos de carunchos: *Hylotrupes bajulus*, *Anobium punctatum* e *Lyctus brunneus*. Destes, apenas os dois primeiros se encontram em actividade, e atacando apenas madeira resinosa *Pinus pinaster*.

Relativamente a outros xilófagos, foi detectado um ataque isolado e há muito extinto, de *Reticulitermes lucifugus*, numa janela, e ataques de fungos, provavelmente de *Serpula lacrymans* e

do fungo de azulamento, conjugados com ataques de carunchos, numa asna e numas escadas que lhe ficam debaixo.

Para cada caso apontámos medidas curativas, preventivas e de manutenção específicas, baseadas, em geral, na aplicação de insecticidas e fungicidas líquidos de grande penetração, aplicados por pulverização ou pincelagem, na higienização dos espaços e na pulverização das madeiras com insecticidas de contacto (DDT e HCH) na época de emergência dos insectos adultos. Para algumas peças, concluímos ser a sua queima e substituição por madeiras tratadas com impregnação profunda de sais metálicos em autoclave, a melhor solução.

Quanto a alvenarias, rebocos e coberturas, foram inventariadas todas as infiltrações de água das chuvas e de sanitários na área classificada do mosteiro, propondo-se os necessários restauros.

Conscientes da carência de espaço por parte do Centro de Instrução de Praças da G.N.R., elaborámos uma proposta de recuperação da ala norte do claustro poente e sua afectação a novas funções. Após as necessárias investigações, ficámos a conhecer exactamente o espaço primitivo e a sua compartimentação. Elaborámos então a proposta que contempla, em linhas gerais, a reconstrução espacial quase exacta da ala, perspectivando a sua afectação a um auditório. Nos edifícios utilizados pelo C.I.P., bem como nos restantes espaços intramuros, concluímos ser irrealista propor qualquer intervenção.

Finalmente, alertámos para a necessidade de se encontrarem mecanismos de colaboração técnica entre a Câmara Municipal e o C.I.P. que visem o acompanhamento das intervenções no mosteiro, propusemos o alargamento da área *non aedificandi* e a valorização da zona visitável, a igreja, depois da sua reafecção à Câmara Municipal de Portalegre, por parte da Direcção-Geral do Património de Estado. Nesta proposta, concluímos ser de grande importância patrimonial e turístico-cultural, fazer "regressar" o património móvel do mosteiro à sua origem, no âmbito dum Museu de Arte Sacra, o que pressupõe a elaboração dum projecto de arquitectura museológica adaptado ao lugar.

ANEXOS

Índice dos anexos

- I - Recibo de multa paga por D. Jorge de Melo ao Papa, por sua anterior condenação, datado de Santarém, 24 de Setembro de 1546, passado pelo Núncio Apostólico em Portugal, João Riccio.
- II - Alvará de D. João III, dado em Santarém a 14 de Junho de 1526, ratificando a doação feita pelos juízes e oficiais do concelho de Portalegre a D. Jorge de Melo, do sítio da Fontedeira, para nele ser construído o mosteiro de S. Bernardo. Apostilha datada de Lisboa, 27 de Novembro de 1549, em que o mesmo rei autoriza a construção da cerca do mosteiro.
- III - Treslado feito pelo tabelião Álvaro Mendez, em Portalegre, a 10 de Junho de 1533, dum alvará de D. João III, dado em Santarém a 13 de Junho de 1526, no qual se obrigam os juízes de Portalegre, Marvão e Castelo de Vide a fazerem cumprir as requisições de materiais de construção e mão-de-obra feitas por D. Jorge de Melo para a construção do mosteiro de S. Bernardo, aos preços praticados na terra, sob pena de multa.
- IV - Notícia escrita nas costas do cadeiral norte do coro alto da Igreja de S. Bernardo de Portalegre, informando do desterro das freiras para o Convento de Odivelas no ano de 1776, e do seu regresso, a mando de D. Maria I, a 13 de Novembro de 1777. O texto informa também que se realizaram importantes obras para a reinstalação das religiosas.
- V - Documento que regista a medição e as confrontações da Tapada das Freiras, do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, a 2 de Outubro de 1690.
- VI - Documento que regista a medição e as confrontações da horta, pomar e vinha do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, a 2 de Outubro de 1690.
- VII - Treslado duma provisão de D. Pedro II, datada de Lisboa, 29 de Março de 1704, concedendo ao Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre a posse das propriedades que o mosteiro dizia serem suas na altura.
- VIII - Intervenções da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais no Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, Processo nº S.12.14.08/003.
- IX - Estatutos do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, datados de 20 de Agosto de 1531.
- X - Planta do piso térreo do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre (D. G. E. M. N. - 12 de Março de 1956).
- XI - Planta do 1º Pavimento do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre (1916).
- XII - Planta do 2º Pavimento do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre (1916).
- XIII - Planta do 3º pavimento do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre (1916).
- XIV - Planta da captação de água nº 1, para o depósito que substituiu a mãe-d'água do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
- XV - Planta da captação de água nº 2, para o depósito que substituiu a mãe-d'água do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
- XVI - Planta da captação de água nº 3, para o depósito que substituiu a mãe-d'água do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.
- XVII - Planta da captação de água para o tanque do *Jardim da Abadessa*.
- XVIII - Diagrama I - Tipos de granito.
- XIX - Diagrama II - Insolação no claustro nascente.
- XX - Diagrama III - Insolação no claustro poente.
- XXI - Quadros e Gráfico I - Análise do decaimento (Claustro nascente, galeria inferior).
- XXII - Quadros e Gráfico III - Análise do decaimento (Claustro nascente, galeria superior).
- XXIII - Quadros e Gráfico IV - Análise do decaimento (Claustro poente, galeria inferior).
- XXIV - Quadros e Gráfico V - Análise do decaimento (Claustro poente, galeria superior).
- XXV - Exemplo de ficha de levantamento de patologias das madeiras.

ANEXO I

Nos Johão Riccio Electosipontino Nunçio Apostolico de sua samti / dade Em este Regnodeportugual
cetra. Dizemos que hee / Verdade Que Reçebemos Do senhor Jorge de melo Monteiro / Moor de
sua Alteza E de Bastião dandrade Recebedor do Reverendissimo / senhor bispo da guarda em nome
E pessoa delle dito senhor bispo mil / e seis centos e oytenta E seis Cruzados, os Quaes / nos Pagarão
por Reste da conta de compossição, E ab / solução feita a sua senhoria Reverendissima sobre a
condenação E sentença / Que se deu Em Roma Pellos Juizes deputados por sua / santidade. E asy
por outros Direitos de officiais / pollos Quaes se deuia a dita Comtia dos Mil E seis / centos e
oytenta E seis Cruzados Pellos Quaes / Estaua obrigado o dito senhor Jorge de melo E Francisco
/ De Gouvea meirinho do dito senhor bispo Como procurado / res Querão do dito senhor bispo.
Por asy ser verdade / E nos darmos por Paguos de dito Reste de conta mão / damosque lhe fose feita
esta primeira Quitação feita / por João Velho nosso Capellão e escriuão da nossa / legacia [...]
asynada por nos / E selada Com o sello de nossas Armas em Santa / rem aos Vinte E quatro dias
do mes de setembro da / era de mil e quinhentos Quarenta E seis Annos / Joannes Electus
Sipontinus Nuntius apostolicus manu propriaa

ANEXO II

Eu elRey faço saber A quantos este meu alvara virem que / o bispo da guarda meu esmoler moor me enviou apresentar / este acordo que os juizes e oficiais da vila de portalegre fizeram / por que em camara lhe deram todo o direito que ho concelho tem na fonte que / se chama a fonte deira e no chão que esta abaixo da dita / fonte aquele que lhe comprisse e foor necesario para ho moesteiro / novo que ora hy quer fazer e que nam ho fazendo avia A dad / por nehum a segundo se no dicto acordo contem e pedimdo-me por merçe que / por quanto ele ora prazendo A noso senhor quera mandar poer mão na / dicta obra pera o dicto moesteiro lhe confirmase o que lhe asy fora / dado pelo concelho pera ha poder fazer por ser lugar pera jso / E visto per mym seu Ruequerimento vendo ser serviço de deus e no / breçimento da vjla me praz lhe confirmar e ey por confirmado / a dicta fonte e chão que lhe asy foy dado da maneira que se / em seu acordo contem E mando que asy se cumpra e guarda se / em algum tempo lhe poder ser niso posto duvjda nem embargo / algum, e por firmeza delo lhe mamdey dar este meu alvara / o qual quero que valha como carta feita em meu nome per mym asy / nada e pasada pella ...chancelaria sem embargo de / mjnha ordenaçam que despoe o contrairo feito em santarem / A xiiij dias de junho amtonio paez o fez Anno de mjl bcxxbj / e este pase pela chancelaria / Rey

E ey por bem por quanto o dito bispo / fez o dicto moesteiro, que a abbadesa e freyras delle posão çassar de parede / a dita fonte deyra e chão que esta abaixo della de que no aluara açima scrito faz / menção, de maneira que fique, com a dita fonte e chão çercado e tenham per asy o uso e fruto / da dicta fonte e chão e não seja do concelho nem doutra allguma pessoa e mando ao / juiz veradores e procurador da dita villa de portallegre que lhe não ponhão nisso duvyda nem / embargo allgum E ey por bem que esta apostilla valha e tenha força e vigor / como se fose carta srita em meu nome per mym assinada e pasada per minha chamcelaria / posto que estauam seja pasada pella dita chancelaria sem embargo das hordenações em contrario Manoel / da costa a fez em Lisboa a xxbij de nouembro de bc corenta e noue / Rey

ANEXO III

Aluara de sua magestade pasado ao bispo
fundador sobre a sua fundação do Mosteiro

Saybam quamtos este estormento / dado em ppublica forma com ho trelado de hum aluara / del Rey noso senhor vyrem que no anno do nasymento / de noso senhor Jesu + chrispto de mjll he quinhentos / E trynta he tres annos aos dez djas do / mes de junho em ha vjla de portalegre / nas pousadas de mjm tabeliam por parte do senhor / dom jorge de melo bispo da guarda do conselho / del Rey noso senhor E seu esmoler mor me / foj apresentado a mjm tabeliam abajxo nome / ado hum aluara del Rey noso senhor que o senhor / bispo tem sobre has cousas necesarjas ao / mosteiro de sam bernaldo que el faz [...] / desta vjla Requerendo-me que dele lhe de / ho trelado em ppublica forma porquanto / auja mester pera apresemtar em algun (?) / lugares desta comarqua E asy por / ho djto aluara amdar mall tratado / do quall aluara ho tehor de verbo a verbo / he ho seguinte Eu el Rey mando a vos jujzes / da vjla de portalegre castell daujde / E marvam que dejs he façajs dar toda ha / call pedra madeira tjjogol E ofisyas / E seujdores que forem necesarjos E vos for / Requerjdo pera obra do mosteiro novo / que ho bispo da guarda meu esmolar mor / ora quer fazer junto da vjla de portalegre / E lhe farejs todo dar com toda dely/jemçya pera esta hobra porque por ser / pera servjso de deus ho hey asy por bem ho que asy / compre [...] de quallquer que ho asy nam / comprir pagar vjmte cruzados em que ho / hey por condenado pera hos catjvos feyto / em samtarem a treze djas de junho alvaro / paiz ho fez anno de mjll he quinhentos / E vjmte sejs E todo ho que djto he lhe / sera dado por seu djreito que pagara por ho / estado da tera ho quall aluara era / asjnado por sua alteza he pasado por / sua chamcelaria com sua soespricam (?) / abajxo E por asj pasar na verdade he / me Requerer ho trelado lho dey em ppublica / forma concertado com ho proprio aluara / E por verdade eu aluaro mendez que ora / sirvo de ppublico tabeliam das notas na djta vjla / por el Rey noso senhor que este trelado esprivj / E comçertey E em ele meu ppublico sjnall / fiz que tall he [...]

ANEXO IV

NO ANO DE MIL E SETE SENTOS I SETENTA / I SEIS SE DESTRVIO ESTE MOSTEIRO E SAHIRAM AS RILIGIOZAS DELE EM DVAS PARTIDAS PARA O MOSTEIRO DE ODI / VELAS, AS PRIMEIRAS EM 30 DE ABRIL E AS CEGVNDAS EM / 8 DE MAIO DO MESMO ANO SENDO IERAL DA CONGREGAÇÃO O PADRE FREI / MAJOEL DE MENDONÇA E D. ABBADESSA DESTE MOSTEIRO A MADRE D. IOAQUINA LIONOR QVI / FEL BARBARINO DE ALMEIDA: EM TODA A IORNADA E NO MAIS TE / MPO QVE AS RILIGIOZAS ESTIVERAM NO MOSTEIRO DE ODI / VELAS QVE NÃO CHEGOV A ANO I MEIO PADESERAM / TRABALHOS EM COMO DOS DESGOSTOS IGVAIS EM T / VDO A SVA PRIMEIRA EM FELICIDADE E QUE BEM SENÃO PODE / ESPILICAR EM EMTE QUE SO BINDO AO SEO OS CLAMORES / DE TANTAS FILHAS DA RILIGIAM PRESIGVIDAS / E DESTERADAS, FOI O SENHOR SERVIDO OVIR OS SEOS ROGOS I PREMI / TIR SOBISE AO AVGVSTO TRONO DESTE REINO A RAINHA NOSSA SENHORA D. / MARIA I QUE LOGO NO PRINCIPIO DO SEV GOVERNO LAMENT / ANDO COM PIEDADE E INIVSTICAS COM QUE TINHÃO DESTERA / DO DOS SEOS MOSTEIROS A MAIOR PARTE DAS RELIGIOZAS DESTA COMGRE / GACAM FOI SERVIDA A MESMA SENHORA MANDAR QUE SEM DE / MORA SE REPARASEM TODOS OS MOSTEIROS DESTRVIDOS E SE / RESTETVISE A CADA HVM AS SUAS RESPQTIVAS R / ELIGIOZAS EM 28 DE IVLHO DE 1777 SE COMESOV A OBRA DO C / ONSERTO DESTE MOSTEIRO NÃO TENDO FICADO NELE HOV / TRA COVZA MAIS SENÃO PAREDES I TILHADOS E NO E / SPASO DE MES I MEIO SE POS O MOSTEIRO PRONTO E A CLAVZU / RA DESENTE PARA SE RECOLHEREM AS RILIGIOZ / AS, TENDO TRABALHADO EM TODO ESTE TEMPO SESENTA PESSOAS EM QUE SE FES GRANDE DESPE / ZA; SAIRIAM LOGO AS RILIGIOZAS DE ODIVELAS NO MES DE SETEMBRO DO MESMO / ANO SNÃO OVESE EM LX^a EMCOVINIENTES PARA ISO POREM VENCIDO TVDO, SE RECOLHERAM / AS RILIGIOZAS A ESTE SEV MOSTEIRO NO DIA 13 DE NOVEMBRO DO ANO DE 1777 COM GRANDE / ALIGRIA ALVOROSO DESTA CIDADE REPIQVES DE SINOS E MAIS FESTEIOS EMTRANDO PRI / MEIRAMENTE AS RILIGIOZAS PARA A IGREIA POSTAS NA CAPELA MOR SE ESPOS O SANTISSIMO CANTANDOSE O / TEDEV PELOS MVZICOS DA SE ACABADAS AS ORASSOENS SE RECOLHERAM AS RILIGIOZAS PE / LA PORTARIA PARA NOVAMENTE POVOAREM ESTE SANTOARIO QVE COM TANTAS LAGRIMAS / FOI DESTRVIDO, E NOS DIAS SEGVINTES DA ENTRADA VIERAM TODAS AS COMONIDADES / DESTA CIDADE A ESTA IGREIA CANTAR A DEOS LOVORES PELA RESTAVRASAM DA SUA CA / ZA DEPOIS DE TVDO ISTO FORAM COMTINVANDO AS OBRAS QVE DENTRO EM DOIS ANOS SE POS / O MOSTEIRO COMPLETO FAZENDOSE VLTIMAMENTE ESTA OBRA NO ANO DE 1779 SEN / DO D. ABBADESSA A MADRE D. IOAQVINA LEONOR QVIFEL BARBARINO DE / ALMEIDA QVE FOI SEGVNDA VES ILEITA NA PRI / MEIRA ILEISAM QVE AS RILIGIOZAS FIZERAM / DEPOIS QUE SE RECOLHERAM A ESTE MOSTEIRO. SO SINTO EM.TO IGNORANTE E LOGIO A SEXSELENTE SE POR DE / TENTOZAS MARAVILHAS COM QVE O PADRE FREI GREGORIO P.RA FEDILISSIMO / ADMINIS- TRADOR DOS BENS DESTE MOSTEIRO DE NOVAMENTE O REDIFICOV DEPOIS DA / SESTRAGADAS ROINAS COM QVE O INTENTOV TOTALMENTE SOPONIR / DOS PREZENTES SECVLOS

Texto escrito nas costas do cadeiral do coro alto, lado do evangelho,
da igreja do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.

ANEXO V

Medição da tapada chamada a das freiras / que esta de tras do Comuento

Huma tapada sobresy que conesta de oliuas / e Mato maninho e Mais aruores de fruto que esta / no sitio da fontedeira que pega com a serca do Com / uento e se prensipiou a Medir da porta do patio / fl. 7 / do patio que vai para a dita tapada partindo / do sul com orta e vinha do Comuento athe onde / deuiza a dita orta e athe alj tem tres cordas de trinta / e noue varas cada huma e trinta varas e dalj indo pe / ra o nasente partindo do sul com o oliual [...] / Manoel dias athe dar no mato que foi de Mathias / duração hoie dizem ser de Diogo froes athe o simo da / parede aonde fas volta e athe alj tem Duas cor / das e doze varas e dalj uoltando pera o norte / partindo do nasente com o o dito Mato de Diogo froes / e com vinha Dauemca que ficou de Manoel Hen / rriques athe emtestar no Mato de Manoel Dias / corcovado e athe alj tem noue cordas e dezoito / varas, e dalj desce para o poente partindo / da parte do Norte com Mato e uinha do Dito Manoel / dias corcouado athe donde fas hum canto e athe alj / tem seis cordas e dezoito varas, e dalj volta para / o sul partindo do poente com fazenda do dito / Manoel dias corcouado athe onde fas outro canto / athe onde tem vinte e duas varas e dalj volta / pera o poente partindo da parte do norte com o dito / Manoel dias corcouado e com Marianna Mendes / athe emtestar com a serca do Comuento athe / onde tem Duas cordas e dezoito varas e dalj / virando para o sul partindo pella parte do / poente com a serca Do Comuento em uolta athe dar / na porta do patio donde se prensipiou esta Medi / são e athe alj tem quatro cordas e treze varas.

ANEXO VI

Medição da orta, Pumar, e vinha

Huma orta que conesta de Pumar de espinho / com seus tanques e vinha na qual se prensiou / a Medição pella forma seguinte Prensioce a / Medir no canto que este (sic) pegado a serca do Patio que / parte pella parte do poente com o Resio de sam Matheus / athe emtestar no outro canto que faz huma azi / nhaga e seruentia Publica partindo athe alj / com o Resio de sam Matheus e athe alj tem Duas cor / das e trinta e hoito varas e dalj volta pera o na / sente partindo da parte do sul com oliual do le / sençado Manoel Villes de Meira e com a orta / de Maria dos Reis veuva de Antonio Cardozo athe / emtestar no olival dos herdeiros da caldeireira / aonde fas canto e athe alj tem tres cordas e oito varas / e dalj volue pera o norte partindo do Nasente / com oliual [...] Manoel dias athe o canto / athe onde tem o dito canto quatorze varas e dalj / uolue pera o nasente partindo com o dito oliual / athe emtestar na parede da tapada que he / do Comuento athe onde tem duas cordas e onze varas / e dalj vira para o poente partindo do norte com / a dita tapada e com a serca do patio do dito Conuento / athe dar no prencipio da parede do Resio de sam Ma / theus donde se prensiou esta Medição e athe alj / tem seis cordas e des varas.

ANEXO VII

Treslado da Provizão de sua Magestade que ao diante se segue

(...) Alvará = Eu El Rey. Faço saber aos que este Alvará virem, que a Madre Abba / dessa, e Religiozas do Convento de São Bernardo da Cidade de Portallegre me enviarão dizer por sua pe / tição, que Dom Jorge de Mello Bispo, que foy da Guarda fundara aquelle Mosteiro, e o dotara com tão / limitados bens para o encargo de duas missas quotidiannas, e sustento das Religiozas, que não se poden / do manter, Dom Antonio Antonio (sic) de Mello, e sua May Ellena de Mesquitta lhe acrescentarão mais al / guns com licença dos Senhores Reys meus predecessores com o encargo de quatro missas quotidiannas / duas por cada hum, e que deminuindosse estas Rendas, e bens, com o curço dos tempos crescerão tanto as / necessidades do Convento; que obrigarão as Religiozas a thomar muytos dottes, e em satisfação del / les algumas fazendas; por ser a Provincia falta de dinheiro, e que vindo no tempo do governo de Cas / tella ordem para os Mosteiros, e Igrejas se desfazerem dos bens que possuhião sem licença; Recorrerão / ellas supplicantes a Mesa dos meus Dezembargadores do Paço, e les presentando o grande numero / de Relligiozas, Criadas e Religiosos, a quem o Convento precizamente assestia com Rassão, e a pouquida / de dos bens, que possuhião, cujos Rendimentos ainda não equivallião à despeza, que era impossí / vel rendiaremse por outro caminho, não sendo o Convento mendicante, que pudesse viver de / esmollas, se lhes difirara com h~ua Provizão para o Corregedor da Comarca suspender o procedimento / athe se prover na materia, e que sobrevindo Restituição do Reyno, e com elle as guerras, as quais / fizerão inculta a mayor parte das fazendas do ditto Convento por estarem nas Arrayas de Cas / tella; depois das pazes ficarão tais, que muytas afforarão por limitadas pençoens; e para Re / duzir a cultura outras, fizerão consideraveis empenhos, de que ainda actualmente se achão / oprimidas, e que neste meyo tempo hum João Mendes Embarassador por desafeiçoado ao Con / vento denunciara para a minha Coroa todas as fazendas, que possuhião, e no juizo dos feitos / della as troxera em hum dilatado, e custozo Letigio, do que ultimamente forão absoltas pella boa / fee, em que estavam por virtude da Provizão assima referida, e se mandou por sentença se des / fl.248 / se desfizessem de todas as que possuhissem fora das primeiras doaçoens confirmadas por Alvarás e não esti / vessem afforadas para que lhe assignarão hum anno; e por que o ditto Convento se achava ao presente com ma / is de cento e sincoenta pessoas a que he obrigado a dar Rassão e pagar a seis Cappellãins, que no tempo prezen / te não aceitão menos de quarenta mil reis cada hum para o proprio sustento, não tinham rendas bastan / tes em todos os bens, que possuhem, por estar a mayor parte delles afforada a pessoas leigas que os logrão / por limitadas pençoens e todo quanto o ditto Convento cobrava apenas chegaria a sinco mil cruzados de ren / da, de que não vendião couza alguma por ser pão, azeyte, e outos fruytos, que não bastão para o sus / tento das Religiozas, serventes e servidores de que precizamente necessitavão, e para comprarem trigo, e mais / couzas sempre lhe faltavão em os annos de tanta caristia erão precizadas a tomar dottes, e contrahir empe / nhos, e actualmente devião mais de sinco mil cruzados de que pagavão juros [...] os bens, que / possuhião ou virião a mendigar contra a sua profissão e institutos (como lhe sucedera no tempo das guerras) / ou dezempararião o Convento, buscando as Relligiosas recurso nas cazas de seus parentes com menos deco / ro e descencia da Relligião, e clauzura, que as fazia dignas da graça que pretendião. Principalmente, não / tendo bens alguns em terras de reguengo e gastandosse as dittas rendas em sustento das Religiosas / e criados seculares, todos erão meus vassalos e no Culto Divino; Portanto me pedião pello amor de De / os Nosso Senhor, que attendendo ao que referião, lhes fizesse merce e esmolla de lhes conceder licença / para possuirem todos os bens, com que de presente se achão sem embargo da ley em contrario, e visto / o mais, que allegarão, e o que constou pellas informaçoins que se ouverão pello Dezembargador gas / par de Almeyda e Andrada sendo juis dos feitos de minha Coroa e fazenda. E pello juis de fora / da Cidade de Portallegre servindo de Provedor da Comarca da ditto Cidade, e tendo a tudo consi / deração; a resposta, que deu o meu procurador da Coroa, sendo ouvido sobre este Requerimento, / e por fazer merce por esmolla as dittas Religiozas. Hey por bem que sem embargo da disposição / da ordenação livro segundo titullo dezoyto, possão as dittas Religiosas do Mosteiro de São / Bernardo da Cidade de Portallegre possuir todos os bens, e fazendas, com que athe o pre / zente o ditto Mosteyro se acha na forma que pedem; Pello que mando a todos as justi / ças officiais e pessoas, a que o conhecimento disto pertencer, cumprão, e guardem este / Alvará como se nelle constem, o qual valerá, posto que seu effeito haja de durar mais de h~u / anno, sem embargo da ordenação livro segundo titullo quarenta em contrario, e não pa / garão novos direitos pellos não deverem, em rezão de ser esmolla, como constou por certi / dão dos officiais delles: Thomas da Sylva afes em Lixboa a vinte e nove de Março de mil / e settecentos e quatro: Francisco Galvão o fes escrever = Rey (...)

Arquivo Distrital de Portallegre, Livro do Tombo das fazendas do Convento de S. Bernardo, fl. 247v e 248.

IMÓVEL : IGREJA DE SÃO BERNARDO

ANEXO VIII

PROCESSO Nº: S.12.14.08/003

DATA	DESIGNAÇÃO	IMPORTANCIA
1953	Reconstrução de coberturas de telhados do claustro	163 730\$00
1954	Reconstrução de coberturas dos claustros	165 000\$00
1955	Dem.bancos de alvenaria;arranque de pavimento;forn/assent.pavimento;forn/assent.tubos de queda p/esgotos;picar, rebocar, emboçar, guarnecer e caiar paredes; (Arranjo do Pateo e claustro)	168 000\$00
1955	Reconst.de parcela de pavimento numa dependência; rebocos;rep.telhados;rep.portas e caixilhos.	22 660\$00
1956	Const.massame de betão pobre em pavimento de claustros; forn/assent.pavimento de granito;escavação de terras; Picar,rebocar,emboçar e caiar paramentos de paredes; portas e caixilhos;pintura;reconst.tecto de madeira; Exec.instalação eléctrica;fornecer e colocar lanternas de ferro forjado	104 000\$00
1958	Dem.telhado de uma camarata;Dem alvenarias em mau festado;const.lintel;const.de nove cobertura na camarata	54 191\$00
1958	Dem.telhados, de degraus e lajedo;const.de cobertura	52 000\$00
1959	Const.telhados e de linteis de betão armado	50 000\$00
1960	Limpeza geral de telhados;reconst.telhados das capelas e anexos da igreja;const.linteis servindo defre-chais em telhados	50 000\$00
1961	Escavação e remoção de terras;forn/assent.e cantarias de granito em degraus e patins;restauro da torre da igreja;reconst.caixilhos;const.porta no claustro poente.	50 000\$00
1968	Rep.telhado do claustro;desentupimento de cameiras e algerozes;pinturas c/carbonil no madeiramento do claustro;pinturas e caições.	52 000\$00
1974	Rep.cobertura de telhados;reconst.caleira;rep.isolam.de gárgula;apeamento e reconst.da aba de telhado;reconst.parcela de pavimento;pinturas;subst.madeira de tecto de uma sala:subst.de parte de pavimento do coro alto	52 000\$00
1975	Apeamento e reconst.de telhado de sala na entrada da igreja;exec.betão armado em linteis;rep.de telhados;	

ANEXO IX

*ESTATUTOS QUE FEZ HO REUERENDISSIMO SENHOR
DOM JORGE DE MELLO BISPO DA GUARDA PERA HO
MOESTEIRO DE SAM BERNARDO QUE ELLE FEZ EM A
VILLA DE PORTALEGRE*

*...a xx dias do mes dagosto anno de noso senhor jesu cristo
de mil quinientos e xxxj*

In Biblioteca Nacional de Lisboa, Códices Alcobacenses, código 223, fólhos 273 a 291 v^o

Leitura e anotações: Domingos Almeida Bucho

R. 273

ESTATUTOS QUE FEZ HO REUERENDISSIMO / SENHOR DOM JORGE DE MELLO BISTO / DA GUARDA PERA HO MOESTEIRO / DE SAM BERNARDO QUE ELLE FEZ EM / A VILLA DE PORTALEGRE

Em nome e honrra da sancta / e indiuidua trindade e da gloriosa virgem maria e do bem / aventurado padre noso são bernardo e de toda corte / celestial e pera a saúde das almas e pelo prospero stado / da nosa santa religião e das pesoas dela asi no / temporal como no sprital com ajuda e graça de deus / deseiendo trazer esta ordem a alteza e gloria de / sua reformação ordiney estas ordenações em / estes escriptos rogando a todalas pesoas regulares / desta santa casa de nosa senhora da concepçam situa/da em a villa de portalegre da dyocese da goar/da ora nouamente fundada a ordem de cister / pera reuerençia da diuinall magestade as ditas / amoestações e ordenações com boa vontade quei/rão receber e com humildosa e deuota reuerençia / e obediencia trabalhem de as cumprir sabendo que / se ho asi nom fizerem alem da ofensa da diuinall / magestade ainda encorrerão nos modos e formas / das penas censuras pera serem executadas comtra / os reueis e desobidiente perante deus encarregamos as / consciencias de dona abbadessa e da prioresa e sobprioresa e de to/dalal outras ançians deste sagrado moesteiro e de cada h-ua das ditas / monjas delle. //

Abertura

R. 273^v

Primeiramente antepoendo as cousas çelestiais e / as temporaes [...] com grande afeição amoestamos / [...] a todalas pesoas regulares desta santa casa com / [...] da caridade em jesu cristo lhes rogamos que / daqui por diante [...] mais afeição de [...] / ouuindo ho sinno de qualquer [...] das matinas / como das outras oras com grande deligencia / deixadas segundo diz ha regra quaiquer cousas / [...] coração e deseia seruiço de deus com santa diligencia ho demostrem e / a deuoação interior do intendimento e a força da contenplação e a graça da mortificação e ho temor de deus / mostrem ter com virtuosa composição exterior do corpo e / com moderação serena dos olhos e face e com humildoso / abaixamento e inclinação e com obseruanças das / outras santas çirimonias e ho seruiço diuino / em todas as oras asi do dia como da noite / e asi nas oras dos finados e de santa maria todos / os dias sem nhum deffecto aos tempos deuídos / deuotamente e com reuerençia e com espaço e com / diuidas pausas no meyo e no fym dos versos do/ psalmo dia inteiramente paguem. /

Liturgia

R. 274

Porque pela grande distancia do nascimento e fonte / desta nosa ordem e por defeito de visitações / alguns desuaios e diferencias na celebraçam / do diuino ofiçio o qual em alguns moesteiros desta / nosa ordem se faz e são diferentes do costume ge/ral da ordem e da nosa cabeça que he cister / no rezar do dito diuino ofiçio mando que // no que pertence ao dito rezar se tenha esta ordem / que todas as monjas juntamente tirando aquellas / que em alguns seruiços ou outras ocupações tiuerem / vão ao ofiçio diuino ao coro e aos outros lugares / honde se fizerem e com reuerençia e com pausas ho/as e competentes ho digam [...] meyo e no fym / do verso do cantar ho acabem has vigílias e / os laudes e todallas outras oras canonicas e ofiçio / dos defuntos em seus dias e cada dia a missa conuen/tual e depois dos laudes e das vesporas as / comemorações de santa maria e de sant malachia / e são bento e são bernardo com voz alta se cantem / tirando todo contraponto e outro canto seria aquele / que estiuer nos livros da ordem antigos e que se / acharem bem notados asi nas vigílias como / nas outras horas e asi na missa [...] / gloria in excelsis. Credo. Sanctus. Agnus dey / e todos los outros de todo em todo seja deixado. /

Liturgia

R. 274^v

Has oras de sancta maria serão ditas antes que as / do dia tirando a completa de dia que sempre se a/de dizer antes que ha completa de sancta maria e a / prima de santa maria que desa exaltação de sancta / cruz de setembro ate pascoa nos dias feriais / e de doze lições que nom tem seriam h-ua missa se / diz depois da prima do dia e a presidente ou / domayra da colleita quando ahi nom for a presidente / so começe as ditas oras de santa maria postos / hos giolhos no chão e as mãos iuntas e fortes / sobre as formas ou artigos e com voz que // posa seer ouuida dizer ave maria gratia plena dominus te/cum e ho conuento responda benedicta tum molie/ribus et bonos fructos ventris tui e por esta mesma / maneira diga a presidente ou domaria da colleita / dulce nomen domini depois da [...] / gabriel angellus que se diz em o fim das horas de / sancta maria. /

Liturgia

Liturgia

Quando quer que ho nome da gloriosa virgem maria he / nomeado todas profundamente e com reuerença / se inclinem segundo que costumão inclinar so quan/do nos ditos ofícios diuinos he nomeado ho / glorioso nome de jesu. /

Fl. 275 *Aos hinos [...] gloriosa diuina / [...] / seia dito aquelle deuoto verso maria mater gratie / e aha deus inadiutorium meum intende domine [...] / adiuuandum me festina. E no venite exultemos/ domino. E nas lições das ditas oras todas tenham / os rostos virados pera ho altar asi nas mati/nas e vespervas como nas outras oras quaisquer da / dita virgem maria. Antes de missus est pelos luga/res homde estiuuerem fundados os nosos moesteiros / dirão a colecta omnipotens sempiterne deus / edificator et custos hierusalem. E a prima e completa / de santã marya despois das coeitas deus / qui de beate marie virginis utero [...] e comçe miser/cors deus fragilitati nostre presidiuz se dira a coeita / dos anjos deus miro ordine angellorum segundo // se faz em a cabeça da nosa ordem que he çister e todas / as oras de santa maria a presidente soo as acabe diz/endo dulce nomen domini jesu cristo./*

Fl. 275^v *Mandamos a todas as religiosas deste sagrado / moesteiro sob pena de desobediência que fora do coro nom / rezeem em outra maneira as ditas oras de sancta maria senão / como se rezão no coro nos moesteiros desta ordem / e quanto as oras do dia segundo que he escripto / nos versos no capitulo exviii depois desto sinal pela presi/dente leuantadas todas em a oração [...] e vi/radas com os rostros aho altar moor antes que começe / a domaira as ditas oras primeiramente fação ho signall / da cruz. E depois se inclinem profundamente com reue/rença. E depois desto a domaira com boa moralida/de começe Deus inad jutoriuz meum in tem de / e ho conuento asi mesmo responda com grauida/de e amorosidade domine adadiuandum me festina / e as vigílias tão somente em tanto que se diz ho domine adadiuandum me festina revoltos hos rostros / h-uas pera as outras se inclinem segundo ho tempo po/rnhão os gíolhos sobre as formas como as primeiras / glorias das outras oras se soem fazer ou se deitem / também segundo ho laudauel e geral costume / da ordem depois do fim de todas as orações dia / dentro no coro seia dita antifaã spiritus sanctus / com a colleita letifica e [...] tirando / a completa que aquesta antifaã se diz depois da / salue regina e despois das tres ave marias // porque as pessoas regulares da nosã ordem muitas ve/zes sam remissas e preguiçosas em vir aas vigílias / e aas outras oras da noite e do dia o que nom speero / que estas deste sagrado moesteiro façam. Mando a / dõna abbadesa que vaa aas ditas oras asi de dia / como de noite e aa missa e a todallas oras e asi / a comer e aho conuento e refeitório e trabalhe / por amostrar as religiosas por exemplo ho que saam / obrigadas a fazer e depois por palavras e amoesta/ções aas suas freiras a se costumarem a vir aho coro / aho capitulo aho refeitório e as outras cousas que / se requerem para a obseruança da ordem e da comu/nidade esto mesmo mando ha priorã sobprioressa / em virtude da santa obidiência que quando quer que / que alguma religiosa desfalecer das vigílias mais que / h-ua vez ou duas no mes pelo tal desfalecimento / lhe dee perdença e disciplina regular e abstinencia de pão e dagoa por hum dia sem nh-ua misericórdia / e qualquer que desfalecer da missa conuentual ou das / vespervas ou das outras oras seia graüemente / castigada e tirado ho veu preto por oito dias ou / seia mais graüemente castigada segundo a cali/dade [...] desfalecimento ou a continuaçam della por / que se enmende [...] athe entendimento [...] pena / e a çellaria e borseira e as outras ofiçães do dito / moesteiro serão obrigadas sob a dita pena de ir / continuadamente aas ditas oras. /*

Fl. 276^v *Ordenamos que todallas pessoas deste sagrado moesteiro // em virtude da santa obidiência e a priorã e sobprioressa / e cantor mor sob pena de excomunhão e a donna abbadesa / sob pena que per hum mes seia suspensa dos diuinos / ofiçios quantas acontecerem desfalecerem contra ho / mandado desta ordenançam que cada ÷ya asi fereal / como domingo e os dias das festas todas as / horas do dia asi aas vigílias como aas laudes / prima terça sexta e noa vespervas e completa / e também ho ofiçio dos finados em seus dias / e as missas todas conuentais asi a primeira / como aa segunda a alta voz e com ponto seia / cantada e nh-ua rezada no qual canto asi / como em todo ho outro canto asi das missas / como dos outros quaisquer ofiçios diuinos nom / persuma nh-ua usar nem [...] / gloria inexcelsis nem no credo nem aos / santos nem aos agrus dey nem aos outros cantos / se não somente do canto chaão segundo nos / livros antigos da ordem são apontados e / quando tangerem os orgãos nom cantarão a elles / hias*

religiosas e isto do cantar se entendera que / neste sagrado moesteiro depois que as monjas forem / tantas e souberem cantar que sem trabalho ho / posam ffazer. /

Mando sob pena de excomunhão e suspensam dos diuinos ofiços a a donna abbadesa e a todas as / religiosas deste sagrado moesteiro que as missas / de nosa senhora santa maria e dos finados cada / dia mandem dizer sem desfalecimento algum as quais missas // dos finados dirão cada dia por todo ho anno tirando / dia de natal e dia de [...] e vespera de pascoa / dia de pascoa e de pentecoste. /

Liturgia

Ha festa de santa anna madre da virgem / gloriosa seia celebrada com doze lições e duas / missas e tenham apontado ho proprio ofiço. /

R.277

Em os offiços diuinos serão guardadas pelas / monjas e seus capellães as çirimonias scriptas / em os usos e nas difinições da ordem e na missa / nom mostrando ho sacerdote ho sacramento / nem ho leuando para amostrear senam soamente / h-ua vez e em quanto se ho prefacio canta / seião dadas doze ou x̄b badelladas com hum / sino e em quanto ho corpo do senhor nom deem / mais que h-ua badellada. /

Confissão

Aos capellães deffendo que a confisam geral que ante / a missa diser e asi a que dizem as monjas / e religiosas quando am de comungar que se / não diga daqui por diante sob pena de lhe / tirarem na razão de dous dias senão segundo / ho costume da ordem e não doutra maneira. /

Educação religiosa

Mando que a abbadesa e monjas se nom confesem / em outro lugar senão pelo confisionário que / para iso he feito ho quall tera hum panno / preto diante porque senom posão ver a religiosa // e ho confesor a as quais se confesarão treze vezes no / anno. Silicet e dia de natal. A primeira domingo da quaresma. Quinta / feira da çea. Dia de pascoa. Dia da ascensão do senhor. Dia / de pentecoste. Dia de corpo de deus. Dya de todollos sanctus / e em todallas solemnidades de nossa senhora. Nestes / dias comungarão sob pena de excomunhão asi as / religiosas como abbadesas tirando alguma caso de / necessidade as quais se confesarão ao confesor mon/ge da ordem que lhe sera posto pelo visitador e pella / ordem e se as religiosas se nom confesarem como ditto / he seia posta em pão e agoa ate que se confeçe. /

Educação religiosa

R.277v

Mando a abbadesa prioresa sobprioresa cantor mor e as / anciaãs que diligentemente a costumem as nouças e / monjas ja profesas a ensinarem os ofiços diuinos e as / sagradas çirimonias da ordem de maneira que beem e pronta/mente saibam cantar e ler e saibão de cor to/das antifaãs asi de dia como de noite himnos can/ticos venites toons e as outras cousas nesçesarias e nas vigillias de quaisquer solemnidades serão / obrigadas de daar as ditas antifaãs e himnos aa / cantar na claustra e a sobprioresa e a prioresa no capitulo / e as que forem negligentes em dar as ditas antifaãs e himnos e canticos estem sem pão e agoa ate / que as deem de cor. /

Claustro da leitura

Procições claustrales

Defendo a abbadesa sob pena de excomunham que nom façam / profisão a nouça alguma sem primeiro daar de cor ho / psalteiro todo e loguo como for profesas seia posta / por domaira do [...] e lhe fação leer // e cantar lições e responsos e nom as deixem andar / ouçiosos sem aprenderem ho que he nesçesario da / ordem. /

Silêncio

R.278

Ordenamos em virtude da santa obediência e man/damos as prioresas e sobprioresa deste sagrado mo/esteiro que todos hos domingos e festas as oras / ordenadas pelas contituições da ordem pera isto / todas as religiosas seião constrangidas de estar / em lição na claustra e ali leam e cuidem pera isto / lhes deem as disciplinas e pendenças que virem segundo / suas consciências que mereçerem sobre as quais cousas / encarrego as consciências da dita prioresa e sobprioresa. /

Hordenamos que em todas as festas de santa maria / pela crasta se fação procições solemnnes asi como no do/ningo de ramos e em ho dia da ascensão do senhor / se soe de fazer. In natiuitate et conceptione se / dirão hos responsos natiuitas ou conceptio / tua genitrix et benedicta progenies. E em ha / entrada da igreja a antifaã regali ex progenie / maria in annuntiatione se dirão estes responsos / missas est gabriel angelos et gaude

Liturgia Cãvidos Castigos

maria. E a entrada da igreja aa antifaã spiritus sanctus./

Fl. 278^v Ordenamos que ho silentio que he chaue da reli/giam sob as penas conteudas na regla e definições da hordem sagrada se guarde na igreja no / dormitorio na crasta no refeitório e na enfermaria // as enfermas e as officiais dellas e seruidores e quando / estiuerem na casa do lauor e nestes lugares do silentio / falarão por sinais hos quais aprenderam as nouiças / na nouiciaria por ser da ordem. /

Fl. 279 Ordenamos e mandamos aa priorosa e sobpriorosa em vir/tude da santa obediencia e sob pena da privação de seus / officios que todos os dias sem falta nh-ua depois de / lida ha calenda no cabido e ho capitulo da regla fe/chadas as portas da igreja e do palratorio no dito / cabido. Seiam feitas as venias acostumadas [...] / pelas ançians e presidente. Seiam caridosamente feitas as / clamações e castigos das falhas. Mando aa dita / presidente sob as mesmas penas que das pendenças que / poser pera se fazerem no refeitório nom despense com / ellas e as ditas pendenças postas de pão e agoa / ou outras quaisquer senão por causa muito razoa/vell que se depois de saída do cabido vier a noticia / da presidente alguma cousa que faça menor ha culpa / segundo foy ordenado no cabido asi ho façam cumprir / com efeito mandamdo aa priorosa e sobpriorosa que as / quais anciaãs quando ho caso ho requerer e erra/rem contra forma e constituições da ordem ainda / que menos vezes. Porem segundo a calidade do caso / ellas tambem seião punidas e castigadas por reze/bimento de disciplina regular e depois de todas es/tas cousas dito pela presidente adiutorium nostrum / seia rezado ho psalmo de profundis e depois ho pater / noster com as colletas [...] miseraciones et fidelium / [...] e qualquer que fallecer no cabido sem licença // ou alguma legitima excusação por qualquer vez que falecer / ao outro dia ieiue a pão e agoa e se por ventura nese / cabido alguma como soberba se quiser defender e a pre/sidente for reuel e desobediente tal seia casti/gada por disciplinas e se for necesario a metam no / carcere [...] que as outras seia enxemplo./

Cantor
funções

Relógio

Horários

Dormitório
Iluminação
Acessos

Ordenamos que a cantor sob pena da santa obe/diencia que [...] diante na igreja aas oras da / noite seia solícita e dilligente e [...] em acordar / as moças e as outras monjas ançians preguiçosas / negligentes e doominhoquas as solícitem para ave/rem de cantar e fazerem seu deuido. E se alguma quan / [...] a isto nom obedecer a a dita cantor mas antes / ho que deus nom mande nem queira por palaura ou sinal / porfiosamente lhe resistir e nom se emmendar a taal / a dita cantor a clame e que no cabido a qual / acusada a presidente lhe dee tal pena que aas outras / seia enxemplo./

Sacrário

Círios

Fl. 279^v Ordenamos que neste sagrado moesteiro aia hum ro/logio para que dee as oras e saibão as religiosas as / oras que ham de hir aos officios diuinos e asi aos / outros officios ordenados pela regla./

Por que segundo a doutrina do noso dador da ley / para que ho tempo mais proveitosamente seia guastado / em ho que he de lição se guaste em lição e o que he / de lauor em lauor ordenamos que desda pascoa ate / santa cruz de setembro ho tempo do lauor e de // mayor espaço seia despois de prima e do cabido / ate terça a qual se deue tanger aas oito horas / e não antes e depois de missa feito muito pouco / interuallo logo tangaão aa sexta segundo ho ess/crito na regla e em as outras constituições da ordem./

Clausura

Ordenamos que sempre tenham h-ua alampada que / estee acesa toda a noite no dormitorio na porta por / omde deçem para o coro e a outra por onde deçem para cras/ta e no dormitorio aia duas feçhaduras feçha/das h-ua para de noite que tenha guardada a presi/dente e outra para de dia e cada h-ua religiosa / tenha h-ua chaue e sempre a porta do dormitorio / estee feçhada./

Acesso às
instalações
privadas do
mosteiro

Fl. 280 Ordenamos que neste sagrado moesteiro aia hum sa/crario em que estee ho corpo de noso senhor consagrado / ho qual estaraa cerrado com h-ua boa feçhadura / e estaraa sempre h-ua lampada acesa que estaa / na capella mor honde estaa ho dito sacrario./

Item sempre teraão dous çirios grandes para quan/do aleuantão aa missa ho corpo de

noso senhor hos / quais estaraão açosos ate que acabe ho monge / de consumir./

Quem
pode
sair do
moesteiro

As monjas e religiosas deste sagrado moesteiro / nom fallarão com nh-ua pessoas sagraes nem ecclesiasti/cas somente com seus pais ou mãis e isto sera / h-ua soo vez em sua vida depois que dentro / em ho moesteiro entrarem e não falarão a irmaãos // nem irmaãos nem parentes porque não teem neçesidade de / mais esttarão com duas ançians monjas as qua/is todas estarão com panos pretos diante do rosto / por que não seião vistas deles e nom falarão a mon/ge nem religioso de qualquer ordem que seia nem pregador / nem qualquer pesoa de qualquer calidade que seia nem estado / nem condição nem escrevão cartas para nh-ua pesoa / nem as tomarão mas tudo daraão a abbadesa / sob as penas da ordem./

Fl. 280v*

Item do moesteiro nom entrem para alguma da porta da / portaria para dentro asi segral como ecclesiastico / nem freyra de nh-ua ordem que seia pelo escandalo / que diso pode vir somente entrara ho fisico e san/grador quando for muito nescesario e quando entra/rem iram com cada hum deles duas monjas ançians / que ande com eles ate que se saião e eles nom veiam / freiras algumas e asi estas monjas anciaãs e as que / se açertarem a vir fazer algum seruiço trarão panos / pretos diante do rosto de maneira que nom seiam vistas / estas freiras nem outras algumas posão ser vistas / delles nem de nh-ua outra pesoa sagral asi no pal/ratorio como dentro as nom posam ver sem os pa/nos pretos diante do rosto por honestidade / e isto do pano preto diante do rosto se entende/raa asi na abbadesa como nas outras religiosos do / dito moesteiro poderaa entrar ho carpinteiro e pi/dreiro com seus seruidores quando for nescesario / e ho ferreiro e alfayate a primeira porta da porteira // quando for cortar a vestiaria as religiosas he que / todo se faça presente a abbadesa e com seus panos pretos di/ante do rosto de maneira que nom seiam vistas dele. /

Visitas da
frendin
real

Enfermas

Mandamos que a abbadesa ainda que seia por [...] / [...] que aia de daar nem as monjas deste sagrado / moesteiro posão sair dele por ir em nhum tempo por / nh-ua cousa que seia nem nescesidade que tenhaão somente se for por alguma doença que se posa pegar / aas outras como gafem ou doença desta calidade / e entaão não sayra fora senam aquella que for do/ente da tal infirmitade por nom empeçonhentaar / as outras e esta tal religiosa quando for seraa / para casa de seu pay e may e não para nh-ua parte / e la a teraa aguarda de religião e as outras freiras / sempre estaraão em seu moesteiro e serão perpetuamente ençarradas. /

Fl. 281

Visitador

El rei e ho principe entrarão dentro com dous pre/lados se ahi estiuerem e nom stando hi com duas pessoas ve/lhas quais sua alteza mandar. A rainha e suas / filhas com duas donas que entrem com ellas dentro e quan/do entrarem asi a abbadesa como todas as religiosas tra/rão os panos pretos diante do rosto e asi as bar/batas e conuersas e asi todo ho conuento hos re/çeberaão com sua proçisaão ate os meter no coro onde / farão sua oraçõ e acabada lhe yra a abbadesa e / todo conuento beijar as mãos e se tornarão as frey/ras as suas cadeiras e abbadesa ficara chaman/do a elles e tirando estas donas que entraram com a ra/inha outra nh-ua senhora nem donna nem molhier de qualquer / calidade que seia segral posa entrar dentro se // não se for a rainha e suas filhas como acima he decla/rado e quando alguma se a noite tiuer algum rescrito / geeraal para poder entrar em mosteiro de este logo nom vier / declarado e nomeado nom poderaa entrar e quando / vier este moesteiro nomeado para que posa entraar / entendersea que nam durma dentro e ysto todo man/damos a abbadesa e religiosas que guarde sob pena de excomunhão / e quando as tães pessoas entrarem sera com hábitos e ves/tidos muy chaãos honestos asi como vaão quan/do se querem confesar e comungar. /

Comuni-
cação
na fresta

Comuni-
cação
na grade

Fl. 281v*

Mandamos que quando ouverem de comungar ou encomendar / ou ungir alguma freyra que na enfermariã este ira / ho confesor ho tal ofiçio enquando for yraão com / elle quatro freiras ançians e todas as que estiverem / ao tal ofiçio tenhaão panos pretos diante do rosto / que não seiam vistas pelo dito confesor. /

Refeitório
Alimenta-
ção

Item que os visitadores quando vierem visitar não / entraraão dentro senam da grade visitem e do con/fisionario e as freyras sempre estarão com panos / pretos diante do rosto de maneira que nam seyaão vistas / por elles nem saibão quem visitão porque nam

tem nece/sidade de conhecer as freyras. /

Refeitório
falocimentos

Fl.282

E por euitar algumas ocasiões maas que podem acon/tecer mandamos a abbadesa e as freyras deste sa/grado moesteiro que não fallem senão por h-ua fresta / bem ferrada que para isto estaa feita a qual teraa // de dentro hum pano preto posto para que senam posa ver / nh-ua freyra de dentro quando ouuerem de vir / falar a seus pais ou mais seraa por licença da abbadesa e nom / doutra maneira com seus panos pretos diante do rosto / e com duas anciaãs que estem com ellas e que ouçam todo / ho que falão e que não recebão cartas nem outra / cousa alguma que primeiro não vaa a mão da abbadesa para / que lea e veia ho que he e qualquer que fizer ho contrairo / estee no carcere quinze dias e em quanto laa esti/uer estee a paão e agoa e abbadesa que sob pena de excomunhão / que esta pendença lhe dee sen dissimulaçam alguma. /

Caridade

Caridade

Ha abbadesa podera falar aa grade e não em outro / lugar por que na igreja se manda ter ho silentio com / todallas pessoas asi homens como molheres segrães e ecle/siasticas quando for neçesario e isto com duas / monjas anciaãs que estem com ella pelo acatamento / de seu ofiçio abbacial e estarão sempre com seus / panos pretos diante do rosto que nom seião vistas / dos que lhe vierem fallar. /

Liturgia
refeitório

Fl.282vº

Mandamos aa prioresa sobprioresa que logo acabada / a ora despois da qual ho conuento aade comer / vaa a dita prioresa ou sobprioresa ao conuento e / espos ela vaa ho conuento e nom andem as frei/ras muito tempo asi sem proveito pela crasta speran/do ho comer e a abbadesa com as monjas comeram sem/pre no refeitório as quais comerão seu pescado / cada dia e asi ha carne na enfermãria as / enfermas e fracas quando for nesçesario e isto // com grande silentio e com sua lição sancta porem / nas ditas refeições deuidamente com composiçam / e disciplina serão as religiosas e com grande silen/tio porque a liçam da leitor por ellas seia ouuida e / entendida e lhes posa aproueitar e tomada por / cada h-ua sua competente refeição de comer e beber / tal que lhes abaste e comerão ho auento na / quinta feira antes da primeira domingo e na dita do/minga comerão pescado porque do sabado começam / ho auento e porque nam acho na regla nem em / todas as defensões da ordem nem nas reformasões / dos papas nem por direito que hos monges comão car/ne senão na enfermãria mando que neste sagra/do moesteiro numca se coma senão como manda / a regla que he nos enfermos e fracas na enferma/ria. /

Dormitório

Ordenamos e mandamos que quando alguma monja / falecer que no refeitório no seu lugar por trinta / dias seia posta h-ua cruz e sua razão que / ellã avia de comer seia dada a hum pobre por sua / alma. /

Silêncio

Mandamos que de dia de santo mauriçio em / que se começa ho trintauro dos pasados deem / em quanto durarem hos trinta dias por hos / pasados tres razões aos pobres em cada hum dia. /

Fl.283

Deffendemos a todas religiosas deste sagra/do moesteiro e a cada h-ua sob pena de disciplina // regular e de entrar três dias em leue culpa que nom / presuma tomar nem tirar fora do refeitório onde / asi comerem alguma cousa do que lhe poem para comer / asi do paão como de qualquer outra cousa mas to/do ho relêu fique asi para se daar aos pobres aa / porta da porteira e se doutra maneira ho fizer / por ha dona abbadesa seia grauevemente castigadas so/bre a qual cousa encarregamos a consciencia da / donna abbadesa. /

Educação das
conversas ou
barbadas

Depois de tomada qualquer conuentual refeição / vão todas ordenadamente e com deuação aa igre/ia cantando as costumadas graças da ordem / despois das quaees tanbem cantando seia dito / ho psalmo de profundis clamaui e depois dito / ho pater noster e as colletas cantadas omnipotentis / sempiterne deus [...] et fidelium deus./

Cabido das
conversas

Fl.283vº

Como por muitas e santas razoaves cousas em / nosa regla e constituições seia ordenado que / as monjas durmão cada h-ua em seu leito a qual / saudavel ordenação he muito boa manda/mos a donna abbadesa çellareira e borseira em virtude / da santa obediencia e sob pena de suspensão / dos diuinos ofiços que as monjas deste sagra/do moesteiro

Educação das
noviças
Vestário

sempre durmão em leito cada h-ua / segundo forma da hordem. E mandamos a prio/resa e sobprioresa que como acabarem a completa / logo abbadesa tome agoa benta e todas em proçisam / se recolhão pela escada que vai do coro para o dormitorio // juntamente a seus leitos e fechada a porta guardem / ho silentio que sam obrigados guardar muy dilli/gentemente a abbadesa ou aa prioresa e sobprioresa escoa/drinhem todas as noites ho dormitorio e ou lhe / que nele nom se aiuntem freiras h-uas com outras / nem falem nem aiam brigas nem revoltas e se / allguma freira for achada que alguma outra cousa / comeo ou bebeo se não agoa e isto com muito / grande neçesidade pela primeira e segunda vez / seia castigada com a disciplina regular e esteo / em leve culpa por quatro dias sem misericórdia / e se se nom enmendar seia posta no caçere. /

Semelhaelmente dura e aspera por pendença de / pão e agoa e de disciplina regular seia casti/gada qualquer monja que no dormitorio crasta / refeitório e igreja e nos outros lugares acostu/mados for achada quebrando ho silentio e das / pendenças acima declaradas da ordem e de / finções declaradas nh-ua cousa seia perdoado / aas que semelhantes falhas cometerem e nh-ua / monja presuma sob pena de disciplina regular / andar pelo dormitorio nem apparecer sem habito / regular sem cogula ou escapulario e com os veos / pretos atee os olhos postos abaixadas as cabeças / e os olhos postos na terra andem sempre com gran/de grauidade e silentio. /

Bens
personais

Fl. 284

Has freiras conversas ou barbatas tenham propria // mestra boa e discreta a qual os dias de festa lhes / tenha e faça cabido e do principio do seu recebimento as co/meçe a ensinar como ham de rezar e fazer as cirimo/nias da hordem e as ensinem na disciplina regular / e em bons e honestos costumes para que saibão as oras / e sufragia que ham de dizer as quaes suas oras / ou officio diuino por nh-uas temporães occupações / nem tão pouco por negligencia em nh-ua maneira nom / as deixem nem seião permitidas as ditas conuersas / ou barbatas sair fora da porta do moesteiro mas / antes dentro exercitem seus officios de maneira que nun/ca sayão fora e seião perpetuamente emçarradas. /

Porem em os dias das festas em os quaes nom tra/balham seiam obrigadas de estar presentes a todas / as oras asi de dia como de noite e quaisquer das di/tas oras falecer no seu cabido se conheçam e alli / seião castigadas pelas semelhantes falhas como / as monjas. /

Fl. 284 vº

Seia dado por esta mesma maneira as nouiças h-ua / mestra virtuosa anciaã e de bons costumes a [...] / segundo a regla diz para ganhar as almas a qual / sempre com grande vigiação entenda e confire so/bre as ditas nouiças se verdadeiramente buscão a deus aquele / as ensine em humildade e obediencia e em bons e re/ligiosos costumes e as crie em disciplina regular / especialmente seião ensinadas a serem sempre obidien/tes com toda humildade e reuerencia as suas presi/dentes e anciaãs asi no tempo do nouiciado como depois // da profissão e logo que vierem ao moesteiro para aver dentrar / na religião nom seião permitidas andar fora da çelha / das nouiças nem conversar com leigas mas ho mais / asinha que se poder fazer seião vestidas em ha/bitto de prouação com capa de burel e postas na / nouiciaria e seiam dadas aa sua mestra para serem / ensinadas como acima disemos. /

Vestuario

Pera aver de tirar de raiz o avorreçuel viço da / propriedade em jesu cristo amoestamos aa donna ab/badesa monjas e conuervas deste sagrado moesteiro / que lembrandose dos votos que por sua boca votarão / trabalhem por seueramente ter e conseruar ata ho fim / ho estado da proueza ho qual escolheram e goar/dem em toda maneira nom presumam ter alguma cousa / propria sem consentimento ou licença de sua prellada e reuol/uaão sempre em seu pensamento as espantosas e terri/veis çensuras e proprias inprecações e maldições que contra / aquellas que trabalhão desta enfermidade avorre/çuel são postas em hos sagrados canones / e na regla e difinções constituições da nosa hordem / as quães pera que perfeitamente posa escusar segundo / ho theor das ditas nosas definções e constituições / mandamos a ellas e a cada h-ua dellas sob pena de / excomunhão que cadanno ante do dia de quinta / feira da cea do senhor tragão todas em escrito fielmente intei/ramente e claro a donna abbadesa ou em sua ausencia / a prioresa todas as cousas asi em dinheiro ho que deus nom / permita como vestidos liuros ou outras quaisquer cousas // as quais por licença e por comisão da hordem teem pera

Vestuario

Vestuario

Fl. 285

seus / husos poendo todas estas cousas em desposição da / dita donna abbadesa e não
husam dellas senão per / sua licença e permissão na qual cousa se alguma lhe for / priuado
aver feito algum emgano seia castigada em / todo segundo as diffinções e constituições
da hordem / e se ho que deus não queira alguma morrendo fose / achada neste avorreciuel
viço da propriedade pera / mayor terror e espanto das outras segundo as / constituições
da igreia do lugar sagrado em hum / monturo seia soterrada. /

Tratamento
das enfermas

Fl. 285^v

E por que se tire aas monjas ocasião de hirem a porta / e aas grades e fallar a seus irmãos
e parentes com / açhaque de dizer que não tem ho que hão mister / para suas neçesidades
e com este açhaque se fazem to/das as desoluções dos moesteiros e nas taes licenças
se / tratarão mais obras do diabo que seruiço de deus / para tirar ho azo a senão
cometerem tantos males / e disoluções e para tirar todos estes inconuenientes / e as
monjas e religiosas toda ocasião de ter al/guma por propriedade lhes seia tirada
mandamos / a donna abbadesa çellareira e borseira sob carreguo / de suas conçiencias
e em quanto a mão as almas / a ella encomendadas em virtude da sancta obidi/ença e
sob pena de excomunhão proueia honestamente no co/mer e beber e em todallas outras
cousas neçesarias / as religiosas do dito moesteiro asi aas saãs como / aas enfermas
principalmente no vestido ho qual sera / duas tunicas duas cogulas como diz a regla h-ua
// para de dia e outra pera de noite dormir com ha tunica e / cogulla e h-ua saya apertada
e camisas destamenha e / nom trarão camisas de linho e h-uas pingas e çapa/tos e isto
fique em peito da abbadesa segundo vir ha ne/çesidade e ho [...] lugar ho qual vestido
daraão / as religiosas por a vigilia de todallos santos e hum / scapullario preto para as
obras. E asi daraão as cousas / e nom lho daraão cogula senão mantilha scapularia / que
lhe dee pelas coxas das pernas e sera a cor de / pardo e as monjas sera branco desta
maneira / darão a vestiaria que cadanno seia dada a cada h-ua / h-ua saya comprida
e de dous em dous annos hum / scapulario e de tres em tres annos cogula e qualquer
/ que recebera algum vestido nouo seia obrigada de / tornar ho outro velho sobre a qual
cousa quando / forem perguntadas seião obrigadas a dizer a verdade / sob pena de
encorrerem no viço da propriedade nem presu/mão as relligiosas dos ditos seus
vestidos velhos / fazer cousa alguma nem daar outra alguma religiosa / sem licença da
abbadesa nem mais que h-ua maneira de vestido / saya ou cogulla em ho mesmo anno
receber algua / porem dos ditos vestidos velhos seião feitos so sa/yos e em forros de
sayas apertadas das quaes que/remos e ordenamos que proueias a donna abbadesa
/ e suas officiaes segundo sua discrição segundo virem / que he neçesario. /

Hóspedes

Caridade

Iluminação
da igreja

Hospedaria

Fl. 286

Mandamos que as beatilhas que trouxerem seião capelos / de pano grosso tão compridos
e largos que lhe cubra / as espadoas todas e ho veo preto sera grosso e // muito comprido
e larguo que lhes cubra os peitos e espadoas / e que açhegue aos olhos e nom tragão
cogulas de / frustaão nem de linho porque he contra a regla se/não de laã ou de sarja.

Entrada de
religiosas:
classes sociais

Fl. 286^v

As nouiças andaraão com suas saias compridas e so / saias camisas destamenha branco
todo e quando / forem ao coro ou alho comer cabido e dormitorio / iraão com suas
mantilhas de burell çarradas hum / pouco de diamte e seus capelos de pano grosso e
/ quando entrarem no moesteiro se guardarão os ves/tidos com que vierão segrães para
acabado ho anno / do nouiçado se senão contentarem da vida e com versa/çam da
congregaçam posam hir vestidas com hos / vestidos que trouxeram. /

Mandamos segundo ho streito mandado do nos/so dador da ley que aas enfermas seia
feita toda / caridade e humanidade amoestando em jesu cristo / a enfermeira que com
toda caridade e delligença sirua / as ditas enfermas e soporte seus costumes e te/nha
cuidados com obras e pallauras a verse com elas / humanamente e mansamente
amoestamos e requeremos / a donna abbadesa que com grande vigilia seia açerqua /
das enfermas por que não seião negligentemente / tratadas per aquelas as quais lhes
derem por seruidoras / e seia na enfermaria guarneçada de todas as cousas / neçesarias
para as enfermas e que tudo se sufra per / dona abbadesa e çelareira e borseira. /

Escravas

Hordenamos e amoestamos per reuerença de jesu cristo // e por descarreguo da
conçiencia dabbadesa çelareira bor/seira que aos hospedes que vierem a cada hum
segundo / seu estado seia feito conuiiente e caritatiua hon/rra e humanidade para cuiu

Liturgia

Fl. 287 *seruiço taees pessoas de fora / seião ordenadas e postas de cuiã vida e honres/tidade
reçebão materya de edificação hos ditos / hospedes e louuem e dem graças a deus noso
senhor. /*

*Ordenamos que as esmolãs solenes acostumadas de / fazer na hordem maiormente no
tempo da coresma / se fação e isto mandamos em virtude da santa / obediência abbadesa
cellareira e borseira. /*

*Hordenamos que sempre esteem çimco alampadas / na igreja silicet no graao e no meo
do coro e detras / do coro e as outras duas cada / h-ua estee em cada / capella. /*

*Se algumas mãis ou pais das freiras vierem veer / seraa como ençima he dito e seião
agasalhados / na hospedaria. /*

Comunhão
(fresta)

Fl. 287 vº *Por que todos os males que se fazem nos moesteiros / das religiosas são por as
abbadesas e freiras enche/rem hos moesteiros de molheres nom tendo a casa tanta /
renda para as poder manter e com achaque de não te/rem ho que lhe necesario as
abbadesas dam muitas vezes / mais licenças as freiras para hirem fallar a seus parentes
/ e misturados com estes vão outros que ho nam // são per onde se fazem todas as
disoluções e maos / recados nos moesteiros das monjas e por acudir a tanto / mall que
senão faça nem se dee ocasião por isto / seer a donna abbadesa nom tomara mais freyras
que as / que a casa poder manter e sera sem nada porque toman/doas com alguma cousa
he simonia e ela e a que entrar / são excomurgadas e a que ouuer de tomar pera freira
/ de cogula sera fidalga da parte de seu pay ou mãy / e nom outras e se ouuerem de tomar
algumas que sejam / filhas de caualeiros ou escudeiros estas tões nam seraão / para
monjas de cogulas senão para freyras conversas a/quelas que forem necesarias para
seruiço da casa e com/munidade. E estas em nhum modo saibão ler ou escreuer / e
sabendo alguma cousa leer e escreuer ou leer somente / deitalas hão fora do moesteiro
porque com esta condi/ção lhes faraão a profisaão e estas freyras con/versas como
em tempo algum posão ser monjas de cogu/llas senão comuersas como a profisaão
que fizerão / e ho que para que forão tomadas nom poderaão / tomar neste moesteiro
freira de outro moesteiro posto / que seja desta hordem. Senão se for tão esprimen/tada
em vertudes que com rezão se deua de tomar / para edificar as desta casa. E doutra
maneira a nom / poderaão tomar nem poderão em nh-ua maneira / receber neste
moesteiro freira de outra ordem que / nela seja profesa posto que do papa tenha / rescrito
para mudar ho abito a esta nosa hordeem / e que a reçebão neste moesteiro logo
nomeadamente / e nom podera a abbadesa nem monjas receber molher // pera freira que
seja bastarda ainda que seja legiti/ma pelo papa tirando estas que ia estão no moesteiro
/ nem asi poderão receber viuua pera ser freyra / nem filhas de cristãos novos que foram
judeus nem / tomar fisicos nem ofiçães que seião desta geraçam e isto / se poderem
aver fisicos que seião cristãos velhos. /*

Liturgia

Carne

Refeitório
serviço

Hierarquia

Confessor

Vestário
confessor

*A abbadesa nem as monjas em algum tempo nom posão ter esca/vas asi em particular
como de comunidade e se / alguma ho moesteiro erdar por rezão de alguma / freira logo
a vendaão e nom posão metella dentro / nem a terem fora por sua tenham freiras
conuersas / pera ho serviço da casa como a hordem manda / e as escrauas sejam
vendidas. /*

Claustro
da leitura

Fl. 288 vº *Defendemos a donna abbadesa prioresa e sobprioresa que nom / faça nem consinta
fazerem as freiras e monjas do dito moesteiro orações de nh-ua feição silicet em que
se diga / tal oração ou tal psalmo ou tões palauras / nem tantos psalmos nem pater noster
nem ave ma/rias em que aia conto certo nem com nhums geitos / nem inclinações nem
modos exquisitos de bruços / ou em cruz ou com ha boca no chaão nem com can/deas
certas nem ante nh-ua imagem certa por / nhum respeito nem aho çeo nem estrella nem
/ nhum jesus de nh-ua maneira senão asi como / são ordenados pola hordem e pola
igreja / nem faça nh-ua oração por finado particu/lar por que isto he hum mal que
comprehendem / / muitas religiosas e as emgana que sob speçia de / deuocão fazem
muitas suprestições e feityçarias / e fazem que lhe venhão fallar finados ou em son/nhos
mas a propria oração das monjas ha de ser / conforme ao paster notre que noso senhor
nos ensinou on/de nom tam somente rogamos por nos mesmos / nh-ua palaura mas*

Desobi-
diência

Cárcere

tudo se refere asi lou/vores como pitições a toda a igreia geral ho que tudo mandamos que se nom faça sob pena de excomunhão / e de estarem hum mes no caçere e comão paão / goso e jeiuem a paão e agoa as quartas e / sextas feiras em quanto a que nisto for açha/dá estiuer no caçere. /

Vesturio
noviças

Ha abbadesa monjas e religiosas deste moesteiro / nom comunguem na igreia se não pela fresta que pera / iso he feita na parede que vay do coro pera / a igreia a qual nom seruiraa doutra cousa se/não de comunhão e nunca em outro tempo seia / aberta senão quando por ela se ouuer de daar / ho sacramento da comunhão. /

Educação
dasnoviças

Fl. 289

Em hos dias de doze lições depois de tedeum / laudamus a abbadesa ou presidente segundo o direito comuum / e costumes e estatutos da hordem digão cam/tando ho euangelho segundo costume ho soem / dizer hos abbades desta nosa hordem. /

Quando ouuerem de comer carne na enfermaria / daraão a cada monja e doente ou fraca ate hum arratell // de carneiro e cada dia de pescado ate outro arratell / e de paão ho que lhe for neçesario e nos dias das / das (sic) festas lhes poderão dar mais se abbadesa lhes / parecer bem a regra diz que de paão dem h-ua libra. /

Funções da
celareira

Item que as freiras siruão h-uas as outras no / refeitório e cozinha e aquela que ouuer de servir / asi no refeitório como na cozinha a domingo de/pois das laudes tomara a bençam segundo he man/dado na regla de são bento a qual benção / tomaraão as seruidoras asi as que entrarem / como as que sairem do serviço. /

Funções da
tesoureira
Contabilidade

Ha abbadesa as cousas que se ouuerem de fazere no mo/esteiro principalmente as cousas arduas e pesadas / que as pratiquem com conselho da priorisa e sobpriore/sa e da çellareira e borseira e se for neçesario / das outras mais velhas como a regla sancta / do noso dador dela ho manda. /

Fl. 289v

Aos confesores das monjas mandamos sob pena / da santa obediência que nas suas misas e ofícios / ecclesiasticos as cirimonias da hordem e nom / as seculares fação e guardem as collectas mi/sas prefaçios epistolas euangelhos e todalas cou/sas asi como nos misões da ordem se escreuem / digão asi rezando como cantando e religio/samente e virtuosamente na vida e na conversa/ção e no habito se tragam em todo lugar pera / / que seião a todos hos que os virem e conheçerem pera edifi/caçam e não pera escandallo. /

E sob pena da sancta obediência e da irregularida/de lhes prohibimos que nom tragão as tunicas por / de tras nem por diante abertas nem barretes descu/bertos mas debaixo do capelo humildosamente / e simplezmente e quando abbadesa os vir ou souber que / eles em outra maneira ha fazem amostrenlhe esta / ordenação e quando se nom quiserem enmendar a / eles perante ho visitador os acuse e trabalhem por / ter outros em seus lugares. /

Arrendamentos

No estio se tenha a lição da colação ante da / completa na crasta e segundo a forma da ordem / se faça hum poyal cuberto de madeira na dita / crasta honde aos domingos e nas festas em / que nom trabalhamos a ora e tempo da liçam esteem as / religiosas pera lerem e estudarem e nas cousas di/vinas com silentio posão cuidar. /

Liturgia
(grade)

Fl. 290

As monjas e religiosas deste sagrado moesteiro sob / pena de lhes ser tirado ho veo preto per hum mes inteiro e receber disciplina no capitulo e jeuar a sesta feira / a paão e agoa mandamos que por causa de repriesam / ou de correção ou de punição de quaisquer religiosas / per qualquer presidente ou mestra ou outra anciaã / ou per outra qualquer ocasião ou causa nom presumão / de se aiuntarem ou em qualquer maneira defenderem e / sustentarem ou fauoresçerem alguma religiosa abbadesa /// sob pena de star fora de sua cadeira per quinze dias / e jeuar a paão e agoa as quartas e sextas feiras / nestes quinze dias mandamoslhe que de taes e de to/dallas desobedientes e maliciosamente reueis / faça tal justiça que as outras seia enxemplo / e a elas pera se enmendam. /

Liturgia

Hordenamos que neste sagrado moesteiro pera casti/guo das desobedientes se faça hum

Livros

ou dous caçeres / bons e escuros e rijos que seiam pera castigar as / que ho mereçerem.

Defendemos a abbadesa sob pena de graue desobediência / que nom deite veo preto nem cogula as nouiças depois / do anno de sua aprouação ho qual pertence aho ofiçio do abbade e não aho da abbadesa. /

Património

Fl.290^{vº}

E porque da boa criação da mocidade pende ho boom / criamento e bondade de vida ordenamos que / todas e cada h-ua segundo a neçesidade de seu cha/mamento com caridade deligente e solícita seião ensi/nadas e amostradas a leer e cantar e ha çentuar / e apontar e fazer todas as outras cousas que pertencem / aho deuino ofiçio e bons costumes e dis/çiplinas da ordem em as çirimonias e todas as / outras regulares obseruanças em humildade e / obediência e em temor de deus seião criadas e / seião costringidas a todas estas cousas ia ditas // em as quães a vida da religião mui alta consiste de / serem enformadas. /

Carne

Hordenamos e mandamos sob pena de excomunhão que ha / substância deste moesteiro seia recebida e tratada / pela çellareira asi do pão como do vestuario e roupas / pera as religiosas e todas as outras cousas porem / pera as rendas e esmolas do direito sob as pennas conthe/udas na benedictina. /

Vestuario

Fl.291

Mandamos que seia feita h-ua borseira a qual / receba todos os dinheiros donde quer que vierem e os ponha / em h-ua arca a qual tenha tres chaues desuaira/das e ha dita borseira guarde os ditos dinheiros / e pera mandado da donna abbadesa has dee a çellareira e / as outras ofiçiais pera a neçesidade do moesteiro e es/creuendo de que renda e quanto e em que dia / e quem e pera quem ho deu e das ditas chaues a donna / abbadesa tenha h-ua e a prioresa outra e a terceira / guarde a borseira deffendendo a donna abbadesa sob penna / de excomunhão que nh-ua cousa receba das rendas e / dinheiros do dito moesteiro mas que as deixe receber a/a dita borseira e quando a dita donna abbadesa ou ouuer / mister dinheiro peção a dita borseira os quais des/pesos dara conta delle tambem as particulares / ofiçiães asi como a sobradeira e adegueira e as / outras ameude deem boa conta a çellareira e bor/seira das cousas a elas encomendadas h-ua vez / no anno das cousas a elas encomendadas perante / a donna abbadesa e a maior ou melhor parte do conuento / deem geeral conta de todas as cousas a o dito moesteiro / pertencentes poendo em h-ua parte a receita e todas // ha soma dela e em outra parte a despesa pera iteems / bem claros e especificados e em fim toda ha soma / da despesa depois seia feita comparação da re/çepça e despesa e seia visto qual delas sobeia. /

Jejum

Silêncio

Fl.291^{vº}

Porque muitas terras e casaes e quintams e lu/gares que pertencem a este moesteiro se podem arendar / per pouco preço e sera com grande dano do dito mo/esteiro e os contratos ou locações ou modiações a/rendarmos em feudamentos vendições e en alhea/ções emfitiotas de bens do dito moesteiro se fa/zem sem licença do padre abbade e do capitulo geeral / mandamos a donna abbadesa prioresa e sobprioresa çella/reira borseira e a todas as outras ofiçiães sob / penna da excomunhão que hos tães e semelhantes contratos / feitos em prejuizo do dito moesteiro que os nam fa/ção e os que forem feitos em prejuizo do dito moesteiro / aião por nhums e que mais nom fuserem deles e tra/balhe per todas as vias de direito e de justiça e / procurem com grande eficacia e diligencia que em nhum / tempo os fação e ho moesteiro seia conseruado em / seus bems e quintaams e casaems e as tães contra/ctos em preiuzo do moesteiro ia dito se nom fação. /

Encerra-
mento

Mandamos a abbadesa e prioresa sobprioresa que na grade / de ferro que tem na parede que vai do coro pera / a igreja pera verem ho santo sacramento quando / se levantar pelo monje que diz a misa terão dentro / h-ua corrediça de pano preto ha qual teraão / sempre posta e quando levantarem ho corpo // do senhor acorrerão e como for a primeira vez aleuantado / logo a tomaram a correr a dita corrediça e nom se descu/briraa mais porque segundo a ordem nom se leuanta / mais de h-ua vez soo ho sacramento. /

Como vier ho primeiro sabado depois da quinquages/sima logo poram hum pano preto que tomem de h-ua / parede da capella moor antre a parede a qual esta/ra sempre corrida

somente aho levantar ho corpo do / senhor que se correrá e logo como alevantado a primeira vez ho tornarão a a deitar ho qual pano stara / asi toda a quoresma e aho sabado da pascoa a noi/te ho tirarão segundo dizem hos usos esta cortina / se tirava quinta feyra depois de competra e não ao sabado. /

Porque muitas vezes se açhão nos moesteiros da no/sa ordem que as liurarias deles nom são bem guar/dadas e se perdem e furtão empréstão muitos / livros e se nom tornão mais a dita livraria / mandamos sob pena de excomunição a donna abbadesa çelarei/ra que os liuros que ouuer nesta santa casa se/ião muito bem guardados e nom se emprestem e / se guardem e fechem de maneira que todos stem a / boom recado. /

Defendemos a donna abbadesa e çelareira que do patri/monio nom criem parentes e seruidores porque hos / parentes por amor de jesu cristo todos deixamos aho / tomar do abito por que se cudarem enriqueçelos do / patrimonio de jesu cristo receberão confusão e / escandalo antre os sagrães e antre deus perpetua / dançam. //

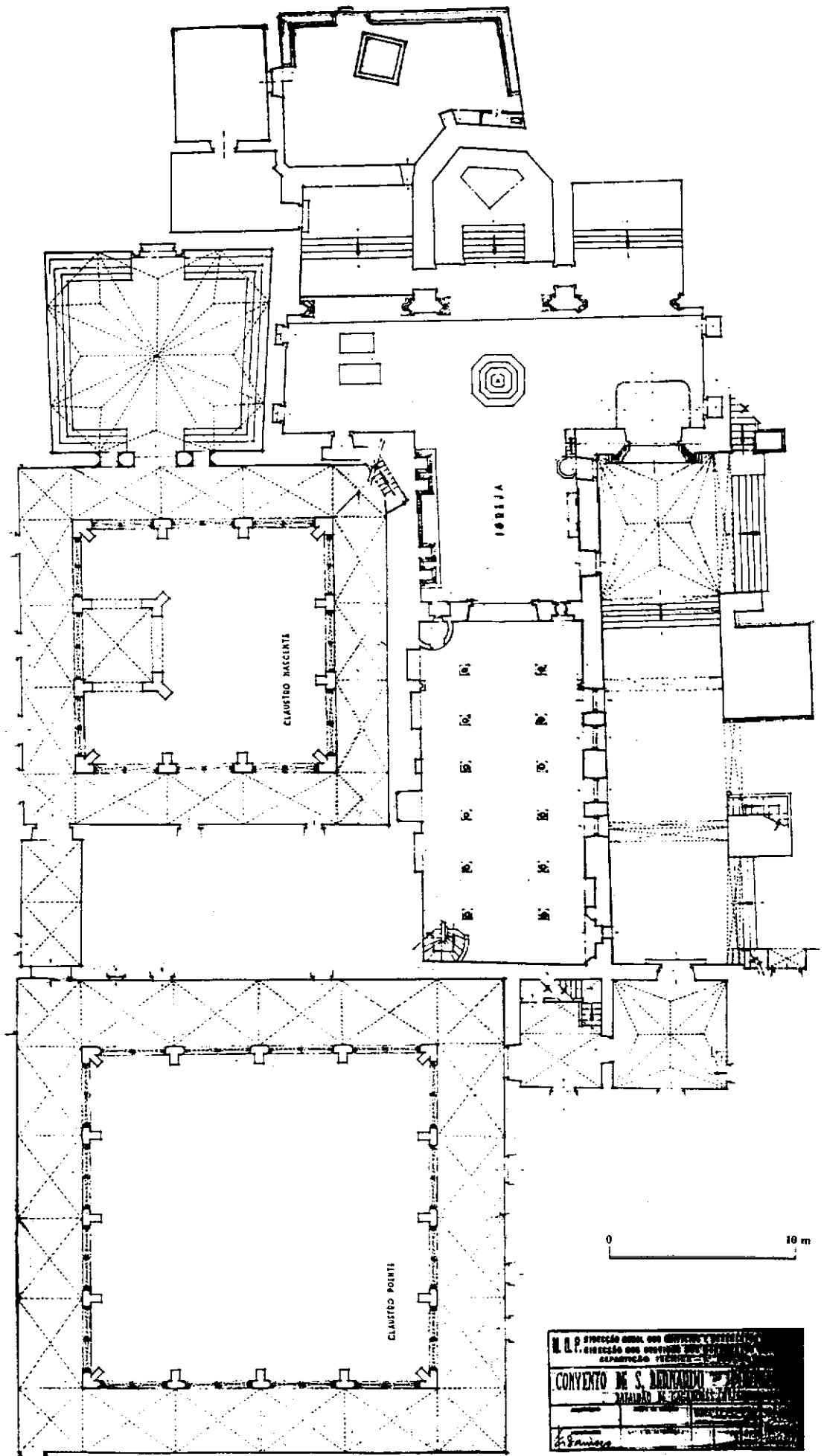
Por honrra de deus e mandamentos da santa igreja de/fendendo amoestamos aa donna abbadesa deste sagra/do moesteiro que na coresma e nos dias que comumente / nom se soe a comer carne nom seia dada ligeiramen/te licença de a comerem sem consentimento e conselho do / fisico tirada extrema neçesidade e manifesto / perigo de morte.

Mandamos aa donna abbadesa que as suas subditas / ensinem dignamente com palavra e enxeñplo e se/ia espelho aas discipulas e sem ponpa toda / superfluidade e exceso no estado no vestido / e nas outras cousas esquivando e defendendo e / ha honestidade da religião amostrando e nom / seia todas as cousas a vontade mas com conselho / ao menos das mais velhas se/ião ordenadas / nom trazendo vestidos nem cousa que pareçam / que he de sengrães e de leigas. /

Mandamos que hos dias dos jeiuns da hordem / e em hos dias no sermão no avento na septua/gesima e na sexagessima em ho dia das la/dainhas e em hos dias dos jeiuns da igreja / e em as refeições ordinarias que se comem estem / com cogulas no refeitório regularmente e hos je/iuns da igreja e da hordem segundo a conçiencia e a ordenação da abbadesa guardaram. /

Mandamos que nh-ua monja nom presuma fallar // nos lugares regulares nem com as de dentro nem com as / de fora senão se pela ventura a abbadesa ou priora ou / a que pera iso tiuer lugar de lhe daar licença pela primeira / visitaçõ que diga aa que asi vier nouamente se/ias beem vinda e nom mais lhe posa ali falar e em / todo lugar asi no moesteiro como fora a çerca da / dignidade de seu çhamamento guardem ha gra/vidade da religiam juntamente com ha honestidade. /

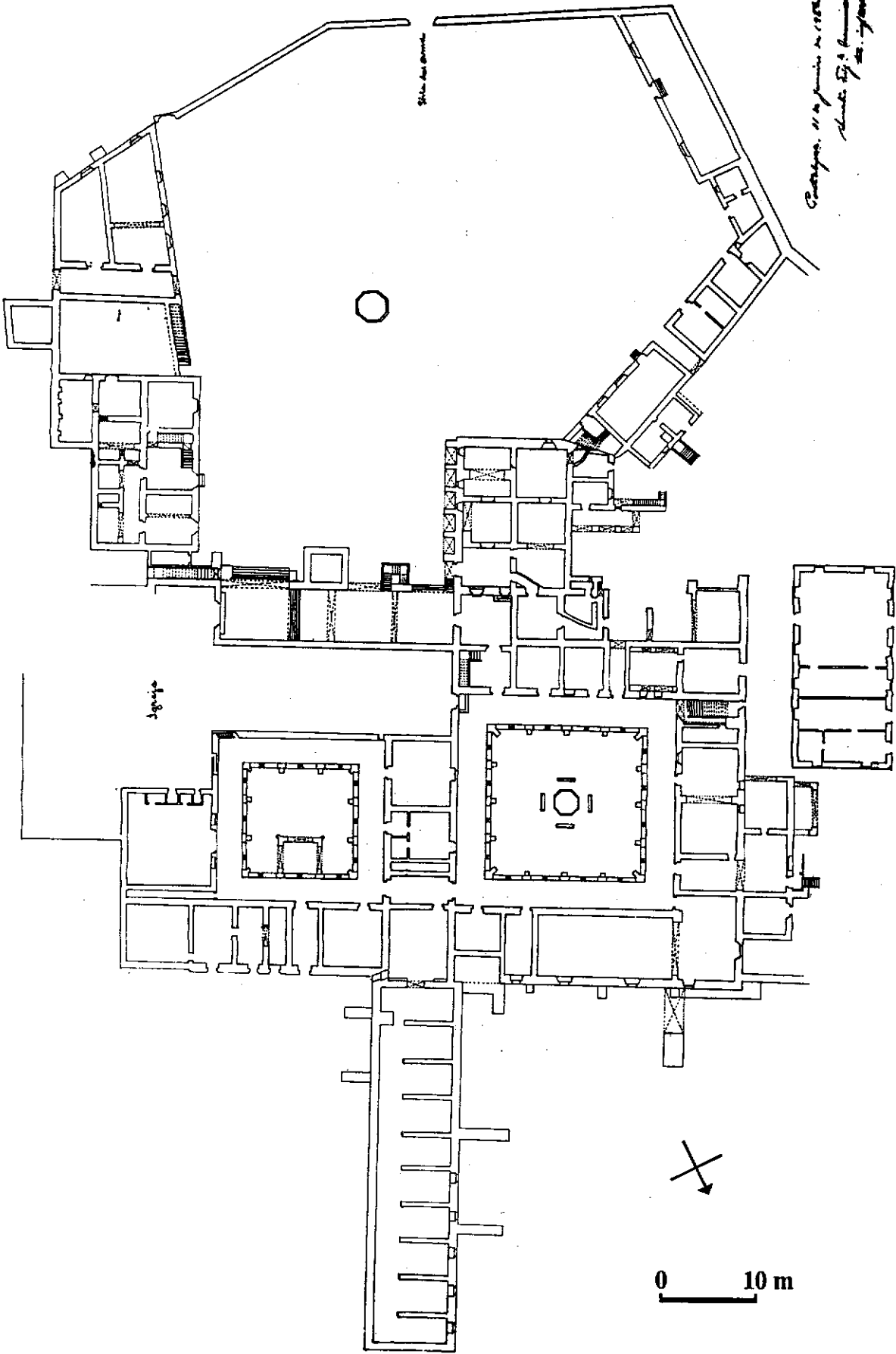
Finalmente com paternal afeição e deseio amoestamos / em jesu cristo aa donna abbadesa que com diligencia faça / e sigua a cura pastoral de seu ofiçio a qual recebeo / e tenha cuidado de vigiar sobe ho guado a ella / encomendado e de ho defender da boca dos lobos / as ovelhas remidas pelo sangue de jesu crsito e tra/balhem de as trazer por enxeñplo e amoestações / aos pastos da vertude e tambem as ditas religi/osas como verdadeiras filhas de obidiencia dando / a sua madre deuida reuerencia homrra e obediencia e guardando entre si concordia e paaz / e caridade trabalhem de chegar aho reyno / de perfeito repouso e paz a qual cousa sera feita / sem nh-ua duuida se lembrandose dos seus votos / viuerem honestamente castamente e deuotamente / e nom deixando ou engeitando de seus ombros ho / jugo voluntario da profisão por amor de jesu / cristo trabalharem com perseuerancia ate fym de sua / vida de ho trazer ha qual cousa deuotamente ro/gamos a deus que vos queira conceder ordenamdo e / em vertude da sancta obidiencia mandando que // estes artigos e constituições se/ião postas nas mã/os da cantor e ser fielmente guardadas e serem / publicadas quatro vezes no anno no cabido peran/te todas as religiosas deste moesteiro porque nh-ua / posa pretender excusaçãm de ignorancia. Dados em / portalegre em ho dito moesteiro de nosa senhora da con/cepção assignada per nosa mão asellada com ho / selo de nosas armas a xx dias do mes dagosto / anno de noso senhor jesu cristo de mil e quinhentos e xxxj.



Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre
Planta de 1916
(1º pavimento)

ANEXO XI

*Planta de 1º pavimento a partir do infante 22
(comprimento de 4.50m) de 1/500*



St. An. de S. Bernardo

*Portalegre, 11 de Junho de 1916
Arquit. Dr. J. Bernardino
de S. J. de P.*

loggia

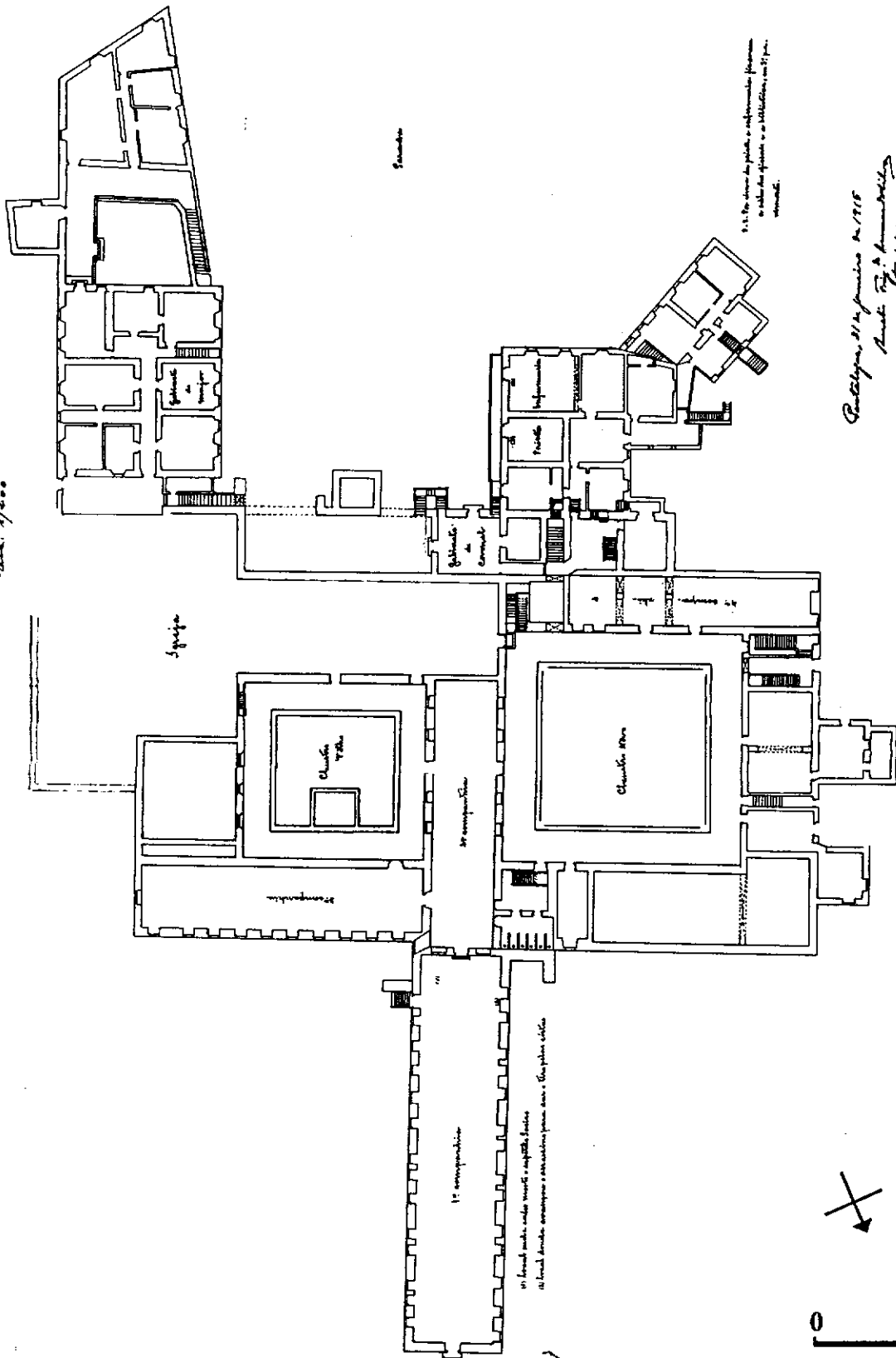


0 10 m

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre
Planta de 1916
(2º pavimento)

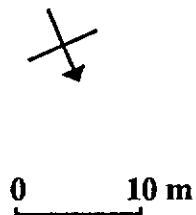
ANEXO XII

*Planta do 2º pavimento do mosteiro de S. Bernardo de Portalegre
 (contiguo ao mosteiro de S. Bernardino)
 Esc. 1/200*



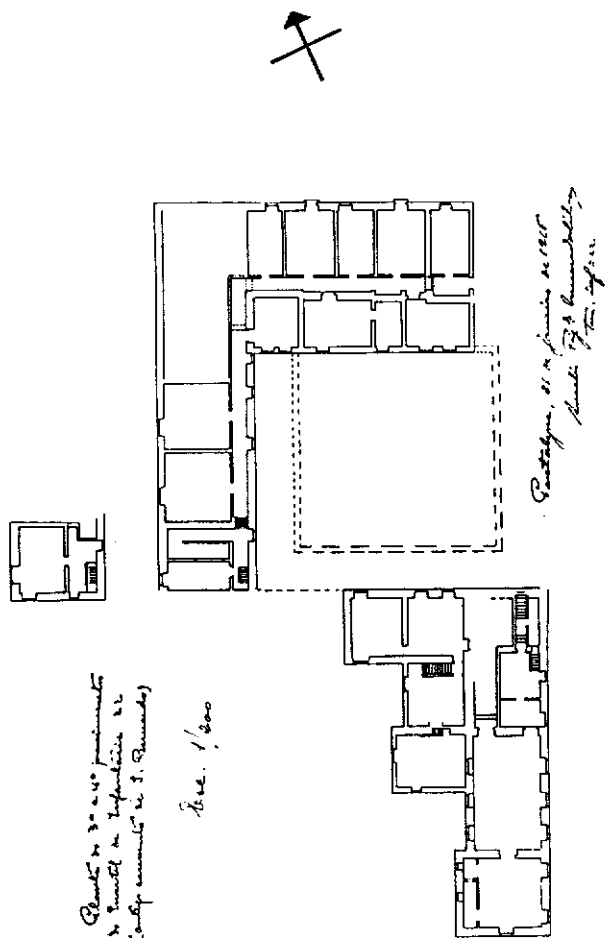
Nota: Os cômodos da igreja, e especialmente os da sala de S. Bento e a sala de S. Francisco, são de construção recente.

*Portalegre, 21 de Junho de 1916
 Arch. Eng. A. Amador de Sousa*



Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre
Planta de 1916
(3º pavimento)

ANEXO XIII



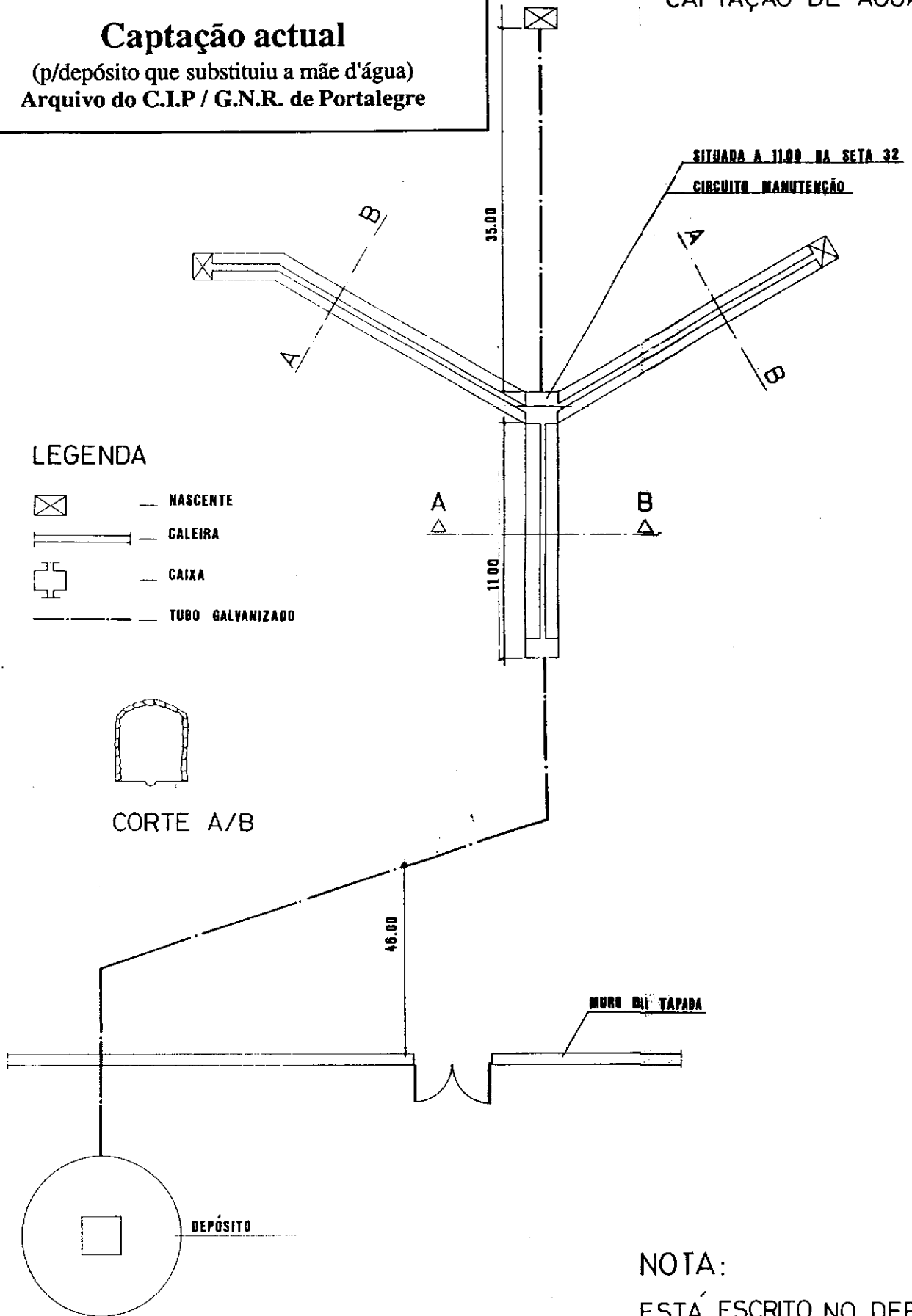
0 10 m

ANEXO XIV

Captação actual

(p/depósito que substituiu a mãe d'água)
Arquivo do C.I.P / G.N.R. de Portalegre

CAPTAÇÃO DE ÁGUA Nº 1



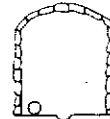
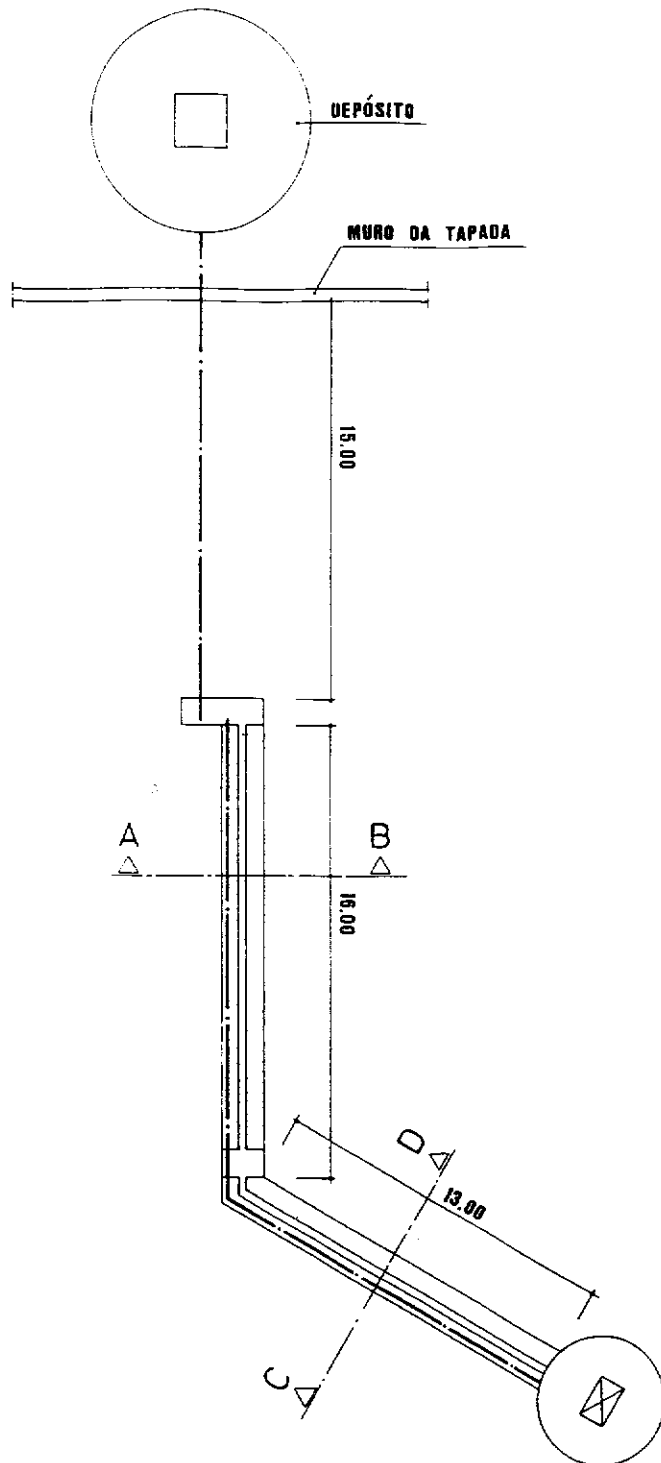
NOTA:

ESTÁ ESCRITO NO DEPÓSITO E
E NO MURO DA TARADA
A INDICAÇÃO DO Nº DA
NASCENTE

ANEXO XV

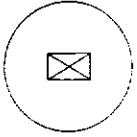



Captação actual

(p/depósito que substituiu a mãe d'água)
Arquivo do C.I.P / G.N.R. de Portalegre



CORTE A/B e C/D

LEGENDA

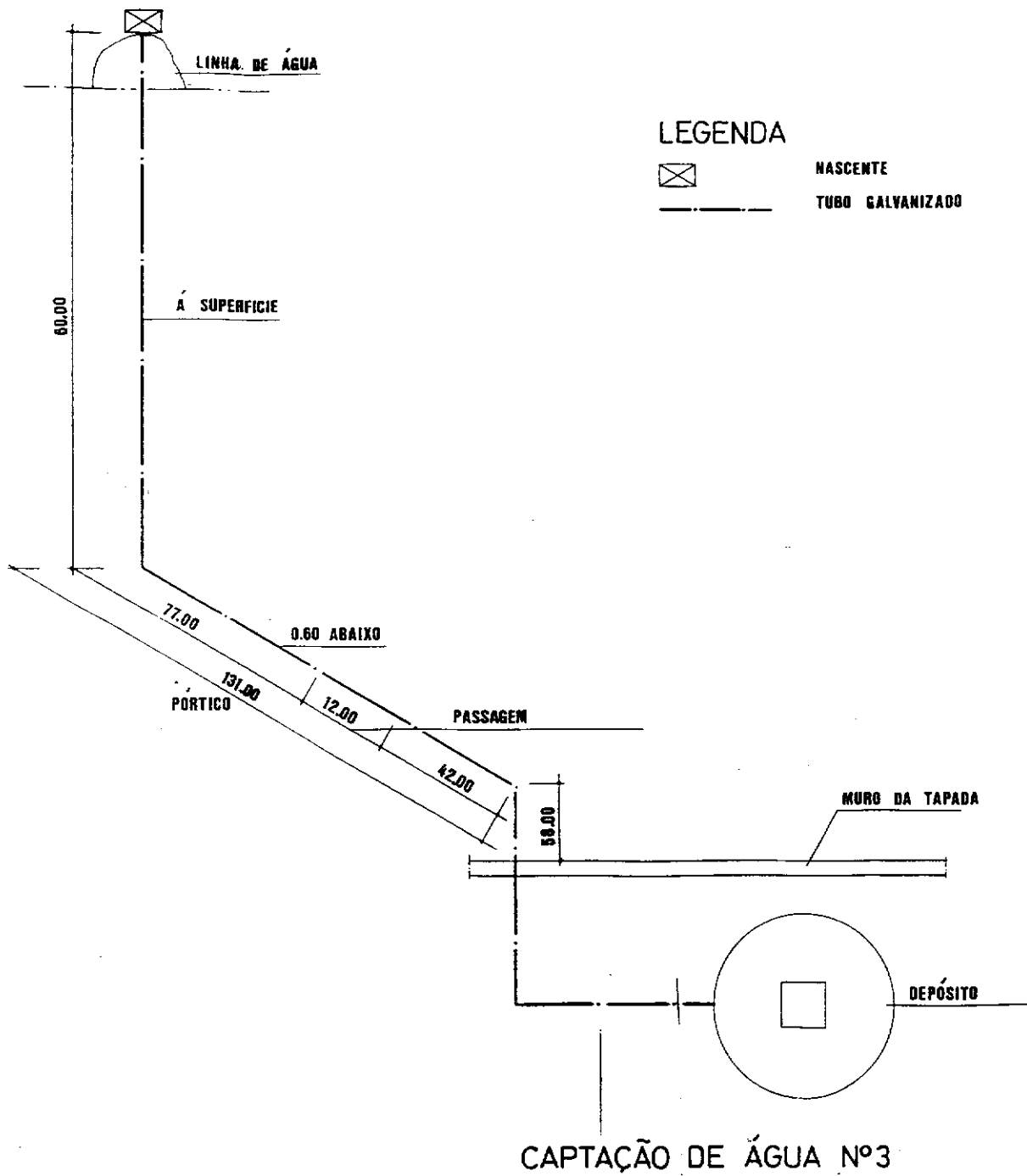
-  — NASCENTE POÇO
-  — CALEIRA
-  — CAIXA
-  — TUBO GALVANIZADO

CAPTAÇÃO DE ÁGUA Nº2

ANEXO XVI

Captação actual

(p/depósito que substituiu a mãe d'água)
Arquivo do C.I.P / G.N.R. de Portalegre



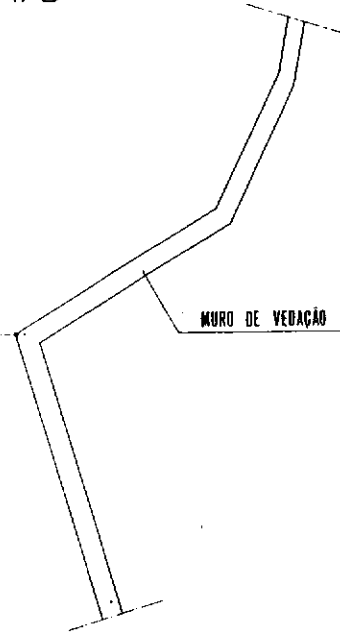
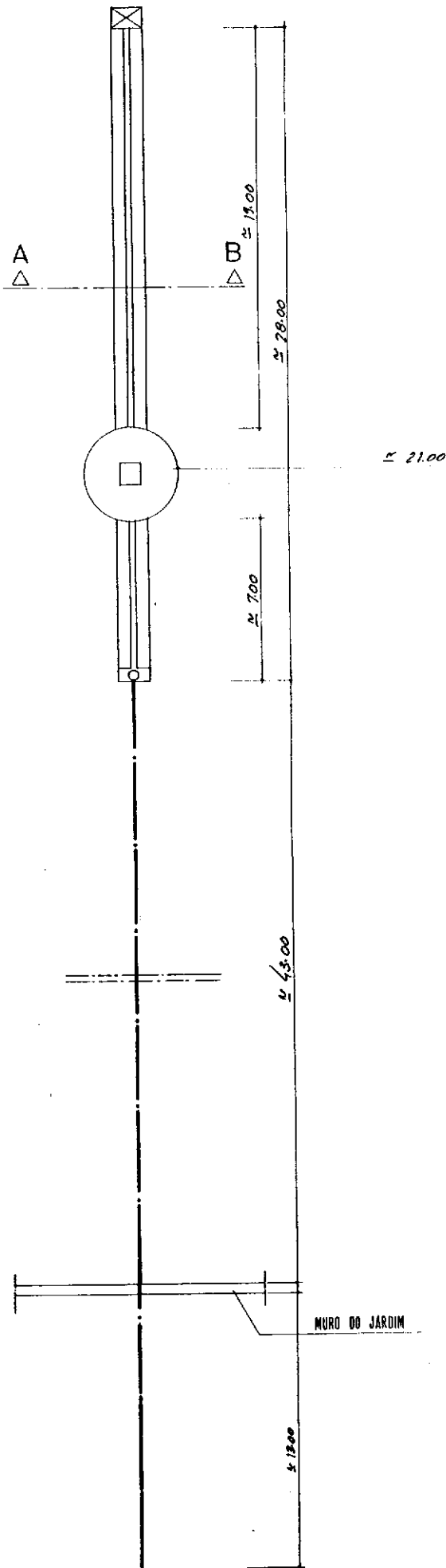
ANEXO XVII

Captação actual

(p/tanque do Jardim da Abadessa)
Arquivo do C.I.P / G.N.R. de Portalegre



CORTE A/B



LEGENDA


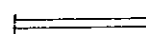
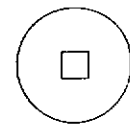


-  — NASCENTE
-  — CALEIRA
-  — POÇO
-  — CAIXA
-  — TUBO GALVANIZADO

DIAGRAMA I

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre

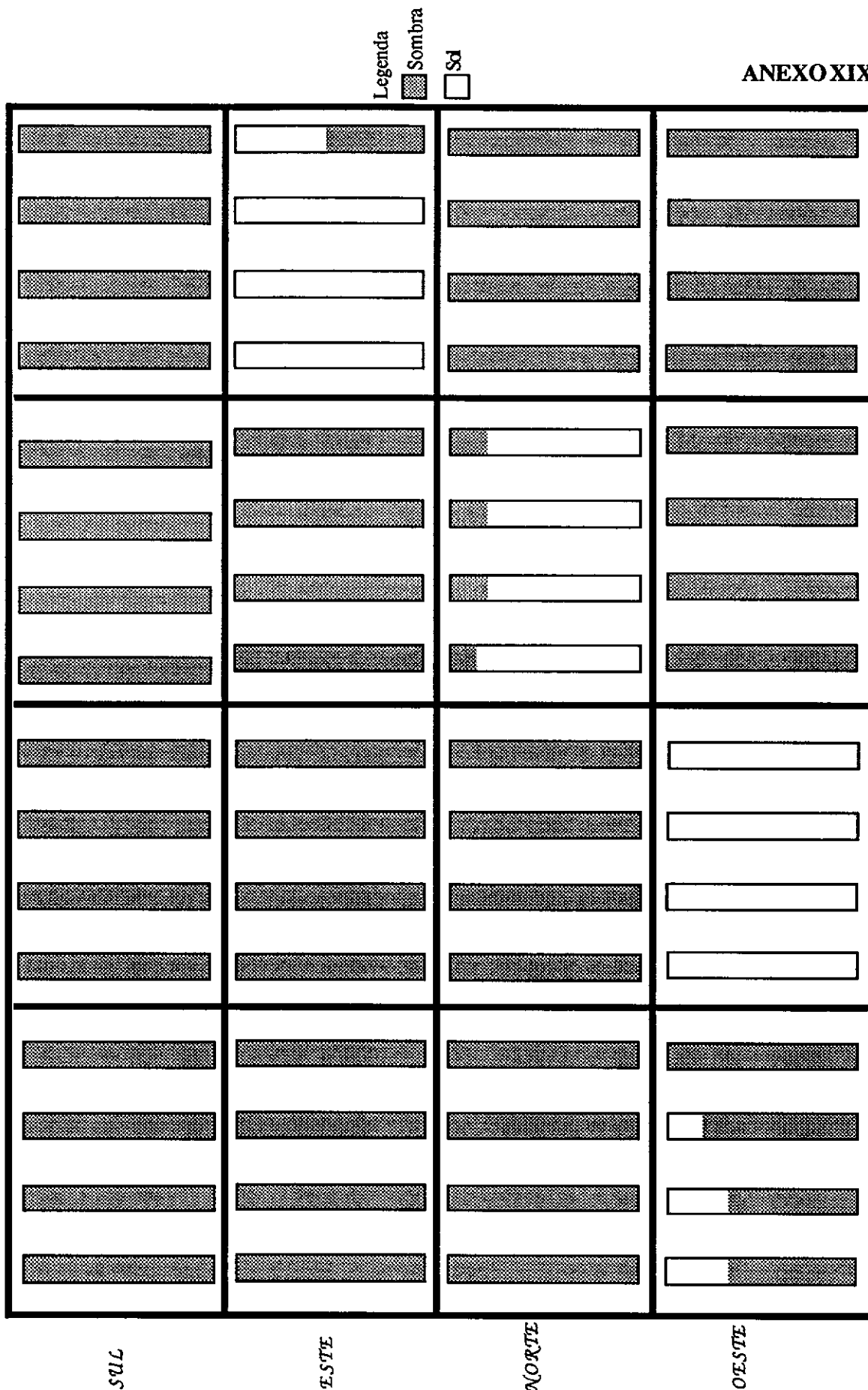
Tipos de granito (quanto à coloração geral) em que foram executados os capitéis, os fustes e as bases da arcada dos claustros.

Claustro nascente	Piso térreo	G. castanho	78,7%	Totais	G. castanho	86%
		G. cinzento	19,4%		G. cinzento	13%
	Piso superior	G. castanho	93%			
		G. cinzento	7,0%			
Claustro poente	Piso térreo	G. castanho	43,1%	Totais	G. castanho	24%
		G. cinzento	54,2%		G. cinzento	72%
	Piso superior	G. castanho	4,2%			
		G. cinzento	89,6%			

Nota: os 1 a 6% de tipos que faltam nos totais para perfazer os 100% devem-se à inexistência de peças, a peças posteriormente executadas em alvenaria e a granitos com colorações atípicas.

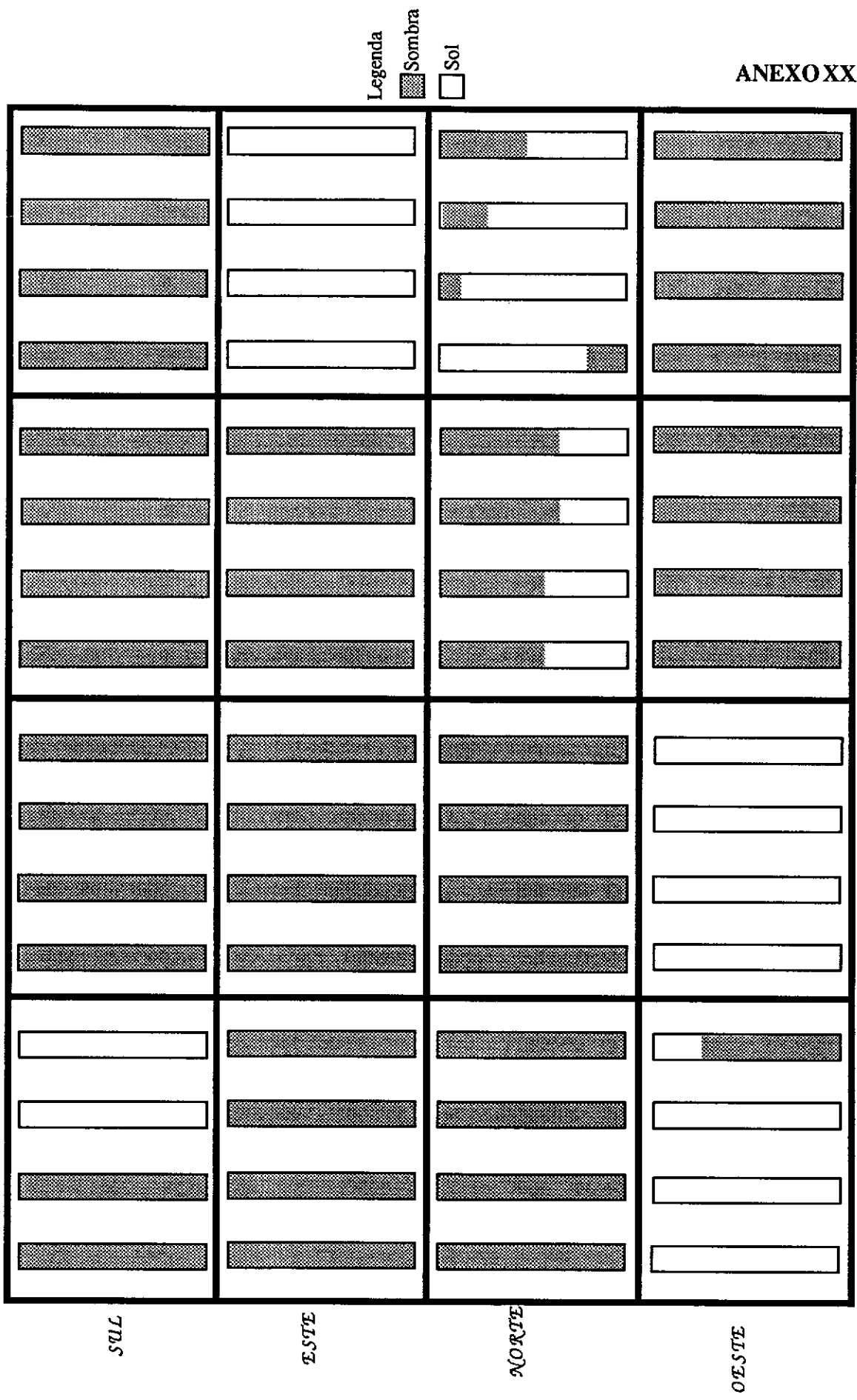
DIAGRAMA II

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre - Claustro poente - Piso térreo - Insolação nos fustes das 9h às 21h - Portalegre, 3/6/1993



Nota: às 21h todos os fustes estavam à sombra

DIAGRAMA III
Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre - Claustro poente - Piso superior - Insolação nos fustes das 9h às 21h - Portalegre, 3/6/1993



9h 12h 15h 18h
Notar: às 21h todos os fustes estavam à sombra

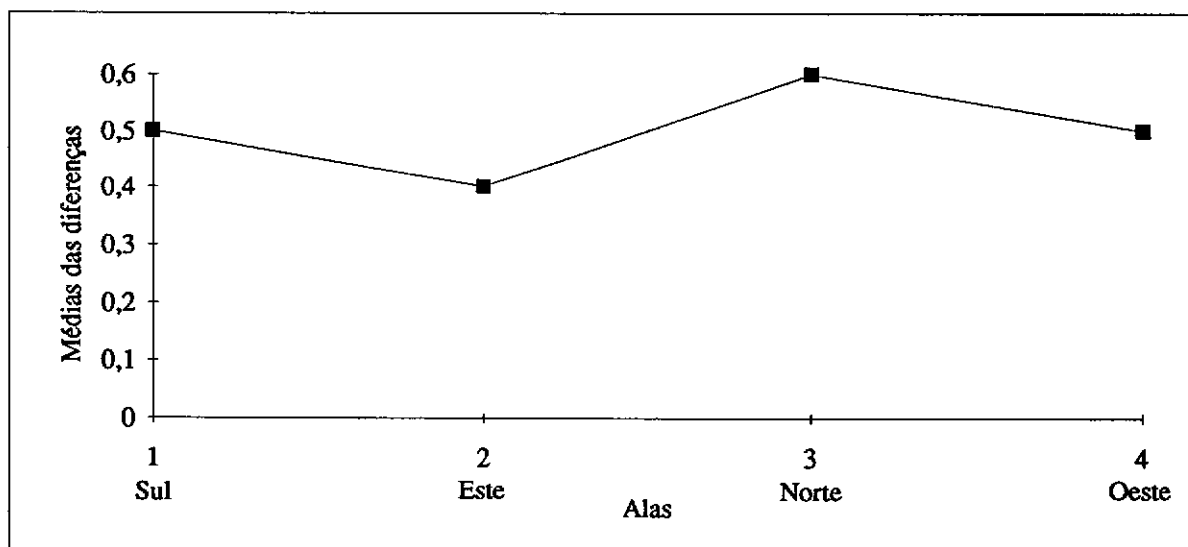
QUADROS E GRÁFICO II

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre

Análise do decaimento da pedra dos fustes do claustro nascente

Galeria inferior / Diferença entre os perímetros máximo e mínimo (cm)

<i>Fustes isolados / Alas</i>	Sul	Este	Norte	Poente
Fuste 2º	0,5	0,5	1,0	0,9
Fuste 5º	0,6	0,3	1,0	0,0
Fuste 8º	0,4	Substituído	0,0	0,6
<i>Soma</i>	1,5	0,8	2,0	1,5
<i>Média</i>	0,5	0,4	0,6	0,5



Média dos perímetros máximos	47,554
Média dos perímetros mínimos	47,175
Diferença entre as médias	0,379

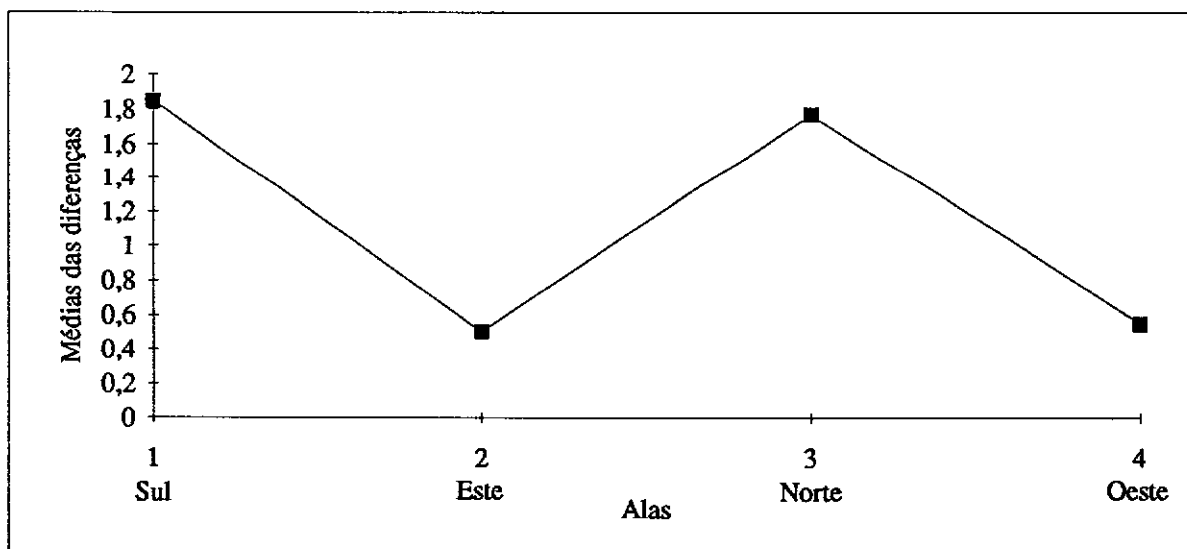
QUADROS E GRÁFICO III

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre

Análise do decaimento da pedra dos fustes do claustro nascente

Galeria superior / Diferença entre os perímetros máximo e mínimo (cm)

<i>Fustes isolados / Alas</i>	Sul	Este	Norte	Poente
Fuste 2º	Substituído	0,6	1,8	0,5
Fuste 5º	2,2	0,0	2,0	0,6
Fuste 8º	1,5	0,9	1,5	Substituído
<i>Soma</i>	3,7	1,5	5,3	1,1
<i>Média</i>	1,85	0,5	1,8	0,6



Média dos perímetros máximos	41,64
Média dos perímetros mínimos	40,48
Diferença entre as médias	1,16

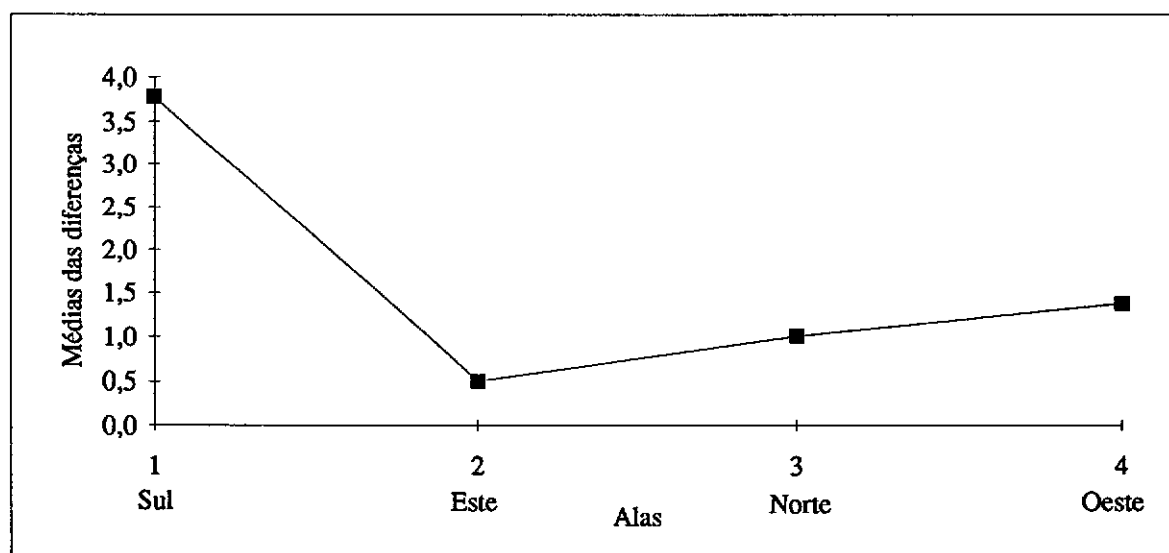
QUADROS E GRÁFICO IV

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre

Análise do decaimento da pedra dos fustes do claustro poente

Galeria inferior / Diferença entre os perímetros máximo e mínimo (cm)

<i>Fustes isolados / Alas</i>	Sul	Este	Norte	Poente
Fuste 2º	7,6	Substituído	1,2	1,5
Fuste 5º	1,1	0,8	2,2	1,8
Fuste 8º	3,0	0,3	0,5	0
Fuste 11º	3,4	0,4	0,2	2,2
<i>Soma</i>	15,1	1,5	4,1	5,5
<i>Média</i>	3,8	0,5	1	1,4



Média dos perímetros máximos	42,488
Média dos perímetros mínimos	40,675
Diferença entre as médias	1,8

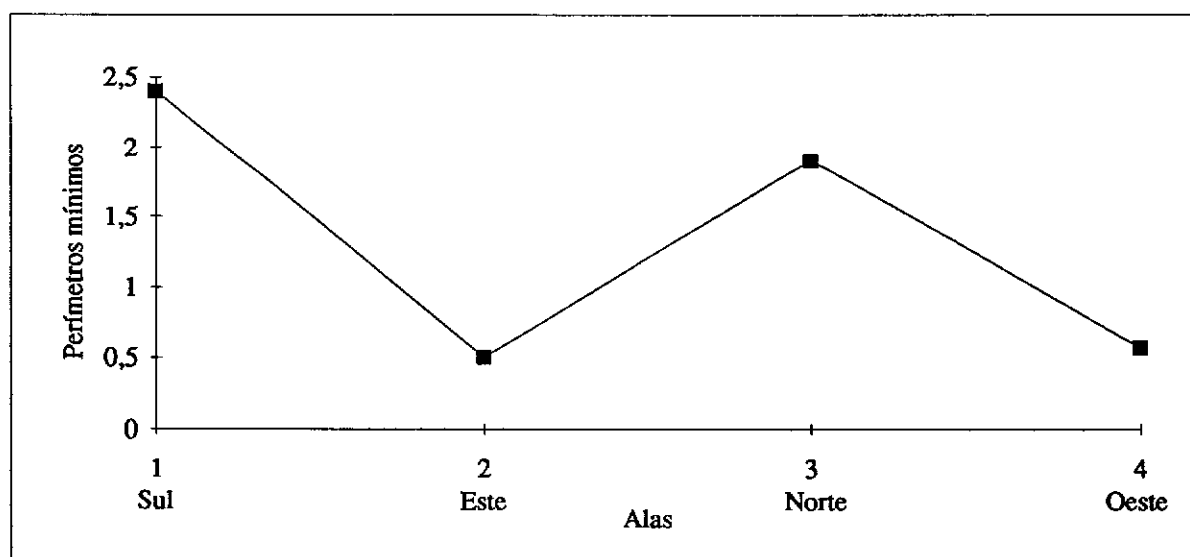
QUADROS E GRÁFICO V

Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre

Análise do decaimento da pedra dos fustes do claustro poente

Galeria superior / Diferença entre os perímetros máximo e mínimo (cm)

<i>Fustes isolados / Alas</i>	Sul	Este	Norte	Oeste
Fuste 2º	4,8	1,4	1,8	0,9
Fuste 5º	1,7	0,1	3,3	0,0
Fuste 8º	1,7	0,0	1,0	0,8
Fuste 11º	1,2	0,6	1,4	Não existe
<i>Soma</i>	9,4	2,1	7,5	1,7
<i>Média</i>	2,4	0,5	1,9	0,6



Média dos perímetros máximos	39,544
Médias dos perímetros mínimos	38,175
Diferença entre as médias	1,369

MOSTEIRO DE S. BERNARDO DE PORTALEGRE

Patologia, reabilitação e manutenção de madeiras

Ficha de inventariação nº 1 Data 8/1/94

1. Identificação da peça: Tabuado

2. Função: Constituinte de um estrado.

3. Funcionalidade actual: Em eslapao

4. Identificação da madeira: Pinus pinaster

5. Localização no edifício: Louco baixo da igreja

6. Identificação da patologia: Ataque de xilófago (insecto)

7. Descrição visual do ataque: Ataque preferencial pelos anéis de Pinus vera; os anéis de Outono dão a pouca resistência que o estrado ainda conserva; serram fainéces e excrescimentos; orifícios circulares de emergência dos insectos adultos ou devido ao trabalho das larvas com 1 a 2 mm de diâmetro; montículos de serrim sobre o tabuado, alimentados por um ou mais orifícios.

7.1 Em actividade

Sem actividade

Dúvida

7.2 Com ruído

Sem ruído (durante a observação)

8. Identificação do insecto ou fungo responsável: Anobium punctatum (?)

8.1 Descrição: Não poderemos encontrar a madeira em busca de larvas.

9. Medidas de carácter curativo: A infestação abrange todo o estrado evidenciando rotura de resistência em vários pontos. Assim, e porque a peça em causa não possui qualquer valor artístico ou histórico-cultural, parece-nos aconselhável retirá-la e queimá-la antes da emergência dos insectos adultos (pupilo e jullo), evitando agravar a contaminação de outras madeiras.

10. Medidas de carácter preventivo: A construção dum novo estrado é inevitável, até porque o cadeiral assenta sobre ele. As madeiras a empregar deverão ser previamente tratadas, de preferência em autoclave. Em obra, as superfícies ou topos de corte devem ser prontamente providas com insecticida. Sendo o coro baixo uma zona quase sem luz nem circulação de ar e húmida, porque é um pinotiruo, há que proporcionar a higienização.

NOTAS:

BIBLIOGRAFIA

1. Manuscritos

1.1 Arquivo Distrital de Portalegre

(Documentos avulsos nas *Caixas do Convento de S. Bernardo*, com cotas provisórias, e *Livro do Tombo* do mesmo convento.)

Recibo de multa paga por D. Jorge de Melo ao Papa, por sua anterior condenação, datado de Santarém, 24 de Setembro de 1546, passado pelo Núncio Apostólico em Portugal, João Riccio.

Alvará de D. João III, dado em Santarém a 14 de Junho de 1526, ratificando a doação feita pelos juizes e oficiais do concelho de Portalegre a D. Jorge de Melo, do sítio da Fontedeira, para nele ser construído o mosteiro.

Apostilha datada de Lisboa, 27 de Novembro de 1549, em que o mesmo rei autoriza a construção da cerca do mosteiro.

Treslado feito pelo tabelião Álvaro Mendez, em Portalegre, a 10 de Junho de 1533, dum alvará de D. João III, dado em Santarém a 13 de Junho de 1526, no qual se obrigam os juizes de Portalegre, Marvão e Castelo de Vide, a fazerem cumprir as requisições de materiais de construção e mão-de-obra feitas por D. Jorge de Melo para a edificação do Mosteiro de S. Bernardo, aos preços praticados na terra, sob pena de multa.

Resposta aos requisitos da Portaria de 3 de Novembro de 1821 expedida pela Comissão de Fazenda.

Livro do Tombo em que estão lançadas as fazendas todas, de que o Convento de S. Bernardo desta Cidade de Portalegre hé direyto senhorio; feyto no anno do nascimento de nosso Senhor Iesus Christo de mil e seis sentos e nouenta e hum 1691. Deste livro, são particularmente importantes os seguintes documentos:

- Documento que regista a medição e as confrontações da Tapada das Freiras, do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, a 2 de Outubro de 1690.

- Documento que regista a medição e as confrontações da horta, pomar e vinha do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, a 2 de Outubro de 1690.

- Treslado duma provisão de D. Pedro II, datada de Lisboa, a 29 de Março de 1704, concedendo ao Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre a posse das propriedades que o mosteiro dizia serem suas na altura.

1.2 Biblioteca Nacional de Lisboa

Estatutos do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, datados de 20 de Agosto de 1531. Códices Alcobacenses, códice 223, fólios 273 - 291.

Fundo Geral nº 1493, *Notícias dos Mosteiros da Congregação* (Frei Manuel de Figueiredo). *Treslado verdadeiro da carta de extinção do Mosteiro de S. João de Vale de Madeiro.*

1.3 Arquivo da D.G.E.M.N. (Évora)

Intervenções da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais no Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, Processo nº S.12.14.08/003.

1.4 Outros documentos não impressos

Nota histórica escrita nas costas do cadeiral norte do coro alto da Igreja do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, informando do desterro das freiras para o Convento de Odivelas, no ano de 1776, e do seu regresso a mando de D. Maria I, a 13 de Novembro de 1777. O texto informa também que se realizaram importantes obras para a reinstalação das religiosas.

Referências várias encontradas em azulejos e em inscrições em pedra no Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre.

2. Impressos

AIRES - BARROS, Luís - *Alteração e Alterabilidade das Rochas*, INIC, 1991.

ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, v. II, Livraria Civilização - Editora, Porto e Lisboa, 1968.

AMABIS e MARTHO - *Curso básico de Biologia / Os seres vivos*, Editora Moderna, v. II, 1ª edição, S. Paulo, 1988.

AMO, Joaquim Arnau - *La Teoria de la Arquitectura en los Tratados / Vitruvio*, Tebas Flores, Madrid, 1987.

Arquitectura Popular em Portugal, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1980.

ARRAIS, D. Frei Amador - *Diálogos*, Lello e Irmão - Editores, Porto, 1974.

BARBOSA, Pedro Gomes - "Santa Maria de Alcobça no termo de Elvas (a formação do seu património fundiário)", in *A CIDADE, Revista Cultural de Portalegre*, nº 6 (Nova Série), Portalegre, 1991.

BEIRANTE, Maria Ângela - "Eremitérios da pobre vida no Alentejo dos séculos XIV - XV", in *Actas das Jornadas de História Medieval / 1383-1385 e a Crise Geral dos séculos XIV/XV, História & Crítica*, Lisboa, 1985.

Bíblia Sagrada, Difusora Bíblica, Lisboa, 1986.

Biblioteca de Instrução Profissional, fundada por Tomás Bordalo Pinheiro, Livraria Bertrand, Lisboa, s. d.. Lisboa. Livros consultados: *Alvenaria, Cantaria e Betão; Materiais de Construção; Acabamentos das Construções; Terraplanagens e Alicerces*.

BISPO, Edmundo - *Abecedário Profissional e Técnico*, Papelaria Fernandes, 3ª edição, Lisboa, 1945.

BOAVENTURA, Fr. Fortunato de S. - *História Chronológica e Crítica da Real Abbadia de Alcobaça*, Lisboa, 1827.

BRAGA, Isabel M. R. M. Drumond - "A criminalidade em Portalegre no Reinado de D. João III: Delitos e Perdões", in *A CIDADE, Revista Cultural de Portalegre*, nº 8 (Nova Série), Portalegre, 1993.

BRANCO, J. Paz - *Dicionário Técnico de Construção Civil*, Escola Profissional Gustave Eiffel, Queluz, 1993.

BRONSEVAL, Frère Claude de - *Peregrinatio Hispanica 1531-1533*, 2 vols., Paris, 1970.

CABRITA, A. R., AGUIAR, J. e APPLETON, J. - *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, C. M. Lisboa, L. N. E. C., Lisboa, 1993.

CAPITEL, Antón - *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, Alianza Forma, Madrid, 1992.

CARDOSO, Jorge - *Agiolégio Lusitano*, t. I, Lisboa, 1652.

CASTRO, José Osório da Gama e - *Diocese e Distrito da Guarda*, Typographia Universal (a Vapor), Porto, 1902.

CHOAY, Françoise - *L'Allégorie du Patrimoine*, Seuil, Paris, 1992.

COCHERIL, Dom Maur - *Rotiers des abbayes cisterciennes du Portugal*, F. C. Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, Paris, 1986.

COSTA, Padre António Carvalho - *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Reino de Portugal*, Lisboa, 1708.

Dar Futuro ao Passado, I.P.P.A.R., Lisboa, 1993.

DIAS, José Sebastião da Silva - *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal nos sécs. XVI a XVIII*, 2 v., Coimbra, 1960.

Dicionário Histórico dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses, Sousa Viterbo, 3 v., I.N.C.M., Lisboa, 1988.

Dicionário Visual de Arquitectura, Verbo, Lisboa, 1993.

EUSÉBIO, José de Almeida - "Convento de S. Bernardo", in *Album Alentejano*, t. III, Distrito de Portalegre, s.d..

FARINA, Federico e VONA, Iginio - *L'organizzazione dei Cistercensi nell'epoca feudale*, Casamari, 1988.

FONSECA, Padre Francisco da - *Évora Gloriosa*, Roma, 1729.

GARRAIO, Isilda - *Foral Manuelino de Portalegre*, C.M.P., 1992.

GONZÁLEZ, José Luís e MORENO-NAVARRO - *El legado oculto de Vitruvio*, Alianza Forma,

Madrid, 1993.

GUSMÃO, F. A. R. - "Memória Histórica do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Monjas da Ordem de Cister da Cidade de Portalegre", in *O Instituto*, v. IX, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1860.

HERCULANO, Alexandre - *Opúsculos I e IV*, Organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Presença, Porto, 1985.

História da Arte em Portugal, Alfa, Lisboa, 1986.

JORGE, Virgolino Ferreira - "Measurement And Number In The Cistercian Church Of Alcobaca (Portugal)", in *Arte Medievale* N.1/93.

KEIL, Luís - *Inventário Artístico de Portugal / Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas Artes, v. I, Lisboa, 1943.

KOCH, Wilfried - *Estilos de Arquitectura I*, Presença, Lisboa, 1993.

LEKAI, Louis F. - *Los Cistercienses/ Ideales y Realidad*, Herder, Barcelona, 1987.

MARQUES, A. H. de Oliveira - "Pesos e Medidas", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, 1979.

Materiais de Construção / Documentos de Apoio e Bibliografia / Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Instituto Superior Técnico de Lisboa, Centro de Materiais de Construção, 1992.

Materiais e técnicas elementares de construção, sebenta do Laboratório de Engenharia de Angola, 1966.

OLIVEIRA, Ernesto V. e GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Dom Quixote, Lisboa, 1992.

"O Património Cultural em Portugal", vários artigos, in *Revista VÉRTICE*, nº 54, II Série, 1993.

Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado, I.P.P.A.R., 3 v., Lisboa, 1993.

PEIXOTO, José Pinto - *O Homem, o Clima e o Ambiente - I / O Sistema Climático e as Bases Físicas do Clima*, Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, Lisboa, 1987.

PEREIRA, Paulo - "A conjuntura artística e as mudanças de gosto", in *História de Portugal*, Direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, v. III, Lisboa, 1993.

RODRIGUES, Maria João Madeira e outros - *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, Quimera, Coimbra, 1990.

SAN AGUSTIN - *La Ciudad de Dios*, t. XVI - XVII, B. A. C., Madrid, 1958.

SANTOS, Fr. Manuel dos - *Alcobaca Ilustrada*, Coimbra, tít. XII, 1710.

SILVA, Aurélio Nunes - *Portalegre na História Militar de Portugal*, Comissão Executiva das Comemorações do IV Centenário da Cidade de Portalegre, Portalegre, 1950.

Simboli e Simbologia nell'Alto Medioevo, Centro italiano di studi sull'alto medioevo, t. I, Spoleto, 1976.

SIMSON, Otto Von - *A Catedral Gótica / Origens da arquitectura gótica e o conceito medieval de ordem*, Presença, Lisboa, 1991.

SMITH, D. E. - *History of Mathematics*, v. I, Dover Publications, New York, 1958.

SMITH, Gilbert M. - *Botânica Criptogâmica / Algas e Fungos*, v. I, Fundação Caloust Gulbenkian, Lisboa, 1979.

SOTTO MAIOR, Diogo Pereira - *Tratado da Cidade de Portalegre / Introdução, leitura e notas de Leonel Cardoso Martins*, Co-edição Imprensa Nacional - Casa da Moeda / Câmara Municipal de Portalegre, Vila da Maia, 1984.

TEIXEIRA, C. e GONÇALVES, F. - *Introdução à Geologia de Portugal*, INIC, Lisboa, 1980.

VITRUVIUS - *The Ten Books on Architecture*, Dover Publication, New York, 1960.

3. Outros documentos

ATELIER A2 (APPLETON, João) - *Reabilitação do Convento de S. Francisco de Beja a Pousada*, inédito, 1993.

HENRIQUES, Fernando M. A. - *A Conservação do Património Histórico Edificado*, L. N. E. C., Memória nº 775, Lisboa, 1991.

Insectos xilófagos das construções / Térmitas. Informação sobre deterioração de materiais, nº1, L.N.E.C., 1967.

Insectos xilófagos das construções / Carunchos. Informação sobre deterioração de materiais, nº 2, 3 e 4, L.N.E.C., 1967.

4. Plantas e Cartas

4.1 Plantas do sistema hidráulico do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre / Arquivo do C.I.P. / G.N.R.

Planta da captação de água nº 1, para o depósito que substituiu a mãe-d'água.

Planta da captação de água nº 2, para o depósito que substituiu a mãe-d'água.

Planta da captação de água nº 3, para o depósito que substituiu a mãe-d'água.

Planta da captação de água para o tanque do *Jardim da Abadessa*.

4.2 Plantas da D.G.E.M.N. (Évora)

Planta do piso térreo do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre (12 de Março de 1956).

4.3 Plantas do Mosteiro de S. Bernardo não constantes em arquivos

Planta do 1º Pavimento do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre (1916)

Planta do 2º Pavimento do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre (1916)

Planta do 3º pavimento do Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre (1916)

4.4 Cartas militares

Carta militar de Portalegre de 1704, Serviço Histórico-Militar de Madrid, cota C-1-23.

Carta militar de Portalegre de 1801, Serviço Histórico-Militar de Madrid, cota C-I-23-3684.

Carta militar de Portugal (Portalegre), folha nº 359, escala de 1:25 000, 1967.

4.5 Outros

Notícia explicativa da folha 33A (Assumar) da Carta Geológica de Portugal (Escala 1:50000), p. 25.

